Leilah Landim

A INVENÇÃO DAS ONGS
Do serviço invisível à profissão impossível

Tese de doutoramento apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
1993

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador durante toda a fase de redação da tese, Professor José Sergio Leite Lopes, por seu atento apoio intelectual, seu estímulo e sua amabilidade de sempre.

À minha primeira orientadora, professora Lygia Sigaud, que acompanhou esse trabalho em seus inícios e a quem devo também sugestões significativas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, especialmente a Afrânio Garcia Junior, com cuja boa vontade pude contar nas mediações para os estudos empreendidos através de "Bolsa Sanduíche" no Centre de Sociologie Européenne, em Paris – onde recebi a acolhida institucional da professora Monique de Saint Martin. Devo também ao professor Gilberto Velho incentivos para que eu viesse a realizar esses estudos no exterior.

Ao Núcleo de Pesquisas do ISER na pessoa de seu Coordenador, o professor Rubem César Fernandes, pelo seu estímulo e por me haver proporcionado condições de trabalho que facilitaram enormemente a elaboração dessa tese.

As colaboradoras na pesquisa de campo Marcia de Oliveira Alves, Rosemary Gomes e Beatriz Mello Matos.

Ao CNPQ e à CAPES pelas bolsas de estudo.

As diversas pessoas amigas e conhecedoras do assunto com cuja grande generosidade e disposição pude sempre contar na obtenção de informações e materiais para a pesquisa: Cléia José Simões, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Leonor Souza Pinto, Jean Pierre Leroy, Ziléia Reznik e Felícia Andrade de Moraes.

Ao amigo Sergio Flaksman, pessoa insubstituível pela paciência com que se dispôs ao "apoio informático" e outras ajudas na finalização da tese. Ao amigo Sergio Goes de Paula, aquele indispensável colaborador de última hora, cúmplice nos momentos certos. Devo a essa dupla homônima a resolução de problemas – para mim complicados na edição final do texto.

A Letícia Cotrim – essa, realmente conhecedora das "ONGs" e de suas histórias – pelas informações fundamentais, excelentes conversas e disponibilidade de ajuda.

A todos os que se dispuseram a me receber e a perder seu tempo em longas entrevistas para essa pesquisa.

Regina Novaes, com sua presença amiga e segura e sua incrível disponibilidade para discussões e apoios variados, nunca será esquecida.

Agradeço de modo muito especial a Gilda Landim com cujas ajudas de sempre, diversificadas e incondicionais, pude contar mais do que nunca, durante a redação dessa tese. E Pedro de Brito é presença estimulante, por natureza.

Finalmente, vai o agradecimento particular a Alexandre Lambert Soares (o qual, inclusive, revelou-se um excelente colaborador na pesquisa). Sem ele as coisas teriam sido, certamente, não digo impossíveis mas infinitamente mais difíceis.

"Lá na varanda D. Quixote conversava com D. Benta sobre as aventuras, e muito admirado ficou de saber que sua história andava a correr o mundo, escrita por um tal de Cervantes. Nem quis acreditar; foi preciso que Narizinho lhe trouxesse os dois enormes volumes da edição de luxo ilustrada por Gustavo Doré. O fidalgo folheou o livro muito atento às gra-vuras que achou ótimas, porém falsas.

- Isso não passa duma mistificação! – protestou ele. Esta cena aqui, por exemplo. Está errada. Eu não espetei este frade, como o desenhista pintou. Espetei aquele lá.

- Isto é inevitável – disse Dona Benta. – Os tis-toriadores costumam arranjar os fatos do modo mais cômodo para eles; por isso a História não passa de histórias.

-Mas é um abuso! -insistiu o fidalgo.-Eu, que sempre me bati pelas melhores causas, não merecia que me atraiçoassem deste modo.

Por fim fechou o livro; não quis ver mais.

- O meio, disse Emília – é o senhor mesmo escrever a sua história, ou as suas memórias, como eu mesmo fiz.".

(Monteiro Lobato,
O Sítio do Picapau Amarelo)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar os processos através dos quais organizações "de assessoria e apoio", ou "a serviço dos grupos e movimentos populares" – durante a maior parte da sua história sem um nome que as reconhecesse conjuntamente – se transformaram em "ONGs".

Essas organizações privadas não empresariais dedicadas à ação social no espaço público, em benefício de camadas excluídas da população, são analisadas enquanto um conjunto estruturado ou um campo – que se constrói nas duas últimas décadas, no país.

Faz-se, portanto, a história da produção de uma categoria social. Uma história que pressupõe a reconstrução de trajetórias de determinados grupos ou agentes saídos fundamentalmente de setores variados das classes médias e que se encontram na criação tanto de organizações, como de uma ocupação profissional *sui generis.*

SUMÁRIO

Introdução	**6**
Parte I – ONG: Não está no dicionário	**13**
1. Apresentação: Um Nome Novo	13
2. O que é ONG? Onde saber?	**16**
3. Diversificações e Ambigüidades	**26**
3.1. Pós-Planeta Aterro: na boca do povo	26
3.2. Cadastros: nascimentos e rebatismos	**32**
Parte II – A Serviço do Popular: Inícios, Histórias, Personagens	**40**
1. Entrada no Campo	40
2. Princípios	**50**
2.1. O problema e as fontes de informação	50
2.2. A questão dos pioneiros	**54**
2.3. O Comitê Ad Hoc e outros encontros e organizações	**57**
2.4. Descontinuidades, os avessos	**74**
3. A "Evolução"	**98**
3.1. Educadores de base, tensões: da assistência à política, das igrejas às ONGs	98
3.2. Os "avulsos", os organizados e os desaparelhamentos	**109**
3.3. Os novos profissionais	**119**
PARTE III – Virar ONG	**124**
1. Articulações	124
1.1. Mais um conjunto de entidades	124
1.2. Reencontro de desconhecidos	**130**
2. Novas Estratégias: um nome, um conjunto estruturado	**138**
2.1. Reentrada no campo	138
2.2. Surgem as "ONGs" brasileiras	**145**
(Quadro I – Lista de ONGs por ano de fundação)	**165**
(Quadro II – Participação das ONGs em eventos significativos do campo)	**170**
Considerações Finais	**172**
Bibliografia	**183**
Anexo I	**190**
Anexo II	**239**

INTRODUÇÃO

Fomos virando ONG sem saber
(Fala de um diretor,
em Assembléia Geral do ISER, 1988)

Em 1985, quando eu estava estudando na França e pensei pela primeira vez em fazer uma pesquisa sobre as "ONGs", uma amiga socióloga que ficara por lá desde os tempos de exílio me advertiu, num tom de cinismo bem humorado: "Mas você vai estudar justo a galinha dos ovos de ouro?" Já no Rio, em 1987, quando comecei a fazer no ISER uma publicação sobre o perfil das "ONGs brasileiras", os entrevistados desconfiavam: "Mas isso não será entregar o ouro ao bandido?"

Ao que tudo indica, as "ONGs" valem ouro, sob diferentes pontos de vista. Valem dinheiro – um dinheiro, como parece sugerir minha amiga, que chegaria gratuitamente e por canais inusitados, como os ovos da galinha da história infantil. Mas valem também, em outra versão, um tesouro de práticas e relações sociais acumulado de forma discreta, a ser preservado da cobiça do inimigo. Estudá-las, como me foi sugerido na época, poderia não ser muito conveniente – sobretudo para quem, como eu, faz parte do meio.[1]

Entre moedas e relações transnacionais, entre profissão e militância, entre autonomias e dependências, num jogo de interesses e pertencimentos diferenciados, cavam-se as ambigüidades presentes no fenômeno "ONG" – e também presentes nas condições de elaboração dessa pesquisa de tintas inevitavelmente autobiográficas que, como tantas outras, tenta fazer do que na sociologia se considera vício, virtude, incorporando as determinações subjetivas dadas pela posição da pesquisadora em seus dados e resultados.

De fato, há cerca de quinze anos, com algumas interrupções, venho me envolvendo profissionalmente com o universo de entidades que são aqui meu objeto de análise. Mas quando entrei para a "Equipe de Pesquisa e Assessoria em Áreas Rurais" da FASE em agosto de 1977, estava longe de imaginar que me ligava a algo que seria anos mais tarde reconhecido como uma nova *"realidade sociológica na América Latina"* (Fernandes, 1985:13), *ou "uma inovação na cultura institucional da esquerda brasileira"* (Fernandes e Piquet,1991:13), ou ainda como *"microorganismos do processo democrático"* (De Souza, 1992:143). Não havia como prever – essa questão não era, então, pensável – que eu me estivesse tornando agente de um tipo de fenômeno que poucos anos depois, nos finais da década de 80, iria afirmar-se como um corpo e adquirir reconhecimento social sob o nome de "Organização Não-Governamental", ou "ONG".

Certamente não havia entre os agentes da FASE ou de organizações que desenvolviam atividades análogas, naquela época (como o CEDI e a NOVA, por exemplo, no Rio de Janeiro), a representação de pertencimento a um universo institucional particular, com características e interesses comuns – embora muitos desses agentes mantivessem entre si laços pessoais

[1] Os nomes correspondentes às siglas utilizadas no decorrer do trabalho – sendo as siglas o modo pelo qual essas entidades se reconhecem – acham-se explicitados no Anexo I, onde consta também uma listagem de entidades que considero representativa do universo aqui estudado, com suas auto-definições de objetivos e atividades.

construídos em suas trajetórias de vida e inclusive circulassem como quadros entre essas e algumas outras entidades, realizando os mesmos tipos de trabalhos.

Mais precisamente, a afirmação de uma identidade institucional particular, mesmo para cada uma dessas organizações isoladamente, não se constituía em questão, ou melhor, era uma anti-questão: os "Centros de educação popular", ou de "assessoria a grupos de base" que começavam a se multiplicar tinham razão de ser, para seus agentes, por existirem *"a serviço"* de setores dominados da população, tanto mais legítimos quanto mais perfeitamente instrumentos de e subordinados a uma necessidade externa a eles. A invisibilidade social, o não "fazer nome", era uma qualidade cultivada em organizações que – assim como seus agentes – não existiriam para si, mas para os outros. À maneira das instituições de caridade, poderíamos dizer.

Pensando-se cada uma, isoladamente, através das relações diretas e individualizadas que mantinham com *"grupos e movimentos populares" – tirando* daí, segundo sua auto-imagem, sua legitimidade – percebiam-se como meios de personalidade apagada, justificados pelos fins maiores das transformações sociais a serem levadas a cabo por aqueles grupos, os sujeitos legítimos dessas mudanças.[2] A ausência de discussão sobre o caráter institucional dos "Centros" vinha de par com uma vaga e implícita idéia de seu caráter conjuntural, enquanto ferramenta a ser possivelmente abandonada e superada pela dinâmica dos "movimentos" a que se ligavam, ou do futuro que se esperava. Para alguns – se não me falha a memória, aí me incluo – seriam espécie paradoxal de "aparelhos" para vocações políticas individuais, àquelas alturas isoladas e onde, no mínimo, se manteria a chama acesa da resistência à ditadura, enquanto não chegassem outros carnavais. Fonte de emprego, eram vividos no entanto como uma espécie de "anti-profissão".

Mas o instrumento foi ganhando vida própria e, se pularmos no tempo até 1992 – mudada também, portanto, a conjuntura política do país – o que se constata não é a "superação" das "ONGs", mas sim um movimento oposto: esses mesmos agentes e organizações vêm-se dedicando a afirmar sua institucionalização, construir uma identidade comum e uma atuação como corpo no campo político e social do país, buscando reconhecimento público e reivindicando para si o papel de protagonistas autônomos nessa cena. Em que pese ou não sua vontade e consciência – será interessante examinar a dinâmica desse processo – o fato é que em poucos anos essas organizações consagraram-se, no país, enquanto entidades de marcas específicas e originais. E fizeram, aí sim, um nome coletivo, através do qual se reconhecem, produzem e reafirmam essa identidade: "ONG".

O objetivo desse trabalho é analisar os processos através dos quais as organizações "de assessoria e apoio", ou "a serviço dos grupos e movimentos populares" – durante a maior parte de sua história sem um nome que as reconhecesse conjuntamente – se transformam em "ONGs".

[2] Estudando a "educação popular" – uma das categorias centrais na auto-definição dessas organizações, através de sua história – Hugo Lovisolo a considera como um movimento de intelectuais que expande em direção às camadas populares racionalidades, lógicas e valores caros à tradição racionalista ocidental, observando no entanto que o seu discurso não assume essa evidência em sua plenitude. Ao contrário, ela justifica sua expansão como resultado ou demanda do processo histórico da nação, do povo, das camadas populares. Consequentemente, a "educação popular" não se pensaria a partir de uma sociologia dos intelectuais, mas sim a partir de uma sociologia da sociedade, das camadas populares, da política de emancipação, ou outras possíveis (Lovisolo,1980). Essas mesmas características se encontrariam nas crenças predominantes nos "Centros", em grande parte da sua história.

É a história, portanto, da produção de uma categoria. É também a história de determinados grupos, ou agentes, saídos fundamentalmente de setores variados das classes médias que se encontram na criação tanto de organizações como de uma ocupação profissional *sui generis.*

Adotando a forma jurídico-institucional de entidades civis sem fins lucrativos e dedicando-se a uma ação no espaço público, podemos vê-las como fazendo parte do vasto e muitas vezes bem antigo universo de entidades privadas não empresariais voltadas para atuar no campo das questões sociais, no Brasil, onde circulam valores variados como a caridade, o altruísmo, a militância. Por exemplo, algumas de suas atividades de prestação de serviços a grupos excluídos poderiam aproximá-las das associações filantrópicas, ou de assistência social. Ou, por sua dedicação à política na área não governamental, seria possível estabelecer continuidades entre sua ação e a que se desenvolveu nas últimas décadas, no país, por parte de organizações representativas de grupos de interesses, como sindicatos, associações de moradores, associações profissionais. Mas é justamente na distinção, eternamente produzida e reproduzida, com relação a essas outras formas de ação não governamental sem fins lucrativos que se estabelecem para as "ONGs" as condições de construção da sua identidade e da sua constituição como corpo, como será visto.

Parto do pressuposto de que os "Centros de Educação Popular" que se vinham criando desde os últimos anos da década de sessenta foram-se progressivamente autonomizando, enquanto conjunto de instituições e de agentes especializados, espécies particulares de profissionais da política. Minha idéia é de que formam um campo, com *"suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros"* (Bourdieu, 1983:122) – e esse conceito é utilizado aqui como um dos instrumentos de análise para contar essa história. São, assim, instâncias onde se produzem retóricas, problemáticas e práticas sociais específicas, ocupando uma determinada posição com relação a outros campos com os quais se relacionam de modo privilegiado – como o religioso, o acadêmico e sobretudo o político – e com referência aos quais constroem suas marcas distintivas.

Utilizar o conceito de campo para contar a história de um conjunto especifico de organizações é apenas um procedimento possível que me parece frutífero, com respeito a esse estudo. É importante ressaltar no entanto o fraco grau de cristalização dessa estrutura bastante recente, onde obviamente as instituições não têm o peso e a visibilidade que podem ter em outros campos e cuja autonomia de funcionamento é relativa – o que pode relativizar também a aplicabilidade do conceito. Como se tem dito nos estudos sobre essas entidades, as "ONGs" existem numa ambigüidade de autonomia /dependência com relação a outros polos institucionais com os quais se relacionam e em torno dos quais gravitam (Padron, 1982; Fernandes, 1985; Landim, 1988), como igrejas, partidos, universidades, sindicatos, órgãos governamentais, movimentos sociais, etc. – relações essas que também são fonte de distinções e desigualdade de posições dentro do campo. Não é à toa que autonomia é uma das palavras-chave no discurso das "ONGs" – têm sido várias as instâncias externas que conferem de alguma forma, com pesos diversos e em momentos diferentes, legitimidade ao campo, suas instituições, seus agentes, sendo questão tensa a necessária construção e reprodução da sua independência, enquanto corpo particular de organizações.

Numa narrativa que privilegia um enfoque cronológico, ao traçar a história das atuais "ONGs" tento evitar, assim, um corte apenas institucional, pretendendo considerar o que essas organizações e agentes devem às propriedades de posição que ocupam sobretudo com relação ao campo político, religioso e, secundariamente, ao acadêmico, e que mudam com o tempo. Trata-se de desenhar a trajetória de sucessivas posições ocupadas num espaço social, o qual também se transforma (e significativamente, se considerarmos que o terreno onde elas se mexem é o Brasil dos últimos vinte e poucos anos).

Se pensarmos a política como um lugar por excelência de eficácia simbólica – e considerando ser esse um campo privilegiado de atuação das "ONGs" – o seu estudo, sob a perspectiva aqui adotada, ganha um particular interesse. Enquanto difusores de produtos políticos, problemas, análises, de conceitos e acontecimentos, do pensável politicamente, é que entram em relação com outras instâncias do campo, construindo sua forma particular de existência, seu valor distintivo, sua originalidade. E certamente jogam um papel na produção de representações sobre a sociedade, a política e grupos sociais diversos (Bourdieu, 1981) – representando então um papel na criação de identidades e de grupos sociais, na sociedade brasileira de hoje.

Este trabalho, no entanto, não pretende se dedicar à análise dos "papéis", ou das possíveis conseqüências sociais da atuação das "ONGs", mas sim – como foi sugerido – situa-se ao nível dos pressupostos dessa atuação, ou seja, de determinadas mediações a se levar em conta quando se consideram as relações dessas entidades com espaços sociais externos ao conjunto estruturado que seria por elas composto.

Analisar o campo formado pelas atuais "ONGs" brasileiras pressupõe levarem conta as condições sociais do estabelecimento e reprodução de dois feixes de relações necessárias que o constituem: por um lado, as relações com determinadas agências européias, canadenses e norte-americanas que as financiam (na maioria, de caráter não-governamental). Por outro, as relações com as "bases", os grupos e organizações compostas por setores dominados da população entre os quais desenvolvem suas atividades. O universo dos "centros de assessoria e apoio", ou de "educação popular", atuais "ONGs", nasceu e existe num movimento incessante de estabelecimento e renovação desses dois tipos de "clientela". Por aí se constroem alianças e lealdades e transitam especialistas, moedas fortes, idéias e modelos de atuação, dentro da moldura enquadradora dos "projetos". Agências internacionais e "ONGs" nativas compõem um campo transnacionalizado de instituições interdependentes, onde as relações com os *target groups*, os grupos-alvo, os beneficiários do "Terceiro Mundo" na ponta da cadeia, são a fonte de legitimidade última da existência dessa grande estrutura.

Nesse jogo de múltiplas relações institucionais – as internacionais e as que se estabelecem nacionalmente – dão-se as distinções internas ao campo das "ONGs" brasileiras, permeadas pelas concorrências veladas tanto por financiamentos, quanto por "bases" (se é verdade – será? – que *hay pobres para todos*, como uma vez disse o peruano Mario Padrón, um dos ideólogos pioneiros das "ONGs" na América Latina, por outro lado as possibilidades de parcerias internacionais têm certamente limites estreitos). Diferentes posições no campo definem-se através dessas relações "para cima" e "para baixo", materializando-se através de estilos particularizados de atuação e funcionamento, ou nas controvérsias em torno das "*linhas de ação*", dos "*grupos prioritários*", dos métodos e formas diversas de "*servir aos grupos e movimentos populares*", disputas que

foram através dos anos consolidando o campo, suas crenças, suas relações internas. É a gênese social dessas relações, forjadas através de um curto período da história do país, que se busca nesse trabalho.[3]

Já se vê que, ao enfrentar a análise do campo formado pelas "ONGs", do qual as relações com agências internacionais são constitutivas, caímos em um sistema na verdade extremamente complexo e composto de diversas instâncias: doadores individuais e Organizações Não-Governamentais de diversos países europeus, canadenses e norte-americanos, igrejas e governos desses mesmos países, agências multilaterais de desenvolvimento, "ONGs" do Terceiro Mundo, governos idem e "grupos de base" beneficiários – os *grassroots recipients.*

Embora considerando a existência desse complexo campo de forças como constitutivo do objeto focalizado, está fora das possibilidades desse trabalho realizar uma análise direta das questões aí envolvidas – e isso certamente é uma limitação, ficando a sugestão para trabalhos posteriores. As atualmente chamadas "*Agências de Cooperação Internacional*", sendo referência obrigatória nesse estudo já que parte constitutiva de seu objeto, serão abordadas apenas a partir das necessidades dadas pelo desenrolar do trabalho de pesquisa, que se situa ao nível de Brasil. Serão observadas, assim, a partir de dinâmicas sociais particulares em que se envolveram ou as quais acionaram, num pais do "Sul". Ou seja, a análise aqui realizada expressa apenas uma forma particular que essas relações internacionais – as quais, a partir dos países desenvolvidos do mundo ocidental, se estenderam por todo o planeta (ao molde de tantos empreendimentos coloniais, poderíamos dizer) – têm assumido, quando se dão na sociedade brasileira, através da criação e funcionamento das "ONGs" nativas.

Afinal de contas, esse próprio termo, "ONG", é importado.[4] Mas como várias outras "importações" que fazem parte habitual da história cultural e política em um contexto nacional como o brasileiro, adaptaram-se e se "retraduziram" em função de relações e dinâmicas sociais locais. É a partir dessas considerações que faz sentido, é claro, estudar um termo "estrangeiro" enquanto categoria socialmente construída na sociedade brasileira.

Diga-se de passagem, essas agências internacionais européias e canadenses de "ajuda", ou posteriormente de "desenvolvimento", que surgem em geral após a segunda guerra (as que nos interessam fundamentalmente aqui), atuando nos quatro cantos do mundo, têm como uma de suas características básicas a adaptabilidade a diferentes conjunturas internacionais e também aos mais diferentes contextos nacionais. E ao mesmo tempo em que acionam relações locais particulares, ocupando posições e jogando papéis diferenciados em diversas sociedades, criam uma linguagem comum, conformam redes de relações entre agentes e entidades que se "reconhecem", como será analisado – as *intermediary NGOs,* para usar uma das expressões dessas agencias.[5] As "ONGs" expressam uma conjugação sui-generis de dinâmicas locais com internacionais.

[3] "Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair do absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir" (Bourdieu, 1989:69).

[4] O termo surge pela primeva vez em documentos das Nações Unidas, nos finais dos anos 40, aludindo a um universo extremamente amplo e pouco definido de instituições. Em 1945, na Ata de Constituição das Nações Unidas, já se faz menção a Organizações Não Governamentais com as quais o Conselho Econômico e Social da ONU poderia estabelecer consultorias (Nações Unidas, 1977:1).

[5] A questão terminológica faz parte geralmente dos itens introdutórios, nos trabalhos internacionais sobre "ONGs do Terceiro Mundo", indicando certamente a percepção de um problema de inadequação dos mesmos termos para indicar fenômenos que se dão de forma diferente em diversos

Dessa forma – embora as determinações desse processo não sejam analisadas aqui – não se pode deixar de considerar, quanto ao aumento significativo de "ONGs" brasileiras nos últimos 10 a 20 anos, o paralelo aumento do volume de recursos internacionais alocados para esse tipo de instituição, a nível mundial. Por exemplo, entre 1960 e 1980 houve um crescimento de 68% na ajuda externa para o "Terceiro Mundo", através de agências não governamentais de países europeus, do Canadá e dos Estados Unidos: passou-se de 2.8 bilhões de dólares para 4.7 bilhões de dólares (pelo dólar de 1986). Um dos fatores mais importantes nesse aumento foi o crescimento dos subsídios governamentais para *NGOs*: quanto aos países membros da OECD (Organization for Economic Cooperation and Development), por exemplo, esses subiram de 778.2 milhões de dólares em 1973 para 1.5 bilhões, em 1980. Com respeito à Comunidade Econômica Européia, se em 1976 dava às ONGs européias 4.8 milhões de dólares, em 1982 essa quantia vai a 22.7 milhões. Da mesma forma o Banco Mundial passa, no mesmo período, a investir crescentemente nas "ONGs" do "Terceiro Mundo". E muito poderia ser aprofundado, através das diversas fontes de dados existentes, a respeito da crescente importância, a nível da alocação de recursos internacionais, para essas entidades não governamentais dos países periféricos, durante os anos 70/80 (OECD, 1988 e 1989; Smith, 1990). Vê-se que o fenômeno nativo "ONG" tem como uma das condições de sua multiplicação lógicas que vêm do "Norte".

Por outro lado, em termos do contexto brasileiro, a atuação dessas agências internacionais e dos recursos aqui empregados devem ser compreendidos na medida em que se inserem em dinâmicas geradas pela modernização e diversificação organizacional ocorridas nessa sociedade nas últimas décadas – sobretudo, o acentuado desenvolvimento de movimentos sociais e sindicais variados, não atrelados ao Estado, no bojo do movimento de oposição a um regime ditatorial. É esse o campo de atuação das "ONGs" que interessa nesse trabalho, é nesse terreno que elas se desenvolverão, na virada da década de 70 para a de 80".[6]

Finalmente, resta mencionar o recorte que faço no universo das "ONGs" brasileiras para efeito desse estudo, o qual vai-se melhor explicitando e justificando no decorrer do trabalho. Minha pesquisa, como já foi sugerido, dirige-se ao conjunto de entidades de formação mais "antiga" – leia-se, de origens no decorrer dos anos 70 – as entidades de "educação popular", ou "a serviço dos movimentos populares", ou talvez mais atualizadamente "de assessoria e apoio aos movimentos populares", como se auto-definem. Já que freqüentaremos daqui por diante um

contextos sociais. E apontando, igualmente, para os possíveis quiproquós no entendimento das classificações dessas entidades, entre os *donors* e os que recebem a doação. Para dar apenas um exemplo, uma recente publicação, fruto de pesquisa interna levada a cabo pela Interamerican Foundation em vários países, começa por decidir se *intermediary NGOs* é a melhor expressão, discutindo também os termos *facilitator* e *broker*, passando pela (boa) sugestão de Albert Hirschman, *organizations involved in social activism* (Hisrshman, 1848, apud Carroll, 1992:9), e concluindo finalmente que "*this book re-christens these NGOs as grassroots support organizations (GSOs) and membership support organizations (MSOs)*" (Carroll,1992:9). E multiplica-se na literatura internacional que se faz nas fronteiras entre o campo universitário e o das agências esse tipo de discussão, a qual indica também dificuldades em se definir recortes em um universo diversificado de entidades "sem fins lucrativos".

[6] Significativos, quanto ao contexto social em que crescem as "ONGs", são os dados fornecidos por Wanderley Guilherme dos Santos, a partir de pesquisas em Cartórios de Registros Civis das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Verificando esses últimos, entre 1920 e 1986, conclui não apenas por uma crescente diversificação organizacional, mas também que 68,2% dessas associações foram criadas nos últimos 16 anos (70/86). E dentre essas, 50% apresentam porcentagem ainda acima de 68%, ou seja, metade das categorias organizacionais são recentíssimas. Dentre essas, as **associações comunitárias** vêm em primeiro lugar, quanto à juventude: 97,6% dessas associações foram criadas entre 1970/86. Seguem-se **profissionais de saúde** (92,5% criadas no período) a as **associações de moradores** (90,7%). Para o Rio de Janeiro os dados são análogos, ficando as **comunitárias** também em primeiro lugar (90,7 delas criadas entre 1971/87), seguindo-se as de **moradores** (85,3% no mesmo período) (Dos Santos,1991). Juntamente com outras **associações profissionais** (aí também colocadas entre as "mais jovens") a os **sindicatos** (igualmente de multiplicação recente), essas são as organizações às quais, fundamentalmente, as "ONGs" vão-se ligar.

mundo de siglas, aí vai mais uma: para facilitar o nosso entendimento – meu e do leitor – passarei a denominar esse conjunto de AMP.

Essa ressalva, e essa sigla, seriam assunto a menos, caso a pesquisa se realizasse há uns cinco ou seis anos atrás. É que o universo designado pela categoria de que parto – "ONG" – diversificou-se enormemente, em tempos bem recentes. Há "ONG" para todos os gostos: ecologia, mulheres, negros, direitos humanos, índios, meninos de rua, portadores do vírus da AIDS, etc. Esses "sub-conjuntos" de entidades acionam agentes de gerações, trajetórias, origens, ideários, posições distintas na sociedade – havendo possibilidades de maiores ou menores interseções entre eles, dependendo da área temática. É difícil estudar um objeto que vem sofrendo transformações tão quotidianas (e, quem sabe, de futuro incerto, muitas dessas instituições sofrendo certamente da síndrome contemporânea do "famoso por quinze minutos").

No entanto, embora minha pesquisa refira-se a um determinado conjunto de entidades – as AMP – não posso deixar de considerar o significado social que a categoria "ONG" veio adquirindo recentemente, para além delas. Embora o universo de "assessoria ao movimento popular" sem dúvidas tenha sido o pioneiro, produzido instâncias de consagração, construído discursos e fornecido uma base concreta para o reconhecimento da categoria através da criação de uma multiplicidade de novas organizações, com o estabelecimento de sólidas "parcerias" com entidades internacionais – e, sobretudo, seja o único que funciona propriamente como uma estrutura – rapidamente ele se viu misturado, ou confundido, num espaço mais amplo de significados e de organizações de cuja identidade tende a perder o controle. As "ONGs" novatas contribuíram (veja-se, por exemplo, as ecológicas) para dar visibilidade pública e reconhecimento ao campo afetando, por sua vez, a posição de monopólio da sigla que as "populares" aí vinham ocupando. Portanto, esse processo recente afeta meu objeto de estudo.

Isso é assunto para a primeira parte ("ONG: Não Está no Dicionário") em que – antes de entrar na análise das AMP – procuro fornecer uma visão geral do jogo classificatório que define quem "vira ONG", hoje, no Brasil, e dos possíveis significados atribuídos a essa categoria. Em termos de opinião pública ou mesmo do próprio campo, não se pensa "ONG" como entidade apenas comprometida com "serviços ou assessorias a movimentos populares". Portanto, apesar do enfoque desse trabalho ser cronológico, a forma de sua exposição não o é, caracterizando-se por idas e voltas no tempo. E começo, como se vê, pelo fim – por tempos atuais e acontecimentos recentes.

A segunda parte do trabalho ("A Serviço do Popular: Inícios, Histórias, Personagens") entra na história do conjunto formado pelas entidades de "assessoria e apoio aos movimentos populares". Parto de um corte no momento de minha "entrada no campo" – o de oficio, e o que se tornou a posteriori de pesquisa – utilizando a memória autobiográfica, com todos os percalços aí implicados para o pesquisador em ciências sociais e já tão explorados pela literatura. Pressuponho que essa "entrada no campo" não se dá em momento aleatório e que sua descrição pode contribuir para a compreensão de processos mais generalizados que se davam nesse meio, à época. O leitor poderá encontrar sobretudo, através desse relato, dados que qualifiquem os possíveis efeitos de minha posição no meio, quanto à sua análise. Partindo para a construção da história que nos interessa aqui, ando a seguir no tempo: para trás – procurando por "origens" das "ONGs", explorando depoimentos e memórias de seus "pioneiros" – e para frente, chegando aos primeiros

anos da década de 80, quando a meu ver estão dadas as condições para o processo crescente de autonomização e criação de um corpo e de uma especialização profissional, por essas entidades e agentes.

Finalmente, a terceira parte ("Virar ONG") analisa os processos através dos quais se cria um "campo", com a produção de novas instâncias onde se produzem padrões específicos de legitimidade, onde se criam ou consolidam identidades comuns, poderes e hierarquias entre entidades e agentes, onde se afirma uma profissão sem nome e onde se adota um nome próprio – "ONG". Nessa parte do trabalho são retomados, também, elementos sobre o meu envolvimento nesses processos, questão sempre presente e incorporada ao texto.

Pelo que se disse, já fica evidente que esse é um tipo de pesquisa em que está em jogo a sempre complexa tentativa de relativizar e desnaturalizar experiências vividas, no sentido da produção de uma outra forma de conhecimento sobre elas – a respeito do que a literatura antropológica vem acumulando um acervo de reflexões.[7] Nesse caso, não se trata de estudar situações de envolvimentos passados, ou dos gerados com o grupo estudado no decorrer de um processo determinado de pesquisa, mas sim trata-se de lidar com os limites inerentes ao fato de a pesquisadora ocupar uma determinada posição (inclusive, profissional) no espaço analisado – no passado, no presente e com expectativas de continuar ocupando-as no futuro.

Tratar-se-ia aqui, dentro dos cânones sociológicos, de conseguir realizar todo um trabalho, tanto sobre o objeto quanto sobre o sujeito da pesquisa, que permitisse *"integrar tudo aquilo que só se pode saber quando se é de dentro, e aquilo que não se pode, ou não se quer saber, porque se está dentro"*, como diz Pierre Bourdieu para uma situação análoga (Bourdieu, 1984:11). A posição distanciada, nesse caso, tem um quê de incômoda, e essa sensação, que tenho e que tive ao realizar essa pesquisa, é particularmente acentuada no caso das "ONGs", onde está implicada a objetivação de pessoas e relações construídas em um trabalho profissional que ao mesmo tempo é *"caminhada"*, *"militância"* ou *"compromisso"*, para usar os termos do campo, onde cumplicidades se forjaram através de linguagens e ações marcadas por histórias de "semi-clandestinidades" políticas – e onde, apesar das transformações recentes, fazer uma sociologia de agentes que se querem *"a serviço"* ainda é questão carregada de ambigüidades e questionamentos.

Tomando outras observações do autor acima, nesse tipo de caso o pesquisador tem que estar disposto a enfrentar ainda resistências – o que não é privilégio desse campo – quanto aopossível desvelamento de "segredos" do grupo, feito por alguém que a ele pertença: pairam geralmente suspeitas sobre os determinantes que levam o analista do próprio campo a reivindicar para si uma lucidez especial (Bourdieu, 1984:15). Resta apenas apontar, continuando na linha das reflexões do autor, para o fato de que há aí uma contradição vivida também para quem faz esse tipo de estudo: essa divulgação de "segredos" não deixa de ter também algo de confissão pública...

[7] Apenas quanto a ilustrações já "clássicas" de questões análogas às enfrentadas aqui, veja-se por exemplo o trabalho de Richard Hoggart sobre seu passado de vida em bairro operário (Hoggart,1970), ou trabalhos da escola de Chicago, ressaltando-se os de Howard Becker, que analisa grupos de músicos de Jazz dos quais fez parte, tirando dessa participação consequências significativas para a pesquisa (Becker,1973).

Observações sobre os efeitos de minha posição no campo quanto ao estudo aqui realizado serão retomadas no decorrer do trabalho, assim como maiores explicitações sobre os procedimentos de pesquisa. Em termos gerais, adianto que essa baseou-se fundamentalmente em entrevistas formais com agentes do campo, aplicação de questionários e análise de documentos diversos (periódicos, textos variados que se produzem e circulam pelos canais internos ao campo, folhetos, cartilhas, etc.). E, inevitavelmente, em observações participantes, ou em "participações observantes", terreno em que se misturam as mais distanciadas informações de esparsos "cadernos de campo", realizados em momentos diversos, com a memória pessoal e suas armadilhas quanto às exigências de um estudo dessa natureza, dados que sempre se procurou submeter a um esforço de objetivação.

PARTE I
ONG: NÃO ESTA NO DICIONÁRIO

Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem.
(Alfredo Bosi, analisando a palavra "colonização".)

Inzistindo o nome, inzeste o bicho.
(Habitante de Grussaí, puma controvérsia sobre a existência do Bicho Manjaléu).

1. APRESENTAÇÃO: UM NOME NOVO

"ONG", ou "Organização não Governamental" – expressão antiga, que nasce na ONU no pós-guerra mas nunca foi muito usada por aqui, seja em contextos políticos, ou sociológicos – é um termo que vem ganhando de poucos anos para cá visibilidade pública. De assunto para iniciados, passa recentemente a aparecer nos jornais, virar tema de trabalhos acadêmicos a figurar em debates nos meios intelectuais brasileiros.

É verdade que desde os finais dos anos 80, esporadicamente, as "ONGs" já começam a ver sua existência registrada na grande imprensa, sobretudo através das seções especializadas em política nacional. Começam então a aparecer para o público, de forma pontual, determinadas entidades civis "militantes", de caráter não partidário, ligadas a movimentos sindicais ou outros movimentos sociais diversos. No geral, são alvo de "denúncias" e acusações variadas, no jogo das concorrências políticas a sindicais.[8] Nesses contextos, no entanto, nem sempre recebiam o nome de "ONGs", indicando um não reconhecimento de um fenômeno social com caráter institucional e identidade específica. Uma leitura das imagens então construídas sobre essas entidades – geralmente carentes de dados mais concretos sobre elas, sugerindo "incertezas" quanto a seu perfil – certamente já aponta para algumas de suas propriedades, como afinidades com a política de oposição governamental, com certos polos partidários e sindicais e com determinadas alas da Igreja; assim como já se revela aí uma "fluidez" nos seus contornos a qual permite, de forma particular, manipulações de sua identidade em função de interesses diferenciados.

É, no entanto, diverso o caráter da recente visibilidade social que vem assumindo o termo "ONG" a que me referia acima, para a qual vêm contando motivos bastante imediatos. De fato,

[8] Apareceram, por exemplo, no campo de disputas político-eleitorais, acusadas de fachadas para financiamentos à CUT (Central Única dos Trabalhadores) a ao PT (Partido dos Trabalhadores) – seriam canais, segundo os acusadores (onde se destacaram Leonel Brizola e o sindicalista Luiz Antonio de Medeiros) de financiamentos internacionais de origem suspeita, espécies de agenciadoras de um "ouro de Moscou" de novos tempos de transnacionalização, onde agentes determinados da Igreja Católica teriam sua parte. Outro exemplo de certo destaque foi a menção à sua presença em áreas de fronteira (entidades atuando em meio a populações indígenas), como ameaças à Segurança Nacional, em documentos da Escola Superior de Guerra. Ou ainda mencionou-se aqui a ali sua presença como lobistas na Constituinte, geralmente alvo de ataques por forças à direita do espectro político, onde se explorava seu caráter "obscuro" quanto a origens a propósitos. Etc.

impressiona nos últimos dois a três anos a quantidade de eventos de maior ou menor projeção pública ligados a entidades – aí sim – reconhecidas como "ONGs". Só para citar os mais visíveis: em agosto de 1991 funda-se no Rio a primeira "Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais". Isto, imediatamente após realizar-se também no Rio de Janeiro o bilíngue "First International Meeting of NGOs and United Nations System Agencies / Primeiro Encontro International de ONGs e Agências das Nações Unidas", reunindo no Hotel Glória mais de 100 "ONGs" brasileiras e algumas estrangeiras, além de representantes de órgãos das Nações Unidas a da ABC, Agência Brasileira de Cooperação, organismo ligado ao Ministério das Relações Exteriores. (cf. IBASE/PNUD,1992).

E a categoria passa a figurar definitivamente nas páginas dos jornais quando se cria o "Forum Brasileiro de ONGs Preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", o qual acabou por virar uma inédita mega-organização congregando, de modo formal, main de 1.000 entidades de todo o Brasil.[9]

Em junho de 1992, finalmente, realiza-se no Rio de janeiro o internacional "Forum Global" – encontro definido por uns como "Conferência Paralela" à UNCED, por outros como "Conferência da Sociedade Civil Mundial", já indicando a variedade de disputas que, como é fácil imaginar, permearam esse acontecimento composto por atores os mais diversificados e cuja base institucional foi uma enorme quantidade de entidades designadas pelo termo "ONGs". O "Forum", por duas semanas, ocupa com sua "fauna" internacional (pois *"gente também é bicho"*, como advertia por um cartaz um isolado participante) o Parque do Flamengo, visitado por milhares de pessoas por dia a com outras tantas mil entidades civis presentes – materializadas em tendas armadas no local e através de conferências, panfletos a publicações diversas, eventos culturais, celebrações religiosas, propostas variadas. Não só a existência, mas também a vocação transnacional das "ONGs" ficou empiricamente provada através da variedade de raças, línguas e personagens "exóticas" de tudo quanto é parte do mundo que desembarcou no Parque, convivendo em um clima de reconhecimento mútuo que conformava certa idéia de conjunto – diversidade e "unidade" palpável também para os milhares de brasileiros participantes ou curiosos que transitaram per ali, nesses dias.

Tal evento foi notícia, não podendo deixar de contar com grande cobertura dos jornais, revistas e canais de televisão mais importantes do país. Foi por exemplo o *"Planeta Aterro – A Babel dos bichos ONG no grande carnaval ecológico"*, na imagem projetada pela revista *Veja Rio* em reportagem de capa.

Existindo a categoria para a mídia, passam então a existir para o grande público essas organizações até então desconhecidas, designadas por um estranho nome que define por negação, no qual podem, em princípio, caber muitas coisas diferentes. A chamada "década perdida" não o foi para essas entidades que, a julgar pelos indícios acima, passaram por um movimento de particular multiplicação. São uma fórmula que deu certo a qual – a depender do que se tem escrito

[9] Essa Conferéncia, como o nome indica, compreendeu o conjunto de eventos realizados por entidades civis, concomitantemente aos oficiais referentes à UNCED *(United Nations Conference on Ecology and Development).* Quanto ao "Forum" brasileiro, na cronologia estabelecida por Jean Pierre Leroy, seu Secretário-Executivo (e quadro da "ONG" FASE), este foi criado em junho de 90, em reunião em São Paulo na qual participaram 40 entidades. Em agosto, realizou-se o 2º Encontro Nacional, em Nova Friburgo, já com 80 entidades; em outubro, o 3º, em Brasília, com 160 entidades; o quarto, já em 91, em São Paulo, com mais de 250 entidades; no fim de maio de 1991 o 5°, no Rio, com 270 entidades. (Leroy, 1991). Após outros encontros sucessivos terminou-se o processo, em junho de 1992, com cerca de 1.200 entidades inscritas formalmente no "Forum".

e dito sobre o terra – anuncia-se como fenômeno apropriado para florescer no clima dos anos 90, onde se tem colocado como questão de peso, nos campos politicos a intelectuais e a nível mundial, a redefinição dos papéis do Estado e de uma "sociedade civil", nos processos de mudança política e de desenvolvimento econômico a social.

O que essa categoria indica socialmente, hoje, no Brasil? Em que instâncias se produz a definição, a seleção e o reconhecimento desse conjunto diversificado de entidades que tem aparecido para a opinião pública como "ONGs", e reivindicado esse nome?

Realizar um balanço atual dessas instâncias, inventariar imagens, analisar a lógica classificatória que estende socialmente a categoria para além das entidades "pioneiras" dedicadas à "assessoria aos movimentos populares", é exercício que por si só mereceria um longo estudo. O qual, por sua vez, não poderia deixar de passar também por esses eventos recentes mencionados, diferenciados sob vários pontos de vista mas envolvendo de alguma forma a construção e o reconhecimento de um fenômeno "ONG". São acontecimentos privilegiados para se ter acesso às formas de luta simbólica que vem assumindo a produção social dessas classificações. Assim como, sem dúvidas, representaram por sua vez um papel nesse processo de concorrência pelo monopólio, ou pela legitimidade de uma nomeação, processo no qual se constrói o universo de critérios reconhecidos na identificação e classificação de o que é uma "ONG", ou de quem é "ONG".

Tanto a fundação da ABONG quanto a realização do encontro internacional entre "ONGs" e agências das Nações Unidas – o conhecido, no meio, como "Encontro PNUD" (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), sendo essa a agência patrocinadora – reuniram fundamentalmente o grupo, a essas alturas e nesse contexto, "tradicional" de "ONGs" de "assessoria e apoio aos movimentos sociais/populares", com seus principais financiadores internacionais. Já o "Forum Brasileiro de ONGs Preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", pelo qual mais de 1000 entidades civis se fizeram representar, de maneira organizada, na instância internacional de "ONGs" participantes da ECO-92 – como foi dito, o chamado "Forum Global" – foi lugar, evidentemente, da pluralidade.

Os dois primeiros eventos foram espaços de exclusividade, consenso e homogeneidade, espécies de rituais de afirmação e reconhecimento da identidade de um conjunto de agentes e organizações nacionais a internacionais cujas relações foram-se construindo nos últimos dez ou vinte anos: as "ONGs" "de assessoria e apoio aos movimentos populares" a suas "parceiras" internacionais, como são chamadas as agências com as quais têm ligações mais consolidadas pelo tempo. O segundo, inclusivo e heterogêneo – que se produziu através de uma sucessão de encontros, tendo como conseqüência também um corpo *ad hoc* de entidades – foi o campo da diversidade e das concorrências explicitadas, das oposições a afirmações de diferenças.[10]

Esses acontecimentos, ressaltando-se o último mencionado, são particularmente reveladores de processos contrastivos a situacionais através dos quais se produz a identidade

[10] Observe-se que, finda a "ECO-92" (uma das denominações com que se popularizou o conjunto de acontecimentos ligados à UNCED), essa grande articulação de entidades civis brasileiras continuou a funcionar, agora com a denominação de "Forum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento" – o que indica ter-se iniciado um movimento (de futuro incerto) de conformação de um corpo de entidades, também a esse plano da "diversificação", a partir de processos desencadeados com a existência do "FORUM".

"ONG".[11] E esse nome vira mercadoria simbólica de valorização crescente a partir sobretudo de uma "ECO-92" que cai do céu em terras brasileiras, mobilizando de fato – e por que motivos sejam – uma grande quantidade de entidades da chamada "sociedade civil organizada". Ser "ONG", nesse contexto de fronteiras certamente ambíguas, definia inclusões e exclusões, e as possibilidades de manipulações a que essa categoria se presta, quanto à identidade dos grupos envolvidos, tem aí um momento interessante de observação e análise.

Enfim, uma série de processos sociais – onde os eventos mencionados são apenas um momento expressivo – nos remetem a um conjunto em construção de entidades e de agentes diversificados, de fronteiras ambíguas e definições pouco nítidas, que talvez nunca venham a constituir um campo mais estruturado. Organizações as mais diversas que, como será visto, manipulam freqüentemente sua identidade de serem ou não "ONG", jogando em diferentes contextos com diferentes imagens e critérios de legitimidade.

Está fora do alcance e dos objetivos desse trabalho realizar uma análise aprofundada desses processos, tirando do assunto todas as conseqüências teóricas que ele provoca e possibilita. Apenas, como já foi mencionado, pretendo apontar para determinadas questões e fornecer uma interpretação a respeito de usos a sentidos atuais de uma categoria – na qual serão privilegiados como objeto empírico os acontecimentos acima.

É certo que, de um ponto de vista interno ao meio que se constitui no foco central desse trabalho, as entidades voltadas para o "popular", motivos não faltariam para abordar a questão das "ONGs" sob esse prisma – o da sua pluralidade e diversificação crescentes. Esse é terra "quente", conjunturalmente, num campo onde a concorrência anda forte e se desloca, com novas estrelas no firmamento da atenção nacional e internacional (veja-se por exemplo o recente *boom* dos projetos envolvendo as "crianças de rua", ou a questão da AIDS, sem falar na "ecologia"). Campo que se modifica também com a chamada crise do movimento organizado, do Estado, dos valores ligados à militância – e, acrescente-se, a dos financiamentos, que obedecem em grande parte a lógicas dadas pelos contextos políticos das matrizes internacionais, evidentemente em processos de mudanças dentro da chamada nova ordem mundial.[12] Talvez essas últimas razões – vindas de minha inserção no campo – influam no meu interesse em tentar ultrapassar as fronteiras dadas pelo conjunto das "ONGs" "populares", apresentando um quadro que se mostra em mutação quotidiana, com todas as dificuldades aí implicadas para uma pesquisa acadêmica. E me lembro da advertência de um professor do PPGAS, quando lhe falei há alguns anos sobre minha intenção de estudar as "ONGs", a qual foi incorporada nessa pesquisa: – "*Não tome o objeto como ele pede para ser tornado*". Nem sempre é simples, quando se é parte dele.

[11] Tomam-se aqui como referência analógica as idéias e conceitos analisados por Roberto Cardoso de Oliveira, quando aborda a questão da identidade étnica. "*Partindo de Barth, pudemos então elaborar a noção de identidade contrastiva, tomando-a como a essência da identidade étnica: a saber, quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade por oposição* (...)" (Cardoso de Oliveira,1976:36). Na formulação de Cardoso a idéia de oposição faz-se referida ao conceito de ideologia. Mas o que importa aqui ressaltar é a contribuição dos estudos de etnicidade para uma idéia "situacional" da identidade (veja-se por exemplo Carneiro da Cunha, 1985 a também a crítica a esse trabalho realizada por Dias Duarte, 1986) ou a "não substantivação" das identidades sociais a sua construção a partir da contextualização.

[12] Embora eu não tenha obtido dados precisos sobre a efetividade e a significação desse processo, é fato que as agências financiadoras dos países desenvolvidos têm no Leste europeu um novo "mercado" para a execução de seus "projetos de desenvolvimento". O Brasil, a parte dos países latino-americanos, perdem também o caráter de "prioridade" que lhes era dado pelos regimes ditatoriais. Tampouco são vistos como países prioritários do ponto de vista do combate à pobreza (suas imagens de países industrializados a modernos não podem concorrer, por exemplo, com as de países africanos), ou mesmo como estratégicos do ponto de vista do jogo político internacional. Por fim, as agências tém-se voltado para o "quarto mundo" que se instala dentro de seus próprios países.

Nos comentários a seguir busco então, em primeiro lugar, as possíveis definições substantivas existentes sobre o que é uma "ONG" – os discursos objetivados sobre as características dessas entidades, quem os produz e em que espaços sociais. A seguir, na análise de alguns aspectos do universo diversificado de organizações que vêm, de fato, incorporando a categoria "ONG" para se auto-denominar, tomo eventos da "ECO-92" como base para estudo, bem como a recente produção de "catálogos" onde se listam essas entidades.

2. O QUE É ONG? ONDE SABER?

Certamente, a palavra não está no dicionário. Mas por obsessão ou esperança, fui verificar: no Aurélio não consta a expressão "Organização Não Governamental", ou a sigla que já virou palavra – "ONG": "ongue". No verbete "*Organização*" (*"associação ou instituição de objetivos definidos"*...) sãocitadas como exemplos apenas *"organização filantrópica"* a *"Organização das Nações Unidas"*. Até que passou perto, mar a nossa "ONG" – não reconhecida (ainda?) pelo filólogo como algo de qualidade particular – situa-se justamente num ponto do caminho que vai da caridade pessoalizada à ação pública governamental, não se confundindo com nenhuma das duas.

Juridicamente, as "ONGs" são "sociedades civis sem fins lucrativos" a enquadram-se na legislação referente a esse tipo de organização. Essas sociedades são formalmente reconhecidas pelo Código Civil Brasileiro de 1916 enquanto pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos. Compreendem, segundo o art.16, I – *"As sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública a as fundações"*. As "ONGs", então, poderão escolher o registro legal seja de sociedades civis (ou associações, a lei usa as duas expressões transitivamente), seja de fundações – o que é menos freqüente.

Não há dispositivo jurídico que diferencie as "ONGs" de qualquer outra sem fins lucrativos, ou melhor, o termo "ONG", como era de se imaginar, não aparece em classificações existentes nos textos legais, não existindo para efeitos de regulamentação jurídica enquanto tal.[13] Deverão adaptar seus estatutos, portanto, para os casos previstos nas leis.

Em termos genéricos, ou das virtualidades contidas na legislação – e para se pensar em algumas qualificações que se ganha ao se ser "ONG" – essas entidades, enquanto "sem fins lucrativos", são sujeito de imunidades fiscais. É vedado, desde o nível federal até o municipal, instituir impostos sobre *"patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive de suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei"* (Art.150 da Constituição). Já o Regulamento do Imposto de Renda determina que as seguintes entidades estão isentas de apresentar declaração do imposto: *"as instituições de educação e as de assistência social, as*

[13] Isso é diferente do que acontece em alguns outros contextos nacionais, onde as definições legais dos diferentes tipos de organizações privadas sem fins lucrativos são detalhadas e contaminam mesmo as definições sociológicas sobre a questão.Os Estados Unidos sobressaem como exemplo, país em que as *voluntary organizations* fazem parte de uma cultura política sedimentada na sua história liberal e cuja existência se alicerça em detalhada legislação fiscal. Por exemplo, nos debates de caráter acadêmico sobre o que é "entidade filantrópica", nesse país, essas frequentemente são referidas como as 507 *(c)(3) organizations*, havendo legislação civil e fiscal específica para as *nonprofits* que se dedicam a *civil rights, ou advocacy*, algo análogo às nossas "ONGs". E diversos outros casos poderiam ser mencionados, em enquadramentos legais de diferentes países (Ver, por exemplo, Van Til, 1990; Weisbrod, 1991; DiMaggio e Anheier, 1990).

sociedades e fundações de caráter filantrópico, beneficente, caritativo, científico, cultural, instrutivo, literário, recreativo, esportivo e as associações e os sindicatos" (art.126). Isto, desde que obedeçam ao regulamento, também do Imposto de Renda, que é o que de fato define o que significa ser "sem fins lucrativos": "Não remuneração dos dirigentes; não distribuição dos lucros a qualquer título; aplicação integral dos recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais; escrituração de suas receitas e despesas mantidas em livros revestidos em formalidades(...); desde que prestem às repartições lançadoras do imposto as informações determinadas por lei(...) (art.130).

Já a sua capacidade para receber subsídios governamentais ou doações de particulares através de deduções fiscais – benefícios que se podem tornar significativos – depende, numa das hipóteses, de serem reconhecidas como de Utilidade Pública, reconhecimento outorgado ao nível executivo federal, estadual ou municipal. A lei é ainda a do período getulista em que foi promulgada, 1935, e a concessão do título federal (o que acarreta a possibilidade de mais benefícios) é até hoje *"ato da competência discricionária do Presidente da República"* (Ministério da Justiça, 1990:5).[14] Considera-se Utilidade Pública o conjunto de condições através do qual o Estado reconhece formalmente a uma entidade de caráter *"assistencial"* ou *"cultural"* qualidades que a tornem de interesse para a coletividade, fazendo jus ao auxílio financeiro por ele fornecido (Ministério da Justiça, 1990). Os direitos das entidades declaradas de Utilidade Pública Federal são muitos – como por exemplo o não recolhimento da contribuição do empregador para o custeio do sistema previdenciário, ou a dispensa dos depósitos mensais para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Embora não haja pesquisa sobre o assunto, minhas observações levam às conclusões provisórias de que as "ONGs" mais antigas e consolidadas possuem o reconhecimento de entidade de Utilidade Pública Federal (ou, mais comumente, estadual ou municipal) – mas essas não são muitas, em um universo, como será visto, bastante diferenciado, com poucas "grandes" e muitas "pequenas" entidades. Podemos pensar que, pela composição de seus agentes – contam em suas redes de relações ou em seus quadros com gente saída da intelectualidade, mantendo também canais de relação fácil com grandes instituições como igrejas ou partidos – aquelas entidades têm possibilidade de acesso aos advogados especializados e mesmo conhecem os caminhos que levam aos órgãos governamentais a às pessoas certas para conseguir o título. Isso, no entanto, mereceria melhor pesquisa para conclusões definitivas.[15]

Vale a pena assinalar que a Constituição Federal estabelece ainda que podem receber recursos governamentais as entidades de educação, definidas como *"escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei"*. E resta, finalmente, mencionar o CNSS

[14] A questão da Utilidade Pública Federal tem sido retomada, na retórica de sucessivos governos, num sentido "moralizador" da matéria. No governo Collor de Mello a questão foi retomada na gestão de Bernardo Cabral no Ministério da Justiça, através de uma Portaria editada pela Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça. As justificativas então apresentadas na parte introdutória do documento são reveladoras do caráter que têm assumido essas medidas governamentais no contexto brasileiro: a Portaria *"tem o intuito de conferir transparência às decisões proferidas sobre a matéria, bem como limitar a subjetividade na apreciação dos processos"*, já que o laconismo da antiga lei *"propiciou livre campo às concessões de caráter estritamente pessoal"* (Ministério da Justiça, 1990:5). O subsequente Ministro Jarbas Passarinho chegou a tomar algumas medidas de impacto simbólico e político, noticiadas pela grande imprensa, como a cassação do título de algumas poucas entidades, dentre as quais a conhecida Golden Cross (veja-se por exemplo a matéria *"O fim do protecionismo – União cortará ajuda a entidades que vivem sem controle"*, Jornal do Brasil, 24/11/91). No entanto, até onde pude conhecer, não houve medidas governamentais que implementassem mecanismos capazes de gerar mudanças efetivas nessa área.

[15] Um exemplo, obtido através do depoimento de Pe. Leising, fundador em 1961 de "ONG" pioneira na atuação no campo "popular", a FASE: "... *em 1966, consegui Utilidade Pública Federal. Eu consegui... naquela época, o Rafael de Almeida Magalhães era vice-governador do Rio, com o Lacerda. Aí eu peguei o irmão dele para ser meu advogado. Eu disse, olha, você vai a Brasilia, leva nosso programa, o que nós estamos fazendo, e não volte até ter a Utilidade Pública Federal"* (Entrevista em dezembro de 1992).

(Conselho Nacional de Serviço Social), criado em 1938 subordinado ao Ministério do Trabalho (hoje, ao do Bem Estar Social), no qual as entidades inscritas estão também aptas a receberem subsídios governamentais – e impressiona a abertura desse leque. Uma característica significativa desse organismo é a de que as entidades aí inscritas habilitam-se a receber as verbas de que dispõem os parlamentares destinadas a fins beneficentes, questão sempre trazida à tona e tornada visível através da imprensa, pelos jogos de favores politicos, corrupção, privatizações de fundos públicos aí envolvidos.[16] O CNSS foi recentemente objeto de debates entre as "ONGs", já que as organizações nele inscritas receberam o benefício significativo de serem isentas do confisco sobre contas bancárias e fundos de aplicação do Plano Collor, em 1990. Na época, várias "ONGs" foram bastante prejudicadas, tendo todos os seus fundos retidos e tendo sobrevivido em grande parte graças aos – mais preciosos do que nunca – créditos de confiança construídos com agências internacionais. Verificou-se, então, que muito poucas dentre as "ONGs" possuíam essa inscrição – apenas algumas mais antigas e "maiores" (como me definiu em outro contexto um informante, as "ONGs 5 estrelas").[17]

Mas quanto ao assunto que nos interessa aqui, o exame da legislação onde se enquadram as "ONGs" tem antes de mais nada como conseqüência, para quem o faz, a de "não tomar o objeto como ele pede para ser tomado". A de questionar o arbitrário dado por sua auto-definição, ou a imagem que vem sendo incorporada por uma "opinião pública". Por um lado, é certo que podemos de fato pensar em imprecisões e lacunas da lei, que não daria conta do universo de entidades civis que se diversificou ao longo dos anos no país, sobretudo nas duas últimas décadas, em suas especificidades (sobre essa diversificação veja-se Dos Santos, s/d). Mas por outro lado, somos jogados na questão das continuidades e descontinuidades que as "ONGs" apresentam, com relação a um universo composto em grande parte por entidades tradicionais e que têm nomes reconhecidos no senso comum e na lei. Como se vê, as "ONGs" terão que enquadrar seus estatutos, para efeito de registro civil, em categorias que procuram evitar, em sua identificação: *"filantrópicas"*, *"assistenciais"*, *"culturais"*, *"educativas"*, *"religiosas"*... para as quais, afinal, as leis foram feitas, numa história que merece ser ainda pesquisada em profundidade. E de fato, em algum plano, as atividades e objetivos levados a cabo pelas "ONGs" têm podido ser aí reconhecidas. Não é à toa que as "ONGs" existirão num eterno movimento de controle quanto à delimitação de fronteiras, também – e de modo particularmente acentuado – nesse plano. É categoria e tipo de organização construída num processo de distinção com respeito a essas outras "não governamentais sem fins lucrativos" tradicionais na sociedade brasileira. O caráter escorregadio, em termos éticos e políticos, do terreno da "filantropia" traditional – com suas

[16] Pela lei de 1938, regulamentada por Decreto em 1943, podem-se cadastrar as voltadas para a *"assistência médica; o amparo à maternidade; a proteção à saúde da criança; a assistência a qualquer espécie de doenças; a assistência a toda sorte de necessitados e desvalidos; a assistência à velhice e à invalidez; amparo à infância e à juventude em estado de abandono intelectual, moral ou físico; educação pré-primária, profissional, secundária e superior; educação e reeducação de adultos; educação de anormais; assistência a escolares e amparo a toda sorte de trabalhadores intelectuais a manuais"*. Vê-se que o período getulista reservou em seu projeto centralizador um lugar para a colaboração entre Estado a as "entidades sem fins lucrativos" – em grande maioria, na época, ligadas à Igreja Católica, projeto portanto que se insere no quadro maior de relações Igreja-Estado nesse período (cf. Landim,1993).

[17] O momento da posse de Collor, seguido dessas medidas econômicas, foi catalizador, ou fortalecedor, da criação de um espírito de corpo entre as "ONGs", que acionam uma série de reuniões a nível de todo o país para discutir não só formas de colaboração possíveis para resolverem os problemas criados pelo plano, como sua virtual vulnerabilidade diante de medidas governamentais – onde se incluía o temor de regulamentações que pudessem afetar seu funcionamento. A questão da fundação de uma Associação de "ONGs" – de seu fortalecimento diante do governo, e sobretudo do controle por essas entidades de sua própria definição e identidade – começou a fazer parte dessas discussões (observe-se que, segundo pesquisa de opinião realizada entre 102 dirigentes de "ONGs" em 1991, houve uma unanimidade: nenhum havia votado em Collor para presidente) (Fernandes a Piquet,1991:17).

virtualidades para a manifestação de vícios também tradicionais na sociedade brasileira, como clientelismos, privatizações de fundos públicos, etc. – é propriedade nunca por demais ressaltada, na distinção construída pelas "ONGs" com relação a esse universo institucional do qual está próximo não apenas por várias de suas atividades que compreendem a prestação de serviços gratuitos à população, como também por algumas de suas raízes (origens e ideários), como será retomado.

Mas em suma, reafirmando característica que é peculiar à sua história, as "ONGs" mantêm, a esse nível, seu caráter "não-oficial", não sendo reconhecidas como tipo de entidade particular pela legislação do país. Quem quiser, portanto, saber o que é uma "ONG" através da lei, não chegará a grande coisa.

Isso não quer dizer que as "ONGs" (ou um conjunto determinado de "ONGs", as AMP), em processo muito recente, não venham tentando ter seu reconhecimento dado por essas instâncias oficiais – e vale aqui uma nota sobre essa questão. Embora movimento incipiente e de futuro incerto, o fato de que exista aponta para as direções que vem tomando um "corpo" de entidades, na busca de novas instâncias e padrões de legitimidade que as reconheçam em suas propriedades específicas, na cena política e social brasileira. Em gestões junto ao Ministério do Bem Estar Social, a ABONG pleiteia, em movimento inédito, que a lei reflita as *"especificidades das ONGs"* (ABONG, 1992). Alega, como *"principais entraves burocráticos e legais enfrentados pelas ONGs":*

"Falta do reconhecimento do estatuto próprio das ONGs; do seu caráter público, do seu papel de agentes democráticos do desenvolvimento social, econômico e político. (em geral, as ONGs recebem um tratamento indiferenciado por parte dos órgãos governamentais, que se pautam por uma concepção ultrapassada do papel das entidades de caráter educacional e assistência social)" (ABONG,1993).[18]

Na luta por esse tipo de reconhecimento – por *"uma revisão dos critérios de concessão do registro (ampliando a interpretação desse órgão sobre os conceitos de educação e assistência social)"* (ABONG,1993) – a ABONG reitera, ou reelabora, uma definição substantiva do que seja uma "ONG", e o papel dessa Associação como instância onde se constrói um discurso objetivado sobre esse tipo de entidade será retomado adiante. Importa ressaltar que, dentro das estratégias classificatórias em que um conjunto organizado de "ONGs" busca assegurar seus interesses, procura-se no momento o reconhecimento do Estado, *"detentor do monopólio da nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem"* (Bourdieu, 1989:149).[19] No entanto, esse reconhecimento ainda não lhe é dado a partir das leis, como se afirmou.

[18] Na realidade a ABONG reconhece não haver, do ponto de vista da legislação vigente (a que foi esquematizada acima), impedimentos que dificultem o reconhecimento de sua imunidade tributária. A instância principal usada como argumento para o pleito de seu reconhecimento é exatamente o CNSS – o qual "usa critérios restritivos a interpretações subjetivas que, na prática, tem excluído as ONGs, ao mesmo tempo em que facilmente concede registro a entidades fantasmas, como a Associação Pró-Carente de Canapi" (ABONG,1993). Ao pleitear especificidade em seu reconhecimento legal, as "ONGs" ao mesmo tempo reafirmam sua vocação para a atuação pública no sentido da democratização institucional, da proposição de políticas públicas, etc. O pedido é mais um momento de afirmação de sua distinção por oposição declarada com relação ao universo da "assistência".

[19] *"A gestão dos nomes é um dos instrumentos da gestão da raridade materiale os nomes de grupos* (...) *registram um estado das lutes a das negociações a respeito das designações oficiais a das vantagens materiais a simbólicas que lhes estão associadas"* (Bourdieu,1989:148).

Coerentemente com as exigências das regulamentações fiscais, a única instância oficial onde se podem encontrar dados sobre organizações segundo o corte classificatório "entidade civil sem fins lucrativos", no Brasil – inclusive contando-se com algumas informações numéricas – é a Receita Federal (essas entidades devem entregar anualmente à Receita uma Declaração de Isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica). Claro, aí tampouco consta a classificação "ONG".[20]

Mudando de campo: a expressão também não é item classificatório nos arquivos das bibliotecas especializadas em ciências sociais.[21] Um objeto recortado em termos de questões relacionadas a "entidades não-governamentais sem fins lucrativos" (embora de reconhecimento crescente no campo intelectual de vários contextos nacionais europeus ou norte-americanos – veja-se DiMaggio a Anheier,1990) não é questão corrente no campo acadêmico do país, havendo poucas obras brasileiras, menos ainda traduzidas, ou mesmo importadas, disponíveis em quaisquer tipos de livrarias para quem queira estudá-lo.

No entanto, não há dúvidas: "Existem 'ONGs' no Brasil". O diagnóstico é dos cientistas sociais Rubem Cesar Fernandes e Leandro Piquet, a partir da pesquisa mencionada de cunho estatístico recente – "ONGs anos 90, a opinião dos dirigentes brasileiros" – sinalizando, pelo enfoque adotado, para a legitimidade do fenômeno enquanto objeto de estudo da sociologia (Fernandes e Piquet, 1991:12).

Mas note-se que essa pesquisa, como algumas outras anteriores sobre o mesmo objeto empírico, foi feita em uma "ONG", e não em alguma entidade acadêmica oficial. E vale aqui um parêntese para a observação de que as relações das "ONGs" com o campo acadêmico são ambíguas, caracterizadas por uma aliança /concorrência ou por continuidades e descontinuidades cujos termos têm variado com o tempo, a partir entre outras coisas das transformações através dos anos das posições que as "não governamentais" vêm ocupando no espaço social brasileiro. *"Intelectuais pedantes"*, *"herméticos"*, *"da torre de marfim"*, de um lado; *"intelectuais ressentidos"*, *"baixo clero"* ou *"mal vulgarizadores"*, de outro – as acusações freqüentam os diferentes corredores, cada campo ilegitimando o outro a partir de suas propriedades específicas. Claro, com sentidos e pesos bem diversos: a construção da identidade das "ONGs" passa, sobretudo em determinados momentos da sua história, por uma enfática afirmação distintiva com relação ao campo dominante da academia, sendo questão relevante em debates e escritos nos canais particulares do mundo dos então "Centros de Educação Popular" um processo de desmoralização – de "des-legitimação" – de obras e agentes da academia, num movimento de

[20] A classificação das "entidades sem fins lucrativos" feita pela Receita Federal é a seguinte: **a) Fundações**: beneficentes, religiosas a assistenciais; culturais, científicas e educacionais; outras. **b)Associações**: beneficentes, religiosas a assistenciais; culturais, científicas e educacionais; esportivas e recreativas; de empregadores; de empregados; de autônomos e profissionais liberais; outras. **c) Religiosas**. **d) Sindicatos** (seguem-se os itens que os dividem em seis tipos, conforme sejam de empregadores ou de empregados por setor primário ou secundário). **e) Federações**: Religiosas; culturais, científicas e educacionais; esportivas; de empregadores; de empregados; de autônomos e profissionais liberais; outras. **f) Confederações** (repetem-se os mesmos sub-itens anteriores). São ao todo, segundo a fonte, 219.559 entidades, das quais 30% caem nas categorias "religiosa, beneficente ou assistencial" (cf. Landim,1993 – devendo-se a Sergio Goes de Paula a colaboração na coleta desses dados). É obviamente impossível extrair daí números sobre algo que vem sendo chamado de "ONG".

[21] Procurei o assunto – o ceticismo não inibiu de todo o oficio de pesquisa – na Biblioteca Nacional na da Fundação Getúlio Vargas, na do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), na da Faculdade de Serviço Social da UERJ, na do PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ) e na do IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social). Não foram encontradas – em inícios de 1992 – divisões temáticas, ou sequer obras soltas, com títulos que as recortassem pelo objeto "organizações não-governamentais", ou "sem fins lucrativos", ou "voluntárias". Encontram-se, claro, as classificações "Obras Sociais", "Serviço Social", "Associação".

legitimação de "novos tipos" de intelectual a de obras "a serviço". O inverso, obviamente, nunca se deu (a academia não se define por distinção às "ONGs").[22]

Por outro lado, a ambigüidade dessa relação também se manifesta na presença, em diretorias de "ONGs" (o corpo de pessoas, pela legislação, voluntárias e que geralmente não participam de seu quotidiano institucional), de elementos com reconhecimento acadêmico, cujo prestígio, portanto, se busca a reconhece.[23]

Importa assinalar no caso em questão – o das instâncias de consagração das "ONGs" a de seu reconhecimento como um fenômeno social a objeto de estudo – que a produção nas universidades não representou papel de peso, ou papel algum, até bem pouco tempo, quanto a isso.

É enorme, claro, a produção acadêmica sobre temas conexos em jogo na compreensão do fenômeno "ONG", como por exemplo os rumos tomados pela Igreja Católica nas duas últimas décadas, ou os movimentos sociais urbanos e rurais, ou o sindicalismo nesse mesmo período, ou mesmo a chamada "educação popular". No entanto, a análise sociológica – e o reconhecimento daí advindo – das "ONGs" enquanto instituições específicas não tem sido objeto desenvolvido na academia.

Observe-se, no entanto, que a categoria vem aparecendo, aqui a ali, em trabalhos realizados no âmbito universitário, como algo incorporado, não definido – e isso é índice não apenas de seu reconhecimento social, mas também de possíveis redefinições de fronteiras por que vêm passando as relações "ONG"/Universidade. A este respeito, um exemplo é o trabalho de Lygia Sigaud, onde analisa o lugar do *"campo"* (o rural) como *"tema"* no panorama intelectual brasileiro, e a *"população"* de seus produtores. A autora refere-se, aí, às *"revistas mantidas pelas assim chamadas 'organizações não governamentais' (ONGs) voltadas para ' causas populares' (...) destinadas a um público mais amplo do que um público acadêmico"*. Seriam espaços para que os intelectuais publicassem *"versões menos acadêmicas do trabalho produzido na academia"* (Sigaud, 1990:34). Fala das "ONGs" e seu *"efeito de circulação de idéias e interpretações para fora do circuito acadêmico"*, o qual alimentaria as publicações dessas entidades, no que se refere

[22] Talvez os trabalhos de Darnton possam fornecer elementos interessantes para pensar esse processo de "des-legitimação", permitindo analogias com a literatura eivada pelas "paixões antielitistas maturadas no underground" produzida pelos panfletistas revolucionários do Iluminismo (Darnton, 1987). Quanto às nossas "ONGs", percorrendo-se seus periódicos, vê-se que têm como questão central, durante muito tempo, a construção da imagem do "agente", de um "novo intelectual". Uma ilustração significativa é dada pelos primeiros números de revista pioneira no campo, a "Proposta", editada pela FASE desde 1976. Essas publicações, dizendo a que vêm, reforçam a questão das distinções de seus redatores e leitores com relação ao comum das revistas: trata-se de *"um processo de aprendizagem mútuo"*, onde, portanto, de um lado, os leitores são especiais – *"as pessoas que denotem uma preocupação real com as parcelas menos favorecidas da população"*; e, de outro, tem-se como *"prioridade tática o cuidadoso processo de capacitação"* pelo qual deverá passar a equipe de redação. Sobretudo, porque se reconhece que *"é grande a atração do pedantismo acadêmico"*, cujo discurso é cheio de *"hermetismos a vícios"*, incapaz de *"tocar naqueles pontos que dizem respeito à prática dos agentes"*. *"Não é da competência ou interesse da FASE cuidar da divulgação do pensamento acadêmico"*, nem da *"troca de teses entre especialistas"* (Proposta,1976, apud Landim,1991:16). Esse tipo de concepção é encontrada de forma exemplar nos volumes organizados por Carlos Brandão sobre a "pesquisa participante" (Brandão,1981 a 1984). Também a publicação da "ONG" NOVA, *"Cadernos de Educaçao Popular"*, tem como uma de suas especialidades as discussões sobre as relações *"novos agentes-bases"*, onde o foco principal das análises acaba sendo os *"agentes"* (cf. Landim,1991). Assunto que sempre reaparece em "Tempo a Presença", da "ONG" CEDI. Etc.

[23] Exemplos de nomes reconhecidos na academia que participam, ou participaram, desses cargos de prestígio em "ONGs" do Rio de Janeiro: José Sérgio Leite Lopes (FASE), Otávio Velho (FASE, ISER), Afrânio Garcia Júnior (AJUP), Pierre Sanchis (ISER), Regina Novaes (CEDI, ISER), Ana Clara Torres (FASE), etc. Há os pertencentes ao campo acadêmico que, por sua história, participam também da das "ONGs", figurando em diretorias a partir de dois tipos de capitais acumulados, como Carlos Brandão (CEDI, ISER), Rubem César Fernandes (ISER, IBASE), ou Vanilda Paiva (CENPLA, ISER). Etc.

a questões agrárias, através de pessoas que têm *"um pé na universidade e outro nas ONGs"* (pg.40). Enfim, reconhecendo a existência de algo "assim chamado ONGs", essas aparecem no texto da autora enquanto espaços definidos por referência ao circuito acadêmico – são algo *"mais amplo"*, mas *"menos acadêmico"*, e mercado possível de circulação de seus produtos (visão inversa, portanto, das concepções "nativas" mencionadas em nota anterior, onde se busca construir a especificidade do que se produz / divulga na "ONG" esta, por sua vez, entidade de propriedades particulares). Outro exemplo, com outras referências: Hugo Lovisolo menciona pontualmente as *"ONGs atuantes em educação"* como instâncias que desenvolvem um estilo de trabalho ligadas a uma fase – a incrementalista – do movimento de "educação popular", seu objeto de estudo (Lovisolo,1990:155). São espaços em que se fortalecem e atualizam determinados ideários e práticasligados ao chamado campo da educação não formal. Já Lygia Segala menciona as "ONGs" em referência a uma das fases de *"renovação da Igreja"*, quando, a partir dos anos 70, abre-se para a ação social dessa Instituição um *"novo campo de parcerias institucionais através das organizações não governamentais (ONGs), interessadas em pensar e viabilizar demandas e intenções apresentadas pelos movimentos populares"* (Segala,1991:149).[24]

Enfim, reconhecidas como fenômenos que representam papéis sociais variados, a partir de temáticas e questões diversas, as "ONGs" no entanto ficam sem maiores estudos e definições enquanto instituições particulares, nos trabalhos acadêmicos onde vem sendo mencionada essa categoria.[25]

E aqui se chega, finalmente, às instâncias em que se vem produzindo um discurso sobre "o que é ONG". A produção teórica e ideológica sobre essas formas organizativas específicas do mundo "sem fins lucrativos", sua identidade e seu papel, tem sido feita através das centenas de documentos que circulam, em grande parte informalmente, pelos canais de relações construídos no interior do campo: em publicações ou revistas das próprias entidades, em *papers* preparados para seminários, em consultoria para entidades internacionais, etc. Essa produção, esse debate sobre o "quem somos?" e que, no Brasil, começam em meados dos anos 80 – construídos em meios internacionalizados e passando pelo "Norte", onde o corte "América Latina" também foi significativo, criando um estilo e laços entre agentes a nível continental – foram levados a cabo no interior do conjunto de entidades "a serviço dos movimentos populares". Essas instâncias de publicações, colóquios, debates, seminários, tiveram peso considerável no reconhecimento dessas "ONGs" para si próprias, enquanto espécimens "novos" no mundo das organizações civis brasileiras. Ou seja, a definição de "ONG" foi produzida pioneiramente, no Brasil, por esse conjunto de entidades, no seu processo de autonomização e de criação de identidade comum, como vai ser analisado adiante.

[24] Segala reforça a idéia de que essas organizações consolidam, com as lgrejas, *"uma significativa rede de trabalhos e influências visíveis, não imediatamente partidarizada"* (Segala, 1991:149). Tanto Segala como Lovisolo citam como referência um dos produtores reconhecidos de concepções sobre "ONGs", Rubem Cesar Fernandes, onde consta também meu nome, como co-autora de um dos trabalhos citados.

[25] Um exemplo raro a pioneiro da penetração da discussão do tema "ONG" no espaço acadêmico – onde se misturaram agentes de "ONGs", da universidade e de órgãos governamentais – foi o seminário promovido, em 1991, pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), sob o título "Novas fronteiras entre o público e o privado: o papel das Organizações Não Governamentais na década de 90", coordenado por Sonia Draibe. Resta observar que tenho tido informações a respeito de uma leva de teses e dissertações que estão sendo feitas no momento sobre as "ONGs". Não tenho condições, no entanto, de saber sob que enfoques está sendo tratado o assunto.

Essa produção, que começou a ser intensificada a partir de determinada época, foi então – e ainda é, quase que exclusivamente – feita nas "ONGs", voltada para um público não acadêmico, com uma linguagem de marca específica, de distribuição dirigida e limitada e freqüentemente financiada, ou mesmo encomendada, por agências internacionais também não-acadêmicas – ou pelo seu setor de projetos voltados para a área não acadêmica, como por exemplo acontece com Fundações como a Ford, que atua nos dois campos. O desenvolvimento dessa literatura particular foi um dos sinais de que o campo se autonomizava. Claro, tratava-se – e trata-se – de não se confundir com a Universidade. (E essa questão não pode ser pensada separadamente de uma instância básica de onde as "ONGs" obtêm sua legitimidade: nas estratégias das agências de financiamento internacionais, o reconhecimento de sua "clientela" do tipo "ONG" fundamenta-se na "intervenção social" a seus resultados, e jamais na produção de teoria, sendo por exemplo "pesquisa" atividade desvalorizada – a não ser a "participante"). Quanto à academia, só há muito pouco tempo começa a tomar esses trabalhos meio "híbridos" criados nas "ONGs" para alimentar sua produção – como, aliás, é o caso deste trabalho de tese.

Portanto, se há lugares (em nível de Brasil, claro, no qual estou trabalhando aqui) onde se encontrem definições objetivadas sobre "o que é uma ONG", esses são os centros de documentação ou de venda de material dessas próprias entidades, ou as gavetas e caixas de documentos de alguns de seus diretores ou – poucos – pesquisadores. Cria-se o senso comum dessas organizações, as crenças que conformam uma identidade conjunta no caso, como se disse, a partir das dedicadas à "assessoria e apoio popular". Genericamente: as "ONGs" brasileiras (e a literatura latinoamericana produzida no período é análoga) têm a ver com servir aos outros, não a si; mas não a quaisquer outros, ou de qualquer forma, e sim *"existem 'a serviço' de determinados movimentos sociais de camadas da população oprimidas, ou exploradas, ou excluídas, dentro de perspectivas de transformação social"* (Landim, 1988:24); são *"**alternativa** às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda"* (Fernandes, 1985:15); são *"micro-organismos do processo democrático, referências, lugares de inovação e criação de novos processos"*, ou *"espaços de criação da utopia democrática"* (De Souza,1991:142). Destaca-se seu papel, hoje, na criação de uma esfera pública e na consolidação democrática. Ou como propõe Oliveira Neto, seriam *"canais de participação das classes médias na esfera pública, exercendo funções de tradução e rearticulação dos interesses e demandas dos setores populares nas arenas institucionais de confronto e negociações sociais"* (Oliveira Neto,1991:151). Ressalta-se, numa visão mais recente, seu papel na organização de bases sociais dispersas e excluídas através da mobilização de múltiplas alianças, lobbies, proposições legislativas, penetração na mídia, articulações internacionais (Oliveira Neto, 1991). Dentro desses enfoques, não são entidades representativas, e ligam-se aos movimentos sociais sem se confundirem com eles. É também senso comum no meio a idéia de que cresceram de costas para o Estado, coladas às bases da sociedade e em oposição aos governos ditatoriais, construídas por gente vinda fundamentalmente de Igrejas e da esquerda tradicional. É predominante durante a sua história a concepção de que não se pretende substituir o Estado mas, ao contrário, exige-se muito dele. Organizações cujas palavras-chave são *"educação popular"*, *"assessoria"*, *"conscientização"*, *"organização"* – a partir de certo momento, *"sociedade civil"* (freqüentemente adjetivada por *"popular")* e *"cidadania"* – que lutaram contra a ditadura, ligaram-se a movimentos sociais surgidos no período, como os sindicais, os de bairros, os de lutas pela terra, etc. e situam-se à esquerda no espectro das entidades civis brasileiras, onde a palavra

"socialismo" continua ainda razoavelmente presente. E por aí se vai, em definições no mesmo tom, questões a serem retomadas no decorrer desse trabalho.[26]

Muito recentemente, nesses tempos de rompimento de fronteiras nacionais, vem-se ressaltando a crença na vocação transnacional das "ONGs" – e os eventos mencionados ocorridos no Rio de Janeiro representaram certamente um papel, no contexto brasileiro, quanto a essa questão. Surgem novas expressões, como *"sociedade civil planetária"*, percebida como o terreno da atuação das "ONGs" para os anos 90, na consolidação de novos termos no pacto com as "Agências de Cooperação Internacional", que passariam a reforçar seu lado de mediadoras da entrada das questões relativas ao "Sul" nos terrenos cada vez mais fechados do "Norte", pelos caminhos não oficiais a serem construídos ao nível das sociedades, por fora dos canais governamentais.

Finalmente, certamente tem peso o discurso produzido pela ABONG, única "associação de ONGs" existente e que acaba por personificar o conjunto, tendo-se criado como espécie de cume de um processo lento de estruturação de relações entre entidades, conduzido fundamentalmente pelas "ONGs de assessoria e apoio aos movimentos populares", como foi dito – e objeto do estudo a ser desenvolvido aqui. As distinções e características particulares de suas virtuais associadas são objeto de definições em diversos documentos. Assim, são objetivos da Associação *"expressar a identidade comum de um conjunto de ONGs comprometidas com o processo de* ***democratização*** *da sociedade brasileira, que têm uma tradição de* ***apoio*** *e* ***serviço*** *ao* ***movimento social popular,*** *constituindo um segmento específico da* ***sociedade civil comprometido*** *com os* ***setores populares"*** (ABONG, 1991, grifos meus). Constrói-se também, discursivamente, essa identidade através de um feixe de distinções: não são consideradas "ONGs", para efeito do pertencimento à ABONG, entidades representativas como sindicatos, associações de moradores, associações profissionais, etc. Isto se explicita no Preâmbulo do Estatuto da Associação, quando se reafirma sua *"autonomia frente ao Estado, aos partidos políticos, às Igrejas e aos movimentos populares, destacando-se por sua intervenção no espaço público"*. Enfim, definem-se por um discurso marcadamente orientado por valores políticos, como mostra o mesmo Estatuto quando apresenta os critérios para a admissão dos associados: *"a) O compromisso da ONG com a construção de uma sociedade democrática; b) O compromisso da ONG com o fortalecimento dos movimentos sociais"* (ABONG, 1991).

Talvez seja interessante mencionar também aqui as definições explicitadas nas negociações em curso com o Ministério do Bem Estar Social, as que ganhariam o estatuto da oficialidade ao nível legal:

"Reconhecer a especificidade das ONGs significa ressaltar aquilo que não são (não são empresas lucrativas, não são entidades representativas de seus associados ou de interesses corporativos de quaisquer segmentos da população, não são entidades assístencialistas de perfil tradicional), e afirmar aquilo que são (servem desinteressadamente à comunidade, realizam um

[26] Os autores citados acima são todos agentes do campo, alguns em posições institucionais de destaque. Há um pequeno número dentre eles que se vêm constituindo em pesquisadores mais sistemáticos sobre o próprio campo. Quanto às "ONGs" brasileiras, a rede de referências mútuas consagradas no meio compreende trabalhos como os de Fernandes (1985), Landim (1988), Wils (1989), Oliveira Neto (1990), Fernandes e Piquet (1991), Bailey (1991). Dentre esses, apenas Fernandes, Piquet e Wils mantêm "um pé na universidade e outro nas ONGs", no sentido de se dedicarem também a atividades dentro do campo acadêmico.

trabalho educacional de promoção da cidadania e defesa dos direitos coletivos, contribuem para o fortalecimento dos movimentos sociais e para a formação de suas lideranças visando a constituição e o pleno exercício de novos direitos sociais, incentivam e subsidiam a participaçào popular na formulação e implementação das políticas sociais)" (ABONG, 1993).

Enfim, nas definições da ABONG, explicitam-se as palavras que fazem parte da linguagem corrente específica das "ONGs" – ou de um conjunto, o mais estruturado dentre elas – as imagens que criam para si e para o público: *"apoio"* e "*serviço" (ou "incentivo", "subsídio"); "popular" ("movimento", "setores", "participação"); "sociedade civil"* (qualificando-se: *"um segmento da"); "autonomia", "democracia", "cidadania", "movimentos sociais"*.

Encontros internacionais e nacionais, a ABONG, pesquisas – são várias portanto as instâncias em que se vêm produzindo essas novas formas de enquadramento de práticas e de crenças referidas ao campo da ação social privada não empresarial e onde se vem elaborando o ideário que fundamenta sua existência. Como se viu, são as entidades de "assessoria e apoio", referidas ao mundo "popular", as que se sobressaem nas definições que, de forma objetivada, procuram estabelecer padrões de 1egitimidade sobre quem é "ONG" no Brasil – contando com especialistas que produzem, dentro desse campo, concepções e histórias que contribuem para a formação de representações a esse respeito.

Dentro dessas estratégias classificatórias (não se está discutindo aqui, evidentemente, a questão da intencionalidade)[27], exercendo certamente um efeito de teoria sobre a consagração das "ONGs" "de assessoria e apoio popular" como as legítimas "ONGs", uma ilustração recente é o trabalho mencionado de Fernandes e Piquet, produzido exatamente a partir do universo de entidades presentes em uma dessas instâncias – o "Encontro PNUD" – e, em grande medida, coincidentes com as fundadoras da ABONG. *"Impressionou-nos desde o início a homogeneidade das ONGs representadas nessa amostra: mesma origem, problemática comum, intensidade e inter-relações. 'ONG' no Brasil é isso? Ou lidamos apenas com uma tribo entre outras?"* perguntam os autores. Lembram que há outros recortes seletivos caso se pense tematicamente, como *"índios", "negros", "mulheres", "ambientalismo"*, etc., que não estavam presentes nesses espaços. Mas no entanto concluem: *"...quantas são as 'ONGs' em tudo isso? Segundo a impressão geral, ONG no Brasil ainda é aquilo que se reuniu no Hotel Glória* (encontro PNUD) *e fundou uma Associação Brasileira. É possível, contudo, que havendo condições e estímulo no vasto campo da 'Cooperação', outros conjuntos se formem e uma nova complexidade se apresente."* (Fernandes a Piquet,1991:23)

Certamente, o "estímulo" da "Cooperação Internacional" tem sido parte constitutiva na construção do campo, e talvez seja elemento necessário à formação de outros conjuntos de forma tão estruturada quanto esse. No entanto, o reconhecimento como "ONGs" de outras organizações e conjuntos de organizações que não se fazem presentes nessas instâncias mencionadas,

[27] Estou aqui me referindo a concepções desenvolvidas por Bourdieu, segundo o qual o princípio das estratégias não é, aí, *"o cálculo cínico, a procura consciente da maximização do lucro específico, mas uma relação inconsciente entre um* ***habitus*** *a um campo. (...) E a teoria do* ***habitus*** *visa fundar a possibilidade de uma ciência das práticas que escape à alternativa do finalismo ou mecanicismo. (...) O habitus, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidos para este fim"* (Bourdieu,1983:93-94).

implicando em outras histórias institucionais, outros ideários, outras posições no espaço social, agentes de origens e biografias diversas, evidenciou-se na cena social e política brasileira dos últimos anos, como já foi dito. Outros acontecimentos, envolvendo diferentes padrões de legitimidade e consagração fizeram inclusive com que a cotação do nome "ONG" subisse no mercado simbólico do universo "sem fins lucrativos". Novas (ou antigas) entidades vão surgindo, nas disputas pela nomeação e obtendo reconhecimento público – e mesmo, pelo próprio conjunto "a serviço do movimento popular", o que mais investiu no trabalho de invenção teórica e prática das chamadas "ONGs".[28]

Por exemplo, basta pensar na rapidez com que se construiu um conjunto reconhecido como "ONGs" "ecológicas", ou "ambientalistas", na sua esmagadora maioria sem financiamento internacional – ou mesmo nacional – algum, bem como deixando de contar com o também tradicional capital de relações construídas com grupos sociais nas bases da sociedade, ou com movimentos sociais de expressão, ou com as igrejas cristãs, no país, propriedade das "ONGs" "a serviço" (Landim, 1988). As "ecológicas" entram no terreno das chamadas "ONGs" com um capital acumulado advindo de outras instâncias que não essas, contribuindo para modificar posições nesse terreno e também transformando retóricas, discursos e representações – contando a um determinado momento, é claro, com os bons ventos a seu favor da ECO-92.

Realmente, algo tem mudado recentemente no campo das "ONGs" e de seu reconhecimento social, e um dos primeiros a apontar para esse fato é o próprio presidente da ABONG (e Secretário Executivo da FASE), Jorge Eduardo Durão, que afirma a partir da legitimidade que o cargo lhe confere:

"A Rio-92 colocou as ONGs na boca do povo. Por exemplo: eu trabalho na FASE desde 1977; durante doze, treze anos era difícil explicar o que era a FASE para pessoa comum, mesmo para pessoa razoavelmente informada. Era mail fácil, no caso, você explicar o que era a Fase para as lideranças populares. Talvez só as lideranças dos movimentos sociais conhecessem entidades desse tipo, ou pessoas de círculos restritos, da Igreja, de governos ou órgãos multilaterais de cooperação. De repente, basta você dizer: eu trabalho em uma ONG. Na verdade, as pessoas continuam não sabendo exatamente o que você faz, mas já passa a haver, pelo menos, um reconhecimento" (Proposta, 1992:10).

Jorge Eduardo nos informa, em primeiro lugar, que a "sua" "ONG" tem o capital acumulado específico, o *pedigree*, de ter nascido há tempos no berço de lideranças populares e de movimentos sociais (observe-se que a palavra "tradição" é reivindicada pela ABONG, em texto citado acima). Não é uma recém-chegada no campo. E nos indica as áreas institucionais por onde tradicionalmente ela se move, estas também de prestígio e nas quais – não é de hoje – sabe-se muito bem o que é uma "ONG". Afirma a ortodoxia. Mas as "ONGs", aquela informação talvez nos sugira, também adaptam-se aos novos tempos, quando se perde em qualidade de informação o

[28] É interessante observar, no caso, que esse tipo de diversidade esteve incluído no próprio conjunto que fundou a ABONG: apesar da hegemonia, entre as 108 entidades, das que podem ser classificadas como "AMP" (75% dentre elas, segundo minha avaliação), figuram na lista 13 entidades dedicadas a questões de "mulheres", 5 a "negritude", 3 a "índios", 2 a "meninos de rua" e uma, respectivamente, a "ecologia", "AIDs" e "deficientes físicos". Participando da Associação, essas entidades se legitimam como "ONGs", contaminam-se com o discurso oficial do "a serviço de movimentos populares" e ao mesmo tempo contribuem para um efeito de consagração da ABONG como entidade abrangente da diversidade e detentora do monopólio da nomeação. Participação, no entanto, praticamente simbólica, já que não representativa do peso que certos "subconjuntos" assumem, na visibilidade social do nome, como é o caso das "ecológicas".

que se ganha em marketing – numa divulgação agora não mais, ou não apenas, para o *"popular"*, mas para a *"boca do povo"*. Trabalhar em uma "ONG" já é ocupação profissional que se apresente, o que não é pouca coisa para quem vem há anos apostando na criação de um corpo específico de atores na "sociedade civil" – especialistas e entidades – reconhecidos como tais. Isso, mesmo que tal consagração seja vista como fruto de um acontecimento em que "ONGs" concorrentes ao campo das "de assessoria popular" – sobretudo as "ambientalistas", ou "ecológicas" – ganharam peso e visibilidade social.

É que a subversão dos recém-chegados ao campo das "ONGs" – ameaçando o monopólio do uso da sigla e concorrendo pelos capitais específicos e pelos critérios de legitimidade acumulados pelas "populares" – contribui para reforçar o campo, através das cumplicidades, dos acordos e das reiterações em relação à crença sobre o que merece ser disputado, aquilo que está subjacente a todos os antagonismos (Bourdieu,1983:90/91).

Essas concepções podem ser úteis na aproximação, feita a seguir, a espaços sociais marcados pela diversidade, pelas ambigüidades e pelas concorrências em que, relacionalmente, também se constrói a identidade e o reconhecimento das "ONGs", hoje, no contexto brasileiro.

3. DIVERSIFICAÇÕES E AMBIGÜIDADES.

3.1. PÓS-PLANETA ATERRO: NA BOCA DO POVO.

> ***ONG: um nome depois da Rio-92.***
> (Aurélio Vianna em "Tempo e Presença", set/out de 1992).
>
> ***E para criar o clima, o bar lança dois novos drinques que vão fazer a turma pegar fogo. 'Luís XV' é a bem-aventurada união de uísque com morangos frescos. Enquanto isso, 'ONG' mistura conhaque, drambuie e creme de leite. É de esquentar qualquer um (...)*** (Jornal do Brasil, "Programa", 3/7 a 9/7 de 1992)
>
> ***INDEPENDÊNCIA. A secretária do homem era uma ONG. Os sócios de sua conta bancária não tinham controle sobre o dinheiro que ela movimentava.*** *(Informe JB, Jornal do Brasil, 5/7/92).*

Como foi dito, as organizações "a serviço dos movimentos populares" foram as primeiras – ou talvez as únicas, de modo mais sistemático – a se auto-identificar, a investir na construção de um conjunto de crenças e concepções sobre o que é ser uma "ONG" no Brasil, a produzir instâncias onde se constituem padrões de legitimidade a esse respeito.

No entanto, como se vê, a sigla "pegou". "ONG" – termo importado, definição por negação – é expressão que traz a marca da polissemia, e portanto da possibilidade de usos diferenciados, por grupos diversos (e, enquanto objeto de luta política, da polêmica em torno desses usos).

A categoria, por seus efeitos estruturantes, foi designando e criando grupos, classificando agentes e entidades para além do conjunto "AMP" que lhe deu o sentido original. Ou seja, o universo das "ONGs" cresce e se diversifica em variados subconjuntos, pois é assim, nesse "sistema totêmico" contemporâneo, que funciona o fenômeno (é da natureza do "bicho ONG", como chamou o jornalista, ser ou de "ecologia", ou de "mulheres", de "negritude", de "índios" de "meninos de rua", etc.). E esse universo se reproduz não apenas pela criação de novas organizações, mas sobretudo pela re-semantização de antigas, num processo sem fundo. Daí, certamente, a rápida multiplicação numérica que nos é apresentada através da imprensa ou dos catálogos de "ONGs" que vêm sendo produzidos.

Sem dúvidas, e como já se disse, o acontecimento aleatório que foi a realização da UNCED a do "Forum Global" no Rio de Janeiro concorreu para trazer a esses processos marcas nada desprezíveis. Os acontecimentos envolvidos na ECO-92 foram ao mesmo tempo reveladores e catalizadores dessas mudanças recentes. Pode-se pensar que – pelo aumento de reconhecimento e prestígio social dado, então, a entidades e agentes designados pela categoria – esses eventos produziram ou catalizaram um processo de multiplicação de recém-chegados buscando um lugar ao sol no território das chamadas "ONGs", disputando com as já consolidadas o monopólio da

sigla e o capital específico acumulado em sua história, como as parcerias solidificadas com agências internacionais, as relações construídas com setores, grupos e movimentos sociais na sociedade brasileira ou a formação de quadros profissionalizados do *métier*.

Sobretudo, e obviamente, foram as entidades "ecológicas", ou "ambientalistas" brasileiras as que tiveram seu momento rápido de acúmulo de prestígio e consagração, dados pelo caráter do evento e de seu tema principal, tendo sido grande a sua multiplicação durante os anos imediatos que antecederam a UNCED. Da mesma forma, entidades como as femininas / feministas e as que tratam de questões raciais e étnicas (basicamente, as que se ligam a questões de negritude e de sociedades indígenas) também tiveram um momento especial de afirmação nesse acontecimento promovido por instâncias internacionais. Em primeiro lugar, essas são questões particularmente valorizadas no campo das entidades civis dos países desenvolvidos, onde ocupam posição dominante com relação às ligadas a movimentos sociais tradicionais, como por exemplo o sindical – campo de peso, historicamente, no Brasil, para atuação das entidades "AMP". Mas além disso, o próprio ideário ecológico se constrói valorizando os chamados "novos movimentos sociais" (cf. por exemplo Galtung, 1986) – para alguns, movimentos "pós-materialistas" (Inglehart,1977) – em um debate com concepções "economicistas", ou "classistas", da sociedade.

As "ONGs" de "assessoria e apoio aos movimentos populares" tiveram então que enfrentar o aparecimento e a consagração, nesse momento, de novatas no campo, contando com a "subversão" de novas instâncias de legitimação e regras de reconhecimento – onde tiveram peso agências financiadoras e "ONGs" internacionais também estranhas ao universo de "parcerias Norte-Sul" estabelecidas anteriormente.

Pensando-se nesse reconhecimento da categoria "ONG", não se pode deixar de considerar o caráter do espaço social peculiar constituído pelas 1200 entidades civis que compuseram – como se disse, de modo formalizado, através de inúmeros encontros e debates geralmente bastante acalorados – o "Forum Brasileiro de ONGs Preparatório Para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente a Desenvolvimento".[29] Este foi verdadeiro ritual de confirmação, para quem dele participou (com suas possíveis conseqüências sociais mais amplas), da existência de uma "sociedade civil organizada" no Brasil – ao mesmo tempo em que a inseria, no mesmo "rito de passagem", numa dimensão internacional, através do "Forum Global" a cuja dinâmica se ligou. "Nada será como antes", como se afirma no título de uma matéria da revista Tempo e Presença sobre o assunto, editada pelo CEDI ("ONG" consagrada no campo das AMP), composta de entrevistas de organizadores, no Brasil, desses acontecimentos, definidos como "o maior encontro da sociedade civil planetária dos últimos tempos" (CEDI, 1992:7) e onde se privilegia o comportamento das "ONGs" brasileiras nesse contexto de alianças nacionais e internacionais.

O que importa ressaltar aqui é o fato de esse ter sido um momento em que entidades chamadas de "ONGs" se veem inseridas, inclusive em posição privilegiada (como atesta antes de mais nada o próprio nome do "Forum") no campo das entidades civis brasileiras as mais diversificadas – o que concorreu para seu reconhecimento e afirmação, bem como para a construção de uma identidade específica no seio desse universo, através de um jogo relacional, de

[29] Além dos documentos consultados sobre o "Forum", conto com observações pessoais dadas a partir de minha participação, como agente no campo, na dinâmica dos eventos aqui mencionados.

um processo de distinções e contrastes, identidade assim particularmente sujeita a manipulações pelos grupos envolvidos. Antes de prosseguir com essas questões, e em função delas, é interessante que se forneçam alguns dados sobre essa grande e inédita organização que foi o "Forum" brasileiro.

O "Forum" conseguiu reunir, formalizadamente, nos mesmos recintos e em torno dos mesmos debates, entidades como uma FASE, um CEDI, um IBASE ("ONGs" reconhecidas do universo "AMP") e também um Clube Excursionista Face Verde, do Paraná, ou a Associação dos Pais e Amigos dos Portadores da Síndrome de Dawn; desde a CUT até entidades cujo nome não nos permite uma imediata identificação de propósitos, como um Grupo Projeto Trem da História, de Minas Gerais, ou o Forum Permanente de Tradições Espirituais e Meio Ambiente, de Brasília, ou ainda uma Instituição Pensar, de Salvador – passando por diversas associações de moradores e associações profissionais de todo o país; do Grêmio Estudantil do Colégio Pedro II à Comissão Pró-Índio do Acre, passando pela Associação de Amigos de Parques, Praças e Afins, de São Paulo, ou a Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental, de Mato Grosso; da Casa de Cultura da Mulher Negra ao Casarão Centro de Educação Especial, no Rio de Janeiro, ou ainda a antiga União dos Escoteiros do Brasil. Entidades as mais diversas, de nomes muitas vezes curiosos – a que se dedicam, quem as compõe, qual a efetividade de sua existência? – as quais, juntas, através de seus representantes, tinham um forte efeito simbólico de afirmação de um mundo diversificado, recente, não muito visível e pouco estudado do associativismo brasileiro.

Chegou-se à construção desse conjunto de entidades – cujo título indicador de pertencimento vinha dado, já que se tratava de encontro de "ONGs" – através de muitas disputas sobre inclusões e exclusões. Quem entra, quem não entra? Jogavam-se cacifes os mais díspares na mesa, capitais sociais diferenciados acumulados no campo de entidades civis e movimentos sociais surgidos sobretudo nas últimas duas ou três décadas no país, numa complexa diversidade de critérios de legitimidade. O que se iniciou, ainda em 1990, como um pequeno "Forum" de 40 organizações, fundamentalmente as que se definiam por um trabalho ligado a questões "ambientalistas", ou "ecológicas" – as que primeiro visualizaram o possível peso da realização de uma conferência como a UNCED no Rio de Janeiro, ou as que valorizavam o ideário "ecológico" – termina por admitir em sua composição "ONGs" que jamais trataram da questão ambientalista (como as "AMP") e mesmo entidades que não são reconhecidas quer como "ONGs", quer como "entidades ecológicas", como as sindicais, ou as associações de moradores. Na realidade, não houve a possibilidade prática de maiores vetos, e a liberalidade na inclusão prevaleceu.

A título de ilustração – para que se visualize empiricamente esse conjunto – agrupei as organizações presentes no "Forum brasileiro" em espécies de "subconjuntos", a partir do que se pode depreender de seus títulos (claro, sem nenhuma intenção de estabelecer qualquer taxionomia, mas apenas para que se tenha uma idéia mais concreta da diversidade presente). Foram elas, segundo listagem obtida nos arquivos do "Forum": **536** cujo título revela serem "ambientalistas", ou "ecológicas"; **119** que poderiam ser enquadradas no que entendemos aqui como entidades "de assessoria e apoio a movimentos sociais / populares"; **84** sindicais; **81** profissionais; **42** ligadas a igrejas ou grupos religiosos, quer "alternativos", quer de ação "política" (direitos humanos, pastorais populares, etc.); **34** associações de moradores; **34** ligadas a causas indígenas; **33** a feminismo; **32** estudantis, do tipo representativo; **22** que podemos definir como culturais (centros de pesquisa, de artesanato, de teatro, etc.); **17** ligadas a movimentos e questões de saúde, ou

associações em prol de deficientes físicos e mentais; **14** ligadas a questões de negritude; **9** a defesa de menores; **8** do tipo clubes de serviços (como o Lions); **6** de luta contra a AIDS; **2** de questões ligadas aos homossexuais; **28** não identificáveis pelo título.

Embora as concorrências pela hegemonia nesse processo fossem acirradas, com as bem novatas "ecológicas" brasileiras invocando a seu favor as propriedades específicas que lhes rendiam poder simbólico, em um acontecimento "ecológico planetário" – e disputando, por aí, posições com "as que nunca se interessaram por ecologia", como acusavam [30] – o reconhecimento no campo social e político adquirido em toda uma história por entidades do tipo representativo como uma CUT (Central Única dos Trabalhadores) ou uma FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), ou mesmo pelas "ONGs" pioneiras do campo "popular", teve necessariamente peso nesse jogo. Contaram também nesse reconhecimento, por exemplo, as qualificações detidas pelos agentes dessas últimas organizações para se mover no campo da política – a da política internacionalizada do campo das "ONGs" – bem como com o seu grau de institucionalização, traduzido em infraestruturas capazes de acompanhar a dinâmica de um evento desse porte. Etc. [31]

Não se pretende aqui aprofundar a análise do "Forum" enquanto espaço de forças em concorrência – de fato, um aparelho particular, em que se misturavam os profissionais de política de sempre com neófitos no campo, esses em franca maioria numérica; que misturava velhos a moços, em três gerações de idade e em várias "gerações" dadas por afinidades de outra ordem, como ideários e redes de relações; que juntava especialistas dos mecanismos de representação política com ativistas de outra qualidade, que não detinham as competências apropriadas para esse jogo – as retóricas, o saber prático envolvido na condução de debates públicos, nas técnicas de manipulação de assembléias, etc. Essa mistura provocava freqüentemente a quebra das regras estabelecidas em jogos de poder conhecidos em espaços análogos, numa dinâmica que provocava inesperados resultados para os veteranos especialistas na política – um pouco como acontece com a presença de novatos nas mesas de pôquer. [32]

Interessa aqui entrar na lógica classificatória desse conjunto diversificado, contexto exemplar onde sobressaem, como foi dito, determinadas relações que conformam uma identidade "ONG". Diante do quadro apresentado acima, vale indagar que estratégias de classificação foram acionadas para dar conta dos critérios de participação no "Forum" e, sobretudo (já que, como se viu, esses acabaram por ser os mais abrangentes possíveis), da composição de suas instâncias de poder – a "Coordenação Nacional" e a "Secretaria Executiva".

[30] *"Num universo que depende em sua própria realidade da representação que os agentes fazem dele, esses podem tirar partido da pluralidade dos princípios da hierarquização e do fraco grau do capital simbólico para tentar impor sua visão e modificar, na medida do seu poder simbólico, sua posição no espaço modificando a representação que os outros (e eles próprios) podem ter dessa posição"* (Lenoir, s/d:9).

[31] Por exemplo, a eleição de representantes de entidades para cargos que implicassem em participação nos espaços internacionais teve que admitir como critério "eliminatório" a capacidade de se falar o inglês – e não eram muitos os habilitados para isso nesse grande universo, mostrando de alguma forma origens e trajetórias de seus componentes.

[32] Como diz Jean Pierre Leroy, percebendo e tentando enfrentar essas particularidades (como se falou, agente em posição de coordenação desses processos) e certamente afirmando uma lógica "alternativa" que tem a ver com um modo de visão próprio às "ONGs": a melhor forma de definir o "Forum" seria como *"espaço"*, por diferenciação a algo como *"uma central, um partido, um congresso qualquer"* (Leroy,1991).

Já a partir do 3° encontro do "Forum Preparatório de ONGs brasileiras", com 160 entidades presentes, estabeleceu-se a seguinte classificação organizadora dos que aí participavam: *"**ONG**s ambientalistas; **ONG**s da área do desenvolvimento e/ou de assessoria / apoio aos movimentos sociais; **entidades profissionais** que manifestam interesse por essa questão (agrônomos, geógrafos, advogados, etc.); e **organizações de movimentos sociais** (sindicais, de moradores, feminino, negro, jovem e – a partir do V Encontro – movimento indígena)"* (Leroy, 1991, grifos meus).

Na reunião decisiva de escolha da Coordenação Nacional do Forum (esta, composta por 26 entidades) fica-se, após muito debate, com uma tríade: deveriam estar representados aí as "**ONGs Ambientalistas**"**; as** "**ONGs de Desenvolvimento**"; e os "**Movimentos Sociais**" (que, pela listagem dos escolhidos, podem ser identificados como os de moradores, sindical, de seringueiros, de barragens, de mulheres, índios, negros e jovens). Essa classificação teve a ver com o nome que o "Forum" passaria a adotar, a partir de um determinado momento: "Forum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento".

Como se vê, nesse contexto, "ONG" é categoria que toma sentido a partir de "relações de identidade", para tomar uma noção desenvolvida por Goodenough.[33] Ou se é "ONG de Desenvolvimento", ou se é "ONG Ambientalista"; e, em outra combinação, ou se é "ONG", ou se é "Movimento".

Quanto ao primeiro par complementar, é composto pelos dois "conjuntos" de entidades concorrentes que ganharam então reconhecimento pelo senso comum como "ONGs", as quais dispenderam, pelo que pude observar, enormes quantidades de energia em disputas entre si durante o evento – traduzidas em lutas pelo discurso legítimo sobre "ambientalismo e desenvolvimento" e pelos cargos de poder, em votações acaloradas. "ONGs de Desenvolvimento" foi o termo adotado pelas nossas ortodoxas entidades "de assessoria e apoio a movimento popular", que se rebatizam em função do contexto: tratava-se de uma conferência de "ambientalismo e desenvolvimento", e elas vão disputar a palma das mais autorizadas a falar sobre esse último. Ou seja, a promover o debate sobre modelos de desenvolvimento sob um ponto de vista que compreendesse a justiça social, a participação popular, a cidadania – sob um ponto de vista que privilegie os problemas do "Terceiro Mundo" – suas especialidades, terreno onde têm um cacife acumulado por relações construídas com movimentos e organizações na sociedade brasileira.

Por outro lado, a existência da disputa mostra o processo de consagração, em pouco tempo de vida, das entidades ecológicas, ou ambientalistas,embora contando com poucos aliados em termos de bases sociais de apoio. Certamente, contaram aí as associações profissionais e universitárias dedicadas ao tema, bem como contou a sua predominância numérica, constituídas que são por uma miríade de pequenas entidades pouco conhecidas e de muito precária institucionalização (o que é absorvido pelo seu ideário que compreende, em algumas de suas vertentes, a valorização do "pequeno" e do "alternativo"). Além, é claro, de contarem com os

[33] Para além das diferenças entre essa concepção e as de autores já mencionados, ela é tomada aqui na reafirmação da idéia "situacional" de identidade. Supõe-se, no caso desse tipo de criação de identidade social, a existência de ao menos dois elementos, denominados "identidades complementares", ou "combinadas", relações inteligíveis e que ganham sentido dentro de determinadas contextualizações (Goodenough, 1965).

capitais simbólicos dados pela fácil disseminação de seu ideário pelos canais formadores de opinião e da adesão a ele por parte dos mais diferentes setores sociais.

Já a identidade combinada "ONG" e "Movimento" foi a mais visível – dando inclusive, como foi dito, o novo título a esse conjunto de organizações. Consagra-se, nessa distinção relacional, não só a existência de "ONGs", como a polissemia do termo, capaz de indicar uma pluralidade de organizações.[34]

Observe-se que conjuntos expressivos de entidades – como as de "negritude", ou de "mulheres" (ou mesmo, como se mencionou, algumas "ecológicas") – foram levadas a optar, na dinâmica do "Forum brasileiro", pela identidade "movimento social", atuando em conjunto através de representantes escolhidos em espécies de coletivos de entidades criados nessas respectivas área. Em outros contextos, no entanto, essas organizações utilizam comumente a classificação "ONG".

Finalmente, cabe observar que essas instâncias geraram novos discursos entre as "ONGs", dados a partir de sua contaminação – apropriada aos eventos – pelo ideário da ecologia. Em primeiro lugar, tomando-se a questão dos conteúdos dos temas e debates, uma dinâmica generalizou-se rapidamente: todos os grupos desenvolveram discursos sobre o ambientalismo e a relação com o seu campo específico de ativismo e de problemas. Desenvolveram-se concepções, expressas em encontros e publicações de "ONGs" feitas em função da ECO-92, sobre a relação entre negritude e ecologia; entre as associações de moradores e ecologia; entre as lutas dos operários e a ecologia; entre os camponeses e a ecologia; entre mulher e ecologia; entre religião e ecologia...[35] Como se disse, coube às entidades de "assessoria e apoio aos movimentos populares" – junto às organizações e movimentos aos quais se ligam – aprofundar o discurso crítico sobre os modelos de desenvolvimento, entrando-se por aí nas questões dos "novos paradigmas" colocados pelo campo das concepções ecológicas.

Por outro lado, surgem também novas definições objetivadas sobre o que é "ONG" – definições propostas geralmente, ainda, pelos agentes ligados às entidades de "assessoria e apoio popular" que se encarregaram da sua participação mais intensa no encontro, em posições de coordenação. Tratou-se, para alguns, de reafirmar a existência da categoria e redefinir o que é "ONG". É o caso ainda de Aurélio Vianna, para quem a Rio-92 teria deixado como legado, ao terminar, um *"novo nome"*, que *"passou a fazer parte do nosso vocabulário: ONGs – descobertas pela mídia, pelo governo brasileiro a também por grande parte da população"*. O autor não apenas chama a atenção para ser esse um momento de afirmação de novas identidades

[34] Como afirma Aurélio Vianna (membro da coordenação do CEDI, representante da entidade nos eventos da "ECO-92" e antropólogo), outro observador ocular dessa história e também produtor de teorias e imagens que têm suas consequências sobre ela: *"Quanto mais se definia o que é ONG, mais algumas organizações se identificavam, ou não, como movimento. Isso foi bastante comum entre algumas organizações autodenominadas ambientalistas que, por se sentirem em uma encruzilhada entre ser movimento ou ser organização, passaram a recusar o termo ONG para si. Outra vertente identificava as ONGs como organizações que teriam uma competência específica, relacionada à capacidade de produção de conhecimento e operacionalidade no âmbito internacionaI. De todo modo, mais ou menos à vontade com o termo, chegou-se aos eventos do Forum Global com uma grande identidade construída de ONGs brasileiras"* (Vianna,1991:6).

[35] O ideário ecológico se presta a esse tipo de "contaminação", pelo seu caráter globalizante, capaz de incorporar uma diversidade de atores, debates, campos institucionais. Mais proximamente dos acontecimentos analisados aqui, Aurélio Vianna aponta, a partir de um conjunto de artigos escritos por ativistas ecológicos e publicados em periódicos de "ONGs", para "o *caráter escatológico, fundamentado na ciência, do discurso ambientalista"*. Construir-se-ia um *"tipo particular de ideologia que, por pretender o consenso de toda a 'sociedade planetária', participa da arena política como proposta de uma 'nova utopia'* (Aronson,1976:14 e 15) *(...) Esse ecologismo estaria no mesmo campo de debates de ideologias que pretendem o consenso na organização da sociedade, como por exemplo, o 'socialismo' ou o 'liberalismo'"* (Vianna, 1991:21).

mas, *"mais particularmente, da identidade de ONG. É certo que o termo ONG já era conhecido e utilizado em várias situações"*. E eu agradeço a citação elogiosa do colega de campo, prosseguindo aqui na afirmação circular dos autores-referência: conforme ele segue, *"Importante e inovador trabalho de Leilah Landim (ISER) sobre ONGs no Brasil, publicado em 1988 (antes da constituição do FORUM), apesar de ter contribuído para ajudar a criar uma auto-imagem de diferentes organizações civis no Brasil, não havia logrado – e não era esse o objetivo do estudo estabelecer uma classificação que desse conta da auto-imagem dessas organizações que agora participavam publicamente de uma série de eventos como ONGs (...)"* (Vianna, 1992:5). Como ele diz, *"ONG" é "um nome depois da Río-92"*. Ainda para o autor, o processo de constituição do Forum, com entidades de natureza tão diversa, levou à constituição de identidades e a *"Uma grande aceitação do termo ONG como designativo de um conjunto extremamente diverso de organizações"*. E define: *"aqui* (no Brasil) *e no contexto do Forum, ONG era, dentre outras coisas, a designação de organizações da sociedade civil não comprometidas com o atual modelo de desenvolvimento econômico"* (p.6).

A definição, portanto, segue a tradição de oposição política das "ONGs" brasileiras – onde o não governamental tende a se confundir com o anti-governamental – mas rompe com, ou secundariza, a ênfase na lógica do "serviço", ou da "assessoria", a qual as antigas práticas do campo consagraram. Essa definição reproduz-se no próprio critério formal tirado dos debates para participação no Forum, segundo documento de Jean Pierre Leroy: *"participar do Forum supõe ter uma visão crítica em relação ao modelo de desenvolvimento dominante, associar a questão ecológica à questão social e tratar o meio-ambiente como questão política"* (Leroy,1991). Certamente, discurso que expressa um compromisso entre o grupo de "ONGs" a movimentos sociais comprometidos com a *"justiça social"*, *o "popular"*, a *"classe"* – que passam a incluir em seu discurso a *"questão ecológica"*, a do *"meio ambiente"* e a de *"modelo de desenvolvimento" – e* os grupos e movimentos ambientalistas.[36]

Em resumo, podemos concluir que, nas disputas entre ortodoxos a novatos, na criação de identidades relacionais e ambíguas, na afirmação da polissemia do termo "ONG", entre mortos e feridos, salvam-se todos: como se disse anteriormente, reforça-se o "campo" a partir das cumplicidades subjacentes aos antagonismos (e o reconhecimento social das "ONGs" a partir de sua distinção / complemento a "Movimentos" foi, por exemplo, conseqüência significativa nesses processos). O conjunto de eventos que constituiu a ECO-92 teve um óbvio efeito consagrador da categoria – que inclusive "cai na boca do povo".[37]

[36] Já por sua vez Liszt Vieira, um ecologista "histórico" brasileiro, Diretor de uma "ONG" ambientalista no Rio de Janeiro, a IED, representante do Forum Brasileiro no Grupo de Trabalho Internacional organizador do Encontro Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, propõe também uma definição em que se conciliam os campos "popular" a "ambientalista": *"Uso o termo ONG dentro do espírito que foi compreendido no Forum Brasileiro, ou seja, entidades ligadas a questões do meio ambiente e desenvolvimento, comunitárias, religiosas, mas comprometidas com a mudança social e com uma visão crítica do atual modelo de desenvolvimento injusto socialmente e predatório ecologicamente. Essa definição estabelece um certo limite e exclui uma série de entidades que, embora não sendo governo, não se afinam com esses princípios apontados. Na verdade esse nome ficou, mas não é bom porque se define pela negação"* (Vieira,1992:11).

[37] Seria interessante inventariar as imagens mais "sensacionais" criadas pela mídia, nesse contexto – em geral "despolitizadas" e recusadas pelos agentes em questão (como as mencionadas nas epígrafes). Reiteram-se, aí, definições relacionais de "ONGs", só que os objetos da distinção são outros. Por exemplo: "O *festival hippie de Woodstock não serve de referência: faltam músicos drogados como Jimi Hendrix e sobram drogas musicais (...). A Feira da Providência poderia ser um termo de comparação, mas quem quiser comprar artigos de primeira necessidade corno vestidos rendados do Além-Tejo (...) vai ficar na vontade. Melhor admitir logo que a cidade de 130.000 metros embutida no Aterro (...) não se parece com nada que já tenha existido no planeta. (...) Como explicar que não se sinta no ar de uma cidade habitada por moradores de Santa Teresa o mais remoto cheiro de maconha?"* (Veja,1992). Nem feira de caridade, nem espécie de novo movimento hippie. A imagem, ou imagens, das "ONGs" criam-se através das mais surpreendentes distinções.

Participando do grande ritual – caminhando pelas centenas de "tendas" representando diferentes "ONGs" do mundo (que couberam no "planeta Aterro") – um agente de uma entidade pequena, com trabalhos em áreas rurais do Nordeste do país, me dizia (talvez com ironia?): *"- É, eu não sabia que nós, com nosso trabalhinho, éramos isso não!"*

3.2. OS CADASTROS: NASCIMENTOS E REBATISMOS.

> ***"Quero sair do ostracismo!"***
> (Justificativa que me foi dada por dirigente de entidade, pedindo-me para incluí-la num "catálogo de ONGs" que eu elaborara).

Assim como os acontecimentos analisados acima, a produção e publicação recente de diversos "catálogos de ONGs" – listagens com nomes, endereços e às vezes mais alguns dados sobre entidades que são por eles classificadas como tais – remete quem os lê a um universo extremamente diversificado de organizações civis brasileiras com fronteiras difusas e pertencimentos ambíguos. Essas listas, revelando de forma paradigmática a polissemia do termo "ONG", agrupam e conformam subconjuntos de entidades consideradas, nesses contextos, como "afins" – por ideários, redes de relações, histórias, agentes, ativismos. É de se perguntar sobre as conseqüências sociais possíveis da composição e publicação dessas listagens, quer quanto à consagração e aos usos da categoria "ONG", quer quanto à estruturação de "conjuntos" de agentes e entidades as mais variadas às quais se dão de alguma forma atributos comuns.

Em 1986/87 realizei uma pesquisa com a participação de equipe do ISER, a qual deu origem a uma publicação chamada "Sem fins lucrativos – as organizações não-governamentais no Brasil" (Landim, 1988). Realizamos, então, um inédito catálogo listando o que chamamos de "ONGs a serviço do movimento popular" (ou "ONGs SMP"), listando também separadamente e de maneira não tão trabalhada as "ONGs ecológicas" e as "ONGs de mulheres", compondo três subconjuntos de "ONGs", *"três tribos de ativistas, com suas histórias, mitos e ritos distintivos"*, como escrevi na Apresentação ao trabalho (Landim,1988:7). Ao todo, o cadastro – que continha nomes, endereços e breves "perfis" das organizações que pudemos alcançar através de pesquisa por questionários ou entrevistas – listava 1.010 entidades. O interesse maior da pesquisa era o universo das "a serviço", ao qual se dedicou mais trabalho e sobre o qual produzi um texto analisando os dados da pesquisa, contido na mesma publicação. Por que motivos fossem, dentro de um campo de concorrência difusa – as razões alegadas eram geralmente políticas, de "não se entregar o ouro ao bandido", divulgando informações que deveriam ser mantidas a nível discreto e sob controle – houve resistências e críticas, entre estas entidades, quanto à pesquisa. Alegava-se também, entre as "SMP", que era falsa a criação de uma identidade comum entre organizações que tinham orientações práticas e ideológicas diferenciadas. Questionava-se a categoria "ONG" como algo que fizesse sentido na criação dessa identificação. Ou seja, apesar de haverem transcorrido poucos anos de lá para cá, naquela época, como eu concluía, *"No nosso meio (...) a criação de uma identidade comum é processo que apenas se inicia"* (Landim, 1988:26).

Já se forneceram dados aqui para mostrar como esse processo, então iniciante, desenvolveu-se rapidamente. E o cadastro realizado acabou por revelar sua oportunidade e atualidade, dentro desse contexto mais amplo de criação e visibilidade crescente de entidades chamadas de "ONGs" – bem como, certamente, representou algum papel nesse processo "ajudando", para usar as palavras de Vianna mencionadas, a "*criar uma auto-imagem de diferentes organizações civis"*. Ou seja, na realidade se estava "inventando" um nome para designar organizações que vinham se constituindo basicamente nas duas últimas décadas – ressaltando-se particularmente os "Centros de Educação Popular", ou de "Assessoria e Apoio". Num processo de re-semantização, criava-se uma nova identidade.

Na terceira parte desse trabalho, já que esse subconjunto é o seu objeto principal, serão retomadas observações sobre esse catálogo das entidades "SMP" o qual – em que pese as contestações do "campo" provocou inúmeras reações de adesão sob a forma, por exemplo, de correspondências de entidades que não haviam entrado na lista, pleiteando sua inclusão como "ONG" em possíveis futuras atualizações. A epígrafe acima é de fato reveladora desse efeito de reconhecimento, qualquer seja seu peso, que a publicação de uma listagem desse tipo pode provocar, um "*who's who"* do mundo das entidades civis onde o batismo como "ONG" pode ser uma porta de entrada para acesso a determinados capitais simbólicos ou materiais.

Esse tipo de processo passa a ocorrer, para outros conjuntos de entidades que não apenas o ligado ao mundo chamado de "popular". Multiplica-se recentemente a publicação de cadastros que compõem conjuntos diversos de organizações. Em universos de entidades de precário ou inexistente reconhecimento oficial, invisíveis para seus sistemas de cadastramento ou estatística, a produção e publicação de "catálogos" tem sido fator de criação de legitimidade e reconhecimento social. No caso – o das listagens de entidades classificadas como "ONGs" – essas têm o efeito de criar identidades entre conjuntos de organizações que, em grande parte, não nasceram "ONG", mas sim foram re-semantizadas como tal. Essas publicações podem fornecer elementos para que se identifiquem algumas características do que vem sendo reconhecido socialmente como "ONG", bem como para que se pense sobre seu aumento a visibilidade.

Um exemplo significativo são os catálogos de "ambientalistas", que em sua seqüência apresentam um conjunto em incrível crescimento: conforme os mencionados abaixo (não há a pretensão de esgotar todas as publicações) tem-se um de **402** entidades (Landim, 1988); um de **392** entidades (Ministério das Relações Exteriores, 1991); um de **1.003** (MAMA, 1990) e outro de **1.553** (Mater Natura/WWF, 1992).

A listagem elaborada por mim em 1987 continha **402** entidades "ecológicas", a qual teve como base um catálogo elaborado pela SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente) (SEMA,1987); também listas de endereços em geral, malas diretas – obtidas junto a parlamentares, entidades ou ativistas dedicados a causas "verdes"; dados obtidos em panfletos, publicações, etc. A listagem, que reproduzia então da maneira mais fiel possível um autoreconhecimento, uma classificação "nativa", surpreendia pela mistura de entidades variadas segundo origens, objetivos, graus de institucionalidade.[38]

[38] Com a mesma metodologia – partindo de listagens e entidades auto-reconhecidas como "ecológicas", ou "ambientalistas" atualizei esses dados apenas para a área Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1991. Passou-se, aí, de **55** para **202** entidades. Esse enorme crescimento revelou não apenas a criação de novas organizações, como a re-semantização de antigas como "ecológicas".

Uma diversificação do mesmo tipo se reproduz em catálogos mais recentes realizados – e mais autorizados, por terem sido produzidos por instituições reconhecidas na área da ecologia, ou de instâncias governamentais – o que é sugerido pelos títulos das entidades aí contidas. É o caso do catálogo realizado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), de 1990, que sob o título de "Cadastro Nacional das Instituições que atuam na área do Meio Ambiente – Organizações Não Governamentais" (MAMA,1990) apresenta nomes e endereços de **1.003** entidades. Assim como o mais recente "Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas", com o subtítulo em inglês que indica a transnacionalidade das redes que lidam com a questão (Brazilian Diretory of Environmental Institutions), publicado em novembro de 1992 por duas instituições em parceria: a brasileira Mater Natura e a não governamental internacional World Wild Fund For Nature. A publicação contém o endereço de 1.891 organizações, das quais 358 são órgãos governamentais *"e **1553** são ONGs"*, apresentadas separadamente, como nos informa a Nota Explicativa inicial (Mater Natura/WWF, 1992:VII).

Para tomar as publicações que, por minhas observações, suponho serem as mais reconhecidas no meio: o "Cadastro" do IBAMA nos revela que *"foi realizado através de ampla pesquisa, quando foram consultadas várias fontes, elaborando-se, para cada Unidade Federada, uma relação que, por sua vez, foi submetida à apreciação do órgão Estadual de Meio Ambiente* (...)" (MAMA, 1990, Apresentação). Já o último mencionado nos informa que partiu da compilação de endereços de listagens existentes em 94 organizações da área ambientalista, governamentais ou não, a partir dos quais foram enviadas cerca de 9.000 cartas, resultando nos quase 1.900 endereços, de "ONGs" e de entidades governamentais, incluídas no "Cadastro", num trabalho de pesquisa que durou três anos.

Em matéria anunciando o lançamento do catálogo acima os jornalistas o interpretam como o mais completo, com relação a outros que andam na praça, como os mencionados do IBAMA e o do "Forum Brasileiro de ONGs" (que *"possui 1300 nomes mas é uma salada mista, porque reúne movimentos de caráter político a social" – Jornal do Brasil,* 20/ 12/92). Assim como chamam a atenção para o que, em sua visão, é a falta de *"preconceitos"* do catálogo, *"que comporta conservacionistas, montanhistas, excursionistas a até entidades de proteção aos índios"*.

Mas a "falta de preconceitos" é bem maior do que se coloca no jornal: é grande a diversificação de entidades que, através dos efeitos de reconhecimento que possam ser dados por esse tipo de "catálogo" – o qual, como se vê, tem merecido divulgação pela mídia, ou o respaldo da oficialidade ao nível dos organismos governamentais – são classificadas como "ONGs ecológicas / ambientalistas". No chamado "ecologismo", é questão de debate as formas de classificar sua variedade de práticas e temáticas.[39] Não se trata no entanto, aqui, de entrar nas

[39] Apenas para mencionar autores estudiosos – e ativistas – do "campo" brasileiro, veja-se Viola,1998; Leis,1991; Pádua,1991. Aurélio Vianna, em estudo mencionado no qual analisa artigos sobre "ecologia" em periódicos de "ONGs" (da FASE, do IBASE a do CEDI), mostra como, tendo como forte referência os *"movimentos verdes"* europeus a sua *"nova forma de ver – e classificar – o mundo"*, em referenciais *"planetários"*, os autores-militantes adotam duas posturas não contraditórias: quer a de *"conscientizar"* o *"movimento popular"* quanto à ecologia; quer a de *"adjetivar de ecológica / ambiental práticas do movimento popular"*, como acontece privilegiadamente, mas não apenas, com movimentos indígenas, de seringueiros, de camponeses. (Vianna,1991:24).

discussões do campo, mas apenas de se fazerem determinadas observações sobre essas classificações concretamente encontradas em cadastros recentemente publicados.

São "ONGs ecológicas", nesse contexto dos "catálogos", em primeiro lugar e formando o seu núcleo em maior número, o que lhes dá o perfil geral especificamente "ambientalista" – entidades que têm, em seus títulos, os termos *"proteção"*, *"defesa"*, *"conservação"*, *"preservação"* do *"meio ambiente"*, da *"flora"*, da *"fauna"*, da *"natureza"*, etc. São *"associações"*, *"fundações"*, *"grupos"*, *"movimentos"*... Encontram-se aí desde organizações (em menor número) referidas a grandes espaços como a floresta amazônica, ou a Mata Atlântica, até as centenas de entidades muito pequenas dedicadas a causas localizadas: uma praça, uma praia, uma rua – essas, em grande número, bastante recentes e pouco institucionalizadas, como pude observar através das últimas pesquisas mencionadas realizadas por mim no Rio de Janeiro.[40] Juntam-se às de defesa, conservação, etc., ambiental, também as de *"patrimônio cultural"*, ou *"histórico"*.

São também classificadas como "ONGs ambientalistas" entidades que embarcam em questões culturais mais genéricas, atuando na promoção do que vêem como transformações de visão de mundo ou de valores – ou de "paradigmas civilizatórios" – as quais aproximam-se do mundo das práticas espiritualistas (um "ecologismo existencial", cf. Pádua, 1991). São entidades com nomes como Comunidade Alternativa, Ecologia da Mente, ou Eco Fraternidade Espiritualista do Vale Dourado, Aldeia Nova Era, Escritório Baha'i de Meio Ambiente do Brasil, Universidade Holística, etc.O conjunto ecológico parece estar mais próximo das "seitas" do que das igrejas – e essas são certamente, na sua maioria, entidades recentes. Junte-se a essas, algumas poucas "pacifistas", ou "antinucleares".

"Cultura", ou "arte" também são palavras freqüentes nesse universo, e são inúmeras as entidades que juntam a palavra "ambientalismo", ou "ecologia" a esses termos (Sociedade Cearense de Defesa da Cultura a Meio Ambiente, ou Associação Cultural Cabrália Arte e Ecologia, ou Movimento Arte Ecológica Permanente, etc).

Mas entidades às vezes bem antigas, de eras "pré-ecologia", com outras histórias e agentes (que em outros contextos talvez se classifiquem como "esportivas", ou "recreativas"), ganham agora novo reconhecimento como "ONGs", e como "ONGs ambientalistas / ecológicas". É o caso dos inúmeros Clubes de Observadores de Aves, ou Sociedade Protetoras dos Animais, ou ainda dos Grupos e Clubes de Excursionistas, Montanhistas, Canoeiros, Trilheiros, Alpinistas, etc., incluídos nos catálogos.

São listadas também como "ONGs ambientalistas" (por exemplo, no catálogo do Mater Natura há 42 dessas organizações) entidades que têm a ver com a defesa de grupos indígenas – aparentemente, nesse contexto, estes são jogados também na "natureza".

Finalmente, vários outros tipos de organizações, que por suas origens, natureza, rede de relações, propósitos nunca se viram como conjunto, e tampouco como "ecológicas", são agora

[40] Essas características do mundo das entidades ambientalistas são atestadas na própria Nota Explicativa da publicação da Mater Natura: *"Esclarecemos que nem todas as ONGs possuem sede a telefone. Por vezes os dados indicados referem-se d residência ou ao local de trabalho de associados"* (Mater Natura/WWF,1992:VII).

agrupadas, através dessas listagens. É o caso de entidades profissionais ou ocupacionais, amplamente mencionadas – como as Sociedades Espeleológicas, ou as associações ou sociedades de botânicos, engenheiros sanitários, biólogos, geólogos, arquitetos e paisagistas, orquidófilos, engenheiros florestais, de ciências do solo, de recursos hídricos, etc. – ou até a Ordem dos Advogados do Brasil. Estão também presentes nas listagens como "ONGs ambientalistas" inúmeras entidades ligadas a universidades (ou até escolas de segundo grau), geralmente centros de pesquisas relacionadas a áreas disciplinares análogas aos temas mencionados acima, quanto às entidades profissionais. Algumas Associações de Moradores aparecem aqui a ali (bem mais no catálogo do IBAMA do que no do Mater Natura – talvez por maiores ligações daquelas com as Secretarias de governo), assim como algumas entidades sindicais – como a CUT, a CGT, alguns sindicatos de trabalhadores rurais ou o Conselho Nacional dos Seringueiros. Outras entidades do tipo representativo relacionadas a movimentos sociais, como a CRAB (Comitê Regional dos Atingidos por Barragens), ou a FAMOPES (Federação dos Movimentos Populares do Espírito Santo), também aparecem nessas listas.

Entidades que tratam de questões relativas a "mulheres", a "jovens", a questões de saúde, aparecem nas listagens, quase sempre adjetivadas por termos que indicam uma relação com o campo da "ecologia / ambientalismo". E é significativo o número de entidades com nomes "fantasia", cuja natureza não se pode reconhecer apenas pelo título, como o Grupo Trabalho, Comida a Lazer, de Santo Antônio de Jesus, na Bahia, ou o Movimento Ecológico Gaúcho contra o Sadismo.

Finalmente, é interessante observar que o universo das "ONGs" que considero aqui como de "assessoria e apoio popular" também tem algumas de suas entidades listadas como "ONGs ambientalistas": por exemplo, no catálogo da Mater Natura constam, para mencionar as mais conhecidas no campo – a que merecerão maior atenção nesse trabalho – a ABONG, o CEDI, a FASE, a AJUP, o IBASE, alguns Centros de Defesa de Direitos Humanos, etc.

Enfim, não fosse pelo núcleo mais numeroso de organizações que têm "ecologia", "ambientalismo" ou expressões afins no seu título, seria difícil para o senso comum perceber o "tema" dessas listagens de "ONGs" que vêm crescendo, como se vê, num processo de difícil delimitação.

Outros catálogos publicados nos últimos anos poderiam ser analisados de forma semelhante aqui, revelando re-semantizações de naturezas diversas, como os de "mulheres", ou de "negritude".

Nos primeiros, por exemplo, ressaltam, além das entidades declaradamente "feministas", ou de "defesa de direitos de mulheres" – esse universo mais clara e uniformemente se coloca no campo da política, com lutas por criação de cidadania, anti-discriminatórias, por políticas públicas, etc. – também determinadas entidades profissionais. Sem ter como objetivo, aqui, aprofundar essa análise, tomo por exemplo o relativamente recente cadastro publicado em 1989 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CEDIM,1989), entidade governamental criada em 1992, que listou **444** "*grupos a instituições que atuam em favor dos direitos da mulher, no Brasil"*, classificados, internamente à publicação, enquanto *"organízações não governamentais"*. Tanto o cadastro que eu havia construído em 1987 (com 196 entidades) quanto o produzido pelo CEDIM

(guardadas as diferenças de aprofundamento da pesquisa e conhecimento do campo, maiores no último caso) partiram de redes de relações efetivamente constituídas: malas diretas e listagens feitas por entidades "de defesa da mulher" mais consolidadas, listas de participação em encontros e seminários (sobretudo nos Encontros Nacionais Feministas, anuais e bastante abrangentes). Compõe-se, assim (de forma talvez mais estruturada do que no caso "ecológico") um universo de entidades que se auto-reconhece como partilhando de um mesmo debate, através de instâncias onde se define uma "questão feminina" no Brasil.[41] E daí se dá uma re-semantização como "ONG" (em que pese a ambigüidade com "movimento", como retomarei adiante) de entidades as mais diversas, que se reúnem numa mesma listagem na medida em que participam, ou são vistas como participantes, de determinado discurso e dos ideários produzidos nessas instâncias – na medida em que entram em uma "rede" onde há uma problemática até certo ponto comum.

Nessas listas encontramos – além das bem novas entidades "feministas" – organizações definidas por ocupação.[42] Estão sobretudo aí presentes associações de profissões "femininas", como Associações de Merendeiras, de Empregadas Domésticas, de Donas de Casa, de Prostitutas, de Enfermagem, de Economistas Domésticos, de Parteiras Leigas, de Lavadeiras, ou os sindicatos de Secretárias, ou de Assistentes Sociais, etc. Quanto a profissões "masculinas", constam das listagens associações de mulheres relacionadas a essas profissões, como a Associação da Mulher Advogada, ou a OAB-Mulher, ou o Conselho da Mulher Executiva, ou o Comitê da Mulher Trabalhadora, as Comissões de Mulheres Rurais, etc. Além das de tipo profissional vale ressaltar, aí, entidades que congregam mulheres em torno de atividades geradoras de renda, como pequenas cooperativas de costura, ou diversos grupos de artesanato, etc. Podemos pensar que essa "re-semantização" enquanto "ONG", ou ("movimento de mulheres"), ganha sentido quando se considera que as profissões "femininas" (e, mais ainda, as masculinas), são, ao mesmo tempo, instâncias privilegiadas de conquista da autonomia e da reprodução de discriminação, simbólica e materialmente. Na medida em que participem das questões e debates envolvidos na "conscientização" a construção de uma identidade e de uma cidadania femininas, esses grupos ocupacionais inserem-se no universo do "movimento de mulheres" – e das "ONGs" que trabalham com mulheres que, na realidade, são a base de sua composição participando de sua dinâmica, de suas redes, de suas fontes de recursos, ao menos virtualmente. O mesmo se dá com os chamados, no mundo das "ONGs", "projetos econômicos", que ganham aqui um novo sentido na medida em que se acredite na auto-suficiência material como um pressuposto para a autonomia das mulheres e sua valorização social no plano simbólico. Quando essas entidades assumem esse caráter – o que

[41] *Grosso modo* (e analogamente aos conjuntos "AMP" e "ecológico"), o que está em jogo, aqui também, é um trabalho de "consicentização", ou "educação", o qual se volta fundamentalmente para o resgate de uma "identidade feminina" pensada basicamente em termos da conquista de cidadania pelas e para as mulheres, de combate à discriminação, de participação social e política. Discursos e crenças em torno a essas questões pautam as atividades dessas entidades, as quais são variadas, privilegiando-se programas de saúde (que incluem questões como sexualidade, aborto, prevenção de doenças, etc.), direitos humanos (sobretudo, a violência contra a mulher), controle populacional (esse último, em grande a recente crescimento, estabelecendo pontes com a problemática "ecológica"), etc. Esse é um campo privilegiado pelas Agências de Cooperação Internacional, embora o caráter mais recente e menos institucionalizado de grande parte das entidades ainda não tenha gerado parcerias mais solidificadas. Uma pesquisa nesse campo certamente revelaria uma maior aproximação com o Estado. As igrejas cristãs estão aí presentes – no entanto, manifestando-se contradições com grupos "feministas", a partir do tradicionalismo mantido sobretudo pela Igreja Católica em planos como o do controle da natalidade, ou outros valores ligados à sexualidade.

[42] Analisando-se dados do cadastro do CEDIM, impressiona o quanto esse universo de entidades é recente: tomando-se suas datas de fundação – que iniciam em 1915 – vê-se que nada menos do que 78% das entidades foram fundadas entre 1980 a 1988. Se tomarmos apenas os quatro últimos anos – entre 85 a 88 – chegamos a que 53% das entidades "de mulheres" foram criadas nesse período (e por exemplo, um levantamento feito por mim em 1987 e reatualizado para a Área Metropolitana do Rio em 1991, dentro dessa mesma metodologia de classificação "nativa", revelou um aumento de 28 para 93 entidades).

significa concretamente participar de determinadas redes, crenças; discursos – entram legitimamente no universo das "ONGs", ou dos "movimentos" (cf. Landim,1988).

Observações análogas poderiam ser feitas sobre o universo de entidades que envolvem a questão da "negritude" – no entanto, de fronteiras menos definidas. Também fortemente ambíguas, numa definição que joga com as identidades de "ONGs" ou "Movimento", são palavras-chave, aí, "cultura", "tradição", "história": a criação de uma "identidade étnica", de uma "consciência negra", conforme as crenças dos agentes desse campo, passam pela identidade cultural, pensada basicamente enquanto recuperação simbólica de elos perdidos na história, de tradições abafadas – e a religião "afro-brasileira" tem aí um lugar. Daí que é forte a presença, nesse universo, de entidades dedicadas à pesquisa (história do negro, cultura negra, racismo, etc.); assim como clubes, ou associações, artísticas e recreativas ganham novas identidades, entrando no conjunto de redes de relações das "ONGs", ou do "movimento negro", clubes, blocos de carnaval, grupos de música a dança afro-brasileira, etc.[43]

Um exemplo elucidativo desse processo de "virar ONG" – o qual, ao mesmo tempo, fornece um conjunto de elementos para se pensar o que é socialmente reconhecido como "ONG" – é dado pelo Grupo Cultural Olodum, nacionalmente consagrado enquanto conjunto musical da chamada "música afro". O Grupo pertence à Associação Brasileira de ONGs. Reconhece-se, portanto, como "ONG", e busca essa identidade. Em entrevista com um de seus diretores no contexto da última assembléia da ABONG, em novembro de 1992, perguntei-lhe por que o "Olodum" era "ONG", já que, até onde eu sabia, tratava-se de uma banda, originária de um bloco de carnaval.

" – É porque, com o tempo, junto com o bloco afro de carnaval – que foi fundado em 79 – foram nascendo outras estruturas que nos permitiram ser "ONG". A partir de 84, tivemos o nosso estatuto mudado, viramos o Grupo Cultural Olodum. Porque passamos a ter teatro, uma escola criativa (a banda mirim Olodum), um departamento de cultura responsável pela formação da política social a cultural da entidade... E desenvolvemos três objetivos principais: luta contra o racismo; luta contra a pobreza, tomando a área das crianças de rua; a luta contra a violência – até porque somos (os negros) vítimas preferidas da polícia. Isso tudo nasceu em grande parte do papel do Olodum no bairro, o Pelourinho. A violência, aí, contra prostitutas, negros, é grande, e começamos a questionar tudo isso. Conseguimos politizar essas relações, que se iniciaram a partir da criação, pelos moradores, de um bloco para brincar o carnaval.(...) Não tivemos no início a opção pela questão do negro, a pobreza irmana. Só depois é que viramos movimento popular negro.(...) Comportamentalmente, esses enfrentamentos já existiam. Tinham que ser traduzidos em política, a em ações durante o ano todo, sem perder o lúdico – e resistir às utilizações pelos políticos de plantão.

[43] Em termos de catálogos publicados, talvez o mais recente ainda seja o editado pelo ISER em 1988, onde figuram 573 entidades não governamentais compondo o perfil de um "movimento negro no Brasil", como indica o título da publicação (Damasceno, Santos e Giacomini, 1988). Embora esta não assuma plenamente a categoria "ONG", preferindo "entidades do movimento", o ISER continua atualizando essa listagem como um serviço para os interessados – onde a catagoria "ONG" é correntemente utilizada. Segundo seus dados, são aí privilegiadas as relações dessas entidades com as religiões – não só os cultos "afro" (Umbanda e Candomblé) mas, em significativa medida, a Igreja Católica (revelando uma complementariedade histórica...), que em sua vertente "popular" construiu uma ativa "pastoral do negro". Depois das religiosas, as articulações mais significativas seriam com as universidades, através de pesquisas. Observações desse campo me permitem concluir que as agências de cooperação internacional tém, aí, um conjunto pequeno de entidades com "parcerias" já consolidadas.

– E os recursos?

– *Vêm de algumas agências internacionais, mas 99% vêm dos shows da banda, que doam 33% de sua renda para a entidade Olodum. Temos um prédio, funcionários, professores, monitores... Somos ONG porque somos um organismo não governamental, mesmo. Não recebemos verbas do governo, nem federal, nem estadual, nem municipal. Os outros que receberam, foram engolidos. Mas é importante, isso aqui (a assembléia da ABONG, ou a ABONG). Isso aqui é que nos coloca no plano internacional, em relações, por exemplo, com a Anistia Internacional, na questão da violência, esse tipo de articulação.*[44]

E outros "cadastros" poderiam ser analisados, talvez de menos definição e visibilidade, em termos da categoria "ONG": os relativos a subconjuntos como o das questões ligadas à AIDS, ou aos "meninos de rua" – esses, certamente incluindo, e também "re-semantizando", o universo da assistência social, ou das entidades filantrópicas.

Com todas essas listagens onde se misturam organizações as mais diversificadas, aparentemente estamos diante de composições sem sentido, de "sambas do crioulo doido" compostos sobre entidades civis existentes na cena brasileira. Para além de um efeito de "evidência empírica" da existência dessas entidades, o que essas composições que agrupam alhos a bugalhos sob a categoria "ONG" podem revelar?

É difícil, dada a dinâmica e a atualidade do fenômeno, analisarem-se as conseqüências que esses processos assumem, enquanto gestação de identidade comum entre entidades tão diversificadas. Mas certamente essas conseqüências existem: pode-se levantar a hipótese de que "ONG" é expressão que tende a criar, ou reforçar determinadas marcas no universo em crescimento e diversificação de entidades civis brasileiras, evocando o sentido da ação pautada por valores da cidadania, do associativismo e do individualismo modernos, da autonomia, da democracia. Questões envolvidas na idéia de "sociedade civil". Ser "ONG" de alguma forma coloca a entidade no plano da política – freqüentemente, evocando um sentido "anti-governamental". Nesse sentido, analisando-se as listagens e entidades mencionadas aqui, fica claro que as "ONGs" – ao menos até hoje, no ponto em que se encontram os processos de luta pelo monopólio da sigla – demarcam enfaticamente uma distinção com relação ao campo das iniciativas "assistenciais", ou "filantrópicas", mais próximas talvez das culturas populares marcadas por outros valores, onde os associados à cidadania passam por dificuldades peculiares em se afirmar, numa sociedade como a brasileira. Como se viu, esse tipo de organização é o grande ausente de todas as listagens. Até hoje – o que pode mudar – não se tem chamado, por exemplo, orfanatos, asilos, ou abrigos de indigentes, de "ONG".

Resta lembrar, para o que interessa na continuação desse trabalho, a marcada ambigüidade entre "ONG" e "movimento", na auto-percepção e na classificação corrente dessas entidades, que manipulam ora uma, ora outra dessas identificações. Por exemplo, quanto às entidades de "mulheres" – compostas, e dirigidas, por mulheres e portanto com um fio comum de identidade

[44] Observe-se que o agente entrevistado revelou, em sua trajetória de vida, a passagem pelo Partido Comunista Brasileiro. Participa, assim, de uma das propriedades de dirigentes de "ONGs AMP", a qualificação para o trânsito no campo da política, como será visto. Seu depoimento, conforme dado no contexto da ABONG, revela várias propriedades do "ser ONG", como o financiamento e as redes de relações internacionais, a "politização" de relações a ações sociais, a ligação com "movimento popular", a autonomia com relação ao governo e a políticos... Interessante observar que fui interpelada a criticada pelo entrevistado, que viu nas minhas perguntas um questionamento da legitimidade de uma entidade de "negritude" e com "valorização do lúdico" ser "ONG" a pertencer à ABONG – atitude defensiva que pode indicar a posição dominada que esse tipo de entidade ocupa, num campo "AMP" (homóloga talvez à dos grupos e agentes da área da "negritude", nos movimentos sociais).

ligando “agentes” a “destinatárias”, mesmo que de classes e grupos sociais distintos – a tensão entre ser instituição ou movimento é grande. Essas “ONGs” como as de “negros”, ou mesmo as “ecológicas” – tendem a se ver enquanto parte constitutiva do “movimento de mulheres”, ou do “movimento feminista”. Nesse sentido, elas adquirem freqüentemente certo caráter representativo – são grupos que representam tendências, ou no limite, a si próprios, dentro de um “movimento”.

Porém, dentre os subconjuntos de “ONGs” aqui mencionados – nesse levantamento de questões sobre a polissemia do termo – o único que reivindica uma demarcação de fronteiras nítidas com relação aos “movimentos” é o das entidades de “assessoria e apoio ao movimento popular”. Estas não existem sem essa distinção, questão delicada e sempre reiterada através do tempo em sua construção de identidade “a serviço” a autônoma – numa homologia com a autonomia dos grupos e movimentos a que se ligam e a qual contribuem para criar, segundo suas concepções e propósitos. Nesse caso, trata-se de entidades que se definem por uma diferenciação com relação aos seus destinatários, constituindo-se em um processo que vai dos intelectuais para o povo, dos “educadores” para o “popular”, um jamais podendo se confundir com o outro.

Nesse sentido, o conjunto de entidades “de assessoria e apoio ao movimento popular” – o que funda uma associação, o que constrói discursos objetivados sobre “ONG” como definidor de sua identidade – é o que mais se aproxima da formação de um conjunto estruturado, de um campo, o que mais assume essa condição e investe em sua manutenção. Certamente, esse conjunto de entidades teve o maior peso simbólico, na construção social dessa categoria. É sua história específica que será abordada adiante.

PARTE II
A SERVIÇO DO POPULAR: INÍCIOS, HISTÓRIAS, PERSONAGENS

O contrário da miséria: não a abundância, mas o valor.

É preciso ter u'a mensagem para anunciar ao mundo.
(L. J. Lébret, *Princípios para a Ação*)

1. ENTRADA NO CAMPO.

Time past and time future
Allow but a little consciousness.
To be conscious is not to be in time
But only in time can the moment in the rose-garden,
The moment in the arbour where the rain beat,
The moment in the draughty church at smokefall
Be remembered, involved in past and future.
Only through time time is conquered.

(T. S. Elliot, *Four Quartets*).

Nos idos de 1977, terminada minha participação num Projeto no PPGAS (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social)[45], entrei simultaneamente em duas instituições: na PUC (Pontifícia Universidade Católica), como professora no Departamento de Sociologia e Política, dando aulas de Antropologia; e na FASE, como pesquisadora em um novo tipo de projeto que se inaugurava. Tornei-me então, por alguns anos, um tipo de personagem que – embora bastante minoritário – passaria a fazer parte dos quadros das "ONGs": aquele, já mencionado, que tem um pé na docência universitária e outro nas entidades de "educação popular". Na época – creio que essa não era característica apenas da FASE – isso era pouco usual.

O ambiente na FASE era, realmente, diferente de tudo quanto eu conhecera. Que pessoas eram aquelas? A hora do almoço era propícia a conhecimentos e logo me candidatei à refeição na pequena cozinha improvisada do último andar, onde uma funcionária da casa – a faxineira – preparava comida para umas poucas pessoas que se cotizavam para pagar esse serviço extra. Na maior parte, mulheres. Ao final do primeiro dia de almoço, quando me dirigia às escadas que levavam à minha sala, fui advertida por alguém: *"aqui cada um lava seu prato a seus talheres depois de comer"*. *O* peso simbólico contido nessas palavras me pareceu ser de algumas toneladas. Lá fui eu então cumprir meu ritual de passagem e lavar os pratos, lavar minhas culpas pequeno-burguesas, lavar minha alma do pecado ou talvez cumprir alguma divisão de trabalho socialista, que sei eu? Seja porque o modo da imposição do código me parecesse abrupto demais, seja porque eu não estivesse a fim de lavar louça – o que são duas manifestações do mesmo

[45] "Emprego e mudança sócio-económica no Nordeste", coordenado pelo professor Moacir Palmeira, o qual chegou a reunir 20 pesquisadores, professores e alunos, trabalhando com questões ligadas ao campesinato. Através desse projeto fui introduzida à experiência mais prolongada de trabalho de campo- em áreas rurais do Nordeste- e realizei minha tese de mestrado, estudo de caso de uma cooperativa de camponeses "marginais à plantation" em Pernambuco.
(no original, nota 1 da Parte II)

fenômeno – lembro-me de ter mostrado de alguma forma discreta minha insatisfação, com uma racionalização prática qualquer: *"mas é tão pouca louça, não seria mais lógico a própria cozinheira lavá-la, já que limpa a cozinha"*... Subia os primeiros degraus no conhecimento do *ethos* então predominante nesse tipo de organização. Ao mesmo tempo em que, inconscientemente, marcava também um perfil e uma distinção dentro da diversidade de personagens e forças existentes na entidade que, exatamente àquela época, povoava-se de quadros de novo tipo e vivia tempos de transformações, como eu viria a perceber bem mais tarde. Aliás, logo depois essa coisa de lavar louça acabou.

A memória de acontecimentos passados, tal como é praticada no enfoque das ciências sociais, tem como procedimento sair do tempo vivido, num exercício de consciência distanciada que implica num *"trabalho de si sobre si, cujas condições sociais são ao mesmo tempo as do trabalho científico"*, como observa Passeron sobre a obra clássica de Hoggart (Passeron,1970:17); tirar da experiência autobiográfica o que o etnólogo tiraria de um bom informante, num trabalho sobre si ao mesmo tempo sociológico e auto-analítico (Passeron, 1970:12 a 25).

É um exercício ingrato. Conforme o dito popular, "recordar é viver" e a tentação e o risco, ao parar para lembrar acontecimentos desses anos, são de entrar no tempo, mergulhar na pura e simples viagem do envolvimento, despejando no papel o que a emoção e o pensamento vão puxando, com direito a todo tipo da idealização do passado (Sigaud, 1977; Palmeira, 1977) conhecida para quem trabalha com histórias de vida ou técnicas afins. O leitor que interpretasse meu discurso. (Realmente, bons tempos aqueles do final dos anos setenta, quando sopraram alguns ventos de renovação de crenças, de surpresas e novas descobertas, para quem, como eu, se interessava em estar perto da política...). Mas essas seriam outras linguagens que não a da sociologia, pressupondo outras competências que não são dadas e raramente legitimadas nesse campo. Não daria em nada. Trata-se ao contrário, aqui, de *"produire du froid là où souffle le chaud"* (Pollak e Heinich, 1986:9).

De qualquer forma, a literatura que ensina a tratar sociologicamente a memória auto-biográfica costuma apontar para essa corda bamba em que se situa o pesquisador, para essa *"disposição, feita ao mesmo tempo de distância e participação"* (Passeron, 1970:17), onde ambiguidade é palavra presente. É o mesmo Hoggart que nos revela sua sujeição a tentações diversas e contraditórias, ora permeando o tratamento de seus dados com sentimentos nostálgicos e positivos, ora se surpreendendo severo e moralista, onde a valorização e a desvalorização de sua classe de origem se alternam, exprimindo-se aí, como diz, a *"ambiguidade de minha atitude a respeito dela"*, talvez ligada à *"necessidade de exorcisar meus próprios demônios"*. E conclui: *"Um autor enfrenta como pode esses perigos, quer dizer, na própria escrita. É pouco provável que algum jamais o consiga"* (Hoggart,1970:42-43). Eu concordo plenamente.

Ambiguidade é o que não falta, na minha reconstrução atual da entrada na FASE. Minha posição, aqui, de ambiguidade enquanto estudiosa pertencente ao campo se desdobra numa outra, a minha própria posição "de dentro/de fora" enquanto quadro da entidade. Também me sentia estranha no ninho, e vivia o tipo de angústia da aceitação pelo grupo análoga à de tantos *"agentes externos"* num contexto de militância (como bem descreveu, recentemente, Segala, 1991). Não se tratava, no entanto, de aceitação pela "base", por grupos oriundos de setores sociais dominados

da população, mas por colegas de trabalho, as "equipes locais" da FASE com que me cabia relacionar, situadas no interior do Pará e do Maranhão[46], ambas hegemonizadas por cristãos com uma longa experiência de dedicação ao *"trabalho comunitário"*, na maioria padres, freiras, ex-padres, ex-freiras. Contato que me era totalmente estranho em qualquer experiência passada de vida e ao qual se acrescentavam alguns militantes do PC do B atuantes por aqueles interiores e que começavam a ser contratados pela entidade[47].

Mas, sobretudo, é importante assinalar que as dificuldades desse encontro entre gente de origens e de trajetórias diversas, todos se propondo a algum tipo de militância, tinham a especificidade de se dar num contexto profissional e institucional. Meu encontro com os agentes da FASE num trabalho comum com as "bases" estava dado a priori e mediatizado pelo nosso pertencimento, como funcionárioas contratados, à mesma entidade, com tudo o que isso acarreta: de imediato, a co-responsabilidade por um "projeto" que tinha financiadores, que implicava em "resultados" e em alianças para fora da instituição, que envolvia sua imagem – e sua continuidade, enquanto tal, interesse básico comum, nunca bem explicitado. Encontro, portanto, também mediatizado por posições e lutas internas cuja lógica obedecia à dinâmica institucional.

Jean Pierre Leroy[48] – que me convidou para entrar na FASE, através da indicação de Laís Mourão, antropóloga também formada pelo Museu Nacional, especialista em estudos em áreas rurais do Maranhão, que trabalhara na entidade durante curto tempo – narrou assim, em uma entrevista feita há dois anos atrás, a formação da "Equipe de Pesquisa e Assessoria em Áreas Rurais" à qual eu viria a pertencer:

"Quando eu estava em Santa Luzia (Maranhão), em junho de 77, o Mateus (Coordenador do Regional Norte da FASE) chegou de catástrofe, no início de uma reunião: – Você tem que ir para o Rio de Janeiro. Porque o INAN e a FINEP liberaram um grande projeto para a FASE e não tem ninguém para assumir. Se você não assumir, vão ter que pedir ***para um professor, para um intelectual por aí, que não tem nada a ver com a história*** *e isso vai ser muito ruim. Porque a gente acha que* ***esse projeto deve estar ao nosso serviço."***[49]

[46] A FASE possuía escritórios espalhados por várias regiões do país. Na época, 6 no "Regional Norte" (Santarém, Cametá, Belém, Santo Antônio do Tauá, São Luis, Santa Luzia); 3 no "Regional Nordeste" (Fortaleza, Recife e Garanhuns); e 4 no "Sudeste-Sul" (Vitória, Rio de janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Havia igualmente o "Escritório Nacional", no Rio, de cuja equipe eu passava a fazer parte. (No original, nota 2 da Parte II)

[47] O contato com a Igreja Católica, seus rituais e agentes, faz parte de minha trajetória, através de uma primeira infância vivida próxima a avós extremamente religiosos, e de alguns poucos anos de colégio de freiras. No entanto, essa minha experiência fora a de um catolicismo ainda "pré-aggiornamento", marcado por crenças e práticas aos quais nunca aderi de fato e abandonei de vez na adolescência. Era o vigário distante, todo-poderoso e meio temido que vinha jantar uma vez por semana em família, o beijo no anel do Bispo, muito latim, reza e pecado, freiras pré-Vaticano II e que nada responderiam à minha experiência de adolescente de zona Sul do Rio de Janeiro. Jamais me envolvi querem obras sociais, querem grupos de juventude católica. Mas um *habitus* foi criado, o que certamente não foi sem consequências, no encontro em 1977 com esses -para mim -novos agentes de pastoral, possibilitando identificações, cumplicidades e certa naturalidade de gestos e comportamentos, provas das marcas universais impostas pela Instituição. (No original Nota 3 da Parte II)

[48] Funcionário da FASE desde 1974. Na época, Coordenador dessa equipe de pesquisa e posterior Coordenador Nacional da FASE entre 1978 e 1983. (No original Nota 4 da Parte II)

[49] Observe-se que a FINEP também era uma das financiadoras da pesquisa mencionada realizada no Museu Nacional, e por aí faziam-se pontes entre pesquisadores acadêmicos e a FASE. Por outro lado, pesquisadores do Museu e *"agentes"* da FASE acabavam inevitavelmente por entrar em contato em determinadas áreas rurais onde desenvolviam concomitantemente seus trabalhos, criando relações de "confiança". (No original Nota 5 – Favor verificar se a localização dessa nota está correta)

O projeto era heterodoxo, na instituição, por dois motivos: primeiro, por ser o único financiado por órgãos do governo, prática inexistente na entidade – "financiado pela ditadura", diziam os que eram contra a sua execução dentro da FASE, onde logo pude perceber que as lutas internas reproduziam, ou se transfiguravam, em divergências expressas politicamente, a linguagem específica que se afirmava no meio em que eu então entrava. Segundo, o projeto recrutava e era montado por gente saída dos mestrados universitários, iniciando uma carreira de professores acadêmicos e sem ligação alguma com a Igreja. Eu e outros três colegas da equipe então formada éramos os únicos professores universitários contratados pela FASE, àquelas alturas, quando o discurso do anti-academicismo era forte, como foi mencionado.

Os contatos para armar o projeto vieram de Laís Mourão e privilegiaram, por essa via, antropólogos recém-formados do Museu Nacional, especializados em "sociedades camponesas". Por essas vias, também, deram-se os contatos com FINEP e INAN, povoados naqueles tempos de milagre e abertura por intelectuais progressistas, surgindo então alguém disposto a bancar um projeto ambicioso numa entidade que tinha como capital principal (mais valorizado, àquela época, porque mais raro) seus canais de ligação com camadas populares: "Força de Trabalho em Regiões de Fronteira", convênio renovado dois anos mais tarde através de outro projeto, "Proletarização e Mudanças de Padrões Alimentares entre Assalariados Rurais". As equipes da FASE seriam os mediadores no campo e os demandantes do "serviço". Ou seja, o projeto era construído via intelectuais da academia – com destaque para o PPGAS – e de determinados órgãos governamentais aos quais esses começavam então a ter acesso, reinaugurando, ou inaugurando, canais fechados durante os anos passados de ditadura. Não havia nada parecido, na FASE, àquele momento – momento, portanto, de abertura da entidade a relações com a sociedade que não apenas os "movimentos sociais" ou os sindicatos, conforme reiteravam os discursos e práticas que começavam a se afirmar como dominantes, na época[50].

Eu fui a primeira a ser convidada para esse trabalho que identificava, para mim, um novo tipo de função: a de "professor" ou "intelectual" não "por aí", mas "a serviço". Já tinha manifestado meu interesse pelo trabalho a Laís, colega do PPGAS: representava, ao mesmo tempo, a possibilidade de continuar pesquisas em áreas rurais, acrescentando-se a vantagem de me religar ao mundo da militância política a que me dedicara no bojo do "movimento estudantil" de finais dos anos 60, com uma curta continuidade através da passagem por organizações da esquerda clandestina (caminhos que fazem parte dos percorridos por uma chamada, pelo senso comum, "geração 68") – militância abandonada desde os inícios da década seguinte, por força de uma conjuntura nacional de crescente repressão política. Parecia-me que era por caminhos como os vislumbrados nos trabalhos da FASE que as coisas mais interessantes aconteciam, no país. Minhas energias foram postas mais na FASE do que na PUC, por motivos a serem analisados. Esses eram os tempos em que se cunhou o apelido de "Jardim dos Finzi-Contini" para o PPGAS,

[50] Um pouco mais tarde, seriam recrutados para essa equipe dois economistas e professores da PUC de São Paulo, para trabalhar em áreas do sul do país. Um deles, ao sair da FASE, siaria uma "ONG", o PROTER; o outro, passaria pela política, como Secretário da Administração do estado de São Paulo. A secretária da equipe, Felícia de Moraes- que, num clima em que se questionava a divisão burocrática de trabalho e o poder do intelectual acadêmico, também se encarregava de fazer *"pesquisa"* e *"assessorias- – tinha* vindo do CEDI, após uma trajetória de passagem por organizações de esquerda clandestina e era viúva de um "desaparecido político", como vim a saber algum tempo depois de nos conhecermos (essas eram questões mantidas na discrição, naquela época). (No original Nota 6 da Parte II)

o que mostra a disposição de engajamento com que um grupo procurava se distinguir dentro da academia, ou imaginar outras posições fora dela[51].

Quando comecei o trabalho, senti as dificuldades: primeiramente, eu vinha reforçar uma "equipe nacional" cuja existência era questionada pelas "regionais" e "locais". Já estava em jogo, aí, embora de forma embrionária e não assumida, ou percebida, a questão da institucionalização da FASE como entidade unificada e autônoma, de discurso e perfil próprio. Entrei, sem querer, nessa briga, do lado da institucionalização.

Mas sobretudo, logo percebi as dificuldades em ser bem sucedida na missão que me era dada. Antes de mais nada, as atividades que me cabiam não tinham a ver com o "trabalho direto" – aquele envolvendo uma relação constante com os grupos sociais em questão, lá onde viviam – considerado por excelência o fundamento legitimador do conhecimento "comprometido", ou de transformações necessárias de consciência na "educação popular", tanto do "agente"[52] como do grupo envolvido. Minhas atividades implicavam em trabalhar apenas através das equipes, que inclusive controlavam os contatos dos "intelectuais do sul" com as "bases". Vi que era uma posição fraca, por princípio, dentro da entidade, havendo uma idéia de que o "pessoal da pesquisa" (ou, às vezes mais pejorativamente, o "povo da FINEP") era gente meio à parte.

E ficou logo claro que, mais do que uma qualificação técnica antropológica, estavam em jogo competências de outra ordem, as envolvidas na "assessoria", tipo de relação básica no funcionamento e na história das "ONGs" cujo sucesso técnico – cuja competência do agente – envolve razões sociais específicas: a criação de "confiança" baseada em uma série de propriedades particulares detidas pelo "assessor", as quais eu ainda não dominava, não percebia de imediato quais fossem. Era apenas óbvio que os critérios de legitimidade aqui não eram os acadêmicos, mas implicavam antes de mais nada num "bom uso do saber". O que as "equipes" queriam, àquele momento, eram quadros que soubessem esclarecer "o que fazer"[53]. A "pesquisa", estando "a serviço", deveria em primeiro lugar dedicar-se a responder sucessiva e rapidamente a uma série de

[51] Pode-se pensar em alguns fatores que propiciariam, à época, uma espécie de adequação entre o enfoque e a prática da Antropologia Social, no Brasil, e determinados espaços de trabalho existentes nos "Centros de Educação Popular". A crescente valorização dos métodos qualitativos de pesquisa, seguida pela valorização da Antropologia como disciplina, no decorrer das décadas de 60 a 80, ligamse frequentemente a questões cuja justificativa é política. Ganha aos poucos espaço na academia, em determinadas instituições, a "pesquisa engajada" (com relação às duas questões, vejam-se as visões críticas posteriores de Durham,1986; e Cardoso, 1986). No caso da "educação popular", uma de suas práticas centrais é a "pesquisa participante", necessariamente engajada (Lovisolo, 1990; Brandão, 1981 e 1984), e as continuidades e descontinuidades com relação ao campo acadêmico, maiores ou menores segundo diferentes instituições, têm aí um espaço de manifestação e de tensão: a academia tanto rejeita essas práticas, quanto é por elas criticada. Por outro lado, intelectuais acadêmicos também tiram de sua "participação" nos meios "populares" legitimidade, para dentro da instituição académica. Há, aí, um campo de fronteiras pouco nítidas, ou de trânsito de agentes, entre Universidade e "ONGs", onde o método de pesquisa antropológica pode ocupar um lugar privilegiado. (No original Nota 7 da Parte II)

[52] *"Agente"* é categoria que, nesse campo da "educação popular", indica uma posição e uma função, por parte do educador. Normalmente, os *"agentes"* são os encarregados da execução dos "projetos", ou da "intervenção social", ao nível do contato direto e prolongado com os grupos sociais envolvidos-podem, mesmo, originar-se desses grupos, a partir de que passem por um trabalho específico de socialização (ver, por exemplo, Mourão,1976). (A *"assessoria"* indica uma maior "exterioridade" na relação com asbases). Nesse trabalho, quando se utilizar o termo "agente" enquanto categoria sociológica, este não aparecerá entre aspas e em itálico, como acontece quando estou lidando com expressões "nativas". (No original Nota 8 da Parte II)

[53] Ou seja -e como posso ver hoje- o intelectual vindo da academia deveria passar por toda uma "reciclagem", uma socialização em que estava em jogo uma espécie de mea culpa por suas origens em que o "elitismo" rondava por perto. Era objeto de controle por parte da instituição, na qual tinha considerável peso o poder das equipes dedicadas ao trabalho de "educação de base". Claro, a ambiguidade dessa questão era grande: se os diplomas de nada valiam formalmente, na "carreira" dentro desse tipo de instituição, devendo ser esquecidos na sua porta de entrada, valiam muito, por exemplo, na relação com as instituições financiadoras governamentais – e essas ambiguidades serão mais exploradas no decorrer do trabalho. (No original Nota 9 da Parte II)

questões colocadas pela prática imediata dos agentes, tais como: "por que os assalariados de Santo Antônio do Tauá não entram no sindicato?" Ou: "por que os lavradores de Santa Luzia não participam da roça coletiva?". Coisas assim. Apesar de eu estar lidando com um meio reconhecido por muitos como "populista"[54], meu Chayanov do Museu Nacional não dava conta, ou não seria ouvido, e certamente uma leitura de Lenin cairia melhor, nesse momento. Era importante, mais do que tudo, ter um discurso sobre a conjuntura política e os movimentos sociais, os partidos políticos, o sindicalismo, etc. As equipes pelos interiores do Norte queriam discutir grandes projetos de sociedade, queriam bons quadros treinados na esquerda tradicional que conhecessem o mapa da história dos grupos políticos e das correntes marxistas[55].

O momento político por que passava o país – os movimentos sindicais e associativos de todo tipo rapidamente crescendo e se tornando visíveis como atores no processo de democratização, onde a presença da Igreja era forte – tem que ser levada em conta, aqui, mesmo que por si só não explique o fato de a FASE ter tomado o rumo que tomou, de forte ligação com esse campo da política. Mas era o que sucedia a essa organização, mudando seus diretores em 1975, estava passando por um processo de renovação de funcionários e de reciclagem de amigos agentes – e era difícil para quem chegasse compreender a cena, que estava em movimento. Sobretudo, porque não havia documentos sistematizados, uma história objetivada da entidade a que recorrer. Ao contrário de certas épocas de mudanças que provocam a elaboração de memórias (Pollak, 1989), isso não acontecia nesse caso, momento nada propício para resgates do passado ou lembranças: as origens consideradas "assistencialistas" da entidade – que seriam obstáculos para sua aproximação a movimentos sociais que então ganhavam corpo no país – aparentemente tinham que ser varridas do mapa. Diferentemente de outras entidades existentes e atuantes, então – como por exemplo o CEDI e o NOVA, no Rio – a FASE não nascera da tradição das "pastorais populares", da "Teologia da Libertação", ou da tradição de "educação de base" freiriana, como será retomado.

E então, em poucos meses de trabalho, fui compondo o panorama dos personagens diversificados que formavam o quadro de agentes da FASE, no final da década de 70: às equipes cristãs do Norte vinham juntar-se, pouco a pouco, quadros do PC do B. Em outras áreas, do PC. No Rio surgiam, aqui a ali, elementos do MR-8, nos trabalhos urbanos. Em São Paulo, armava-se o movimento de oposição sindical, a que se dedicavam de corpo e alma os agentes da FASE classificados, por um participante da entidade em entrevista atual – a meu ver, em uma boa imagem do que eu também percebia na época – como "*um misto de trotskistas com cristãos difícil de distinguir"*. A esquerda organizada, os ateus marxistas, ganhavam peso na instituição – embora se mantivesse também a sua tradição de relação com a Igreja, através do recrutamento de gerações mais novas de cristãos, gente recém-entrada no mundo da política através das pastorais populares.

[54] De Kadt (1970), estudando os "católicos radicais" desde o pré-64, compara as posições de alas da Igreja com as do populismo russo do século XIX. Entre outros autores, Paiva (1984) retoma essas questões com relação à "educação popular" nas décadas de 70 /80; Velho (1982) analisa aspectos do que seria o populismo da atuação da Igreja com relação às concepções sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e o campesinato. (No original Nota 10 da Parte II)

[55] Ivo Lesbaupin fala sobre a questão da não qualificação dos cristãos que, aos finais da década de 70, se engajavam em órgãos de classe, muitas vezes se defrontando com "um quadro para o qual raio estavam preparados (confronto de tendências, correntes políticas, etc.)". Fala da importância da "formação política" para esses "agentes", por essa época (Lesbaupin, 1980:196). (No original Nota 11 da Parte II)

Nas classificações internas, eu fazia parte dos "ateus marxistas", mas – como vinha dizendo – senti que não tinha capital suficiente para responder ao tipo de demanda que vinha orientando esse recrutamento recente de quadros. Havendo licença de Jean Pierre para tal e antes que algum aventureiro o fizesse, parti em busca de pessoas mais apropriadas para compor uma equipe forte, pois vi que não daria conta do serviço – ou do *"serviço"*. Um capital acumulado de militância clandestina, se possível com prisão, além do conhecimento do marxismo e suas diversas correntes (traduzível para as práticas levadas a cabo na instituição) era bem vindo – provas mínimas distintivas dos ateus que não se haviam ligado à história percorrida pela Igreja nos anos 70, de "trabalho direto", de "viver com o povo". Conversar sobre experiências pessoais passadas nos tempos duros da repressão, ainda que de maneira bastante discreta, fazia parte do estabelecimento de empatias, de criação de relações de confiança, formando-se lealdades entre gente diferente dentro da instituição. Eu não tinha tantas aventuras/desventuras para contar. E não era minha especialidade a "análise de conjuntura" (essa espécie de ritual de abertura de que se encarrega o *"assessor"* em qualquer tipo de debate nesses meios, onde se reforça a crença no poder da previsibilidade dos acontecimentos, a partir de "visões objetivas da realidade"), mormente quando confrontada com os companheiros do PC do B no interior da Amazônia.

O mal-estar característico das situações de "assessoria" sentido frequentemente por intelectuais "de fora" desdobrava-se então, no meu caso, tanto com os agentes de Igreja quanto com os daquela esquerda organizada em partido clandestino. Em analogia ao que observa Fernandes para a área religiosa, as evidências dos circuitos diferentes percorridos por nós apareciam nas *"marcas biográficas, marcas bibliográficas, linguagem coloquial, corporal* (...), *vínculos de lealdade, etc."* (Fernandes,1984:15), acentuando-se aí aqueles *"elementos da arte de utilizar o corpo humano"*, as *"técnicas corporais"* (Mauls, 1974:215), diferenças a serem confrontadas e ajustadas a partir desses primeiros encontros.

Percebendo melhor os códigos em jogo, convidei Jorge Eduardo Durão, também colega do PPGAS e profesor da PUC, para compor a equipe. Além de uma história de vida que continha todos os elementos acima, Jorge era naquele momento um dos articuladores do "Comitê Brasileiro pela Anistia", tendo sido logo após eleito seu presidente, o que – enquanto liderança de um dos movimentos sociais que se fortaleciam nacionalmente – dava-lhe reconhecimento para dentro da instituição. Acumulava as qualificações de antropólogo e especialista da política, o que se precisava. Logo depois, chamamos Maria Emília Lisboa Pacheco que também tinha seu passado e que no Museu Nacional trabalhava com campesinato paraense em regiões de fronteira. A história provou a felicidade dessas escolhas e a correção dessas intuições: Jorge acabaria, em 1984, sendo eleito Coordenador Nacional da FASE, (hoje, presidente da ABONG) e Emília, posteriormente, como Coordenadora Adjunta, ambos atores de peso na criação do que veio a ser chamado de "perfil institucional" da entidade, já nos anos 80. Quanto a mim, sete anos depois sairia da FASE, mas não do campo das "ONGs", onde me tornaria – entre outras coisas – um tipo de *"ator profissionalízado da história"* dessas organizações (Pollak,1989:10). No caso uma posição que, quando exercida, beira a liminaridade[56].

[56] Apesar de tudo, produzimos volumosos relatórios, como resultado da pesquisa planejada. Não sei quem chegou a lê-los, nas equipes da FASE ou em algum outro lugar- também aprendia que não era próprio a uma entidade como a FASE divulgar esse tipo de trabalho mais "teórico", que terminou quando terminaram os convénios com as entidades fianaciadoras nacionais. A relação entre a produção teórica de tipo académico e a "assessoria" é dessas nunca resolvidas, nesse tipo de entidade. Na verdade assumimos, na dinâmica dos acontecimentos, que eram dois os trabalhos, as linguagens, os *timings*. (No original Nota 12 da Parte II)

Os momentos desagradáveis de "patrulhamentos", rejeições, testes, representaram, como sucessivos rituais de iniciação, não apenas o aprendizado dos segredos dos "trabalhos de base", mas sobretudo foram o início de minha aprendizagem prática do *ethos* e dos códigos de pertencimento aos "Centros de Educação Popular" – diria hoje, as propriedades de um especialista de trabalho nas "ONGs": aprendia as formas de convivência com o universo religioso, fundamentalmente o das igrejas cristãs; incorporava o jargão do campo, aprendendo o que era fazer *"assessoria"*, *"avaliação"*, *"pesquisa"*, *"devolução do conhecimento "*, *"organização"*, *"educação popular";* aprendia como viver as ambiguidades e armadilhas éticas de se ser militante a funcionário pago; como dialogar com os estranhos personagens que me pareciam ser os *"gringos"* financiadores dos trabalhos, com suas visitas frequentes; como fazer os "projetos" de linguagem suscinta, com justificativas e objetivos pragmáticos, diferentes dos da academia; onde buscar as recomendações que os legitimassem (e o peso da carta de um bispo...); como relacionar-se com as *"bases"* e o "movimento" através da mediação dos *"projetos"*, com sua racionalidade de adequação de meios a fins e sua prestação de contas a agentes que vinham de outras terras – e do projeto maior, que se foi afirmando pouco a pouco, de institucionalização e autonomização de uma forma organizativa específica. Mas aí já avançamos no tempo.

O fato é que não foi aleatório o momento em que entrei na FASE. Afirmava-se nesses anos de abertura política de final de década uma relação constitutiva do campo, o tal "encontro entre marxistas a cristãos" tão reiteradamente citado nos textos que passam por alguma definição de "ONGs", no Brasil[57]. E essas entidades se abriam para o recrutamento de quadros leigos vindos da universidade – com controle a parcimônia, já que a distinção com relação ao meio acadêmico era constitutiva, como será retomado.

Perceber a química própria em que esses agentes vão-se misturar, com seus resultados particulares, nessas entidades, passa entre outras coisas por perceber sua diversidade a os contextos dos encontros. O corte sincrônico que faço de minha entrada na FASE – e essa entidade é extremamente representativa dessa diversificação, tendo sido fundada em 1961, em outra conjuntura, com outro perfil – permite então uma primeira aproximação descritiva dos personagens em jogo e dos pontos de sua trajetória, tais como se encontravam nos finais da década de 70. Os cristãos mais antigos na FASE vinham de uma história de práticas filantrópicas e "comunitárias" de diversos tipos, levadas à cabo na entidade, próprias às obras sociais tradicionais da Igreja Católica; agora dedicavam-se à "superação" desse passado"assistencialista" no sentido de ingressar no campo da política de esquerda. A transformação era desigual, sendo a FASE uma entidade espalhada pelos quatro cantos do país, composta de inúmeras "equipes locais": havia os classificados como ainda "atrasados", dos quais certamente alguns estavam deixando a instituição por aqueles tempos – vividos como de renovação. Outros cristãos, de recrutamento mais recente, vinham direto das "pastorais populares" (mas examinando suas trajetórias anteriores é quase certo encontrar-se também uma passagem por algum tipo de obra social tradicional). Eram todos leigos, impressionando ainda a quantidade de ex-padres e ex-freiras. E, finalmente, havia a equipe de agentes católicos coordenada pelo fundador da entidade em 1961, Pe. Leising, que lá continuava com projetos que, fazendo parte da entidade, possuiam dinâmica independente, não havendo

[57] A convivência entre gente vinda dessas diferentes trajetórias e organizações – e de muitas outras que não vão entrar nas "ONGs" – dava-se, claro, nos contextos de "trabalho comunitário" e dos movimentos associativos de modo geral, intensificando-se exatamente nesse final de década o encontro entre gente de origem cristã com organizações ou intelectuais marxistas (veja-se por exemplo Segala, 1991). (No original Nota 13 da Parte II)

entrado no campo de forças em disputas nos "movimentos sociais", sendo geralmente classificados pelo resto como "assistenciais" – pessoas com as quais eu não tinha que me relacionar.

Quanto aos "marxistas", alguns pertenciam a organizações e partidos na clandestinidade num processo, a essas alturas, de reconstrução de suas estruturas abaladas pelos anos ditatoriais e de tentativa de entrada, ou retomada, de seus laços com os movimentos sociais que então ganhavam força. Era gente ou da mencionada "geração 68" – penso, aqui, nos que se iniciaram na política em tempos estudantis – ou novos adeptos às fileiras do comunismo, mais jovens. Seu pertencimento aos partidos na clandestinidade era assunto, evidentemente, não explicitado na instituição, coisa sabida à boca pequena. Outros "marxistas" – era onde me enquadrava – vinham também de uma "trajetória 68" (movimento estudantil, organizações clandestinas, repressão) havendo no entanto abandonado, em geral com um discurso crítico, suas antigas pretensões à ação revolucionária partidária. Suas histórias e atuais perspectivas eram assunto de relativa visibilidade. Gente que se definia pelo socialismo não alinhado, desenvolviam um discurso crítico à Igreja – ao seu "populismo" – e também ao "vanguardismo" dos grupos comunistas organizados, habilidade e posição que certamente marcariam positivamente seu processo de ocupação de postos nessas entidades. (Assim como "assistencialismo", "populismo" a "vanguardismo" são categorias classificatórias negativas e acusatórias sempre presentes no universo da "educação popular" da época, mudando de lugar e de sentido nos mais diferentes contextos – procura-se uma distinção, um espaço de militância "novo")[58].

As histórias sociais dessas diversas trajetórias individuais são um dos procedimentos que permitem reconstruir "*o sentido social do ´investimento` na instituição*" e, ao mesmo tempo, a "*prise de corps*" exercida pela instituição sobre os que a escolheram (Muel-Dreyfus,1983:10), questões em jogo na afirmação institucional. Se pensarmos na história das "ONGs" como implicando na criação de um corpo de especialistas – uma profissão mesmo que, em parte, se negue como tal – a trajetória da FASE é extremamente reveladora. O estudo de Muel-Dreyfus sobre a "invenção de um *métier*",quando analisa a "reinvenção" da profissão de "educador especializado", na França, por volta de 1968, traz contribuições para pensar uma situação que me parece análoga. Como ela observa, uma nova profissão "*nasce do encontro bem sucedido entre indivíduos a posições sociais aos quais eles dão, ou 're-dão' vida*" (Muel-Dreyfus,1983:7). No caso em questão, tratar-se-ia de "*posições já constituídas, mas que vão ser ocupadas de modo novo, e portanto redefinidas enquanto posições, por um lado porque possuem, por sua história, uma relativa maleabilidade, autorizando a redefinição, e também porque atraem, a um momento dado, indivíduos que trazem para elas novos sistemas de aspirações*".

Na segunda metade dos anos setenta, dava-se no interior da entidade uma transformação no território tradicional da assistência social cristã que fôra sua origem e prática dominante por mais de uma década. Os mesmos postos eram ocupados de forma nova, com novas aspirações, quer pelos mesmos agentes – os cristãos que lá estavam há tempos – quer por pessoas de outras trajetórias a origens.

[58] O trabalho de Hugo Lovisolo mencionado pode contribuir para interpretações sobre essa questão, considerada aqui como algo conformador do campo. 0 autor estuda a educação popular a partir de determinados "paradoxos", ou "ambiguidades" que a constituem: uma alternância prática entre pertencimento e distanciamento, entre o "populismo" e as posições vanguardistas presentes na teoria do partido leninista -ambiguidades presentes também na Teologia da Libertação (Lovisolo, op. cit:37). (No original, Nota 14 da Parte II)

No entanto, os resultados desse processo estavam, quando entrei na entidade, longe de ser claros: era forte, quanto aos investimentos individuais nos trabalhos realizados, a concepção de "aparelhamento" da instituição, pelos diversos tipos de agentes e sob formas e motivações diferentes. Ao mesmo tempo, muitas "equipes" tinham grande proximidade com a Igreja, quase se confundindo com equipes paroquiais. Só na década seguinte se completaria a mutação, por um lado, do terreno da assistência social e do pertencimento religioso e, por outro lado, do terreno da militância da esquerda marxista, para se produzir uma "nova profissão", com a ocupação redefinida dos postos em jogo e redefinição de suas posições, dentro de uma transformação institucional, com a renovação de discursos e práticas.

Volto ao depoimento autobiográfico, retomando meu olhar, como atora dos acontecimentos, ao percurso de ocupação subjetiva de uma posição na instituição, em um momento-chave para mim – o de entrada – pressupondo que este é revelador de um processo mais generalizado que ocorria nos fins dos anos setenta nesse tipo de entidade. Como se vê fui protagonista, nessa época, de um determinado movimento de coabitação e ajuste entre pessoas de origens diversas de que fala a escassa literatura sobre a conformação institucional das "ONGs" brasileiras. As formas com que foram sentidos e percebidos esses encontros, os meios diversos pelos quais construíram-se essas alianças no quotidiano – o tom dos acontecimentos – perdem-se, em grande parte, no tempo.

Como esquecer a surpresa do primeiro contato, na casa das freiras no interior do Pará, com aquela gente de Igreja que lá vivia há tempos, com uma linguagem diferente na ação política, que me parecia de um humanismo profundo, dedicando-se à organização, no dia a dia, pelas bases, do "movimento de lavradores", lá no meio do mato, num contato direto – e que eu imaginava culturalmente mais totalizante – com cada trabalhador? Essa ação quotidiana, solidificada por laços sociais tradicionais, me impressionou. A situação dos pequenos agricultores, suas formas de economia e organização social, a sua pobreza e estado de ameaça, o sindicalismo rural começando a se reerguer, isso eu já conhecia de perto pelas minhas pesquisas de campo no Museu Nacional. Mas o que hoje já se naturalizou para mim – a convivência com agentes das alas progressistas da Igreja e o conhecimento de suas práticas e concepções no campo da religião e da miltância política – iniciou-se no contexto da FASE, naquele ano de 1977. As trajetórias da minha geração não tinham, no geral, se entrelaçado com as desses agentes religiosos, durante a maior parte dos anos 70. Estava "descobrindo a pólvora", no modo de aquela gente – que falava também em "socialismo" – se relacionar com a população local, o qual me parecia sobretudo de enorme integração cultural, além de contar com uma enraizada rede nacional de atuação em potencial. A Igreja, definitivamente, estava mudando. Esse me parecia um protagonista mais do que promissor a ser fortalecido nos rumos que assumiam as transformações sociais e políticas no país.

Ao ser chamada para a reza da manhã – ossos do ofício, pensei eu, lembrando das cansativas novenas que minha avó promovia em casa quando eu era criança – fui logo surpreendida pelo estilo da capela improvisada num dos cômodos da casa, toda de palha, esteiras e objetos de barro, sem Nossa-Senhora ou santos de gesso colorido (só muito mais tarde viria a questionar a distância disso tudo com relação à estética e às crenças populares...). E, já perplexa, me emocionei com a "reza" que, num clima calmo e informal, na casa cercada de verde, consistia em cada um falar sobre o porquê de estar ali, o motivo do seu "compromisso", o sentido que dava à vida, com direito à expressão da minha diversidade, da minha história e do meu ateísmo. O vago

sentimento de controle que sentia nesse ritual não me incomodava, e eu o cumpria de bom grado. Ia me deixando conhecer – ir forjando, no testemunho, uma "identidade como imagem de mim para mim e para os outros" (Pollak e Heinich,1986), momento vivido sob a emoção da sinceridade que sentia em minhas próprias palavras, valor que permeava acima de tudo aquela conversa em local sagrado. Ou talvez um pouco como fingir o que deveras se sente, conforme diz o poeta sobre seu ofício.

Apesar das distâncias, tínhamos muito em comum, era o que ali se evidenciava – se construía. Uma aproximação criada através do testemunho de disposições e intenções, sobretudo quanto a votos de transformações sociais e empatia com os trabalhadores; quanto a fins que davam sentido a nossas ações. Todos tínhamos algum tipo de "compromisso", para usar a categoria dos cristãos. E o reconhecimento entre esses estranhos ia se fazendo por essas vias de comunhão sem hóstia, através de rituais amigos e que, agora renovados – redefinindo-se as fronteiras de falas e espaços sagrados e profanos – reafirmavam sua eficácia. Naquela manhã ensolarada e fora do mundo, realizava-se um momento de *communitas* (cf. Turner,1974) no rito de passagem para minha posição de "assessora" na estrutura da FASE, em cujo contexto quotidiano e cheio de tensões me caberia a pesquisa e a transmissão de concepções, de preferência marxistas, sobre a sociedade brasileira"[59].

A noite fomos em grande excursão a Belém, numa viagem de hora e meia, à bordo do carro velho do padre da paróquia. Eu, as quatro freiras e o padre (sendo que só uma delas era funcionária da FASE, as outras eram agentes paroquiais). Era acontecimento importante: iria ser fundado o Comitê Brasileiro pela Anistia do Pará[60]. Dia de festa, com todas as personalidades da esquerda a da Igreja progressista locais presentes. Só que aconteceu algo inusitado, revestindo o acontecimento de uma aura e um significado especiais.

Lá pelas tantas, no meio da discurseira política, toma a palavra uma agente dos movimentos de direitos humanos locais, pessoa de perfil público e reconhecida por quantas correntes e instituições estivessem ali. Sobretudo, querida pelo pessoal de Igreja. A mulher começa a fazer um discurso apropriado à ocasião, mas de repente o abandona e se vê – a vemos – entrando por um testemunho sério e emocionado, aparentemente fora do programa. Segundo nos dizia, ela contava ali, pela primeira vez desde muitos anos, o que trouxera guardado de todos: o acontecido nos tempos de prisão, detalhes das prolongadas torturas em estado avançado de gravidez no próprio prédio do Ministério do Exército em Brasília, onde nasceria seu filho. Torturas sofridas conjuntamente por ela e o atual ex-marido – que, por sua vez, era agora um notório advogado dedicado a causas de trabalhadores rurais e estava também ali presente na fundação do Comitê. Este acrescentou algumas palavras sobre os dramáticos acontecimentos passados vividos em comum. Tais depoimentos em público, inéditos e inusitados para a época, feitos por quem era, caíram como uma bomba na reunião, que a partir dali estava encerrada. Não havia mais nada a dizer – e estava sólida e definitivamente fundado o Comitê, através do peso

[59] Uma das condições para essa aproximação certamente era a coincidência entre a postura "anti-institucional" na política gerada pela socialização de quem iniciou essa atividade sob a ditadura militar e próxima a grupos da esquerda armada, e a postura também "anti-institucional" e "basista" desenvolvida pelas alas da Igreja envolvidas com a Teologia da Libertação. (No original, Nota 15 da Parte II)

[60] É fundamental atentar para o significado e o peso relativos de rum acontecimento como este em Belém, em 1977 (ou mesmo o da existência, aí, de uma organização como a FASE), uma cidade ***relativamente pequena*** e periférica aos centros políticos e de informação do país, de precária organização da sociedade civil. (No original, Nota 16 da Parte II)

dessas memórias, que falavam por si e redefiniam o perfil de personagens quotidianas reconhecidas pelo "movimento".

Voltamos para a casa mudos, pela estrada escura, debaixo das estrelas do hemisfério Norte. Mas a noite continuou em torno da mesa da sala, em conversa sobre esses tempos vividos por uma geração dos quais aquelas pessoas pouco sabiam, ou melhor, tempos com os quais pouco tinham se relacionado socialmente, no norte do Pará e no trabalho paroquial. Uma das freiras também fez suas revelações: contou que tinha lidado com presas políticas quando realizava trabalho pastoral num presídio em Recife, e mostrou sua distância e incompreensão daquelas pessoas. Agora entendia melhor. Então, nessa noite, era eu quem tinha muito para contar e fui desfiando, diante do interesse manifestado, os casos que sabia e o sentido que via, nesse lado ainda escondido da história recente do país. Coisas, casos de amigos e conhecidos, que eu não tinha, também, a oportunidade de estar lembrando por aí. Construía ao mesmo tempo uma identidade e um papel para mim – na FASE e nessa história, através do espelho dos depoimentos ouvidos em Belém. Identidade solidificada, agora, não através das nossas semelhanças, mas das nossas distinções.

Esse foi o meu primeiro encontro prático do tipo "marxistas e cristãos", participante e relativamente observadora – pela distância dada pela minha posição de novata e estranha ao grupo – de um dos "*imponderáveis da vida real"* (Malinowski, 1975), àquele momento, dentro de uma entidade como a FASE[61]. O fato de estarmos no contexto da FASE, num contexto produzido profissionalmente, criava as possibilidades de um espaço neutro para esses rituais de comunicação a encontro – o que seria mais complexo, caso estivéssemos jogados diretamente no campo de disputas configurado "lá fora", pelos "movimentos". E assim se davam passos na relação profissional/militante a ser construída, no movimento de posições que se iam ocupando e transformando dentro da instituição.

Minha falta de disposição de tentar eternamente "virar povo", condição vivida pelo "*agente de base"* na época[62], era certamente um fator de distanciamento entre nós. No contexto da FASE, porém, essas distinções faziam parte da conformação do jogo, existiam dentro de uma divisão de trabalho controlada institucionalmente, manifestando-se no complexo de forças que conformavam a entidade enquanto tal, numa dinâmica diferente da que se dava nos movimentos a que nos ligávamos "fora" da entidade.

Embora às vezes parecesse chegar perto, ou se encaminhar nessa direção, o modelo da instituição não era o partidário; tampouco se conformava ao da hierarquia eclesiástica ou, muito menos, ao acadêmico. Era algo referido a, porém diverso, disso tudo, numa "mistura" de

[61] As discussões teóricas sobre marxismo e cristianismo dentro do contexto dado pela teologia da libertação, que mobilizariam teóricos das igrejas e outros intelectuais (veja-se, por exemplo, ISER 1984 a; e 1984 b) não faziam – e nem fariam -parte do campo temático da FASE. Não estava em jogo, no contexto desses trabalhos, a discussão sobre um projeto de Igreja, com relação à qual a FASE queria, ao contrário, se tornar independente. Só nos anos 80, num trabalho com a Comissão Pastoral da Terra, as questões da "ligação entre fé e política" teriam que ser enfrentadas, no meu trajeto. (No original, Nota 17 da Parte II)

[62] No ideário da "teologia da praxis" que se cria a partir dos anos 70, o "agente", educador-educando, terá um papel de peso. Ele não pode ser "povo" -já que essa é condição substantivizada a partir de determinadas origens, definidas em termos materiais- e sofrerá sempre de uma ambiguidade de estar ***entre o*** "povo" e o "não-povo", permanecendo numa situação de eterna aproximação, ou conversão ao "povo", num processo *ad infinitum* e sempre posto à prova, sempre renovável -já que o recuo à sua situação de origem *"pequeno-burguesa", ou "elitista", ou "intelectual academicista",* era uma possibilidade em aberto (Landim, 1984). (No original, Nota 18 da Parte II)

referências e critérios de legitimidade cujo resultado futuro não estava claro, mas onde na época abria-se um lugar para pessoas com minha trajetória, minha visão de mundo e meu estilo de vida.

Pelo que se vê, quando entrei na FASE estava-se a meio caminho da conformação do futuro campo das "ONGs". E o passado já acumulado desse processo me era estranho, e também não interessava. Nem a mim, nem aos outros da entidade, preocupados em forjar seus laços diretos com "bases" e "movimentos" que começavam a se intensificar pelo país. Assim como tampouco eram assunto as relações com entidades internacionais financiadoras, as quais uma ou duas pessoas em nível de coordenação – de origem estrangeira, ligados ao mundo das igrejas – eram qualificadas para estabelecer e manter. Demoraria ainda algum tempo para que eu me desse conta da existência de entidades semelhantes à FASE, que passavam por processos análogos à época, e do papel da hoje chamada "cooperação internacional" nisso tudo.

Passo, então, ao percurso cronológico dessa história que já andava a meio caminho quando entrei no ofício dos "Centros de Educação Popular"[63].

2. PRINCÍPIOS

Apagar-se diante da obra que vai ser empreendida, e que tem o bem como objetivo.
...
O que conta é a obra a realizar. Assim sendo, ninguém perderá tempo consigo mesmo, nem atrapalhará os outros com a sua pessoa; e aqueles que nos virem viver, desinteressados e ardentes, ficarão nossos amigos.

(L. J. Lébret, *Princípios para a Ação*).

2.1. O PROBLEMA E AS FONTES DE INFORMAÇÕES.

No estudo recente, já mencionado, sobre o mesmo conjunto de "ONGs" brasileiras analisado aqui – no caso, uma pesquisa de opinião com seus diretores – conclui-se que as "ONGs" são fundamentalmente produto de uma *"geração setenta"*, que vai se interessar pela militância já durante o período autoritário (Fernandes e Piquet, 1991:5).[64] E apenas uma vista de olhos no Quadro I apresentado na Parte III desse trabalho já deixa claro que essas entidades se multiplicaram, de fato, nos anos 80[65]. O mesmo estudo – referente ao conjunto atual dessas organizações – acaba por concluir que *"foi na interseção dos circuitos universitários, com as pastorais populares inspiradas na teologia da libertação, com as dissidências marxistas em resistência à ditadura, integrados politicamente ao PT, que surgiu a maior parte dos dirigentes das ONGs*" (pg. 6). Reserva-se, no entanto, um lugar para a esquerda cristã do pré-64 nessa

[63] Já existiam entidades que fariam nome no campo das "ONGs", como ASSESSOAR, IBRADES, MOC, PATAC, ISER, CPV, ADITEPP, Cento Luis Freire, CESE, NOVA, CEDI, ESPLAR, CEAS... Além das "limítrofes" CPT e CIMI. (No original Nota 19 da Parte II)

[64] Ao mencionar o termo "ONG" daqui por diante – salvo observação em contrário – estarei me referindo ao universo das que se criaram "a serviço dos movimentos populares", ou de "assessoria e apoio aos movimentos populares". (No original, Nota 20 da Parte II)

[65] A mesma pesquisa aponta para o fato de que 50% dessas entidades foram criadas entre 1980 e 1990; nos anos 70, 25% (Fernandes e Piquet, op. cit:8) (No original, Nota 21 da Parte II)

genealogia. Dos dirigentes que apontaram referências pessoais a esses tempos – no caso, dado o quadro atual, aparentemente longínquos e de menor peso – 25% da amostra mencionou "Ação Católica/Cristianismo Progressista" (pg. 6).

De fato, a idéia de que as "ONGs" brasileiras nascem próximas à Igreja Católica para se transformarem, com o tempo, em um conjunto secularizado, tem sido veiculada pelos estudos que tratam da história dessas instituições, o que a pesquisa acima veio a comprovar. Em resumo, as concepções elaboradas em alguns trabalhos que circulam pelo campo – que certamente têm representado um papel na criação de um senso comum quanto ao auto-reconhecimento dessas entidades – são as de que as "ONGs" se compõem do cruzamento de gente vinda de universidades, igrejas, partidos e organizações de esquerda.

Pensar a história dessas entidades e das pessoas que as compõem – de como vieram a ser produzidas as chamadas "ONGs" e seus especialistas, esses detentores de uma espécie de profissão sem nome – passa por reconstruir as condições sociais do estabelecimento desses diversos cruzamentos, ou *"interseções"* que se deram e continuam se dando no tempo, em diferentes momentos, em diversas conjunturas.

Trata-se aqui de colocar em relação as propriedades dessas instituições que viraram "ONGs" e as propriedades dos agentes que as vieram formando nas últimas décadas. O que se pretende é reconstituir um conjunto identificável de trajetórias – de agentes e de organizações. Reconhecendo o que as histórias pessoais, as biografias, podem revelar quanto à idéia de *"desenrolar de um processo"* (Becker,1986:108), tento evitar, no entanto, cair no que Pierre Bourdieu chama de "*ilusão biográfica"*, tomando então aqui a noção de trajetória *"como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço, ele próprio, em devir e sujeito a incessantes transformações"*[66]. Por outro lado, evito igualmente cair no obstáculo que possa vir a ser constituído por um corte institucional – caso privilegiasse apenas limites definidos administrativamente – procurando ligar a história e as propriedades específicas dos "Centros" e "ONGs" às posições que ocupam com relação a campos conexos, em sua mudança no tempo.

Essa análise passa pela questão das formas de criação da legitimidade, do reconhecimento e da criação social de competência de agentes e entidades, pressupondo-se a progressiva formação de um conjunto de relativa autonomia compreendido *"enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas"* (Bourdieu, 1983). Entra, portanto, pelo estudo das condições sociais de estabelecimento de relações, como foi dito na introdução a esse trabalho, "para cima" e "para baixo": com determinadas agências financiadoras internacionais e com grupos sociais particulares, no Brasil, os reconhecidos como legítimos beneficiários dos serviços prestados pelas "ONGs" – as "bases", ou "movimentos populares" específicos envolvidos nessa história.

Por essas vias, pode-se certamente contribuir para o entendimento daquelas "interseções" entre gente de diversas origens, em seus pressupostos e consequências quanto à constituição de

[66] Essa "ilusão", para o autor, pode estar presente na idéia de vida como conjunto coerente, expressão de uma intenção, ou projeto, onde o ponto de partida é também princípio, causa primeira. Está presente no tipo de texto biográfico que impõe um sentido, retrospectivo e prospectivo, entre etapas de um desenvolvimento necessário de uma "vida", compreendida como história individual linear. E está presente nos mecanismos sociais que favorecem a experiência ordinária da vida como unidade e totalidade, identificando normalidade com identidade, enquanto *"constância a si mesmo de um indivíduo responsável"*, previsível, inteligível (Bourdieu, 1986). (No original, Nota 22 da Parte II)

estilos de trabalho, de discursos, de mentalidades predominantes nas entidades "de assessoria e apoio aos movimentos populares".

Embora as "ONGs" sejam um fenômeno dos anos 70 e 80, já se mostraram aqui indícios de que suas origens são marcadas por referenciais mais antigos – e não apenas dos católicos radicais (uso a expressão cf. de De Kadt,1970) ou cristãos progressistas, mas seu nascimento também nos remete a experiências das obras sociais católicas tradicionais ou de diferentes "trabalhos de comunidade", referências presentes ainda nos finais dos anos 70, data de minha entrada na FASE, como foi contado. Passo então a um relato do que pude conhecer desses inícios. Pensando-se na construção social da categoria "ONG", é certo que através da volta ao passado nos podem ser dadas as formas, retomando Muel Dreyfus, de "*refletir sobre o que as imagens atuais, que parecem hoje evidentes (aller de soi) devem a esses encontros, sociológica e historicamente fundados, entre homens e mulheres singulares e postos de trabalho 'se fazendo'*" (Muel-Dreyfus,1983:8).

Em termos dos procedimentos de pesquisa, uma primeira observação é a de que esse universo de agentes e entidades caracteriza-se por uma fraca objetivação dos seus critérios classificatórios. Num meio em que se considera inapropriado "fazer nome", onde na maior parte de sua história o reconhecimento da institucionalidade esteve recalcado, não se encontram facilmente em documentos institucionais dados que permitam construir um trajeto e um campo, da forma como se pretende aqui. O pesquisador se depara, na maior parte das vezes, com documentos meio amarelecidos pelo tempo mas sem data e, sobretudo, não assinados. Quando assinados, não se declinam propriedades dos seus autores (e isso é característica mesmo dos documentos mais públicos dessas entidades, como grande parte dos artigos em suas revistas, por exemplo). Seus sucessivos diretores aparecem frequentemente sem créditos, nas listagens oficiais – apenas o "Padre" ou o "Reverendo " têm, forçosa e sintomaticamente, sua posição declinada. Conforme se vai avançando no tempo, tudo isso se torna mais visível, mas estou me reportando aqui às fontes de dados sobre origens e tempos primeiros.

Além disso, esses documentos – já precários quanto aos dados sobre as condições de pertencimentos, hierarquias, classificações reconhecidas no meio – são difíceis de encontrar. Em geral, acham-se guardados de maneira um tanto dispersa nas entidades, sendo difícil sistematizá-los. Consegui-los passa por uma certa peregrinação entre setores, gavetas, arquivos, caixas e agentes diversos nas instituições, dependendo de sua boa disposição e disponibilidade de tempo o acesso a esses dados. Acrescente-se, em certos casos, uma reserva em entregar esse material[67]. Claramente, não interessou a essas entidades o arquivamento dos dados relativos à sua história.

Seus centros de documentação são coerentes com sua vocação de "serviço aos movimentos populares", e aí se pode encontrar fundamentalmente um acervo de documentos e

[67] Essa resistência não se revela mais a partir de alguma idéia de clandestinidade, de "não entregar o ouro ao bandido". As entidades querem controlar a elaboração de suas histórias e imagens. 0 "para que serve?" é a lógica em jogo – e a elaboração de uma tese de doutoramento não é motivação que renda muitos dividendos, nomeio. A quase totalidade dessas entidades cultiva individualizadamente, apesar dos novos tempos, um perfil discreto, longe da mídia e de canais de acesso à opinião pública, seguindo uma característica constitutiva dessa história e sugerindo que aí não se trata apenas de uma questão de conjuntura política. Vale pensar, também, sobre minha posição no campo, no qual o pertencimento às diferentes entidades, o "vestir a camisa" – a concorrência – é forte, embora se manifeste de maneiras pouco explicitadas. A existência de canais de alianças ou de lealdades pode prejudicar minha aproximação a algumas "sub-áreas" desse conjunto -embora, evidentemente, a facilite enormemente para outras. (No original, Nota 23 Parte II)

publicações as mais diversificadas dirigidas a um público especializado, que mereceria melhor pesquisa para ser definido (certamente, agentes de "educação popular", quadros de movimentos associativos ou "educadores" desses quadros, ou mesmo estudantes secundários ou universitários em pesquisa). São revistas, cartilhas e todo tipo de publicações de entidades afins dirigidas à formação e educação de categorias de trabalhadores e diversos grupos populares, recortes de jornais relacionados aos temas em que se especializam, acervos de documentos informativos ou analíticos sobre determinadas questões relacionadas aos movimentos sociais e que vão aparecendo no seu dia-a-dia, etc. Esses centros de documentação contêm o corpo da literatura produzida nos "Centros de Educação Popular", voltada para o seu meio. Encontra-se muito sobre a história dos "movimentos", pouco sobre a das entidades e seus agentes.

O fato de os documentos produzidos através da história das entidades serem pouco reveladores das práticas neles descritas, por conta da necessária auto-censura nos tempos de ditadura, também me foi dado como argumento explicativo da pouca importância a ser atribuída a eles – o que, pelo que pude observar, faz sentido, sendo enorme o seu laconismo[68].

Feitas essas ressalvas e qualificações, trabalho com o que pude obter de documentos oficiais – ou semi-oficiais – recolhidos nas entidades que formam a base empírica da pesquisa. Como agente do meio ocupando determinadas posições institucionais, e a partir do meu interesse em pesquisá-lo, conto também com um "acervo" próprio de documentos que foram sendo guardados ao longo dos anos.

Mas, sobretudo e pelo que se disse, as entrevistas com seus agentes são um instrumento fundamental utilizado aqui para se chegar ao estudo dos tempos primeiros das "ONGs", e de como estas vão-se construindo. Nesse caso, meu critério foi o de procurar gente, no Rio de Janeiro, de "notória experiência" no ramo: os fundadores das entidades mais antigas – uns, continuam nas mesmas entidades, em postos de direção; outros, fundaram novas entidades ou percorreram um caminho profissional de ocupação sucessiva de postos em várias "ONGs". Procurei conjugar esse critério com o de diferentes origens dos agentes: esquerda marxista, católicos, protestantes. Entre os de "notória experiência" foram incluídos também alguns retornados do exílio no pós-abertura política e pós-anistia, em 79 – daí saem personagens e entidades consagradas, no campo. O trabalho de entrevistas para nesse momento, ou seja, não foram entrevistados agentes que tenham se ligado às "ONGs" após os primeiros anos da década de 80. É até esse período que segue essa parte do trabalho[69].

Finalmente, resta assinalar que o estudo realizado a seguir parte do Rio de Janeiro, enquanto campo empírico. Isso significa que as entidades que tomo como casos mais detidos de análise na história, ou como referencial básico com relação às questões tratadas, têm seus escritórios principais no Rio de Janeiro – o que não tem como decorrência, necessariamente, que os agentes entrevistados somente exerçam seus trabalhos nesse estado. O pessoal das "ONGs" transita muito pelo país.

[68] Conforme, por exemplo, a visão – coincidente com a minha – de um agente que entrou na FASE à mesma época que eu, *"não dava, no início, para se dominar, para se saber o que se fazia; até os relatórios deatividades eram de uma enorme precariedade. Fazia-se, porexemplo, trabalho deformação sindical, trabalho de apoio às oposições sindicais e isso aparecia como cursos profissionalizantes. Enfim, uma coisa totalmente encoberta"*. (Entrevista em outubro de 1992). Isso mostra, também a opacidade dos códigos do campo que se formava, para os novatos. (No original, Nota 24 da Parte II)

[69] Foram realizadas 19 entrevistas abertas, com 19 agentes. Em 1987 /88 realizei algumas delas; em 1992 completei esse trabalho. Algumas poucas pessoas foram entrevistadas duas vezes, nessas duas ocasiões. Observe-se que, a partir dessas escolhas, meu trabalho privilegia as entidades e agentes consagrados do conjunto das "ONGs", não se aprofundando aqui o estudo de sua estratificação interna. (No original, Nota 25 da Parte II)

Tomar apenas as organizações do Rio poderia parecer uma limitação empírica significativa quanto à pesquisa já que, como o Quadro I mencionado revela, as "ONGs" estão espalhadas por todo o país. Certamente é uma limitação, dada antes de mais nada pelas condições desse trabalho individual. Mas não tão grave. Em primeiro lugar, o Rio de Janeiro é, por si, base privilegiada para qualquer tipo de pesquisa sobre "ONG" no Brasil que adote o tipo de objeto definido aqui. Por motivos a serem pensados, o Rio é uma espécie de "capital" do movimento de articulação entre essas entidades – embora, por exemplo, São Paulo as tenha em número um pouco maior. No entanto, as entidades de São Paulo não apresentam iniciativas tão intensas no sentido de articulações que não sejam temáticas, isto é, que levem à criação de estruturas inter-institucionais. No Rio situa-se a ABONG, no Rio deu-se a ECO-92, aconteceu o Encontro PNUD, etc. É mais fácil chegar ao Brasil, nesse caso, via Rio de Janeiro.

Mas o outro motivo que minimiza a limitação aqui exposta é revelador da própria natureza do objeto de estudo: as condições sociais da existência e implantação dos "Centros de Educação Popular" implicam em um conjunto de trajetórias e lealdades de agentes e instituições que se espalha nacionalmente (e mesmo internacionalmente).

Como vai ser visto na exposição sobre seus primeiros tempos, essas características constitutivas já se encontram, aí, de modo embrionário, porém definido.

2. 2. A QUESTÃO DOS PIONEIROS

Você
precisa tomar um sorvete
na lanchonete
andar com a gente
me ver de perto
ouvir
aquela canção do Roberto...

("*Baby*", Caetano Veloso, 1968).

Os tempos de origem, ou melhor dizendo de uma pré-história, das "ONGs", segundo referências no meio, situam-se na segunda metade da década de 60, e neles agentes cristãos de presença discreta, mas ativa na sociedade ocupam o papel principal. Tempos também, como se sabe, em que grupos fundamentalmente saídos das universidades iam barulhentamente às ruas, organizavam-se na clandestinidade e armavam-se contra a ditadura. O campo artístico e cultural era igualmente fértil de produções, onde afirmavam-se com peso, por exemplo, o Cinema Novo, ou o movimento Tropicalista. Todos tinham suas idéias sobre como *"andar com a gente"* e a *"ver de perto"*. No entanto as versões eram bem diferentes, expressões de variados grupos saídos fundamentalmente das classes médias porém com trajetórias, valores e posições diversas na sociedade, onde sua presença tinha também diferentes graus de visibilidade e espaços de atuação. Essas diversas sensibilidades, práticas e concepções conviviam num mesmo momento porém pouco se cruzavam ou se comunicavam, por essa época. Os estudantes que se organizavam nos grupos e partidos de inspiração marxista, leninista ou maoísta mantinham-se razoavelmente distantes tanto das áreas paroquiais e pastorais por onde circulavam discretamente os agentes da Igreja, de diversas orientações, dedicados aos trabalhos "de base", quanto tampouco se sentiam à vontade com o espírito "desbundado" e antropofágico dos tropicalistas, com sua visão de um país "geléia geral". Quem se lembra de Caetano Veloso, em pleno 1968, sendo fragorosamente vaiado num festival de música, e respondendo aos berros num manifesto improvisado: *"Se vocês em política forem como são em estética, estamos feitos"...? A* história aqui apresentada dos nossos cristãos de base, evidentemente, também vai nos distanciar desse espírito "permissivo" que grassava entre grupos das grandes cidades onde se propunha que *"é proibido proibir"* – a música em questão.

Mas em resumo, em que pese o regime ditatorial e tudo o que foi desestruturado na sociedade em 1964, esses eram tempos de razoável agitação política e cultural, circunscritas a meios específicos. Nos inícios da década de 70, a maior parte dessas movimentações seriam cortadas por força das circunstâncias políticas e seus agentes desapareceriam da cena nacional. Mas não todos. E alguns deles viriam a se encontrar mais tarde, em outros espaços de atuação comum.

As continuidades e descontinuidades no tempo entre esses e outros movimentos de diferentes grupos e setores sociais, com relação aos sucessivos cortes ao nível da conjuntura

política do país em 1964 e 1968 (pós AI-5), têm sido lembradas pela literatura[70] e isso é questão significativa quanto à análise das entidades consideradas aqui. No caso, caímos no tempo muito particular da Igreja – enquanto instituição, e enquanto ator através das conjunturas políticas nacionais.

E caímos também nas continuidades e descontinuidades próprias às buscas de "histórias" e "origens", da forma como se apresentam através das memórias de seus agentes, relatos que se constroem dentro de uma situação presente, a qual portanto os informa e lhes dá sentido.

Perguntar quem foram, a como nasceram, as primeiras "ONGs" coloca-nos, evidentemente, numa questão circular, já que pressupõe o final da história, ou seja, a existência de um conjunto de entidades que vieram, muito tempo depois de começarem a existir, a ser re-semantizadas, chamadas a um certo momento por esse nome. Somos jogados no presente. Indagar pelas origens é recolocar a questão, portanto, de quem é reconhecido como "ONG" e por que instâncias, acrescentando-se porém uma pergunta significativa: quais são reconhecidas como "as primeiras"? Ou seja, a pergunta a seus agentes sobre as "primeiras" nos revela muito de sua identidade, hoje, pensando-se a memória na suas funções sincrônicas, situacionais, enquanto conveniência em se preservarem distinções (Cf. por ex. Carneiro da Cunha, 1985). Foi o que aconteceu.

A questão colocada como ponto de partida em minhas entrevistas era sobre como começou a história dessa coisa chamada, atualmente, de "ONG", da qual o entrevistado – quer tivesse menor ou maior empenho e gosto nessa identidade – fazia necessariamente parte. O roteiro de questões passava, entre outras coisas, pelas origens e trajetos da entidade à qual o informante pertencia, havia fundado ou acompanhado a fundação, bem como ao seu trajeto pessoal de vida, situando sua entrada nesse "meio".

Na última leva de entrevistas que realizei, em meados de 1992, pude perceber uma sensível mudança no clima da relação com os entrevistados, em comparação ao que ocorrera em 1987, quando não era tão simples conseguir esses relatos. Procurando pelos "veteranos", gente fundadora das entidades mais antigas, foi fácil encontrá-los – encontrar quem se identificasse como tal – e o tempo foi pouco, com relação ao potencial de entrevistas com uma determinada rede de pessoas que foi surgindo e dispondo-se a falar, a contar a sua versão da história, e me encaminhar a outras pessoas.

Isso poderia parecer paradoxal já que, como foi dito, a ausência de documentação sistematizada e de histórias dessas organizações indica que não há grande interesse no campo em se perguntar por origens. A questão soa imposta.

No entanto, em primeiro lugar, sem dúvidas se está agora num momento propício para a elaboração de memórias, naquilo que podem representar enquanto construção da história de um conjunto com elementos relacionados entre si. É o momento favorável à *"aparição de um corpo de conservadores de vidas"*, aspecto característico da constituição de um campo, especialmente considerando-se que as "ONGs" de "assessoria a apoio aos movimentos populares" estão diante

[70] Com relação à temporalidade particular no movimento sindical rural – seus cortes e continuidades – veja-se Palmeira, 1985. Schwarz (1978) é um autor que analisa a mesma questão, com relação às atividades culturais e políticas da intelectualidade e das camadas médias. (No original, Nota 26 da Parte II)

de um crescimento de novos adeptos – de adeptos de novas gerações – e mesmo, como se viu no capítulo anterior, de ameaça à sua ortodoxia pelo aparecimento de outros tipos de "tribos" que disputam a sigla.[71] As "origens" tendem a aparecer como elemento distintivo no jogo de identidades.[72]

Mas em segundo lugar, e sobretudo, a pesquisa revelou que a memória das "origens", enquanto elementos que deem sentido a uma totalidade atual, numa versão em que são ressaltados os efeitos de uma continuidade entre o passado e o presente, são momentos privilegiados de construção e afirmação de distinções dentro do próprio campo – as quais vão contribuir para seu entendimento e vão conformá-lo enquanto tal.

Se a FASE, por exemplo – além de ser reconhecida como a "maior" – tem a palma da antiguidade, havendo completado 30 anos em 1991 com algumas comemorações, seu pioneirismo pode ser contestado dentro de determinados critérios classificatórios do meio. A FASE foi e não foi a primeira "ONG", e aí o tempo cronológico institucional não coincide necessariamente com o da formação do campo. Os seus próprios porta-vozes, nas definições de origens e histórias, têm sempre o cuidado de ressaltar não suas continuidades, mas suas descontinuidades, seus "avatares", como me declarou um dos diretores da instituição. Outras "ONGs" nasceram mais "prontas", e a memória que busca "raízes" tem aí um acervo de dados significativos para poder facilmente estabelecer uma coerência num período considerável de tempo entre passado e presente. São essas as que se colocam como detentoras de uma tradição antiga reivindicada pela "educação popular" freiriana, ancorada nos tempos pré-64. Suas características constitutivas – que estariam presentes em suas origens – nos propõem um "mito fundador" das "ONGs".

Se a "versão FASE" procura afirmar raízes não no tempo cronológico institucional, mas nas ligações com "os movimentos populares" que cresceram em fins dos anos 70 e nos anos 80 – e essa é uma propriedade fundamental de reconhecimento no campo das "ONGs", na visão dominante atual – outras versões chamam a atenção para a existência de elementos mais antigos e de origem diversa, reivindicando sua presença e marca na formação do que essas entidades são, hoje. Ambas as interpretações são significativas e têm seu peso, apontando para elementos presentes na construção do corpo constituído pelas "ONGs".

Vou tentar abordar essas questões a seguir, a partir da análise de uns poucos casos e acontecimentos cujos dados foram colhidos, como se disse, no Rio de Janeiro. NOVA e FASE são privilegiadas na análise; CEDI e ISER aparecerão, no bojo dos acontecimentos, como atores nessas cenas iniciais dos anos 60/70. É de se ressaltar que essas quatro entidades estarão muito tempo depois, em 1991, na coordenação do mencionado "Primeiro Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas". Enquanto tal, como será retomado, vão

[71] *"Pelo conhecimento prático dos princípios do jogo que é tacitamente exigido dos recém-chegados, toda a história do jogo, todo o passado do jogo, estilo presentes em cada ato do jogo. Não é por acaso que um dos índices mais seguros da constituição de um campo é, juntamente com o fato da> obras apresentarem traços que as relacionam objetivamente (às vezes até mesmo conscientemente) às outras obras, passadas ou contemporâneas, a apareça; de um corpo de conservadores de vidas (...) e de obras (...)"* (Bourdieu, 1983:91). (No original, Nota 27 da Parte II)

[72] Deve-se observar que o CEDI foi pioneiro quanto a essa questão, coma publicação já em 1984 de um numero especial da revista "Tempo e Presença" contando a sua história e a de alguns "veteranos" da entidade: "10 anos de CEDI, serviços às Igrejas e movimentos populares" (CEDI, 1984), Nos últimos anos, começam a surgir aqui e ali publicações, mesmo quediscretas, do mesmo teor, comopor exemplo I, dois artigos em "ISER 20 Anos" (Lemos, 1991; Cesar,1991). Muito recentemente, a AJUP editou publicação para distribuição dirigida em que conta sistematicamente a trajetória da entidade e de cada um de seus funcionários atuais, exposta ao lado de sua respectiva foto, contrariando as regras tradicionais do campo (se *"agente"* não tem nome, que dirá rosto) e anunciando seus possíveis rumos atuais (AJ UP, 1992). (No original, Nota 28 da Parte II)

compor o comitê que selecionou quem era e quem não era "ONG" apropriada para participar do evento – ou seja, a essas entidades foi reconhecida autoridade para construir e legitimar pertencimentos ao conjunto de "ONGs" brasileiras, autoridade afirmada tanto pelas agências internacionais co-promotoras do Encontro, quanto tacitamente pelas "ONGs" brasileiras escolhidas e convidadas[73].

A busca de histórias e origens institucionais levam a trajetos de agentes e de grupos de pessoas que transitam há tempos nesse meio.

"Eu tinha uma amiga que atuava na JEC, no meu tempo, temos esse passado comum. Casou, foi para a França, voltou ao Brasil 30 anos depois. Veio ao IBASE e me viu trabalhando, aquele ambiente, aquela coisa de telefonemas, contatos, aquela loucura. Falou: -'Que engraçado, você continua na mesma! Isso parece a sede nacional da]EC!" (Depoimento de Letícia Cotrim, atualmente na Secretaria de Administração da ABONG, tendo feito, após 64, o trajeto de pertencimento sucessivo a MEB-CEPLAD-FASE-NOVA-CEDI-IBASE)[74]

E como me disse, ao início da entrevista, uma dirigente de "ONG" dessa "velha guarda", que remete sua participação em atividades de educação ao pré-64: *"Acho ótimo, Leilah, dou a maior força, se você está com possibilidade de trabalhar isso... Então, que saia alguma coisa capaz de informar as novas gerações"*.

2. 3. O COMITÊ AD HOC E OUTROS ENCONTROS E ORGANIZAÇÕES.

Todo dia é véspera
(Guimarães Rosa)

Na dinâmica da pesquisa, fui jogada em uma rede de agentes que me revelavam interessantes "*memórias subterrâneas"* (cf. Pollak,1989). No caso, o "subterrâneo" refere-se não apenas a detalhes de vidas e trajetos guardados em redes de comunicação informais, por força de sua "proibição" com relação a uma cena oficial que durara longos anos. São também, acima de tudo, memórias subterrâneas com relação às versões da história das "ONGs" que se têm tornado oficiais – ou ao menos, mais visíveis – as interpretações que, genericamente falando e como se disse, as ligam a referências marxistas e a dinâmicas sociais dos anos 80 (movimentos sociais, sindicatos, partidos), com a emergência inclusive de novas gerações de agentes vindos de outras trajetórias.[75]

[73] As outras três entidades do Rio de Janeiro componentes da coordenação- IBASE, IDAC e CEDAC – foram fundadas, no Brasil, nos tempos pós-anistia de 1979. Ressalte-se que, além dessas 5 cariocas, apenas mais três entidades compunham essa coordenação: o Centro Luis Freire, de Recife, o INESC, de Brasília, e o CESE, da Bahia. (No original, Nota 29 da Parte II)

[74] JEC é a Juventude Estudantil Católica, um dos movimentos de estudantes que faziam parte da Acão Católica, organização da Igreja composta de leigos e que chegou ao Brasil em 1934. Nos anos 50-60 esses movimentos adquiriram progressivamente um caráter radi cal, mobilizando contingentes de jovens católicos e representando um papel na cena política da socidade brasileira no pré-64, destacando-se a JUC (Juventude Universitária Cristã) e a JOC (Juventude Operária Cristã). Faziam parte, também, da Ação Católica a Juventude Agrária Católica Feminina e Masculina (JAC e JACF), a Juventude Operária Feminina Cristã (JOFC) e a Juventude Independente Católica Feminina JICF). Esses movimentos têm sido estudados em sua complexidade, e não serão aprofundados ou descritos em maiores detalhes nesse trabalho. Veja-se De Kadt,1970; Gómez de Souza, 1984). (No original, Nota 30 da Parte II)

[75] É importante que se atente para o contexto em que me foram feitos esses discursos. Certamente, eu sou identificada como essa "segunda geração" de gente de "ONGs". Minha trajetória no meio deve também estar marcada pela posição de pesquisadora um tanto distanciada, já que dedicada não às questões substantivas do "serviço", mas sim a chamar a atenção para seu aspecto de institucionalidade, área geralmente tensa. Posição que tende a me aproximar do conjunto de entidades que joga seu prestígio na criação de uma ABONG, mas que me distancia de outras áreas que, embora participem desses tipos de articulação, têm ressalvas quanto a elas. (No original, Nota 31 da Parte II)

A pergunta pelos "pioneiros" me lançou numa história composta por reuniões, encontros, articulações discretas, muitas a nível nacional; paróquias, dioceses e organismos eclesiais; bispos, padres, freiras e leigos católicos, além de alguns pastores e agentes do chamado mundo ecumênico: processos que se reavivam nas histórias de vida de gente que ocupa hoje posições de destaque nas "ONGs" no Rio de Janeiro. Fui jogada em narrativas sobre os tempos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe militar de 1964. E não consegui encontrar "pioneiros" que gravitassem em torno de outros campos institucionais, nesses tempos, que não fossem a Igreja Católica ou, com peso menor, as organizações que abrigavam protestantes progressistas, com as quais a história do campo católico aí se interpenetra. Em que pese serem minoria torna-se marcante, proporcionalmente à sua expressão na sociedade brasileira, a presença de agentes do chamado campo "ecumênico" na história das "ONGs" brasileiras – no geral expoentes, gente consagrada.[76]

Essa história se insere, portanto, em tempos já bastante estudados de uma Igreja Católica em suas relações com o Estado e a sociedade no pós-Vaticano II, passando pela Conferência de Medellin em 1968 e entrando pelos tempos da Teologia da Libertação. E a interpretação da história dada pelos depoimentos segue no geral versões comumente encontradas na literatura segundo as quais, não só nos primeiros, mas nos piores anos do regime militar, o que havia de "trabalho popular" era, no fim das contas, o realizado nos espaços de Igreja, enquanto tempos de véspera de muita coisa "nova" que aconteceria depois no campo dos movimentos sociais.[77]

O que importa resgatar aqui é o fato de essas narrativas serem acionadas no contexto da elaboração de uma história das "ONGs" ou, mais precisamente, de seus inícios. Os relatos vão ressaltar determinadas articulações, organizações, eventos-chave, instâncias onde se elaboraram essas novas formas de enquadramento do trabalho social de um conjunto de agentes saídos quase que exclusivamente do mundo cristão. E para um evento convergem e coincidem vários dos discursos desses "veteranos" entrevistados: o oficialmente chamado "Encontro Ad-Hoc", ou informalmente "Encontro de 72", ou ainda "Encontro de Educação Popular de 72". Como disse uma diretora de "ONG", fazendo eco a outros entrevistados, *"Se há alguma coisa na minha vida que eu me orgulho da preparação, foi esse seminário"*. *Ou* como afirmou outra entrevistada: *"Estava nessa reunião muita gente que hoje é dirigente dessas ONGs"*.

---

[76] Edin Abumansur – outro agente e estudioso do campo (fundador da "ONG" AGEM, funcionário e depois membro da diretoria do ISER) -define essa *"modalidade de ecumenismo"* como a que tem como pano de fundo *"uma estratégia política de transformação social a longo prazo"*, onde têm expressão uma conjunto de organismos *"que vivem da execução de projetos financiados por agências de ajuda do primeiro mundo"* – artigo onde se mencionam algumas das "ONGs" que fazem parte do universo analisado aqui, como CESE, CEDI, ISER, CESEP. Mencionamse também organismos que tiveram peso quanto ao "ecumenismo", na América Latina, como ULAJE (União Latino-Americana de Juventudes Ecuménicas); FUMEC (Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos); ASEL (Ação Social Ecuménica LatinoAmericana); CELADEC (Comissão Ecumênica Latino-Americana de Educação Cristã). Das 52 pessoas listadas pelo autor como pertencentes a essas entidades, 50 são protestantes, donde conclui que *"ecumenismo no Brasil é coisa de protestantes"* (Abumansur,1985:59-61). Ver também Cesar,1988. (No original, Nota 32 da Parte II)

[77] 28. Não só é generalizada em vasta literatura produzida em anos ainda recentes a idéia de que a Igreja Católica foi a única instituição de peso da sociedade civil brasileira que ficou praticamente incólume, após o golpe militar, sendo então "espaço ', ou "respaldo", para o nascimento de organizações e movimentos sociais durante a ditadura. Mas também se generalizou – entre estudiosos /ideólogos da Igreja Popular – a idéia de que se constituíram, aí, cortes radicais com relação a um passado e um modo de ser institucional, configurandose uma "nova" Igreja. Leite Lopes é um autor que questiona, em um contexto de debate sobre o papel da Igreja em movimentos sociais recentes, esse tipo de corte, bem como uma tendência à absolutização do papel da Igreja em determinados movimentos do período, como o sindical (Leite Lopes, 1980). Uma interessante contribuição para a análise desse debate, tomando as CEBs (Comunidades Eclesiásticas de Base) como objeto, encontra-se em Novaes, 1991. (No original, Nota 33 da Parte II)

Optei por partir desse caso na análise que se segue. Ele é significativo não só pela idéia de "ato inaugural" que o cerca, mas também porque através dele puxam-se trajetórias e entidades, acionam-se versões, expõem-se modos de formação de redes de pessoas e lealdades, na construção do enredo que interessa aqui. Ressalto alguns elementos nessa história, feita através de narrativas cheias de fatos e acontecimentos que têm como pano de fundo a idéia de um *timing* específico – a idéia de uma gestação coerente e linear compondo-se com cada elemento no seu tempo próprio, *"esse monte de coisas existindo desde o golpe, essa gente se movimentando* (...) *Então essas coisas estavam vivas"* (depoimento-de Beatriz Costa, fundadora da NOVA e da SAPÉ, respectivamente nos anos 70 e 80, a atual participante da coordenação dessa última entidade).

De fato, os depoimentos fornecem uma interpretação dos tempos de gestação das futuras "ONGs" – onde o Encontro de 72 seria marco importante – como período de continuidades e movimentações discretas, onde um *"conjunto de pessoas"* manteve, por canais e estratégias de vida diversas, a chama acesa de uma história que começara lá atrás. *"-Quem saiu da barriga do MEB?",* foi-me colocada como questão significativa para conhecer muitos dos personagens e entidades que hoje se chamam "ONGs", os quais eram geralmente listados pelo entrevistado.[78]

As falas contam, por um lado, sobre aqueles que ficaram pelo país depois do golpe e em que condições ficaram – seriam os responsáveis pelas continuidades; e, por outro, sobre os que foram para o exterior e voltaram, ou os que iam e vinham, os mensageiros, os mediadores.

As viagens ao exterior e as ligações internacionais surgem inevitavelmente em qualquer pergunta sobre a história da fundação de (futuras) "ONGs". Como disse Aída Bezerra, uma das fundadoras da NOVA (criada em 1972), perguntada sobre como vê o início dessa entidade e seu papel nele: *"pego a perna dessa história quando bati com os costados em Paris",* e isso teria sido em 1964. Se a história atual das "ONGs", ou um senso comum existente no meio, tem reservado um lugar de destaque para os retornados do exílio após a anistia de 1979, teria também que incluir outros exílios, outras idas e vindas de gente para o exterior do país não tão uniformemente demarcadas e visíveis na história oficial brasileira. De fato ressalta, nessas narrativas, um tempo desencontrado com esta história oficial – ou da história tornada "consensual" em estudos sobre os grandes cortes nas conjunturas políticas no país – onde as movimentações dos agentes e os marcos significativos acontecem muitas vezes nos momentos chamados de "descenso dos movimentos", em termos da periodização da política nacional. Gente que sai em 64 e volta em 65, ou que se auto-exila em 66 e volta em 70, por exemplo, articulações e organizações que florescem a partir dos tempos duros de 72, etc. Somos remetidos, aí, à idéia de *"conjuntura para",* utilizada por Moacir Palmeira na análise de como, numa determinada conjuntura política, as mesmas forças provocam diferentes consequências, quanto a grupos em diferentes posições num campo de lutas.[79]

[78] Como se sabe, o MEB -Movimento de Educação de Base- destinado à educação através de programas radiofônicos, foi criado no começo do governo Janio Quadros, em 1961, como resultado de um acordo entre a Presidência da República e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Atraiu para os seus quadros um significativo número de membros da JUC, ou ex-jucistas. (No original, Nota 34 da Parte II)

[79] *"Quando nós saímos da análise de conjuntura política, como disposição de forças em confronto num determinado momento, para pensar a atuação política de uma classe social (ou equivalente), aquele conceito tem que necessariamente ser redefinido em termos de conjuntura para, não para se negar o caráter objetivo de uma conjuntura, substituindo-o pelas avaliações 'subjetivas' do grupo A ou da classe B, mas porque, objetivamente, as mesmas forças não se dispõem da mesma maneira para os grupos diferentemente posicionados no campo de lutas de classes"* (Palmeira, 1985:46). (No original, Nota 35 da parte II)

As inevitáveis referências às relações com o exterior quando se fala de "ONG" complementam-se com as narrativas de como se deu a manutenção de uma continuidade de *"contatos"* por quem ficou no país, depois de 64. Essa, portanto, é uma história em que têm o seu lugar pessoas que escaparam, de forma imediata, da repressão na época. Gente que, certamente, não ocupava posições de direção ou visibilidade nas lutas e organizações do pré-64. E a *"costura"*, para usar um termo empregado frequentemente, teria sido dada antes de mais nada pelo pertencimento passado a organizações como JUC, JOC, AP e, fundamentalmente, o MEB, talvez porque, dessas organizações, foi a que manteve mais solidez institucional no pós-golpe, apesar da repressão sofrida por seus quadros e equipes mais destacados – "o *MEB nunca deixou romper um grupo de contatos"*, diz uma de suas ex-participantes entrevistadas, que participaria do mundo das "ONGs" nos anos 70/80. Ou ainda porque o MEB, por sua natureza, abrigou de forma mais ampla os que faziam carreira de "educadores de base", de "alfabetizadores de adulto", especialistas no que viria a ser chamado mais tarde de "educação popular"[80] É frequente, por parte de gente ligada a esses acontecimentos, a menção do MEB como uma "primeira ONG", ou uma "pré-ONG".

Ressaltam-se nos depoimentos sobre as "continuidades" o que se vê como a pessoalidade nas relações, a partir de uma determinada conjuntura. Nesse sentido, é significativa a analogia entre essas versões feitas hoje e documentos da época, no contexto da dissolução da JUC: *"A JUC parece que já não existe! O que existe, ex-JUC? Não nos preocupemos com isso agora. O que sabemos que existe e que nos interessa é um grupo de pessoas amigas, em contatos formais ou informais, que nutrem preocupações semelhantes. É isso que nos une: a inquietação, a fuga à acomodação, a busca de uma superação constante, o posicionamento consciente no mundo"* (Documento de 2 de junho de 1968, s/título – Problemas em 1967 e 1968, Introdução, INP) (apud Gómez de Souza, 1984:236). Esse texto poderia ter sido dito por um dos informantes entrevistados. Detalham-se nas histórias narradas os mecanismos através dos quais, nesses tempos, se *"reencontravam pessoas conhecidas"*, se *"desenvolviam afinidades com pessoas da mesma sensibilidade"*, valiam antes de mais nada as *"amizades"* – e aí as inspirações, geralmente mencionadas para a época do pré-64, de Mounier, ou Maritain, afirmam sua marca, através dos tempos, em concepções inspiradas na "personalização" dos indivíduos, por oposição à "massificação".

Surgem através desses conhecimentos pessoais as *"redes invisíveis, mas não organizadas"* das pessoas que dão *"cursos" e "assessorias"* junto a bases paroquiais *("quem sustentou os trabalhos na época foram os anônimos da pastoral")* protegidas por bispos e padres progressistas, bastante ressaltados nos depoimentos, tempo em que ainda não existiriam as CEBse onde se criavam *"laços de confiança entre o povo e os agentes"*. São as pessoas que vão dar *"cursos de realidade brasileira"*, tudo isso formando *"redes invisíveis, e isso você não*

[80] Em 1986 a NOVA vai dedicar um número de sua publicação regular "Cadernos de Educação Popular" à narrativa, em forma de memórias, das experiências vividas por um grupo de 16 pessoas que foram agentes do MEB no pré-64. As trajetórias aí reveladas são significativas, nesse sentido (Vozes-NOVA, 1986). Também as publicações do CEDI e da FASE terão números ou artigos dedicados ao MEB. (No original, Nota 36 da Parte II)

controla"[81]. As ênfases nesses *"cursos"* e redes de "bases" tem a ver com uma interpretação e prefiguração do futuro caráter dos "Centros"/"ONGs".

Apesar dessa visão de uma não organização – o trabalho via paróquias, dioceses e bispos tende a não ser percebido como tal, numa concepção corrente entre os envolvidos com a chamada Igreja Popular – surgem no centro desses acontecimentos, como promotores dos *"cursos"* e aglutinadores das pessoas que *"iam caindo na rede"*, determinados organismos. É dado bastante peso, por exemplo, a um organismo eclesiástico, o INP – Instituto Nacional de Pastoral[82]. E enquanto uma das pontes de contato com o INP é ressaltado nos depoimentos o CEI – Centro Ecumênico de Informação, onde se aglutinavam agentes que seriam germe do futuro CEDI e fundadores do ISET, futuro ISER, grupo composto por gente ligada ao mundo "ecumênico". Como afirma uma das "veteranas" entrevistadas, de origem católica:

"Mas o fato é que do mundo protestante, o Waldo, o Jether[83]*, no mundo ecumênico vamos dizer assim, começou a se formar um grupinho de assessoria ao pessoal das pastorais que no Instituto Nacional de Pastoral se reunia discretamente, exatamente para discutir, para reciclar toda uma discussão política em cima de um trabalho popular que eles faziam, que se fazia naquele tempo (67, 68)(...) Éramos nós, eram uns padres, umas freiras, que estavam lá diretamente (...) que a vida deles era o trabalho de base"* (Entrevista com E., atual dirigente de "ONG", com trajetória de alfabetizadora de adultos em instituição católica antes de 64, breve passagem pela JUC e que se manteve no país após o golpe trabalhando em órgão governamental).

Por sua vez, as pessoas que iam participando dos Encontros Nacionais do INP, anualmente, qualificavam-se para entrar – "eram *convidadas*" – em outras de "formação de agentes", como os cursos dados no CEAS, na Bahia, instituição ligada aos jesuítas, também uma forte referência.[84]

"O Instituto Nacional de Pastoral foi a porta de entrada, e durante uns 3 ou 4 anos a gente assessora os Encontros Anuais deles. E a partir daí vinham pedidos para agente ir a alguns lugares. Na medida do possível e da repressão a gente ia.(...) Porque aí, o que acontecia? No caso de eu ir para o Encontro do CEAS: o Claudio Perani (diretor do CEAS) também

[81] As frases e expressões que aqui aparecem em itálico e entre aspas, salvo outra indicação, são retiradas das entrevistas realizadas. Nesse trabalho optei por adotar um duplo critério, quanto à identificação dos entrevistados: ora declino seu nome, ora apenas uma inicial fictícia adotada para cada um, ou propriedades que o caracterizem. Apesar de as entrevistas terem sido obtidas em contextos formais – para a pesquisa -a descontextualização e interpretações que posso fazer de determinadas afirmações poderiam chocar-se com as intenções do entrevistado cuja identificação, portanto, procuro poupar. (No original, Nota 37 da Parte II)

[82] O INP é um dos 9 "Organismos Anexos" à CNBB – como, aliás o são organizações que figuram na história das "ONGs", em posições limítrofes ao campo, como o CERIS, o CIMI, o IBRADES – e também o MEB. (No original, Nota 38 da Parte II)

[83] Waldo Cesar, um dos fundadores do ISER e do CENPLA, atualmente coordenador da área de cooperação internacional do primeiro; e Jether Ramalho, fundador do CEI, do CEDI e atualmente no corpo de direção dessa última entidade. Ambos têm uma longa trajetória, desde a juventude, de sucessivas posições destacadas no "movimento ecumênico".O grupo "ecumênico" que se estruturava com posições à esquerda na sociedade brasileira antes de 64 foi bastante atingido com a mudança de conjuntura, também a partir das estruturas internas às Igrejas protestantes. Após 64, os que perderam seu lugar nas instituições eclesiásticas vão-se reorganizar através de entidades e grupos informais (Cesar,1988), com apoio internacional do Conselho Mundial das Igrejas. (No original, Nota 39 da Parte II)

[84] O CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), assim como a Ação Católica, é organismo criado ainda na década de 30. Surge no campo da assistência social, dedicado a mobilizar católicos leigos para a ação assistencial diante de problemas sociais. Foi, ele próprio, um dos promotores da implantação e organização dos Movimentos de Ação Católica cujo papel, de acordo com alguns autores, teria sido decisivo na introdução do Serviço Social no Brasil. 0 CEAS inicia suas atividades tendo como perspectiva a criação de uma Escola de Serviços Sociais no Brasi, o que vem a ocorrer em 15 de fevereiro de 1936, com a fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo.(Yazbek,1980 Como se verá, vai-se incluir no campo das "ONGs", nos anos 80, onde esse passado tem pouca visibilidade. (No original, Nota 40 da Parte II)

participou como um dos assessores do INP, ouviu falar do trabalho que a gente tinha feito antes e então entrou em contato para saber se podíamos fazer algo semelhante lá. Quando você entra no mundo, começa também uma rede, você também é convidada. Não que exista uma rede – mas são pessoas que vão tomando conhecimento de que você existe, e aí vêm os convites" (Depoimento de E.).

Uma outra constante nessas narrativas é a vida relatada como tensão entre se ter *"um emprego"* e continuar com um trabalho de *"sentido social"*. É reiterada a idéia de uma *"vida dupla"*, quer através de atividades mantidas em *"brechas de tempo"* – os trabalhos de "assessoria" à noite, ou nos fins de semana – quer nas *"brechas"* dadas no interior das organizações onde se trabalhava[85], fazendo-se questão de explicitar que isso não se constituía em estratégia de fazer política através da ocupação de cargos por dentro das instituições. O "anti-institucionalismo" na prática política, próprio das alas "populares" que se construíam nas igrejas, é afirmado nesses depoimentos.

Alguns desses agentes, por exemplo – sobretudo, a turma ligada ao CEDI e ao ISET – exerciam atividades na universidade. Outros permaneceram ainda por alguns anos no MEB. Ou ainda trabalhariam em órgãos do governo, como o MEC, ou então, num dos casos em questão, no IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) – era gente normalmente formada em Pedagogia, ou em Serviço Social, com carreira de educador e alfabetizador, grande parte com experiências pretéritas de trabalho em áreas rurais, muitas vezes de "extensão rural" em órgãos governamentais (Cf. depoimentos dos mesmos agentes em NOVA-VOZES, 1986)[86]. Como se disse, tentavam estar *"num trabalho que desse jeito de dar um recado"*. E essas primeiras histórias de vida institucional pós-golpe descambam todas para o relato de um momento em que tais possibilidades profissionais se fecham: o MEB sofre crise em 1971, com mudanças em sua direção e demissões em massa (CEDI,1984; NOVA/VOZES,1986). As tentativas de trabalho em órgãos governamentais "dando um recado" terminavam em demissões ou em afastamentos para postos isolados ou sem importância, algumas vezes resultando, finalmente, na escolha de sair do país. Os relatos desses "veteranos" enfatizam descontinuidades na sua vida profissional a pessoal. Um exemplo típico:

"A gente fazia questão naquela época de ***aproveitar as brechas****, porque estava muito em cima (o golpe militar. Então não tinha ainda aquela história do governo pra lá a nós pra cá. O negócio é brecha, a você tinha que entrar. Evidentemente, já nessa ocasião, com uma preocupação a um cuidado para não cair no oportunismo. Sabe, aquela história de vamos ocupar o lugar antes que alguém ocupe. Isso não, mas era brecha. Então essa diretora minha (no MEC), pessoa muito interessante, tinha vindo da JEC. De forma que deu para ter como fazer um Encontro Nacional com os responsáveis estaduais pelo programa. E aí, nos responsáveis estaduais, ó...* ***recheado de gente que era do MEB,*** *pessoas sempre interessantíssimas, em alguns*

[85] Conforme é relatado em artigo da mencionada edição comemorativa dos 10 anos de existência do CEDI – (A formação do CEDI, relatos, crónicas, versões)- "o *assessor vinha sempre 'de fora' com medo cem sigilo, com hora marcada para voltare retomaro trabalho no seu emprego."* (CEDI, 1984:23) (No original, Nota 41 da Parte II)

[86] A saída do MEB deu origem, para um grupo de 14 pessoas despedidas, a uma tentativa de criar uma organização que, pelo que se depreende do relato, reproduziria um esquema de emprego-militância. Um modelo semelhante ao dos "Centros" que se criariam depois. Conforme informações em entrevista com Letícia Cotrim, tratava-se, no entanto, de entidade de fins lucrativos, o CEPLAD, Centro de Planejamento em Educação Popular. "-Nos comprometemos eticamente a dar todasas nossas indenizações do MEB para fundar uma coisa, om fins lucrativos, mas que tenha sua parte de continuar com o trabalho." Suas bases de atuação seriam as equipes locais MEB com quem se tinham construído contatos. Não vingou, durou apenas um ano. Faltava certamente a "perna" do financiamento internacional, de seus laços e respaldos. (No original, Nota 42 da Parte II)

lugares. Outras não. E aí, nesse encontro, alguém resolve falar a palavra "conscientização". E aí, minha filha, a denúncia bateu do *Diretor.(...) A Chefe foi interpelada (...) por uso de palavras e expressões inadequadas no Ministério",* com as consequências devidas de dispersão e controle dos quadros envolvidos (E.).

Resta mencionar, quanto a instâncias significativas onde se faziam as "redes invisíveis", o aparecimento reiterado nos depoimentos – em que ressaltam essas situações de semi-Clandestinidade, ou de dupla fachada – de uma organização verdadeiramente clandestina e à qual vários informantes se referiram como significativa nessa história: o MPL, Movimento Popular de Libertação, a respeito do qual não pude encontrar documentação alguma, ou qualquer menção nas histórias das organizações de esquerda. Tinha ramificações no exterior, entre os exilados, sendo Miguel Arraes uma referência. É mencionada como uma organização pequena, e não consegui depoimentos sobre seu possível programa, ou detalhes sobre sua formação. Interessou aos entrevistados, basicamente, ressaltar seu papel como aglutinador de pessoas – no Brasil, a entre o país *e o exterior*. Foi descrita como um núcleo organizado dentro das redes menos formalizadas mencionadas composto, porém, pelos mesmos personagens (e vários nomes que entrariam no tempos primeiros das "ONGs" foram mencionados, numa história que fica por ser contada). Como foi definido por um dos informantes, *"O MPL costurou muita coisa. Era um núcleo pequeno, mas costurou muita coisa"*. Segundo outro, *"na época, em que era ou luta armada ou o desbunde, esse grupo sustentou"*. Ou ainda, numa versão interessante para o que importa aqui: *"O MPL fez o caminho das ONGs, em 70: CEDI, CEAS, ASSESSOAR, MOC, FASE, NOVA..." Isso* significa que haveria gente do MPL em todas essas entidades (numa "infiltração", nos sugerem essas interpretações, constitutiva dos futuros laços a tranformações de ideários entre elas) – o que fatos inelutáveis vieram a provar, em 1974, quando a organização "caiu" e, com ela, muita gente que estava nos "Centros". Por exemplo, só na FASE, além de alguns agentes esparsos, foi presa a equipe inteira de São Paulo, sobrando apenas uma freira; do NOVA, foram presos 4 agentes, etc. Foram prisões de curta duração e, até onde pude saber, essas pessoas geralmente reassumiram suas posições anteriores -quer nos mesmos "Centros", quer em outros. E o MPL foi dissolvido.

Voltando ao Encontro de 72, o seu sucesso e mesmo a possibilidade de sua realização são atribuídos ao desenrolar desse conjunto de acontecimentos, a essa rede de agentes, ao amadurecimento desses processos de *"costuras"*. Claro, não se pode atribuí-lo à conjuntura nacional, pois tempos piores não havia. Mas a "conjuntura para" essa articulação estava favorável. E aí surge o outro nível de relações sociais construídas nesse processo e condição necessária da sua existência: como foi dito, as relações estabelecidas entre agentes brasileiros e agentes de organizações não governamentais do mundo desenvolvido.

A trajetória de F. após 64, segundo fatos narrados em sua entrevista e mencionados também em outros depoimentos, é certamente um caso representativo desse tipo de processo. E significativo também quanto aos fatos que antecedem imediatamente o Encontro de 72, onde ela representou um papel de mediação entre o país e as agências internacionais. Quadro do MEB em Pernambuco, membro por algum tempo de AP e ativista sindical antes de 64, formada em Serviço Social, F. vai para a Bélgica, após o golpe, por um ano, com uma bolsa de estudos dada pelo Instituto de Pastoral e Catequese dos jesuítas. Nessa época *"conhece e torna-se amiga, na França, de pessoas que viviam em torno do CCFD"* – Comité Catholique Contre la Faim et pour

leDéveloppement, agência não governamental com projetos na França e no ultramar. Volta para o Brasil, faz "trabalho *educativo"* em órgão governamental envolvida com cooperativismo rural em Pernambuco, onde se desgasta por motivos políticos e é obrigada a pedir demissão. Em 67 volta para a França – "*foi fácil conseguir uma bolsa de estudos pelo CCFD; eu era muito ligada a eles, era inclusive da comissão de seleção de bolsas..."* Mesmo na França, mantinha uma "dupla inserção" ("*eu não estava interessada em diploma* ") – estudava sociologia na École Pratique, de um lado, e de outro fazia trabalho de educação de adultos num instituto ligado aos Dominicanos *("filhos de Lébret e do socialismo utópico...").* Conhece exilados que começavam a chegar, liga-se a trabalhos políticos na Argélia. Estabelece também ligações pessoais com a agência não governamental canadense "Développement et Paix". E em inícios de 70 desembarca de novo no Brasil, como diz, *"com um projeto de ONG": isso* significava um financiamento do exterior para fazer pesquisa sobre a *"tipologia de educação de adultos"* existente no Brasil cujo objetivo era resgatar o que existia naquela época pelo país. Consegue que o projeto – "*fruto de uma relação de confiança direta, pessoal"* com gente do CCFD – seja abrigado no Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais, então dirigido pelo professor Manuel Diegues, num contexto também de relações pessoalizadas, mas em outras bases: *"éramos nordestinos, ele me conhecia, tínhamos vários amigos comuns em Alagoas"*.

O projeto seria realizado exatamente a partir de relações com gente que *"nunca perdeu vários contatos nesse país, nunca deixou cortar"*, com relação à educação de adultos. "Bases" do MEB são mencionadas como relações significativas, ao lado das novas pastorais e das bases paroquiais.

Como diz F., explicando a chave dessas relações internacionais de confiança, "*isso tem muito a ver com a qualidade das ONGs lá fora. Você tem que ver que a CCFD era comandada por um ex-jucista e Desenvolvimento e Paz, no Canadá, tinha sido fundada por um grupo de ex-jucistas internacionais*" [87].

Essas entidades vão estar presentes na promoção do Encontro Nacional que então se monta, em 1972. Acrescente-se, a nível internacional, uma outra organização de grande peso para o mundo das "ONGs" brasileiro, e um outro personagem consagrado, nesse meio. Trata-se do CMI – Conselho Mundial de Igrejas, eixo fundamental do "movimento ecumênico" a nível internacional[88] – e de Henryane de Chaponay, também considerada um "eixo" dessa história de redes de "educadores" e entidades que se formavam.

O encontro consistiu justamente numa iniciativa do CMI, sob a responsabilidade, enquanto coordenadora, dessa agente de origem francesa, ligada ao CCFD, comprometida com o "terceiro

[87] O CCFD nasce no início dos anos 60, considerada por alguns como fazendo parte de uma segunda geração deONGs francesas (a primeira corresponderia a obras missionárias), sujeita "á influência de um terceiro mundismo militante nutrido pela luta anti-colonial e a defesa dos direitos do homem" Qoly,1985:17). Nas suas origens, está o apoio de organismos intergovernamentais,fundamentalmente a FAO. Tanto no CCFD, quanto no Desenvolvimento e Paz canadense, tem sido forte, através dos anos e desde a década de 60, a influência desses grupos à época ligados à Ação Católica que radicalizaram suas posições políticas. Na França, desenvolvem forte ligação com o PS. No Canadá, muitos desses grupos de ativistas católicos eram de Quebec, e ligaram-senos anos 60 à política e a movimentos separatistas. Smith observa que "como no caso do CCFD na França, muitos dos pertencentes aos postos de direção atual de Desenvolvimento e Paz no Canadá receberam sua formação nesse meio católico em Quebec, com ligações d esquerda" (Smith,1990:149). (No original, Nota 43 da Parte II)

[88] O Conselho Mundial das Igrejas surge em 1948, em Assembléia em Amsterdã, como resultado de uma aproximação entre igrejas evangélicas e igrejas ortodoxas, com objetivos de congregar igrejas cristãs em uma estrutura única. Na década de 60 o CMI passa a orientar fortemente sua atuação para o "Terceiro Mundo", com "projetos de desenvolvimento" e apoio a refugiados. Entre os anos 60 e 70, intensifica o seu apoio a movimentos contra as ditaduras na América Latina. (No original, Nota 44 da Parte II)

mundismo" e estabelecendo relações privilegiadas com o Brasil tendo, inclusive, ligações de parentesco com a famlia real brasileira. Uma nobre no mundo das "ONGs", com trânsito certamente facilitado, por suas origens e posição de classe, pelo país. Henryane é mencionada nos depoimentos como agente de peso – "*personagem importantíssimo",* por exemplo – na história da manutenção desses contatos entre pessoas nesses tempos pós-golpe. Ela encarna, ao mesmo tempo, a mediação entre o país e o exterior, e a mediação quanto a relações estabelecidas dentro do país: "*foi uma agente fundamental nessa coisa toda, que vinha do exterior feito uma princesa da família real e* ***andava pelo Brasil inteiro.*** *Aí dizia para nós assim: lá no Sul tem um cara interessante, fulano, foi da JUC. Cá não sei onde tem beltrano, fazendo um trabalho interessante... Henryane* ***conseguiu manter vivo o movimento"*** (entrevista com C.).

Então, a reunião de 72 consistiu no seguinte: Henryane de Chaponay foi a pessoa encarregada pelo CMI de reunir agentes que estivessem envolvidos em "projetos" nas bases da sociedade, pelo Brasil a fora, para discutir critérios para os financiamentos daquela entidade internacional. Não era de hoje que o CMI vinha financiando projetos, mais a história contada é de que necessitava de critérios de outra natureza: "*Então, o que eles recebiam de pedidos, o que havia na época, era: projeto para fazer um poço, para fazer um hospital, para fazer uma escola. Isso, eu acredito, eram os projetos que eles recebiam. E começavam a se interrogar sobe se isso tinha sentido..."* (E.).

Reúnem-se, então, Henryane e determinadas pessoas para selecionar os participantes da consulta proposta pelo CMI, no Brasil. Segundo os depoimentos, encarregam-se do trabalho Aída Bezerra (atualmente, diretora do SAPÉ, na época executora do projeto sobre tipologia de educação de adultos mencionado, algo que definira já como "*um projeto de ONG"),* Jorge Munhoz (atualmente na direção da NOVA, na época padre trabalhando na FASE), Letícia Cotrim (atualmente na Secretaria da ABONG, na época saindo do MEB a entrando na FASE) a Beatriz Costa (atualmente diretora do SAPÉ, na época também participante da pesquisa mencionada). Os depoimentos reafirmam o caráter estritamente "*pessoal"* dos convites:

"*Criamos um questionário e localizamos pessoa por pessoa.* ***Não era convocação por entidade tal, mas por fulano de tal.*** *Por esse país todo. Para mim, era como se estivesse existindo o 3º Congresso de Educação Popular. O primeiro, desde Recife, quando tudo tinha sido proibido"* (Entrevista com B.)

"*E fizemos um trabalho de preparação, Leilah, que foi o seguinte: nós fizemos uma pesquisa, mal feita, mas muito interessante, que era assim: quais os objetivos das ONGs ...* ***que não chamavam ONG, eram programas... projetos de educação de base*** (...). *Eram* ***pessoas ligadas a projetos.*** *Eram pessoas sabidas por Henryane, que andava por esse país a fora. O Frei Romeu*[89] *dava uma ajuda. A gente dizia: fulano de tal, de Mato Grosso? Tá assim... tá tudo bem, conheço. Entendeu?* ***Então, eram os apoios que a gente tinha na época, era essa via da Igreja e mais as Agências do exterior..."*** (Entrevista com C.)

[89] Ex Assistente Nacional da JUC.

Ressalta-se, quanto à exeqüibilidade da reunião, àquelas alturas, o *"chapéu muito forte costurado no meio protestante e católico"*, com a presença de bispos de ambas as áreas religiosas, *"proteção e apoio"*. Foram 5 dias de discussão e de trocas de experiências.

"O Encontro não era clandestino, mas não deixava de ser. O que se discutiu: em que pé estamos nós, quais as nossas dificuldades? ***Nós somos as coisas que existem.*** *Então, o que é que a gente está fazendo? O que está faltando para ser melhor e mais forte? Aí vem a sugestão:* ***precisamos de intercomunicação, de uma qualidade de pesquisa mais adaptada à situação.*** *Não temos condições de nos avaliar a nós mesmos. Precisamos de um escritório, de uma sede, algo que materialize essa intenção"* (F.).

Porque, como também se ressaltou, no INP não dava para isso acontecer. Os grupos eram muito heterogêneos. E depois, não dava para se confundir as coisas com religião: esse espaço era para discutir o trabalho popular, mesmo, com *"cobertura técnica, capacidade, competência"*.

Conclusões essas tanto dos participantes, como das agências internacionais presentes: *"cria, que a gente* apóia", como teriam dito os representantes do CCFD. E aí foi criada a NOVA, como entidade de "avaliação" e "pesquisa", composta por 5 pessoas. (Mais tarde, seu nome passaria a ser NOVA – Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação; atualmente, é apenas NOVA – Pesquisa a Assessoria em Educação). Para sustentá-la fianceiramente, outras agências internacionais foram contatadas através de viagem de duas de suas fundadoras à Europa, contando com as portas abertas pelas relações já estabelecidas.

Essa é uma história contada por determinadas pessoas que estão nas origens das atuais "ONGs" – e que se mantêm nesse campo até hoje. Por que, na versão desses pioneiros, a NOVA, é "nova"? Como se mencionou, já havia outras entidades que viriam a ser consideradas "ONGs" com o tempo – inclusive, a consagrada FASE, fundada em 1961. Mas há uma idéia de que a NOVA foi a que nasceu pronta, ou seja, a que fundou um "modelo" e que, portanto, pode reivindicar uma identidade contínua no tempo. NOVA já teria nascido "ONG", à diferença de outras organizações do mesmo tipo que existiam na época.

Foram mencionadas nas entrevistas um conjunto de entidades por onde circulavam pessoas da definida como "rede informal", ou "rede invisível": FASE, CEI (embrião do CEDI), MOC, ASSESSOAR, CEAS, ADITEPP, FIDENE, ISET (futuro ISER)... Essas entidades estabeleciam relações com agências internacionais de financiamento (falou-se em MISEREOR, CAFOD, Interamerican Foundation, CMI a outras).[90] E, claro, possuiam também relações com "bases" – as mesmas "bases" ligadas à Igreja Católica. Estavam dadas, portanto, as condições sociais de existência de clientela "para cima" e "para baixo", que configuram constitutivamente o campo das "ONGs". Onde as distinções que permitem as interpretações de "novidade" dadas acima?

[90] MISEREOR foi fundada em 1958 por bispos católicos alemães, como Campanha Contra a Fome e a Doença no Mundo; CAFOD (Catholic Funds for Overseas Development) foi criada nos anos 60, na Grã-Bretanha; a Interamerican Foundation foi fundada nos Estados Unidos em 1969 e é ligada ao Congresso Norte-Americano. Não há condições, aqui, de se ter o inventário das agências internacionais atuando no Brasil nesse campo, desde esses tempos iniciais. No caso específico, vale fundamentalmente saber que a história do financiamento internacional para entidades não governamentais já existia. Essa é uma pesquisa complexa e que fica por se fazer. Só serão mencionadas no trabalho as que aparecerem naturalmente através da pesquisa.

Somos remetidos, então, nos depoimentos, a um terceiro feixe de relações horizontais, articulado aos outros dois: à existência de um "nós" que justifica a "originalidade" do Encontro de 72 e da fundação de uma nova entidade. Como foi dito no último depoimento mencionado acima, "*nós somos as coisas que existem"*. Afirma-se a existência de propriedades classificatórias que identificam um conjunto de agentes e de experiências de cunho educativo ou de prestação de outros serviços a grupos sociais determinados e localizados, enquanto os legítimos inauguradores de uma nova forma de enquadramento institucional. Aponta-se para condições sociais vinculadas às trajetórias desses agentes que impõem lealdades, que conformam fronteiras de um grupo. Agentes que, por suas posições, fariam a "liga" entre entidades e pessoas com trajetórias distintas. Quem eram?

Claro, antes de mais nada era gente que tirava a sua legitimidade, para "bases" e para "agências", das suas posições no campo das Igrejas, fundamentalmente a católica. O espaço e o tempo de suas práticas no país – do Oiapoque ao Chuí, no período mais duro do regime político – são espaço e tempo de Igreja. Da mesma natureza era o espaço transnacionalizado em que se moviam.

Se isso também acontecia com outras obras sociais, instituições ou "projetos" financiados por agências externas religiosas, nesse caso estaria em jogo (o que se revela através da ênfase em uma escolha cuidadosa e consciente de determinadas pessoas) a idéia de distinção de um grupo com características particulares. Em resumo, pode-se dizer que o Encontro Ad Hoc – e um dos produtos em que se materializou, uma entidade registrada autonomamente e especializada em "pesquisa" e "avaliação" – foi um momento de encontro e de criação, ou reforço da identificação entre agentes de trajetórias diversas, todos ligados de alguma forma ao mundo das igrejas cristãs. Era gente que se pode identificar, em primeiro lugar, como ligada a uma ala à esquerda da Igreja, e que viria a ser chamada Igreja Popular, ou Igreja do Povo, que se construía por esses anos. Havia aí a presença da Teologia da Libertação em desenvolvimento – e no contexto das entrevistas foram ressaltadas entidades como o CEAS, dos jesuítas de Pernambuco (Claudio Perani como uma referência reconhecida), assim como o grupo dos "ecumênicos" que se agrupavam em torno do CEI (Jether Ramalho como o mais citado), ou do ISET [91], o qual grupo reivindica inclusive a primazia no tempo quanto à produção daquela teologia. Menciona-se o apoio de alguns Dominicanos no Rio, de alguns Beneditinos na Bahia.

Havia também os leigos que não investiam nas elaborações teológicas ou – ao menos diretamente – nos rumos das igrejas. Destacavam-se aí exatamente os agentes com experiência em "educação de base", que vinham de vivências de igreja de esquerda do pré-64. Gente que detinha o discurso freiriano, que fazia pontes entre "bases" antigas (como as do MEB) e novas pastorais. E gente, também, que representou um papel na construção das pontes com determinadas agências de financiamento internacionais – os primeiros exilados – afinal, agências essas deslanchadoras de todo o processo envolvido no Encontro. No acesso às "bases" – paróquias e pastorais – não faltaram também referências extensas aos bispos aliados. Quem contou essa história – e quem ocupou, aí, posições de destaque – era gente que frequentava a hierarquia da Igreja, que mantinha

[91] Apenas em 1973 o ISET -Instituto Superior de Estudos Teológicos – passa a se chamar ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião (o "Superior" seria mais tarde abolido). Reunindo teólogos e leigos protestantes – a maioria – assim como católicos, funda-se em São Paulo, em 70, apoiado pelo CMI e pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz (Cesar,1991).

relações de lealdade com bispos progressistas, muitas delas construídas na Ação Católica e no MEB pré-64.

As interpretações que me foram feitas desse Encontro passam, então, a idéia de um momento exemplar do cruzamento, da interseção, entre agentes e concepções que comporiam o discurso da chamada "educação popular", uma pedagogia política que tomava elementos dessas diversas experiências sucessivas no tempo. Essas mesmas trajetórias determinavam o estabelecimento de relações privilegiadas com agências internacionais – as quais tinham um papel, através de algumas pessoas, na própria "*costura*" dessa rede formada por todo o país.

Através dos depoimentos, não se chega a identificar algo como uma "filosofia social", ou uma "doutrina" que enquadre esse conjunto de agentes. No geral, evitou-se dar uma imagem de que a identificação do grupo passasse por aí. Insistências no sentido de os entrevistados mencionarem referências teóricas importantes, quadros ideológicos mais sistematizados onde inserissem sua atuação, não obtinham as respostas esperadas pela entrevistadora, de algo como um projeto comun. Ao contrário, isso era minimizado. Apontaram-se para diversas referências e, ainda aqui, ressaltaram-se sobretudo as "pessoas" que tinham o dom de contribuir para "abrir" a cabeça de outros: muitos dos novos agentes chegavam "estreitos" e saiam "com cabeça aberta" das reuniões. As idéias passadas nos depoimentos são as do anti-intelectualismo, anti-vanguardismo, personalização próprias à alas de esquerda da Igreja. A Universidade não aparece – a não ser através das qualificações declaradas de alguns assessores aceitos no meio, como "pessoas abertas" – em geral, sociólogos. Em que pese a presença, nesses espaços, de gente que mantinha ligações com a universidade, a marca distintiva dos agentes e das entidades de "educação" se afirmava em um discurso de contraposição a ela: como me foi dito a respeito dos "novos educadores", "*essa gente deu um piparote na academia*".

Uma categoria presente e sempre reiterada, nesses discursos, é essa, da "*abertura*" – e nessa questão de inspirações teóricas ou filosóficas ela aparece. Apresenta-se um quadro de múltiplas referências possíveis adotadas, mas sempre de forma "aberta", assim como os agentes considerados como os preparados para dar aulas ou palestras, os intelectuais, tinham como primeira qualidade a *"abertura"*. Os padres e bispos próximos à "rede" eram os *"abertos"*. Havia gente que fazia exposições marxistas – puxava discussão *"baseada em classes sociais"* – mas só gente *"aberta"*. Essa abertura foi colocada em oposição à academia, como um espaço *"fechado"*, outras vezes aos partidos, lugar de gente *"estreita"*.

Declinam-se, aí, propriedades com que se percebem os "Centros" e "ONGs", em termos de suas distinções com igrejas, partidos, universidades – espaços não só de autonomia quanto a esquemas exclusivos de pensamento e ação, quanto de estrutura interna não hierarquizada e de comunicação fácil com determinados setores da sociedade. Espaços maleáveis.

Sobretudo, portanto, afirmou-se uma disposição para utilizar vários referenciais no trabalho de "educação de base". Houve quem mencionasse, num passado já considerado criticamente, a utilização de uma mistura de Marta Harnecker com Paulo Freire, no trabalho educativo realizado – aliás, aquela autora é uma citação frequente quando se pergunta por referenciais marxistas. Houve também menções – essas, não renegadas, mas ao contrário, resgatadas para contextos atuais – aos inspiradores da Ação Católica, como Mounier e Lébret.

Uma referência quanto à introdução ao marxismo, por essa época, dada por alguns agentes, foi a literatura editada pela "Paz e Terra" – por gente, portanto, do meio.[92] Como diz uma das entrevistadas:

"(...) *foi quando então eu comecei a ler Marx. Comecei a ler aquela literatura da Paz e Terra que se funda nessa época. Eu acompanhei muito essa turma: o Waldo (Cesar), o Luiz Eduardo (Wanderley),*[93] *toda essa geração. A fundação da editora Paz e Terra foi assim um acontecimento na época, do ponto de vista, digamos assim... Porque só tinha a Revista Civilização Brasileira na época, aí vem a Paz e Terra e abre novas perspectivas. Mas minha participação nisso aí é só... eu era fichinha".(E.)*

Nesse contexto, os que se colocaram antes de tudo como "educadores de adultos" evocaram essa especialidade como justificativa para não se ser um teórico do marxismo. Quem trabalhava com educação, politicamente, no Brasil? – me é perguntado. Claro, Paulo Freire, referencial básico.

Além disso, foram valorizados os referenciais cristãos para se trabalhar com o marxismo de modo "aberto", o cristianismo como relativizador de posturas dogmáticas na política. A mesma informante acima acrescenta:

"Mas a minha convivência com o pessoal das pastorais, dos cristãos e tal, ajudava a não endeusar os marxistas. Isso foi uma coisa na minha trajetória pessoal que ajudou muito".[94]

Em resumo, esses relatos sobre o Encontro Ad Hoc e o produto em que se materializou, uma entidade registrada autonomamente e especializada em "pesquisa" e "avaliação", interpretam-no como a encarnação de uma "nova" combinação entre agentes de trajetórias diversas em suas relações de caráter educativo com grupos populares, os selecionados, os distintos. Puxa-se pela tradição – as referências do pré-64 – e pela "novidade" de determinadas atuações diocesanas e paroquiais, das pastorais e da Teologia inspiradas por Vaticano II e Medellin. Relações nacionais e internacionais, espaço da Igreja.

A NOVA – que se vê como nova – encarna essa "mistura", enquanto produto reconhecido desse processo. E, por aí, como se disse, pode-se pensar nesse Encontro como um momento exemplar do cruzamento entre agentes e idéias que comporiam o discurso da chamada "educação popular", que tomava elementos dessas diversas experiências e referências. É necessário observar

[92] Paz e Terra foi fundada em 1966. Congregou intelectuais e teólogos do mundo ecuménico e católico. Segundo Waldo César, sua origem remonta às reuniões de estudo do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, organização ligada à Conferência Evangélica Brasileira e que tentava sobreviver à repressão – sobretudo interna à C.E.B. – após 64. Como diz o autor, "essas reuniões contavam com a participação de sociólogos, economistas, educadores e artistas não cristãos, entre os quais alguns marxistas de renome. Contraditoriamente, a direção da C.E.B. admitia (ou suportava) esse tipo de relação e participação, porém não aceitava a presença de católicos romanos (...). Foram esses contatos que levaram A criação da Editora Paz e Terra. (...)Cabe aqui relembrar que as tentativas de encontro e cooperação entre marxistas e cristãos era uma das novidades existenciais daquele tempo" (Cesar,1988:8).

[93] Foi da Equipe Nacional do MEB e posteriormente, além do trabalho académico, esteve presente em diretorias e assessorias realizadas através de "ONGs", como o CEDI.

[94] Em um questionário aplicado por De Kadt a ativistas do MEB já em 1966, esses responderam, sobre "algum livro lido" entre os autores que lhes foram apresentados em uma lista: Lebret vem folgado à frente, com 84°ó de menções. Seguem-se Pe. Vaz e Mounier, empatados (52%), Teillard de Chardin (45%) e Marx com 34%, perdendo apenas para Sartre (27%) (De Kadt,1970:286).

que, do ponto de vista dos agentes que dirigem os depoimentos no sentido de narrar a fundação dessa entidade – do ponto de vista de agentes atuais de "ONGs" – o que se ressalta em tudo isso são os "cursos", as "assessorias", o papel dos educadores de adultos (não é à toa que se volta sempre ao fio da meada que conduz ao MEB). Não se revela em momento algum o investimento desses agentes nas transformações internas à Igreja, ou um interesse especial nisso. Essa é uma relação de profunda ambiguidade, mas que desemboca na concepção de, por um lado, Igreja como espaço possível de atuação, de guarda-chuva *("a Igreja era a nossa saia"*, diz uma entrevistada) ou como meio de abertura de canais com as "bases"; e, por outro, na intenção de autonomização com relação a ela – daí uma das justificativas para a fundação da NOVA. Ao mesmo tempo em que se ressaltam positivamente as relações via Ação Católica, ou MEB, enfatiza-se, nos discursos, a independência da NOVA e sua vocação, secular, para estabelecer relações diretas com os grupos populares – havendo a representação de que sua aliança com a Igreja é contingente. Como fala uma de suas fundadoras: *"Quando NOVA foi criada – e NOVA não era filiada a nenhuma Igreja, a nenhuma Diocese, a nenhuma pastoral – a gente tinha gue carregar com a gente a carta de um bispo. Pra você imaginar como as coisas se passavam. Como se ONG fosse filha da Igreja!"*

Se os depoimentos são pobres em afirmações mais substantivas sobre o que unia essa gente, que "era o que existia" – em termos de definições filosóficas, ideológicas ou doutrinárias – dão então, por outro lado, pistas sobre de quem pretendiam se distinguir, na criação de novos padrões de legitimidade de uma "educação de base".

Por que ela foi a primeira, se já existia, por exemplo, a FASE, ou o MOC ? A FASE *"não contava, porque era conservadora à beça"*, era coisa que *"saiu do padre, era filantropia do mundo dos padres"*, de uma *"igreja repressiva"*. E por aí vai: as entidades que existiam eram assistenciais, excessivamente ligadas ao mundo das obras sociais tradicionais da Igreja. Questão básica era a de se distinguir do campo da assistência social – e também do espaço da Igreja, que nesse caso se superpunham. Já havia organizações com financiamentos valiosos do exterior, por exemplo, através da Misereor. Mas era coisa de *"combate à fome, abrir poço..."*. Resumo: "*todas eram assistenciais, mas NOVA não era. Nova saiu de outra geração*", diz uma das preparadoras do Encontro Ad Hoc.

Esses depoimentos sobre os "primeiros" afirmam princípios de legitimidade em jogo na existência de uma "ONG". A NOVA seria novidade porque surge distinguindo-se de toda uma tradição de prestação de serviços e de trabalhos educativos nas bases da sociedade que são considerados como "despolitizados", geradores de dependências, etc. É entidade não governamental, sem fins lucrativos, mas distinta de tudo o que existia, por seu ideário e por suas práticas de natureza político-pedagógica. Distingue-se o "*assistencial*" do "*político*". Quais eram os requisitos para se contratar alguém para o NOVA, na época? A resposta, dada por uma de suas fundadoras: a "*posição política*", ressaltando-se "*uma posição, pode-se dizer, socialista*". Enfim, afirma-se a vocação para a política, uma distinção discursiva básica das "ONGs" de "assessoria e apoio aos movimentos populares", até hoje.

Além disso – conta-se – NOVA não era "aparelho". A distinção, aí, é com todas as outras entidades "assistenciais", ou "religiosas" mencionadas existentes à época em que se "abrigariam" pessoas, também cristãos, que tinham perspectivas políticas em seu trabalho educativo – como se viu, gente da "rede" espalhada entre elas, algo visto como uma espécie de infiltração.

Por fim, a "parceria" criada com as agências internacionais seria baseada em princípios comuns de atuação, aqui e na Europa, em relações estabelecidas e discutidas também "politicamente", em critérios discutidos conjuntamente, não sendo meramente algo de caráter instrumentalizador, ou permeado por valores colonialistas: os depoimentos afirmam, por aí, na fundação da NOVA, o modelo considerado atualmente ideal na conformação das "parcerias" Norte-Sul e na realização da vocação transnacional das "ONGs". E a figura de Henryanne, da forma como foi interpretada, encarna à perfeição uma das funções das Agências, no mundo das "ONGs" brasileiras, que é a de colocá-las em relação, a de compor o corpo e o campo, como será retomado.

Como sugeri acima, NOVA vai encarnar uma tradição do que vem a se chamar, a partir de um certo momento, de "educação popular" (pois essa expressão não era utilizada no pré-64, mas sim "educação de adultos", "educação de base" – ou "cultura popular") e que se constituiria numa marca registrada, uma espécie de categoria guarda-chuva por onde se reconheceriam as práticas – as mais diversas – das futuras "ONGs".

Carlos Brandão, um dos intelectuais presentes e consagrados em toda essa mesma história (foi da JUC, da Equipe Nacional do MEB e participou de diretorias e atividades de algumas "ONGs" – como ISER e CEDI – sendo também um dos principais divulgadores da "pesquisa participante" no país), num artigo publicado pelo CEDI e denominado "Os Primeiros Tempos", fala sobre "*a educação proibida*" no pós-golpe e conta como se juntou uma pequena equipe, ligada ao ISAL (entidade "ecumênica" latinoamericana) para dar "*cursos e treinamentos*": "*Não tínhamos então nada muito sistematizado, como o Movimento de Educação de Base conseguira fazer, poucos anos antes. Às vezes o que era esperado de nós era um curso de emergência sobre os usos do Método Paulo Freire; às vezes uma discussão sobre metodologias de trabalho com grupos populares. Coisas que, muito mais amplas do que aquilo que se faz na escola, acabaram recebendo o nome de educação popular*" (grifo do autor) (CEDI,1984:24).

A idéia de novidade institucional liga-se então, aí, à de autonomização com relação à estrutura das Igrejas cristãs. Por exemplo, quanto ao CEAS, que afinal de contas foi mencionado como referência importante na criação da "rede", afirmou-se que não era uma "ONG" porque seus financiamentos vinham todos através da ordem religiosa. Apesar de sua relativa independência da estrutura eclesiástica, era órgão de Igreja. Não havia autonomia.

Finalmente o caso da entidade informal CEI, a partir de 1974 registrada legalmente como CEDI, merece ser mencionado, em primeiro lugar porque também pode reivindicar essa continuidade na história, já tendo "nascido pronto", como a NOVA. Além disso, viria a se tornar entidade consagrada no campo, uma "ONG cinco estrelas", na expressão cunhada por um informante (mantendo relações estreitas com o Conselho Mundial de Igrejas, enquanto financiador). Como se viu seus agentes, do universo protestante, estão envolvidos na mesma "rede".

Mas sobretudo, trata-se de um exemplo em que as fronteiras com a religião são tratadas de modo diferente. O relato da criação das "ONGs" feito a partir dos "pioneiros" do CEDI ressalta alguns elementos onde as formas de ligação com o campo religioso são diversas. Nesse caso,

assume-se uma missão que – além do componente "a serviço" dos trabalhos de educação base – visa *"alimentar a prática de Igreja"*. Há o que o CEDI define como "c*arisma ecuménico"*, há uma *"intenção teológica"* e um forte acento no trabalho pastoral (isso pode ser observado através dos objetivos fomalmente definidos e das publicações da entidade, sendo reafirmado enfaticamente por seus agentes entrevistados). Mas a partir do que se coloca como "ONG"? Desde que se registrou oficialmente como CEDI, *"começa a ter uma característica mais aproximada de ONG. Porque tinha **relações com as Igrejas especialmente,** mas não tinha **subordinação** às Igrejas. Quer dizer, as pessoas que participavam do CEDI, dessa idéia, não eram representações oficiais. Eram pessoas que participavam das Igrejas e estavam em caráter **pessoal** na instituição. Não estavam em caráter **representativo",*** como explica um de seus fundadores e diretores atuais.

Os agentes do CEDI entrevistados tiveram também como particularidade a de ressaltar a importância do referencial marxista e de contatos com o mundo da intelectualidade acadêmica de esquerda – aparecendo, aí, os intelectuais do CEBRAP como agentes com que também se dialogava eventualmente. O CEDI (assim como o ISET/ISER, que nasce a partir do mesmo grupo de pessoas, e com uma vocação de pesquisa e estudo) afirma, em suas origens, uma especialidade mais marcadamente teórica e teológica, reunindo uma intelectualidade religiosa e de esquerda, na área de atuação privilegiada durante muito tempo de sua pré-história, que foram as publicações. Um dos implementadores dos "Cadernos do CEI" e dos "Suplementos do CEI", Jether Ramalho, afirma como temas privilegiados dessas publicações a *"educação popular, a utopia, o marxismo"*. Eram edições em grande parte dedicadas às renovações teológicas em curso.

Durante algum tempo, antes de se registrar como CEDI, o grupo se organiza legalmente em torno a uma editora, a "Tempo e Presença" (já que o CEI, inclusive, jamais foi registrado formalmente). Certamente, as especificidades da história de um grupo de esquerda protestante, no Brasil – o grupo ecumênico – contam, nessa vocação pastoral, ou teológica, da instituição. Havia dificuldades em encontrar espaços nas igrejas para determinado tipo de atuação política, ou de renovação teológica, num campo inclusive fragmentado por diversas denominações, e talvez possamos pensar no papel dessas entidades como mais fortemente "substitutivo" de uma ação eclesial.[95]

NOVA a CEDI aproximam-se em suas pré-histórias, como se vê, cada uma criando seu estilo, sua marca própria, fundamentalmente quanto ao modo de ligação ao campo religioso e, secundariamente, ao da intelectualidade acadêmica – diminuída por uma, relativamente ressaltada por outra. Essa diversidade – essa definição de especificidades no perfil de cada entidade – é característica das atualmente chamadas "ONGs". São extremamente semelhantes mas ao mesmo tempo mantêm, cada uma, marcas que as especificam, evidenciando diferentes relações com outros espaços sociais e também justificando a sua existência, numa "não duplicação de esforços" sempre colocada em questão na retórica das alianças entre si e com as agências.

"Autonomia", estabelecimento de "parceria internacional", projeto político-pedagógico através da "educação popular", onde se inclui a "assessoria" e a "avaliação", "anti-assistencialismo" – esses termos incorporados à definição do que são e fazem as atuais

[95] A questão se coloca diferentemente com relação à Igreja Católica, pela própria natureza dessa instituição, que mantém a sua unidade através de *"formas peculiares de tolerância à fragmentação interna, geração e acionamento de complicados e sutis mecanismos de obtenção de consenso, combinados à observância do principio de autoridade " (Paiva,* 1985:56).Nem por isso deixaremos de encontrar "ONGs" que incluem em seus trabalhos uma dimensão pastoral católica, o que pode ser visto através de diversos "perfis" de entidades qua constam no Anexo I.

"ONGs" enquanto entidades originais foram evocados, na reconstrução de histórias como a do CEDI e a da NOVA, as quais permitem que se pense em "origens modelares".

A criação de entidades civis independentes, recebendo financiamentos de fora, implicava em qualificação e secularização do trabalho a ser realizado – e o discurso da assessoria, da pesquisa e da avaliação competentes e "*adaptadas à nova realidade*", como se mencionou acima, justificam uma ocupação remunerada. A questão do "emprego/militância" equacionava-se, aí (ou se re-equacionava, caso pensemos em um passado do tipo MEB), de modo particular para um conjunto de agentes que vinha de uma história de carreiras interrompidas, ou de um trabalho que não é nem "voluntário", nem profissional, como o do religioso. Mas isso será retomado adiante.

Reivindicando seu "pioneirismo", esses agentes do atual campo das ONGs brasileiras chamam certamente a atenção para determinadas propriedades que dele são constitutivas e que contribuíram para conformá-lo, através do tempo. Com essa reivindicação buscam valorizar uma tradição "pura", ou "autêntica", da "educação de base/popular", cunhada em terrenos da metodologia freiriana e que busca raízes em práticas de leigos cristãos do pré-64. Essa "tradição" dos trabalhos localizados de cunho educativo conviveria, no campo formado por essas entidades, com a opção que se tornaria dominante entre as "ONGs", a de "assessoria aos movimentos populares". Mas isso, só na virada dos anos 70/80.

2. 4. DESCONTINUIDADES, OS AVESSOS.

Abria a paróquia, e abrindo a paróquia você tem todo mundo (...). Então, de 63 até 67, foi aquela coqueluche de abertura do Brasil inteiro (...). Era treinamento e motorização, treinamento e motorização...
(Pe. Leising, fundador da FASE).

Como se mencionou, a primeira "ONG" de nosso conjunto, cronologicamente falando, é de fato a FASE, já que foi fundada em 1961.[96] Sua trajetória é significativa, por vários motivos. Ao mesmo tempo em que a FASE, através de seus agentes e de seu discurso formal, assume como data de nascimento o marco dado pela origem institucional, não o faz sem ressalvas: sublinha, em sua história oficial, não a continuidade, mas sim descontinuidades. A história da FASE é então reveladora no sentido de se pensar no processo de reocupação de postos institucionais e de redefinição de maneiras de se investir em práticas antigas, muitas vezes a partir dos mesmos agentes. Ela encarna, em si mesma, o processo de "virar ONG", numa sequência de transformações – assumidas como tais – que, assim como a identidade no tempo reivindicada por outras "pioneiras", podem ser reveladoras de outras dimensões da mesma história que se quer conhecer.

Tanto mais que essas descontinuidades – as diferentes etapas por que passou a entidade, suas variadas posições estabelecidas quanto a relações com tipos de agentes e instituições em diversos momentos, suas diferenciadas posições no campo político e religioso – deixaram marcas que são visíveis na FASE de hoje. A começar pelo nome, por exemplo, insólito no conjunto das "ONGs" brasileiras – Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional – que traz em si o termo tão recusado por elas, fantasma a ser eternamente exorcizado na sua distinção: "assistência social". Ou seja, através dos marcos com que narra sua história descontínua a FASE nos joga paradoxalmente na continuidade, evocando o arbitrário das fronteiras traçadas pelo campo construído pelas atuais "ONGs", desnaturalizando a sua "novidade".

Ao mesmo tempo em que, pelos mesmos motivos, é uma história reveladora das formas como se constrói esse arbitrário, que tem no que se considera corte entre a "assistência" e a "política" uma caraterística fundamental. Continua-se no campo da Igreja, porém aqui revela-se mais claramente o caráter universal dessa instituição, onde se compreendem diferenciações internas de organismos, de práticas e agentes, com diferentes graus de autonomia, e somos remetidos à sua forte e também variada tradição de ação social na sociedade brasileira.

Essa história aponta então para um lado do avesso que não ficou explicitado nos relatos anteriores. Dá-se sob o signo não da linearidade e da harmonia, mas da tensão – e, como já se viu, não deixam de haver pontes entre esse mundo e o "novo" relatado, não sendo certamente por acaso que os dois vão convergir no futuro para um mesmo conjunto institucional.

[96] É entidade consagrada no campo, sendo reconhecida como a maior – nenhuma outra possui a estrutura de 15 escritórios espalhados pelo país, funcionando coordenada e centralizadamente, contando com quase 200 funcionários.

Segundo entrevista com um de seus atuais diretores, podem-se distinguir três etapas na história da entidade: a *"puramente assistencialista";* a de *"promoção social"*, já com *"preocupação participativa"*, mas envolvendo as práticas despolitizadas do chamado *"desenvolvimento comunitário"*, que não colocava os grupos populares em relação com o Estado *"num processo de conquista de direitos e de cidadania"*; e, finalmente, a da *"educação popular"*, em que a FASE estabelece laços privilegiados com os movimentos populares e define seu compromisso com transformações estruturais na sociedade.[97] Essa é classificação consensual, tornada "oficial" na entidade.

Quanto a isso, e no que se refere às suas origens, uma versão significativa – já que apresentada publicamente no Encontro PNUD mencionado – foi feita recentemente por seu atual Secretário Executivo, Jorge Eduardo Durão, de certa forma um "veterano" no cargo, o qual ocupa desde 1984 (havendo entrado na entidade em 1977, como foi narrado): *"Falar da FASE como entidade de desenvolvimento não pode significar um retorno a matrizes já superadas do pensamento e da prática institucionais, tais como a ideologia e as práticas de inspiração neocolonial do chamado "desenvolvimento comunitário", o "desenvolvimentismo" dos anos 50 e 60, com influência, no caso da FASE, da política norte-americana da "Aliança para o Progresso" (com sua inequívoca motivação de luta anti-comunista), e postura assistencial dos primeiros anos, e uma ação na qual a introdução de "fatores de desenvolvimento" (recursos materiais, assistência técnica, formação de recursos humanos) espelhava a forte infuência de concepções da sociologia norte-americana acerca do desenvolvimento, entendido como processo de modernização de sociedades tradicionais"* (Durão, 1992:226).

Já Pe. Leising, o veterano no tempo, enquanto fundador da entidade e seu dirigente por 13 anos – o qual é consensualmente reconhecido enquanto tal, permanecendo ainda ligado a ela através de projetos considerados "autônomos"[98] – indagado por mim em entrevista sobre como vê a FASE atualmente, respondeu, com seu sotaque norte-americano:

"Realmente é um milagre inexplicável como é que a FASE consegue se manter. Eu acho que é uma coisa humanística inexplicável. Que... porque o pessoal da FASE não pegou carisma. Eles estão fazendo as coisas e eu não sinto aquele... aquela 5ª dimensão, que eu chamo... (ri) que não é explicável. É além, é uma coisa carismática que eu vejo dentro de duas coisas: risco e fé. (...) *Individualmente, na FASE, há muita coisa maravilhosa. Mas eles não têm aquele contato, aquela grupalização que permite que você me infecta e eu infecto você, não é. Porque se você não grupaliza, você pode ter idéias maravilhosas, mas..."* (entrevista em novembro de 1992).

[97] Há documentos produzidos ao longo da história da entidade que fornecem uma base para que essa história oficial seja reconstruída. Os documentos mais reconhecidos, enquanto referências para a versão atual, são o "Relatório de Avaliação da FASE – 1981 / 1983", o qual vem acompanhado de uma "Síntese da História da FASE". Esses documentos, xerocados, destinam-se à utilização interna da entidade, e tiveram como motivação de origem questões relacionadas a agências internacionais de financiamento. Como se diz na sua introdução: "*O presente relatório pretende transmitirás agências financiadoras que colaboram com a FASE uma síntese da experiência de auto-avaliação vivida por essa instituição no decorrer dos dois últimos anos"*. Não vêm assinados. No entanto, sabe-se que foram elaborados por Carlos Minayo e Victor Valla. Esses nomes aparecem nas narrativas anteriores, da "rede informal" de gente especializada em educação popular. O primeiro, ex-padre, já havia trabalhado como assessor na FASE; o segundo, além de atividades docentes no IESAE (FGV) criou uma ONG", a CEPEL, em 1987.

[98] Pe. Leising dirige outras entidades que foi criando com o tempo, promove projetos, iniciativas no campo social, sob a cobertura jurídica da FASE. Quando deixou a direção da entidade, em 1976, fez-se esse acordo, o qual continua até hoje.

O fato é que aqui, como se vê, embora permaneçam de alguma forma na mesma entidade, há desencontro entre fundadores e continuadores, numa história cujos cortes são reconhecidos por ambos os lados – com valoração diferente, ou mesmo oposta. Os depoimentos sobre a trajetória da FASE, ao contrário do que foi visto no item anterior, não se caracterizam como memórias do que se constrói como uma "geração", ou mesmo "gerações". Interessa, a essa memória, a fragmentação do tempo e dos personagens.

O que se passava na FASE durante aquele mesmo período, e interpretado pelos pioneiros do "Encontro Ad Hoc" como de gestação de uma "rede invisível" de agentes de onde sairiam os veteranos das "ONGs"?

A FASE crescia e se firmava institucionalmente. Fundada em 61 e registrada legalmente em 62, a FASE desde então buscava visibilidade pública e presença no campo das obras sociais ligadas à Igreja Católica, a nível nacional. O corte na conjuntura política do país de 1964 parece ter passado em branco quanto às dinâmicas em que se envolvia a instituição: ao contrário, exatamente em meados desse ano a FASE dá um passo fundamental para marcar sua presença de norte a sul, de leste a oeste: por iniciativa de Pe. Leising, implementa-se a Campanha de Motorização do Clero, o que significava angariar recursos de diversas fontes para distribuir carros para paróquias, pelo Brasil a fora. Na interpretação fornecida por Pe. Leising, missionário norte-americano dos Oblatos de Maria Imaculada, no Brasil desde 1946, essa foi uma estratégia para penetrar em paróquias e dioceses a fim de fazer os trabalhos de ação social que realmente lhe interessavam, "*que não fossem assistencialistas*". E, como diz, deu certo, "*foi uma coqueluche*".

Afirma ter distribuído, durante o primeiro ano, a média de um carro por dia, por várias regiões do país – com a ajuda de seus amigos da Igreja, e com o respeito devido à sua estrutura hierárquica:

"Fui para o meu amigo de São Paulo, o Cardeal, sentei: -*'Seu Cardeal, esses padres são todos uns burros, por aí. Eles não me deixam entrar na paróquia nem para tentar ajudar'.* Ele olhou e falou: – *Meu amigo, você quer entrar em todas as paróquias do Brasil ? Compra Jipes para eles. Seus padres estrangeiros tudo tem carro. Os meus não têm nada'.* Nos anos 60, padre brasileiro era o pobre, não é?. – *Mas Sr. Cardeal, o senhor é um gênio!'.* Aí vim para o Rio falar com o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara. (...) Falei: – 'O *Sr. Cardeal de São Paulo me falou que se eu motorizo o clero para ele, ele me dá a Diocese'.* Ele respondeu: '- Eu *dou a mesma coisa!'.* Eu disse: '- *O senhor está brincando...'* Ele: *' – Não, não. O senhor pode entrar' "*.

E Pe. Leising conta então como a FASE ficou até 63 num "*vai-não-vaí*", ainda "*puramente assistencialista*", porque não tinha como abrir as portas para seu trabalho. Mas a partir do projeto de motorização do clero, como diz, ele pegou o avião e percorreu todo o Brasil: "*Manaus, Belém, São Luis, Fortaleza, Recife...*" Sentou com cada bispo, disse que recolheria muito dinheiro no Rio e em São Paulo para fazer um trabalho também em áreas mais pobres – "*mas os pobres é que vão andar, eu não quero ser assistencialista*" – e teria recebido apoio de todos. As portas se abriram, via dioceses e paróquias.[99]

[99] Na narrativa de Pe. Leising, ressaltam-se seus esforços pessoais no sentido de angariar fundos nas paróquias ricas da cidade. Percorria missa por missa, falava de seus projetos, escrevia cartas para paroquianos, recebia centenas de adesões. Uma das fundadoras da NOVA me narrou ter conhecido Pe. Leising exatamente nas suas campanhas pelas missas de domingo, que ela frequentava como fiel. São muitos os caminhos de encontros, nos espaços da Igreja Católica.

Assim foi que, de 63 a 67, fundaram-se 12 escritórios da FASE, de Manaus a Porto Alegre, já se contando então com mais de 40 técnicos contratados – além dos voluntários, estrangeiros e brasileiros. Os "Informativos FASE " publicados à época nos dão conta de uma grande quantidade de iniciativas diversificadas levadas a cabo pela entidade.[100] Dava-se *"assessoria técnica"* para a *"execução de projetos"* em diferentes paróquias, dioceses ou organizações religiosas de assistência social tradicional (essas, para cegos, incapacitados, leprosários, asilos, crianças pequenas e em aleitamento, etc. – inclusive, cria-se na entidade um *"setor de padres necessitados"*, o que expressa a vocação com que nasce a entidade para "servir à Igreja"), ou ainda se desenvolviam trabalhos em escolas, ou hospitais. Os Departamentos que compunham a entidade iam pouco a pouco se diversificando: Assistência Social, Saúde, Agronomia, Cooperativismo; mais tarde, Educação, Engenharia, Produção de Recursos, Sociologia. Faziam-se atividades como educação sanitária, cursos de técnicas agrícolas, distribuições de sementes, construção de pontes e centros sociais, criavam-se fundos rotativos de empréstimos para cooperativas, etc. Faziam-se campanhas de maior visibilidade pública, como a Campanha Escolar, de coleta nas escolas de roupas, sapatos, tecidos, livros, colchões, realizada *"em todo o Brasil, da Guanabara à Amazônia, de São Paulo ao Ceará"* (FASE, 1971). As notícias nos "Informativos" revelam uma quantidade enorme de iniciativas desse tipo, onde se estabeleciam relações com entidades as mais diversas. O de novembro de 1966, por exemplo, é dedicado ao relatório do Convênio SUDENE USAID-CNBB-FASE, atingindo 27 entidades, como a Associação Cristã Feminina (construção de Centro Social), em Recife; ou o Círculo Operário de Uburetama (construção de estrada), no Ceará, assim como o de Recife (construção e equipamento da oficina de marcenaria); A União dos Amigos do Bairro de Monte Castelo, em Campina Grande (construção do Centro Social); ou ainda o Mosteiro de São Bento (construção de caixa d'água), em Olinda, etc . A lista é grande, e inclui também escolas, cooperativas, entidades de assistência à maternidade e à infância, paróquias, ambulatórios, organizações diversas do mundo das obras sociais de origem e ligações com a Igreja, numa aliança de apoios que, como se viu, incluía o governo brasileiro e o norte-americano. Não só essas publicações, mas também o depoimento de Pe. Leising dão-se num tom de enorme dinamismo e pragmatismo, no qual a competência técnica e o espírito voluntário se combinam, na prestação de variados serviços sociais.

É por volta de 1967 a que a FASE se dedica de forma mais assumida e consistente ao chamado "Desenvolvimento Comunitário", ou "Criatividade Comunitária", sua marca e sua bandeira até os meados dos anos 70 – até os inícios das transformações a que me referi, momento em que pessoas com outras trajetórias que não a dos trabalhos no campo da Igreja e da assistência social passaram a caber dentro da entidade.

A FASE vai exercer seus esforços junto às "bases" a partir da máxima conhecida por quem convive com os ideários da assistência social e sobretudo os da ajuda internacional a partir dos anos 50/60 que – diferenciando-se da caridade missonária – afirmam propor-se a algo mais do que ações do chamado *relief*, os auxílios para socorro em catástrofes ou em minoração imediata da

[100] Publicava-se mensalmente um "Informativo" com a tiragem de 25.000 exemplares, descrevendo as atividades da instituição e expondo sua filosofia de trabalho. Há dados sobre essa época, igualmente, em alguns documentos institucionais. É o caso do "Breve Histórico da FASE", documento de janeiro de 71, mimeografado a álcool e produzido pelo então "Departamento Nacional de Sociologia" (FASE, 1971). Desses e de outros documentos esparsos, além das entrevistas, tiro os dados de análise.

pobreza: *"Se dás um peixe ao pobre, matas-lhe a fom por um dia; se o ensinas a pescar, matas-lhe a fome por toda a vida"*. Folhetos, boletins da entidade na época, serão encimados por essa frase, que aponta para uma das características básicas da assistência social como prática sistematizada e institucionalizada, pressupondo teorias e técnicas de educação, onde se demanda dos "assistidos" um ato positivo de adesão, fundamental em sua "promoção" (cf. Verdès-Leroux,1976). É a "assistência científica" por distinção à "caridade", na qual não faltaram influências positivistas em seus inícios, tendo sido plenamente desenvolvida com a implantação das políticas públicas sociais no século XX. junto com a educação do pobre, vem a educação dos educadores, que devem passar por uma formação particular para essa ação – e aí se entra também na história do Serviço Social, suas escolas e seus especialistas, em atuação em instituições públicas e privadas (quanto ao Brasil, ver por ex. Oliveira, 1989).

Está fora do alcance desse trabalho uma análise do campo da assistência social com o qual, como se vê, a FASE em seus primórdios mantinha relações privilegiadas (campo que, no Brasil, tem quatro séculos de predomínio quase absoluto da Igreja Católica). Valem, no entanto, algumas observações sobre a forma pela qual a entidade vai particularizar sua ação: o chamado "Desenvolvimento Comunitário", criticado de forma tão exacerbada por Durão, na citação acima.[101]

De modo geral, pode-se dizer que esse termo cobre um conjunto de práticas e de técnicas de intervenção social, onde ressaltam métodos pedagógicos que têm na idéia de "comunidade local" a unidade básica de ação. São claras e explicitadas, nas instâncias internacionalizadas onde surgem, as suas perspectivas de modernização e integração aos contextos nacionais de sociedades e culturas tradicionais. "Participação", "auto-ajuda", "autopromoção", "treinamento de lideranças", "mudança de hábitos e comportamentos", são aí termos fundamentais. As "comunidades" devem partir de suas "necessidades sentidas" e tomar as rédeas de seu "desenvolvimento", num processo de "auto-determinação".

Assim como no termo "ONG", somos remetidos aqui também à ONU no período de guerra fria e aos programas de assistência técnica aos países pobres por ela apoiados: foi nos anos 50 que se tratou, a partir dessas instâncias, de divulgar e sistematizar os métodos de ação que então se chamaram de "Desenvolvimento Comunitário" nos países do Terceiro Mundo. No Brasil, dentro de ideários desenvolvimentistas, esses permeavam os inúmeros programas e convênios feitos sobretudo entre fundações privadas e entidades governamentais norte-americanas e o governo brasileiro.[102]

Grosso modo, pode-se então dizer que o "Desenvolvimento Comunitário" compõe um ideário pedagógico modernizador e um conjunto de técnicas de intervenção social bastante

[101] Observe-se que, a partir do pós guerra, as concepções norte-americanas sobre a assistência social vieram a representar um papel na conformação de escolas e especialistas na matéria, no Brasil. Por essa época, dar-se-ia o rompimento da Serviço Social no Brasil com modelos europeus e a adoção de preocupações cientificistas e pragmatistas, onde seminários, bolsas de estudos, trocas de voluntários entre os dois países representaram seu papel. O Serviço Social com comunidades assimilou as teorias sociológicas funcionalistas com interesses desenvolvimentistas. Passa-se a aplicar métodos de caso, grupo e comunidade no trabalho assistencial "importados" dos Estados Unidos. (cf.Yazbek, 1980)

[102] O desenvolvimento de comunidade é definido em 1956, pela ONU, como *"processo através do qual os esforços do próprio poro se unem aos das autoridadesgovernamentais com o fim de melhoraras condições económicas, sociais eculturais das comunidades, integraressas comunidade: na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente ao progresso do país"* (apud Ammann, 1980).

difundidos nos anos 50 e 60 pelo país, sobretudo nas áreas rurais. É ainda na década de 50 que a OEA define uma política de assistência técnica a programas de "Desenvolvimento Comunitário" para as Américas e cria, junto à Divisão de Assuntos Sociais, uma unidade responsável pelo impulso do "DC" no continente. lnveste-se, simultaneamente, nas instituições acadêmicas de Serviço Social, onde vão-se forjar disciplinas ligadas ao tema, divulgar idéias e formar-se quadros teóricos e agentes para essa "ida às comunidades" (cf. Amman, 1980).

O ideário e a metodologia de "trabalho de base" do "Desenvolvimento de Comunidade" estiveram presentes em programas e projetos os mais diversos, através dos quais foram atualizados, divulgados, certamente recriados. A expressão foi ressaltada nas inúmeras instâncias – seminários internacionais, nacionais, publicações, etc. – em que se construía a problemática da "educação de adultos", desde os finais da década de 40, com forte apoio da UNESCO. Também foi técnica privilegiada na retórica e nas práticas de algumas experiências de "extensão rural", como por exemplo a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), fundada em 1956 em convênio entre órgãos do governo brasileiro e a AIA – American International Association for Economic and Social Development, criada por Nelson Rockefeller; ou ainda no Serviço Social Rural, fundado em 1955 a partir de convênio entre o Ministério da Agricultura e o Ponto IV, organismo ligado ao governo norte-americano. O "Desenvolvimento de Comunidade" esteve presente também no conjunto de instâncias e atividades mobilizadas pela CNER – Campanha Nacional de Educação Rural, implementada no governo JK a partir de 1956 para "difundir a educação de base no meio rural brasileiro" (Paiva,1973), num convênio entre o MEC, o Ponto IV e a CARE.[103] Criaram-se ou reforçaram-se, nesse contexto, as Missões Rurais de Educação e os Centros Sociais de Comunidade que proliferavam sob a orientação da – como não podia deixar de ser – Igreja Católica, com apoio do Serviço Social e das autoridades locais, num espírito de integração frequentemente evocado pela própria idéia de comunidade como um todo funcional e fraterno.

Conforme é de se supor, essas práticas de aproximação com a população pelos interiores do país a partir de diversos projetos assistenciais e modernizadores, esses laços forjados entre agentes e grupos sociais em diferentes contextos – e esses próprios agentes, no geral médicos, assistentes sociais, agrônomos, agentes de economia doméstica, além dos religiosos (cf. Ammann,1980) – foram contaminados pelos ventos variados das lutas por reformas dentro do nacional-desenvolvimentismo do pré-64. A retórica, as propostas, as idéias do "Desenvolvimento Comunitário" vão ser palco de lutas em instâncias onde assumem tintas políticas e de crítica ao sistema. Isso acontece, sobretudo, nas experiências, povoadas inclusive de gente vinda do Serviço Social, que envolviam os "católicos radicais" na época. Como, por exemplo, o MEB, que também trabalhava com o ideário do "DC". Afinal, muitos de seus agentes iniciaram suas atividades "de base", sobretudo em áreas rurais, a partir de experiências de "extensão rural", ou programas de caráter comunitário-educativo[104] – como os de educação de adultos – naquelas mesmas instâncias

[103] CARE – Cooperative for American Remittances to Europe- foi criada em 1946, formada por um conjunto de 22 organizações não governamentais norte-americanas, as quais se encarregaram da distribuição de suprimentos básicos no esforço de recuperação pós-guerra, na Europa, subsidiadas pelo governo. Mais tarde, GARE mudaria seu nome para Cooperative for American Relief Everywhere seguindo o caminho comumente trilhado por ONGs que, após cumpridos seus objetivos de ajuda na recuperação pós-guerra, encontraram outras causas, em diversas partes do mundo, resguardando a continuidade de sua atuação institucional.

[104] Ver, quanto a isso, os depoimentos contidos no volume citado editado pela NOVA (NOVA/Vozes, 1986), entre os quais figuram duas pessoas entrevistadas para essa pesquisa – Aída Bezerra e Felícia de Moraes (esta, atualmente, na FASE, tendo passado por extensão rural, MEB, AP -no pré-64 – PC do B e CEDI).

onde se transitava entre governo, Igreja e Serviço Social, onde o anti-comunismo não deixava de estar muitas vezes presente. Coisas que desapareceriam, ou assumiriam outro sentido na sociedade, após o golpe de 64.

Voltando à nossa história, é exatamente a especialidade em "Desenvolvimento Comunitário" que será o carro-chefe da FASE, já então em outro contexto, a partir dos finais da década de 60[105]. E, indo além num processo de distinção do trabalho da FASE com relação ao trabalho de assistência realizado tradicionalmente pelas obras sociais católicas, em seu projeto – como se vê – modernizador dessa assistência, Pe. Leising vai implementar, sob seus auspícios e iniciativa, um método novo de abordagem nessa área, o qual imprime uma marca registrada na entidade, propiciando já a criação de um perfil institucional específico. É a "Teoria dos 14 Sistemas". Os agentes da FASE passaram a ser "treinados" para aplicá-la e, sobretudo, para realizar "treinamentos" de outros agentes comunitários e "equipes de base" pelo Brasil a fora.

Pe. Leising justifica a criação dessa teoria e metodologia de ação em termos da necessidade de se ter algo adaptado à realidade brasileira e produzido no Brasil (distinção certamente necessária diante de acusações difusas sobre ligações mantidas com a política externa do governo norte-americano, com base não apenas na adoção do "DC", mas também das relações institucionais internacionais da FASE, como será retomado logo adiante).

A narrativa que me fez é curiosa. Com os objetivos acima, e certamente dentro do espítito cientificista e pragmático mencionado, conta que foi à USP (Universidade de São Paulo) procurar por gente que pudesse ajudar a criar métodos de atuação comunitária melhor embasados teoricamente. E encontrou o que queria, na pessoa do sociólogo Antonio Rubbo Muller e em sua obra, da qual pude conhecer o volume, guardado por Pe. Leising até hoje e publicado em 1959 pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, intitulado "Teoria de Organização Humana – Sua Propedêutica e Didática Especial – Complementos de Didática Geral". Só que Muller era um *"acadêmico"*, daí que o padre lhe pediu indicação de alguém que pudesse traduzir essa teoria para as práticas do "Desenvolvimento de Comunidade": – "*Você tem alguém aí com mestrado, um cara bom?"*, teria ele perguntado. Daí surgiu uma pessoa cujo nome é conhecido pelos quadros mais antigos da FASE – ou por quem transitasse por esses terrenos, na época: Waldemar de Gregori. Pe. Leising define as competências sociais para o cargo:

*"Era **seminarista**, por isso achei que era um cara interessante. Ele tinha 3 anos de Teologia e mestrado em Sociologia – é o tipo de cara que eu preciso, pensei eu, **que entende de religião e que tem a visão sociológica**"*.

Foi Gregori, então, o inventor da teoria que consistia em dividir a "comunidade" em 14 "sistemas", cada qual devendo ser tratado particularizadamente, para efeito do questionamento sobre os problemas enfrentados pela "comunidade" e as formas de resolvê-los: família, saúde, educação, religião, lazer, economia, produção, comunicação, associativismo, subsistência, valores

[105] Nessa conjuntura, os debates de tom crítico à assistência social que se desenvolvem sobretudo dentro do meio, nas faculdades de Serviço Social ou de Educação, atingem também o "D.C" que, como se disse, virara disciplina. Afirmam seu caráter de filosofia e metodologia usada a favor da integração social, dentro das estratégias governamentais. Órgãos como SUDENE, SUDAM, SUDESUL, vão adotar oficialmente o "Desenvolvimento de Comunidade" como base de sua atuação, assim como o "Projeto Rondon". Em 1970, o Ministério do Interior cria um órgão nacional de Coordenação de Programas de Desenvolvimento de Comunidade (CPDC). A retórica é a mesma: participação das populações no desenvolvimento (chega-se a utilizara expressão "participação popular"), sua integração a programas mais amplos via projetos comunitários locais, etc. (Amman, op. cit: 116-117).

culturais, direitos e deveres, segurança, bem comum. Foi o criador, também, do principal instrumento para aplicá-la, a "Cartilha de Auto-Ajuda". As formas pelas quais se fazia a aproximação a grupos e sub-culturas tradicionais através dessa "metodologia" – através de que mecanismos se fazia a aplicação desse pacote modernizante nos grupos de pequenos produtores rurais com que se trabalhava, no campo, ou mesmo em grupos favelados urbanos, outro "público-alvo" – ficam para uma outra pesquisa. Mas o fato é que os 14 sistemas se tornaram conhecidos no mundo da "educação de base", fazendo até com que a FASE virasse notícia do jornal do Brasil, com "seu método científico, novo, que equaciona os problemas da comunidade fora de conotações ideológicas" (Jornal do Brasil,11 /5 /69:30)[106]. E a FASE, segundo a narrativa de Pe. Leising – e segundo o que aparece em seus Informativos – não tinha mãos a medir em termos dos "treinamentos" que lhe eram solicitados por grupos e agentes de todas as partes do país, figurando aí, inclusive, o hoje consagrado personagem da ala progressista da Igreja, D. Paulo Evaristo Arns.[107] Isso durou muito tempo, já que somente em finais dos anos 70 – Pe. Leising sai da direção da FASE em 76 – iriam se impor na entidade outras orientações ideológicas, outras alianças institucionais com a sociedade, o recrutamento de outros agentes, como se falou.

A história que nos é contada por Pe. Leising e pelos documentos disponíveis envolve bases paroquiais, bispos e arcebispos, educação de base e de adultos, métodos pedagógicos. Envolve, igualmente, o outro elemento característico das "ONGs", do qual vai-se falar a seguir, as agências financiadoras. E também o discurso da autonomia – Pe. Leising se coloca como um contestador da "caridade" realizada por órgãos da Igreja, daí justificando-se a criação de entidade independente. Também desenvolve uma retórica "anti-assistencialista", a partir de seus métodos técnicos e participativos de ação. A fórmula "ONG" está então colocada desde o início, permitindo, como se falou, a representação de uma identidade e continuidade institucional através dos anos.

No entanto, como se viu, essa continuidade é tensa e tem que ser estabelecida com ressalvas. Por que? Ao contrário das memórias que recompõem uma "rede de lealdades" dada pelas histórias anteriores, povoadas de reuniões de articulações nacionais, de vidas duplas e de climas semi-clandestinos, de ações conjuntas às quais se dá um sentido anti-governo e anti-sistema, está claro que caímos, aqui, num meio diferente: não são as mesmas as relações horizontais e não está em jogo a reprodução no tempo de uma "geração". E não é a mesma a relação da FASE, enquanto entidade, com o campo da política – não se posicionava, como NOVA ou CEDI, em oposição à ditadura militar. Nem tampouco com relação à Igreja, no processo tenso de questionamento de hierarquias e alianças levado a cabo pelas novas alas "radicais" que então se fortaleciam.

[106] *"Foi impressionante o quanto a teoria dos 14 sistemas se espalhou pelo Brasil, nos lugares mais distantes. Como gerente da VOZES, nos firais dos anos 70, eu viajava muito, por todas as paróquias, dioceses. Todo mundo conhecia a FASE e esse método"* – depoimento de Afonso Klausmeyer, que fez o trajeto de padre franciscano, ex-padre contratado pela FASE em 72, prisão em 74, exílio, volta em 76 para a VOZES, 82 na FASE como editor de sua revista Proposta, atualmente na coordenação brasileira do SACTES – Serviço de Cooperação Técnica Alemã.

[107] É do Informativo de novembro de 1967 a notícia intitulada *"Bispo quer técnica e quer leigos – o que se pode fazer com pouco tempo e pouco dinheiro"*, onde se conta que "D. Paulo *Evaristo Arns, Vigário Episcopal da zona norte, na Arquidiocese de São* Paulo (SP), *inseriu a técnica e os leigos em seus planos de trabalho. Um grupo de 25 pessoas foi convocado para receber treinamento pelos métodos da FASE. Horário terrível: domingo de manhã, das 8 às 14 horas. Entretanto, durante dois meses de duração do curso, não houve nenhuma desistência, mas novas adesões* (...) *O conteúdo do curso foi uma exercitação da Cartilha de Auto-Ajuda de autoria do Dr. Waldemar de Gregori, sociólogo da FASE-Rio"* (FASE, 1967). Interessante observar as formas pelas quais essa época considerada hoje como negativa é resgatada, na memória oficial da FASE: no vídeo institucional produzido em comemoração dos seus 30 anos, D. Paulo aparece dando depoimento sobre a importância da FASE nos começos de seus trabalhos de sentido social. (Nota não localizada no original digitalizado. N.R.)

Pe. Leising passa em seu depoimento a idéia do fundador como homem de iniciativa isolado – espécie de "empresário social", expressão usada em meios da ação sem fins lucrativos norte-americana – qualificado academicamentee valorizando o saber acadêmico (começa a entrevista declinando seus títulos obtidos na Universidade Católica de Washington, é na universidade que busca a chave de suas "metodologias" de ação), com declaradas ligações com a hierarquia da Igreja Católica (onde, como se viu, ressaltam as referências a arcebispos), pela qual passa respeitosamente para chegar às bases, de cima para baixo. E para entender como ele realizou essa enorme produção – para irmos a uma das competências básicas necessárias para a criação desse tipo de entidade – é necessário conhecer o abre-te Sésamo, o seu cacife em termos de relações internacionais, também diverso dos anteriormente mencionados.

Pe. Leising acumula, durante anos, um cargo de direção na CARITAS do Brasil e de representante, no país, do CRS-Catholic Relief Services (esse último, de 1962 a 67). Sempre a Igreja, mas nada a ver com terceiro-mundismo, ou Ação Católica. Aqui, estamos no universo da filantropia norte-americana, diferente do Europeu. E na ação *overseas* do governo dos Estados Unidos no pós-guerra, em cuja política representaram um papel de peso as entidades não-governamentais, como tem sido bastante estudado (cf. por ex. Arnove, 1980; Keohane e Nye, 1981; Smith, 1990). O documento da fundação da FASE é explicativo: esta *"desempenha sua função específica em estreita ligação 1) com o CRS*-USCC (United States Council of Churches). O *CRS é um órgão do Episcopado Norte-Americano. É um departamento da Conferência Nacional dos Bispos Norte-Americanos.* (...) *Proporciona a mais de 80 países: Ajuda, Educação, Reabilitação. 2) com a CARITAS BRASILEIRA. A Cáritas Brasileira foi criada em 1956 pela CNBB* (...) *visando, inicialmente, a execução do programa de alimentos. Em maio de 1966 constituiu-se em sociedade civil, com personalidade jurídica, para exercer atividades de Assistência Social e de Promoção Humana das pessoas, de grupos e comunidades economicamente mais fracos. 3) Com o programa de ajuda externa do Governo Norte-Americano: AID Point IV, particularmente no Título 11, da Lei 480 dos USA (aplicação de alimentos)"* (FASE, 1971).

Pe. Leising é mediador, então, de volumosos recursos aplicados no país, parte de uma cadeia de relações diversa da que compôs um "Encontro Ad Hoc". O CRS era o órgão encarregado de executar, através da CARITAS (a qual, por sua vez, atua através das Dioceses), o programa de distribuição de excedente alimentar dos Estados Unidos para países pobres – as entidades não governamentais foram os principais canais através dos quais o governo norte-americano pôde, desde a segunda guerra, distribuir esse excedente de forma a manter os preços internos dos produtos agrícolas, garantidos durante o esforço de guerra.[108] *"Tinha na minha mão 24 milhões de dólares por ano, era dinheiro!"*, afirma o padre, certamente com razão. Um dos motivos alegados por ele para criar a FASE como entidade autônoma era, exatamente, poder realizar de forma independente das dioceses seus projetos *"não assistencialistas, não paternalistas"* – como acabava sendo, em sua avaliação, o trabalho do CRS/CARITAS, que abafava os pobres com tanta doação, segundo o padre, certamente numa crítica aos métodos a concepções subjacentes à caridade tradicional católica. A FASE, nos seus inícios, confunde-se

[108] Para o mundo protestante, as organizações equivalentes eram o Church World Services e e Lutheran World Relief, contando com menos recessos, já que com menos potencial de distribuição. A Conferencia Evangélica do Brasil era a encarregada dessa mediação e é interessante que, nessas instâncias de mediações entre Norte e Sul aparece também o nome de Jether Ramalho, através do depoimento de Pe. Leising.

então com essas duas instituições, a partir antes de mais nada da presença de seu diretor também na direção daquelas duas outras entidades.

Além de recursos que conseguia para a FASE via CRS – poucos, segundo ele – Pe. Leising tinha como política de financiamento o modelo americano: conseguir dinheiro na sociedade brasileira. Seu depoimento é cheio de histórias de alianças com o empresariado e de campanhas para angariar recursos de indivíduos, via um trabalho intensivo nas paróquias de classes médias: *"Tem dinheiro que não acaba mais no Brasil. O rico não dá nada e o pobre não dá o que pode. E ninguém é tão pobre que não possa oferecer algo* (...). *Os empresários, esse pessoal é matéria-prima muito pouco usada, eu repito isso até hoje"*. Sua meta – conseguida, segundo documentação da entidade – era obter 60% de recursos no país e 40% de agências internacionais. Conta ele que, em 67, havia 25.000 contribuintes brasileiros sustentando a FASE. Vê-se num boletim informativo desse ano, por exemplo, o agradecimento às empresas Cruzeiro do Sul, Varig, FAB, Sidney Ross do Brasil, Willys-Overland do Brasil, Wolkswagen do Brasil. Já no boletim Informativo de março de 69, como atividades realizadas pelo "Departamento de Produção de Recursos", constam 670 visitas a firmas particulares, na Guanabara; em Recife, a promoção de uma festa carnavalesca para angariar recursos e um chá no Grande Hotel com a exibição de jóias de Alphonse Joaillier promovido por uma das senhoras do Conselho da entidade. No de maio do mesmo ano, o "Departamento de Promoção e Contatos" agradece a colaboração, através de donativos em espécie, do Banco do Brasil, Editora Agir, Casa Mattos, Livraria Freitas Bastos, Phillips do Brasil, Cooperativa de Usineiros, etc. – inclusive, agradece-se à Escola Superior de Guerra por uma colaboração à FASE.

Enfim, na virada dos anos 70, sem dúvidas a FASE transitava por terrenos nada clandestinos na sociedade e suas alianças forjavam-se nas camadas médias e empresariais, em órgãos do governo, da Igreja e, internacionalmente – embora já houvesse um ou outro projeto financiado por entidades de origem diversa – basicamente na ação filantrópica dos Estados Unidos, comprometida com as políticas governamentais desse país para o Terceiro Mundo.

A ideologia que norteava a contratação dos quadros da entidade era a competência técnica e profissional, onde a qualificação acadêmica foi propriedade sempre ressaltada nos depoimentos de seu fundador. Misturavam-se sociólogos (que seriam os especialistas na questão das relações sociais comunitárias), médicos, agrônomos, assistentes sociais; além dos *"técnicos"*, onde a definição profissional já é menos marcada, havendo menções a *"técnicos em comunidade"* e *"técnicos em serviço social"* (cf. boletim Informativo FASE).

Pe. Leising, apesar de ressaltar no seu depoimento a idéia da excelência técnica individual e neutra, como propriedade do quadro ideal da FASE, em alguns momentos revela haver outras razões sociais produtoras dessas competências: como se viu, Waldemar de Gregori era ideal porque conjugava a qualificação acadêmica na área da sociologia ao fato de" *entender de religião"* e de ter sido seminarista e estudado teologia. E diante de minha pergunta direta em torno da questão sobre quem eram as pessoas ideais para trabalhar na entidade, responde algo bem diverso da vocação política que NOVA explicitara (colocando aí também suas diferenças com relação à FASE atual):

"*Tinha tudo quanto é tipo de gente, Leilah; eu ia sondando aqui e ali... Mas o primeiro critério era ser ex-padre. Tinha muita gente aí, como tem hoje, que estava insatisfeito, e era bem treinado* (...). *Michel Rousseau era ex-padre, não é.*[109] *Eu estava no Maranhão, em São Luis, e os canadenses vieram me dizer que tinha um padre muito interessante, que estava saindo, não sei o que... Perguntei ao Michel se queria trabalhar em Belém, eu estava abrindo um escritório lá. Porque eu acho que são pessoas muito treinadas, não é, peguei muitos com doutorados e mestrados, aí... Em Porto Alegre era ex-padre, em São Paulo era ex-padre, no Rio de janeiro era ex-padre, em Recife era ex-padre, em São Luis não, em São Luis era um gaúcho... Em Belém era ex-padre... O que não era ex-padre era ex-freira (risos).* (...) *Esse critério era bom, porque eram pessoas de* fé *que eu precisava".*

Qualificação profissional mais fé católica formam a liga ideal na composição interna dos agentes da FASE, segundo as concepções explicitadas por Pe. Leising, que contribuía inclusive para a solução de uma questão delicada na Igreja, o destino social dos ex-padres, no geral casados. Sobretudo, cabia aos ex-religiosos as posições de direção na instituição – os quais, ao contrário da interpretação de Pe. Leising, raramente possuiam uma profissão, ou maiores formações universitárias, pelo que pude concluir, não sendo simples sua inserção no mercado de trabalho. Na grande maioria estrangeiros, a falta de redes de relações construídas no país dificultava ainda mais essa questão. É dessa época uma classificação interna que estará em jogo no processo de transformação interna da FASE, como será visto: havia a distinção complementar entre os "*técnicos"* e os "*agentes"* – nesse contexto, diferenciação que recobria mais ou menos a existente entre os contratados por sua profissão e os ex-religiosos (ou religiosos). Como será retomado, no modelo "ONG" os perfis técnico-profissionais dos agentes terão que ser redefinidos em função de outras propriedades e competências.

O perfil aqui apresentado baseado na tensão "técnico /religioso", quanto ao quadro ideal da entidade, difere do explicitado pelo modelo NOVA, o também tenso "técnico/ político". Na verdade, entretanto, viu-se o quanto esse último perfil de "recrutado ideal" deve sua legitimidade a propriedades acumuladas ao longo dos anos através de relações que passam também pela religião ou pela Igreja. Assim como, por outro lado, pôde-se perceber o quanto o "religioso" de Pe. Leising é qualificado politicamente, dentro da conjuntura da Igreja e do país. Um dos motivos por ele alegados para deixar a direção da FASE e fundar outra entidade, sob o seu guarda-chuva institucional (o NUCLAR – Núcleo de Assessoria a Grupos de Atuação Sócio-Religiosa) foi o fato de que a FASE tinha ficado muito "*materialista"*, tinha enfocado muito a "*parte educativa"* e largado a "*dimensão de fé"* (aquela "*5ª dimensão"...).* No entanto, deixa claro em outros contextos que suas alianças e pertencimentos são mesmo outros, entre as alas da Igreja que ganhavam hegemonia dentro da hierarquia institucional e também dentro das forças que iam formando o mundo dos "Centros de Educação Popular", ao qual a FASE passaria a pertencer, com papel de peso:

"*Essa parte de pessoal é muito delicada em organizações não governamentais. Você sabe muito bem, você está aí dentro. Eu, nesses anos todos...* ***porque a grande maioria tem o quadro referencial do sistema. E tem a linguagem do Vaticano II, tem uma linguagem de***

[109] Michel Rousseau, com relações anteriores com a Ação Católica no Canadá, viria a se tornar o substituto de Pe. Leising na direção da FASE, em 1976 – sendo consensualmente apontado como seu concorrente, na entidade. M.R. deixaria dois anos depois a FASE para trabalhar na agência canadense Desenvolvimento e Paz, já mencionada.

***progressistas, mas o quadro referencial, a cabeça, é consumista**. É tudo muito bonito, mas... É conto eu dizia no estrangeiro, se documento fosse o caso, o Brasil seria o melhor país do mundo.*

Pe. Leising nunca se acertou com a Teologia da Libertação e os movimentos sociais onde as alas da esquerda da Igreja se metiam, na década de 70. E em 1976, quando ele abdica de investir na entidade enquanto tal, esta já estava bastante mudada – como se viu no início desse capítulo.

O que era "Desenvolvimento Comunitário" esforçava-se aos poucos, desde a primeira metade dos anos 70, por virar "Educação Popular", no campo de forças dentro da entidade. A distinção – sempre tensa – com relação à Igreja e suas obras assistenciais era esforço importante, na ultrapassagem dessa pré-história da entidade.

Finalmente, fez parte dessas transformações o novo rumo tomado pelos esquemas de financiamento da entidade. Em poucos anos, romperam-se suas alianças de obtenção de recursos na sociedade brasileira. Como diz Pe. Leising – como ele *"havia previsto"* – a FASE nesse processo quase foi à falência, entrando numa forte crise que lhe fez vender escritórios e despedir gente, depois que Michel Rousseau entrou na direção e *"do dia para a noite deixou todos esses contribuintes saírem, perdeu todo esse trabalho de dez anos, de doze anos no Brasil"*, como lamenta o padre.

Mas não apenas se deixava de lado a política de boa vizinhança com classes médias, empresários e determinadas entidades norte-americanas doadoras (com suas políticas agora em crise e revisão, a partir dos efeitos negativos da guerra do Viet-Nam e do novo contexto de disseminação de ditaduras latinoamericanas). Desenvolviam-se novas estratégias de alianças e criação de padrões de legitimidade institucional. Na realidade, desde 1974 partiram para a Europa em missão de obtenção de financiamentos para projetos dois agentes da FASE. Ou melhor: um agente, visto que o outro já lá se encontrava em recente exílio (sempre os exílios com sua função de costuras internacionais), a partir da repressão aos membros do MPL mencionada anteriormente. Ambos, não por acaso, ex-padres e de origem estrangeira – alemã e canadense. Inaugurava-se, na FASE, o ritual de visitação às agências tão conhecido e sempre renovado no mundo das "ONGs". E – segundo conta um deles, Afonso Klausmeyer – com sucesso, tendo eles visitado 46 instituições e voltado com *"boas indicações para elaborar projetos, que depois foram pingando"*.

Uma comparação de dados através da década mostra como a FASE foi transformando o seu perfil, em termos de fontes de obtenção de recursos. Em 1971, o orçamento da entidade era composto da seguinte forma: 4% de empresas e entidades beneficentes (contando as multinacionais Atlantic, Coca-Cola, Esso, Gilette, Sydney Ross); 5% de assessoria técnica; 34% de renda patrimonial; 38% de sócios contribuintes; e apenas 19% de organizações internacionais. Ou seja, 81% dos recursos da entidade vinham do país. Já em 1977, temos apenas 14,5% para contribuintes e recursos próprios, somados; 11% para organizações no Brasil; e 74% para entidades internacionais. (É isso que permitiu ao Pe. Leising, invertendo as acusações de "representante dos USA no Brasil" que se faziam à entidade, me dizer: *"A FASE mudou no seu tempo, porque no meu tempo era brasileira, eu fazia questão que fosse")*. *Ou* seja, num período de 5 a 6 anos, durante a década de 70, a entidade entra definitivamente – e contribui para

compô-lo – no circuito internacionalizado de agentes e entidades específicas que viriam a se reconhecer e aliar através de parcerias, ideários, projetos comuns, gente de "ONGs" do Norte e do Sul que se conhece e se frequenta em visitas, encontros, debates constantes.

Se houve um momento de delicado equilíbrio financeiro na entidade, no tempo de transição entre a gestão do Pe. Leising para a "nova época" da "educação popular", é este mesmo que aponta para condições que permitiram um desfecho feliz:

"A FASE conseguiu pegar apoio da Europa. Foi o que salvou, até hoje. A Europa salva a FASE, não é?"

Pe. Leising aponta, então, para a especificidade de um novo "apoio da Europa". Como foi indicado, entra-se aqui em um terreno de financiamentos e de alianças diverso do que foi constituído pelas agências desenvolvimentistas norte-americanas a partir dos anos 45 /50, que tinham a sua ação *overseas* perpassada pela questão da guerra fria, da realocação de excedentes alimentares e fundamentalmente ligadas à política externa do governo. As agências européias e canadenses que nos interessam aqui nascem de forma razoavelmente independente de seus governos e sobretudo a partir da década de 60 (com forte influência dos comitês da Campanha Mundial Contra a Fome da FAO) intensificam relações com grupos de ativismo sindical ou político dentro de seus próprios países, desenvolvendo ideários e ações críticas com relação às políticas internacionais de seus governos. Sem aprofundar o assunto, o fato é que estão dadas aí as condições para alianças, nos anos 60/70 (e quando o prestígio dos E.U.A. no "Terceiro Mundo" estava atingido em função da guerra do Viet-Nam) entre agências de tendências "terceiro-mundistas" e "Centros/ ONGs" que, em contextos como o brasileiro, lutavam contra regimes ditatoriais e desenvolviam posturas críticas quanto a estruturas sócio-econômicas dominantes no plano nacional e no das relações internacionais. A "Europa", como diz o entrevistado acima, foi então condição da existência de "Centros" que pudessem desenvolver essas práticas de oposição política em contextos como o brasileiro.

A FASE, na segunda metade dos anos 70, aproxima-se portanto do modelo "NOVA" e "CEDI", rompendo determinados laços construídos não só internacionalmente, mas com setores da sociedade e do governo brasileiros, posicionando-se de modo diverso com relação ao campo político, ao campo das Igrejas e ao acadêmico. Começa a entrar na "rede horizontal".

Mas sem dúvidas, por outro lado, é a mesma entidade, desde os finais dos anos 60. Características estruturais básicas da FASE foram construídas em seus primeiros anos de existência, fruto das iniciativas então encabeçadas por Pe. Leising. É impensável, a partir da dinâmica como se construíram a NOVA e o CEDI – como casos representativos de organizações criadas nesse período, e de muitas outras que se criariam depois – a constituição de uma organização do tamanho da FASE. A "maior ONG", em termos de penetração no território nacional – o que não é sem consequências, quanto ao papel de peso que representaria dentro de um conjunto que se vai constituindo pouco a pouco nacionalmente – foi construída com o formato da Igreja, de norte a sul do país, via Dioceses, paróquias e fortes organizações eclesiais como CARITAS. O Programa de Motorização do Clero está nas raízes da FASE de hoje.

E, sobretudo, a entidade teve a especificidade de se formar contando com o terreno das obras sociais católicas que existem aos milhares, por toda a parte, em capitais e interiores, com um gigantesco potencial em termos de agentes capazes de disseminação do trabalho a que se dedicava a FASE, através de seus voluntários e religiosos – os seus "treinamentos", trazendo novos "métodos", financiamentos e relações com a sociedade para o terreno das obras sociais católicas, se espalhavam rapidamente e se tornavam nacionalmente conhecidos.

O que com o tempo foi-se transformando em "escolha", dentro das discussões bastante generalizadas e demoradas na entidade sobre "com que grupos/classes trabalhar", sobre as "linhas e regiões prioritárias", teve sua base dada, antes de mais nada, pelos escritórios e relações pré-existentes, abertos em tempos de desenvolvimento comunitário e de teoria dos 14 sistemas.

Por isso mesmo faz todo o sentido, por exemplo, a FASE iniciar o vídeo institucional que produziu ao comemorar seus 30 anos de existência, em 1991, com a fala e a imagem de Pe. Leising, ao qual se segue D. Paulo Evaristo Arns afirmando a importância, para si, de suas ligações com a entidade, ainda nos anos 60. A FASE ganha o valorizado capital de haver contribuído, em épocas pioneiras, para o trabalho de um agente consagrado da Igreja Progressista como D. Paulo – isso, através da atuação "assistencial" dos tempos de Pe. Leising. As descontinuidades na ação social vêem-se questionadas em determinados contextos, através dos fios sólidos e abrangentes da Igreja. Ao mesmo tempo, quanto aos seus trinta anos e como parte mais visível das comemorações, promovia um encontro no auditório da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) tendo o líder sindical Vicentinho como convidado de honra fazendo jus aos anos de construção de alianças no movimento sindical cutista.

A FASE tem como característica forte e distintiva, entre as "ONGs", a de pautar suas atividades por todo o país em linhas de ação discutidas à exaustão dentro dos canais representativos de "equipes" e "regionais" que compõem a entidade, não se poupando tinta para documento nem tempo para reunião, conseguindo-se razoável consenso e unidade (num modelo que talvez beire o partidário). Nessas instâncias, forjam-se suas referências de atuação, que privilegiam o mundo do trabalho e dos movimentos organizados, no campo e na cidade. A entidade mantém no entanto, ligados diretamente à sua esfera administrativa, projetos antigos que prosseguem com a dinâmica de 25 anos atrás: o programa Help a Child – contando com 600 indivíduos norte-americanos contribuindo materialmente para a criação de crianças brasileiras – o MUCE (Mais Uma Criança na Escola) – com uns 150 ajudados em seus estudos – e o de Leprosários, que mantém entre outas coisas um estabelecimento reconhecido no campo das obras sociais como modelo, em Itaboraí (contando com expressiva contribuição da Igreja dos Santos dos últimos Dias, os Mórmons, também norte-americanos, parceiros um tanto inusitados se pensarmos no campo das igrejas e grupos religiosos que financiam as "ONGs"). Isso, além de manter o antigo Programa de Captação de Recursos na sociedade brasileira, que inclui a venda de cartões de Natal e uma mala direta de contribuintes – cujos resultados são mais simbólicos do que materiais e não têm nada a ver com os dos tempos de Pe. Leising, sendo bem pouco expressivos.

Como a Igreja Católica, a FASE é inclusiva. Há laços que não se rompem, que não precisam ou não devem ser rompidos. Qual o sentido desses projetos em uma entidade que, a partir de certo momento e até hoje, renega enfaticamente em seu discurso qualquer prática de assistência social sem conteúdo político-educativo? Poder-se-ia pensar em razões de ordem

prática, como a manutenção de canais com o campo de financiamento norte-americano, com certas alas da Igreja, ou algo por aí. Isso, no entanto, não convence como motivo de peso. Essa "tolerância", essa permanência de práticas passadas que inserem uma inusitada diversidade na instituição, mais do que relíquias, são sinais. A presença dentro da FASE desses projetos pouco visíveis em sua face pública nos remete simbolicamente a algo que está no seu lado do avesso, que faz parte dessa história, de uma longa história de ação privada com fins sociais (onde a Igreja Católica é expressiva) no interior da qual as "ONGs" fazem a demarcação de suas fronteiras, as quais não deixam de estar sempre sujeitas à ambiguidade e a possibilidades de modificações.[110]

Voltando à nossa história, resta ser explicado como se deu a "conversão" da FASE ao caminho que viria a ser o das "ONGs" e o que mudou em seus projetos e atividades. Mas esse é apenas um caso que remete a um universo maior de agentes e entidades investindo em projetos semelhantes, sendo criadas ou passando por transformações, no mesmo período. Sem deixar de se prosseguir em um acompanhamento privilegiado do trajeto da FASE – pelo fato, como se disse, de que ele encerra em si exemplarmente um trajeto mais geral, além da questão do papel significativo representado por essa entidade na conformação do campo das futuras "ONGs" – vão-se tentar recompor os expedientes e os caminhos convergentes pelos quais se forma um corpo de entidades com reconhecimento comum.

[110] A FASE consegue reproduzir no seu quotidiano institucional, através da presença concreta, materializada em agentes de projetos diversos, no mesmo prédio de trabalho, essas fronteiras e clivagens, que são vividas claramente como tais, dentro da entidade. A distinção com relação aos "projetos assistenciais", a diferenciação de motivações, estilos e valores, se produz e reproduz então no dia-a-dia dos agentes especialistas da política, em cada encontro nos corredores da mesma instituição com os (muitas vezes bem antigos) funcionários ligados aos projetos de assistência a setores desvalidos da população. Pessoas de *habitus* diversos, certamente.

3. A "EVOLUÇÃO"

Quer dizer, nessa trajetória, ainda nessa época de 72...75, quem não acompanhava... quem ideologicamente não caminhava mais, saía fora.
(Quadro de equipe da FASE no Norte do país).

3.1. EDUCADORES DE BASE, TENSÕES: DA ASSISTÊNCIA A POLÍTICA, DA IGREJA AS "ONGS".

Pelas descrições feitas acima já se vê que no decorrer da década de 70 constroem-se as pré-condições para a existência dos "Centros de Educação Popular". Estão dadas, aí, algumas propriedades básicas que especificam a sua futura existência como corpo de entidades capazes de reivindicar para si uma particularidade institucional. São vários os elementos a serem levados em conta nesse processo. Como pano de fundo estão as mudanças na conjuntura política do país, as transformações na Igreja Católica – e as especificidades que essas transformações assumiram no Brasil – e a gestação de movimentos sociais e sindicais com novas características, como a autonomia com relação ao Estado, na esteira da distensão política pouco a pouco levada a cabo pelos militares no governo.

No que concerne especificamente aos "Centros", são significativos os novos rumos assumidos na época pela hoje chamada Cooperação Internacional, não apenas quanto às suas orientações programáticas, mas também quanto à amplificação da sua disponibilidade de recursos, como foi mencionado na Introdução desse trabalho.

E, por fim, foi pré-condição necessária para a constituição dos "Centros" o fato de se haver criado pelo país a fora uma quantidade de "educadores de base" que aos poucos converge para ideários comuns e investe em um tipo de institucionalização e profissionalização de seu trabalho. Seguem-se algumas observações sobre esse quadro, o qual retoma muito do que se contou acima.

Começando pelos últimos mencionados, vê-se que eles saem de um enorme contingente de pessoas que se vinham especializando, desde a década de 50, em um tipo de prática de fundo educativo implicando no contato direto com pequenos grupos saídos dos setores populares, no geral em áreas rurais, ou em áreas periféricas das grandes cidades. Cria-se, a partir de variados contextos, uma multiplicidade de agentes saídos das classes médias caracterizados por uma competência especial, que poderíamos chamar de "habilidade para as bases".

Uma habilidade de estabelecer relações com outras classes sociais criada através da mediação de "projetos" de origens diversas, onde se reproduziam técnicas semelhantes de "dinâmica de grupo" de caráter "participativo" as quais criam uma linguagem específica de comunicação e de entendimento partilhada pelos lados em contato, "funcionando" nos contextos bem particulares em que se dão (não se está aqui entrando no mérito, evidentemente, do tipo de apropriação feita pelas intenções passadas nas mensagens, por ambos os lados, em sua "eficácia"). Gente que se especializa na elaboração dos chamados "instrumentos pedagógicos", como cartilhas, publicações de divulgação de idéias ou de técnicas para uso no trabalho dos grupos atingidos (agrícolas, de saúde, de construções, etc.), numa linguagem peculiar, em que se pretende

a adequação às mentalidades, à "cultura" desses grupos. Enfim, gente que se caracteriza por deter um *habitus* particular de convivência com outros grupos que não os de sua origem, um saber prático de abordagem dessas relações assimétricas, uma competêcia que implica em "saber falar" com o "povo" – dentro de determinados contextos de "intervenção social" – gerada em experiências biográficas particulares.

Certamente, em todas essas experiências, nas realizadas em instituições oficiais ou em "Centros", do "desenvolvimento comunitário" à "educação popular", está presente um projeto modernizador, em que se levam aos grupos populares os pressupostos de um racionalismo universalista, a lógica da igualdade, da autonomia, do individualismo, da participação e diálogo – da cidadania. Há, no entanto, especificidades quanto à implementação desse projeto, dadas pelas diferentes mediações através das quais se realiza, em termos das diversas posições de agentes e instituições com relação ao espaço social, permitindo ideários e discursos diversos nessas relações com grupos sociais de outras origens e culturas que não a do educador.

Como se viu, esses "educadores" são pessoas que passaram – os mais velhos hoje beirando os cinquenta anos ou mais – por experiências que remontam aos anos 50 com órgãos governamentais e/ou com a Igreja, dentro do ideário desenvolvimentista dos projetos de extensão rural, dos mutirões de favelas, ou em experiências de alfabetização de adultos, trabalhos comunitários, práticas variadas de natureza conversora que exigiam um tipo de dedicação permeada por valores diversos vividos como de serviço ao próximo – como altruísmo, humanismo, caridade ou ativismo de cores políticas. Em diversos quadros institucionais – seja com espírito de assistência religiosa tradicional, seja por vocações modernizantes desenvolvimentistas, seja no jogo anti-comunista da guerra fria ou dentro do humanismo personalista que permeou um ativismo político-religioso no pré-64, seja com os sucessivos ideários freirianos, o fato é que se criaram capacidades e disposições características do que se chamou "educador de base". Uma pesquisa que perguntasse por suas origens profissionais, certamente chegaria às faculdades de Serviço Social, ou de Pedagogia (as práticas do "desenvolvimento de comunidade" formaram mercado de trabalho para essas profissões). Assim como ao universo dos agentes religiosos e ex-religiosos, homens e mulheres. Ou mesmo concluiria que esses educadores geralmente não seguiram carreiras universitárias, ou as interromperam (podem ser qualificações que, como disse Carlos Brandão, *"não se aprendem na escola")*. E mantiveram-se distantes da prática partidária ou mesmo, em geral, após 64, das grandes questões da política institucional referidas ao Estado.

A competência do "educador de base" é, então, propriedade que está nos alicerces dos "Centros", qualificação básica de seu corpo de agentes, dada por uma socialização particular, da qual faz parte uma disposição para transitar, continuada e permanentemente, em meios sociais diversos dos da origem do educador, assim como um forte sentido de pragmatismo em atividades e "projetos" executados.

Mas, como se viu, no caso da constituição de uma identificação dessas entidades enquanto algo novo e enquanto conjunto – as "ONGs" da década seguinte – esses educadores vão compor uma rede com lealdades particulares e acrescentarão às suas qualificações a de entrar em sintonia com o campo da política. A década de 70 é então a época dessas conversões e aprendizados, por um conjunto de agentes e instituições, das capacidades demandadas pelo ofício da política. E portanto da produção de distinções sempre tensas com relação ao passado de "desenvolvimento

comunitário", ou de "assistência social" – tensas, antes de mais nada, porque essas fronteiras, ao nível do "trabalho de base", não são claras e fáceis de traçar (afinal, seu projeto ainda é educativo, pretende participação, igualdade, autonomia, parte da consideração das mentalidades existentes...). E os "projetos" localizados não diferem substantivamente. Por essa época, esse processo vai-se materializar então, basicamente, em novos investimentos, novas aspirações, novos discursos, colocados em práticas de tradição antiga, herdadas através de canais também tradicionais, como são os da ação social da Igreja. Certamente os educadores de base continuarão "ensinando" os mesmos grupos, com os quais construíram toda uma história de relações, "a pescar" – mas outros peixes, em outras águas. Assumem-se novas posições com relação respectivamente aos campos da assistência social e da política.

Nessa era de qualificações para a política concorrem diferentes agentes e instituições: as próprias igrejas com seus diversos quadros e suas transformações, sobretudo a Católica; os grupos da esquerda organizada que chegam mais para o final da década, ou da ex-esquerda organizada, agentes de ideário marxista, muitos a essas alturas também começando, ou retomando carreiras na universidade; e os exilados que voltam após a anistia de 1979 (dentre os quais encontra-se gente saída de todas essas origens).

Mas nossa historinha começa, como foi visto, com a Igreja. Voltando àquela, vemos que na primeira metade da década de 70 é então composta por um conjunto de entidades que viriam a se transformar em "ONGs", mas que não nasceram "ONGs" – eram, na sua quase totalidade, instituições de forte relação com as igrejas, fundamentalmente a católica, dedicando-se a trabalhos de fundo assistencial e pedagógico ao nível de pequenas comunidades.[111]

As referências em documentos e depoimentos – como se disse, numa história contada de frente para trás, o que não permite que se saiba quem "não virou ONG" – mencionam algumas delas, como espaços por onde transitavam os agentes "pioneiros" das "ONGs". Casos análogos ao da FASE (que podem ser localizados de modo mais sistemático na listagem do Quadro I, Terceira Parte do trabalho) são o da **ASSESSOAR –** Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – fundada legalmente em Francisco Beltrão, no Paraná, em 1966, mas existindo de fato desde 62, criada por padres belgas. Ou o **MOC** – Movimento de Organização Comunitária – criado legalmente em 70 e de fato em 67, em Feira de Santana, na Bahia, com apoio e iniciativa de Pe.Leising. Ainda em 70, mencione-se o **PATAC –** Programa de Aplicação Técnica Adaptada nas Comunidades, na Paraíba – fundado por gente de passado de Ação Católica. Ou a **ADITEPP –** Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos fundada em 72 no Paraná por gente ligada à Igreja, assumindo sua direção uma freira (hoje ainda na direção da entidade, já ex-freira). Da mesma natureza são o **CPV** – na origem, Centro Pastoral Vergueiro e, a partir de 1987, Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, indicando a secularização e o "virar ONG" fundado em 70, na capital de São Paulo; ou o **ESPLAR –** Centro de Pesquisa e Assessoria – fundado em 1974 no Ceará; ou ainda o **CEM** – Centro de Estudos Migratórios – fundado em São Paulo legalmente em 73 e de fato em 69. Outras organizações fundadas nesses tempos e ligadas

[111] Algumas observações de Vanilda Paiva contribuem para situar o desenvolvimento dessas práticas comunitárias como exigências da história da Igreja nos anos pós-guerra, quando se deu o seu *aggiornamento*, vindo a Instituição a ocupar um lugar importante na cena política dos países ocidentais – exorcisando o fascismo e evitando o avanço na direção do socialismo: "Foi *o mundo moderno* (...) *que solicitou às Igrejas* (...) *que fossem ao povo', reconquistassem as massas, deslocasse suas bases sociais das classes médias para as camadas subalternas"*. Para a autora, a atuação dentro da *"comunidade"* está afinada com a mais estrita tradição católica e, enquanto protege os indivíduos da *"grande sociedade"*, da *"massificação do mundo moderno"*, não coloca em questão o principio de autoridade a *"macronível"* (Paiva, 1985:57-60).

formalmente à Igreja vão fazer parte dos ideários, práticas, redes de relações nacionais e internacionais das futuras "ONGs", ocupando uma posição limítrofe ao campo, pela continuidade de sua subordinação àquela instituição: é o caso do **CIMI –** Conselho Indigenista Missionário, fundado no Distrito Federal 1972, ou da **CPT** – Comissão Pastoral da Terra – fundada em Goiás em 1975. Mencione-se também o **CERIS**, no Rio de Janeiro Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, fundado já em 1962 e também, como os dois últimos mencionados, ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). No campo do protestantismo, o "ecumênico", em 1973 já se criara uma entidade de peso, a **CESE**, na Bahia – Coordenadoria Ecumênica de Serviço.

Essas divergências entre as datas de fundação legal e as de fato apontam exatamente para a questão da progressiva autonomização desses "Centros", que muitas vezes iniciam-se como parte de um organismo eclesiástico. O **CEAS**, por exemplo – Centro de Estudos de Ação Social – que foi mencionado como instância representando um papel na conformação da "rede informal e invisível" de agentes que construía a "educação popular" por essas épocas, foi excluído do campo das "legítimas ONGs", à época do nascimento da NOVA, pelos informantes entrevistados, em função de sua dependência à ordem jesuíta ao qual pertencia. No entanto, a partir de 1975 o CEAS registra-se como entidade autônoma – o que certamente tem significados, quanto à sua autonomia de fato da ordem. E vários exemplos desse tipo serão encontrados.

Entre essas entidades havia um trânsito constante de gente que "se conhecia", como foi visto, pessoas que criavam ou reafirmavam laços em encontros, organismos, debates, relações internacionais determinadas e até em uma organização clandestina – o MPL. O pessoal que fazia a "costura", que distinguia gente no interior desse enorme conjunto de trabalhos ligados à Igreja e que ia representando um papel na colocação em relação dessas entidades e bases, dentro de uma perspectiva de sua inserção na política.[112]

Se pensarmos na nossa questão específica da conformação dos "Centros", têm um papel de peso nessa história o grupo de "educadores" com raízes na Ação Católica e que puderam encarnar um "sentimento de geração", onde a classe de idade se coloca como identidade política, o sentimento que "*impõe a uma geração estruturalmente – quer dizer, historicamente – produzida inventar estruturas sociais de reagrupamento e de trocas específicas"* (Muel-Dreyfus, 1983:177). Isso foi reafirmado e construído de modo claro nos depoimentos analisados acima dos que fizeram o encontro Ad Hoc e fundaram NOVA.

Na história das "ONGs", esse grupo – além do "ecumênico" que com ele se mistura – é o único que reivindica para si o caráter de "geração" detendo um papel, enquanto tal, na conformação dessas entidades dedicadas à "educação popular" e até hoje trabalhando para conservar sua identidade de grupo através dos anos. Entre outros, a publicação. "A questão política da Educação Popular", coletânea de artigos de 1980, organizada por Carlos Brandão, é

[112] Alguns exemplos desse trânsito, referências que se repetem nos depoimentos dos "veteranos", em épocas de Encontro Ad Hoc e de outras articulações: Jorge Munhoz, ex-padre, ocupava cargo de direção na FASE de onde saiu, pós Encontro Ad Hoc em 72, para fundar NOVA, onde permenece até hoje; Cândido Grzybowski, ex-seminarista franciscano e ex-jucista, era da FIDENE, quando teria sido contatado através de Henryane de Chàponay para o Enconto Ad Hoc, passando logo depois pela FASE (atualmente, na direção do IBASE); Letícia Cotrim, como se viu uma das organizadoras do Encontro, em 74 sairia do MEB para a FASE e posteriormente, para a NOVA, CEDI e IBASE (atualmente, na ABONG). Aída Bezerra, conforme se mencionou uma das fundadoras do NOVA e organizadora do Encontro, chegou a dar "treinamento" em 72 na FASE (atualmente, no SAPÉ). Francisco Lara, identificado como fazendo parte da mesma "rede", vai por volta de 75 para a FASE (mais tarde, criaria uma "ONG", CADTS). E outros exemplos poderiam ser mencionados.

um exemplo desse trabalho de construção de identidade. Como define claramente na Apresentação seu organizador, antropólogo com reconhecimento no campo das "ONGs" e da academia: *"Há um traço comum na biografia dos autores dos sete artigos aqui reunidos. Todos eles são de uma geração que, por volta dos anos 60, começou a trabalhar com educação popular"(...). De um modo ou de outro todas as pessoas aqui reunidas estiveram envolvidas em projetos, experiências e movimentos que começaram a misturar nomes tradicionais como 'cultura' e 'educação' com o adjetivo 'popular', do que resultou, menos do que um conjunto novo de conceitos para os dicionários de Pedagogia, um momento de renovação na história da educação do Brasil* (...). *A memória, portanto, do que se escreve aqui vem do tempo em que se começou a criar um espaço de prática política popular através da educação"* (Brandão, 1980:11-13). Citam-se através dessa introdução, no passado, o método Paulo Freire, o Serviço de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco, o MEB, os MPCs (Movimentos de Cultura Popular), os CPCs da UNE (Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes), o Programa Nacional de Alfabetização do MEC. E como créditos dos autores no presente mencionam-se *"atividades de assessoria a grupos de educação popular"* conjugadas, em alguns casos, a atividades acadêmicas e materializados em entidades como **CEDI, NOVA, Centro João XXIII** ou **IDAC** (fundado em 1971 em Genebra, por Paulo Freire, e no Brasil em 80, pós-anistia). Determinadas "ONGs" são certamente locais de reprodução dessa identidade, dessa "geração".

Essas pessoas que se colocam entre as "pioneiras" da história dos "Centros /ONGs" – gente que além das habilidades para as bases detinha competências políticas adquiridas em outras eras – buscam apontar para uma não identificação com a Igreja desde o início, afirmando o caráter secular das entidades que criam ou de que fazem parte, como foi visto no caso da NOVA, que recusa veementemente a identidade de ser *"filha da Igreja"* (prefere talvez a de ter *"saído da barriga do MEB").* O próprio exemplo da publicação acima citado não menciona referências mais propriamente religiosas no passado dessa geração, como a Ação Católica. Da NOVA, inclusive, recebi a correção de um texto por mim elaborado em 1987, onde descrevia a realização de seus trabalhos a partir dos fáceis canais de acesso a grupos ligados à Igreja: *"A atuação do NOVA foi mais intensa junto a grupos ligados à igreja católica, não por existirem, no NOVA, canais de mais fácil acesso a eles, mas sim porque, na época (a rigor, até anos recentes), a grande maioria dos trabalhos da EP eram iniciativa de tais grupos"* (NOVA, s/d, correspondência pessoal /institucional).

Essas observações, indicando tentativas de distinção com relação a uma Igreja onipresente nas "bases" em questão, mostram exatamente o peso dessa Instituição na possibilidade de constituição dessas entidades e desses agentes – condição necessária inclusive para que aquelas pessoas se reproduzissem como "geração" durante os anos 70, propiciando instâncias para reagrupamentos e distinções. No caso, trata-se das alas "populares" da Igreja já mencionadas, com pastorais renovadas e "trabalho comunitário" redefinido – em termos de seu papel político para dentro da Igreja e para a sociedade. Esses milhares de agentes socializados em trabalhos de "desenvolvimento comunitário" ou afins, dedicados a trabalhos em pequenos grupos, numa disposição de prestação de serviços diversos, vão ser marcados por esses rumos de uma ala da Igreja. Uns aderem a ela, outros não.

Sem dúvidas, vale a observação de que os "Centros Populares" que se vão afirmando nesses primeiros

momentos têm como uma de suas características, consciente ou não, a representação de um papel na consolidação das alas da Igreja que "vão ao povo" (embora não se esteja aqui aprofundando uma análise a esse nível). Alguns poderiam ser incluídos no conjunto de *"organismos de reciclagem, de preparação de agentes"* mencionados por Ivo Lesbaupin – agente e analista dessas transformações – que nos finais dos anos 60 e inícios dos *70 "voltaram suas energias, ou mesmo foram criados, para acelerar este processo"* em que *"setores politizados foram-se dirigindo para o trabalho popular"*, o qual muitas vezes se iniciara, nas bases, por *"setores não-politizados"* (Lesbaupin,1980:191). Ralph Della Cava é outro autor que fornece elementos para que se possa pensar nos "Centros de Educação Popular" como tendo representado algum papel formação da hegemonia da Igreja do Povo, no Brasil, durante a década de 70 (o autor cita como exemplo, inclusive – a meu ver, algo extemporaneamente – o IBASE). Os agentes surgidos nessa nossa história, a um dado momento, podem ser inseridos no conjunto de *"quadros transnacionais,"* que, segundo o autor, são responsáveis por essa hegemonia, gente ideologicamente ligada *"à crítica liberal católica européia da autoridadeeda tradição dentro da Igreja e à crítica 'terceiro-mundista' latinoamericana do subdesenvolvimento capitalista e dos excessos do poder estatal. (...) Desde a década de 1950, várias gerações de ativistas católicos – homens e mulheres, leigos e clérigos, membros da hierarquia eclesiástica e pessoas da base – haviam conseguido forjar uma causa comum e laços comuns. Tal como a própria Igreja, constituem um corpo de quadros de caráter transnacional, e na verdade existem tanto a nível da Igreja transnacional quanto dentro do arranjo específico de classes, regiões e etnias da própria sociedade brasileira"*. Designa-se, aí, menos qualquer grupo nominalmente focalizado por si mesmo do que *"uma rede 'informal' de ativistas de mentalidade semelhante"* (Della Cava, 1986:22).[113]

Se na história dos "Centros", porém, somos jogados inevitavelmente na Igreja, ou nas igrejas, ao mesmo tempo esse jogo é tenso: as "ONGs" vão-se construir enquanto tal com a condição de criar uma autonomia com relação a essas instituições – e um discurso do tipo do da NOVA, bastante generalizado, não é sem consequências quanto a isso, em que pese o papel que possa ter sido representado, de fato, por essas entidades e suas práticas. Ao mesmo tempo em que nascem da Igreja – vem daí, nessa época e fundamentalmente, sua legitimação para as "bases" e para agências internacionais, no sentido das trajetórias de seus quadros, da construção de "relações de confiança" – essas organizações e agentes têm problemas na relação com ela.

E a forma como é percebida a construção dessa autonomia repete-se em uma reiterada narrativa evolutiva: vai-se do "assistencialismo" à "educação popular"; ou do "desenvolvimento comunitário" à "assessoria e apoio aos movimentos populares". O que se superpõe a um trajeto que vai da religião para a secularização. Esse mito de origem de caráter evolutivo vai-se repetir para diferentes conjunturas "gerações" diversas de agentes. Como ainda diz Brandão, exemplo paradigmático do intelectual acadêmico consagrado no campo da "educação popular", a respeito dos tempos pré-64: *"Aquele foi o começo do tempo da transformação da idéia e da prática de uma 'Educação de Adultos' inocente, vinculada a programas de 'Desenvolvimento Comunitário' aparentemente despolitizados, logo a serviço da política oficial de dominância, numa 'Educação Popular' cuja teoria, desde Paulo Freire, faz a denúncia dos usos políticos da educação opressora e cuja prática converte o trabalho pedagógico do educador em favor do trabalho*

[113] A formação desses quadros, para o autor, é história ainda não contada. Mas estaria ligada a movimentos, correntes, forças e escolas institucionalmente identificáveis, e a serem reconstituídas "com paciência", surgindo aí a Ação Católica, a Universidade Católica de Louvain, Ação Popular, MEB, ITER (Instituto de Teologia, no Recife), CEHILA (Centro de Estudos para a História da Igreja na América Latina), etc. -e, como se mencionou, até o IBASE.

político dos subalternos, vinculado aos movimentos populares e às práticas de classe" (Brandão, 1980:12). Da inocência – útil – para a atividade política. Essa concepção de uma "evolução" é reiterada, no mundo da ação com as "bases".

Os "Centros /ONGs" vão-se então transformar a partir de um determinado caminho que tira seus agentes de uma relação privilegiada com o campo religioso e da assitência social para os inserir, nos finais da década de 70, no campo de movimentos sociais e sindicais, acompanhando de perto determinadas mudanças de conjuntura do país. Optam por assumir uma certa posição no campo da política (claro, no polo por onde transita também a Igreja Popular). Como se diz em trabalhos a respeito das "ONGs", nas concepções que passaram a fazer parte – bem mais tarde – de seu senso comum, essas vão-se desenvolver "coladas" aos movimentos sociais.

É inevitável, aqui, a volta à FASE como espaço exemplar dessas transformações e concepções, por tudo o que já foi justificado, e acredito que possa ser reveladora a abordagem desses processos tendo como eixo de análise as trajetórias de alguns agentes dessa entidade.

O ex-padre T., atualmente em posto de Coordenação da FASE, chegou ao Brasil juntamente com um grupo de padres de Congregação missionária holandesa, na região Amazônica, em 1963. Interpreta os primeiros momentos de sua chegada como de cegueira absoluta. Não conhecia a língua nem os costumes do país, nem tampouco o que se passava politicamente naqueles anos: o golpe militar passou para ele em brancas nuvens, como ressalta. Ficou no trabalho quotidiano paroquial em Belém e, nesse caso, nem mesmo algum choque cultural haveria: "*Parece que a gente fica no ambiente da Igreja, que tem alguns traços universais... quer dizer, você pode, de certo modo, viver num ambiente de Igreja na Holanda e depois passar aqui no Brasil e não entender coisa nenhuma da realidade, os costumes, você não consegue pegar... então fica um pouco surrealista"*.

As mudanças, no entanto, não tardaram a acontecer e ele, *"refletindo hoje"*, lembrando, vê que a certo momento – 67, 68, 69 – começou a *"se elaborar uma pastoral nova, mais crítica, com mais compromissos sociais"*. Fala em *"articulações nacionais"* e em *"cursos"* onde havia *"gente bastante crítica"*, franciscanos, dominicanos. Descobre-se que *"os verdadeiros valores cristãos não estavam nas paróquias"*. E surge nos depoimentos uma concepção análoga à que foi mencionada anteriormente, de "vida dupla": *"A gente começou uma experiência que disse: olha, tudo bem. A gente vai andar agora em duas linhas. A gente cumpre o papel de vigário na paróquia, então atende o estilo café com torradinhas. E faz o resto do tempo, se mete lá no bairro... se mete lá num bairro mesmo de periferia e vai tentar descobrir onde estão os valores cristãos mesmo"*. Foi aí que se começou a ter uma *"politização crescente – foi quando a gente começou a descobrir o que tinha sido 64"*.

A FASE de Pe.Laising entra na história por essa época, como possibilidade de se dar uma outra qualidade ao trabalho. A concepção é de que havia na região uma *tabula rasa* ,em termos de qualquer forma de organização da população, e de que não se estava preparado para enfrentar essa situação, no sentido de transformá-la.

"Por essa época, 68, 69, abrigávamos pessoas na clandestinidade, conhecíamos certas pessoas escondidas. Estávamos entrando numa realidade sócio-econômica para a qual não

estávamos muito preparados do ponto de vista profissional. Onde os ***critérios científicos para analisar?*** *(...). Aí procurávamos contato com gente mais preparada para isso, da área de ciências sociais, etc.* ***Batemos na FASE*** *(...). A FASE estava saindo naquele tempo de um puro apoio financeiro a projetos de agricultura, de construção, de ajuda ao clero.* ***E tinha os 14 sistemas, que até hoje a gente rejeita, como um troço totalmente funcionalista... A gente rejeita isso, mas naquele tempo eu acho que era um instrumento,*** *uma tentativa de elaborar um instrumento de análises e depois de iniciativas do povo (...). Você* ***tentava desencadear alguma resposta que não seria assistencialista*** *(...) Hoje a gente acha isso muito limitado, mas acho que sem saber, acho que provavelmente era a única coisa viável naquele momento de repressão (...). Então foi um pouco baseado nesses 14 sistemas que começou, que construímos uma estrutura comunitária que foi pioneira. Para mim, naquele tempo, era uma experiência pastoral que me causou um enorme conflito na paróquia. Porque* ***a paróquia não aceitava isso****"*.

Criaram-se 15 Centros Comunitários – apoiados pelos projetos da FASE – através do quais um grupo de religiosos e leigos fazia trabalhos por fora das obrigações paroquiais. E a questão que "pegou", entre a população (a partir dos 14 sistemas) foi a da educação, e dos Centros sairiam as Escolas Comunitárias, consideradas um eixo importante dos futuros "movimentos de bairro": "*daí já se passa a reivindicar, mas aí já era por volta de 73, 74*".

Nesse processo da tabula rasa para o início da "*reivindicação*", T. larga a Igreja, apaixona-se por uma companheira de trabalho e se casa. O confronto com o bispado local, "que estava casado com os milicos da ditadura", suas perseguições, cortes e tentativas de destruir o trabalho que se fazia via Centros Comunitários, foram motivos também alegados para o desligamento da Igreja, por volta de 72. E então surge a possibilidade de um emprego/ militância.

"*Aí, já a FASE já tinha me descoberto, já tinha avaliado que eu era uma liderança em potencial (...). Pois é, a gente casou, eu fui cair na FASE. Isso foi em 75. Dentro da FASE eu fiquei três meses como técnico e no quarto mês fiquei como Coordenador Regional, até hoje*" (1989, ano da entrevista).

A partir daí, a história se desenvolve com a gestação, já no interior da FASE e não mais da Igreja, de uma crítica às limitações do "desenvolvimento comunitário" na perspectiva dos 14 sistemas: "*então você começa a entrar na questão da classe, na aplicação mais da análise de classe. Então, aí, esse desenvolvimento comunitário, então se esgota rapidamente*".

Passa-se, finalmente, para a fase em que "*a coisa começou a politizar mesmo*", cujo período é detectado como de 78 em diante, quando começa a existir a CBB – Comissão de Bairros de Belém, com um "*salto das tentativas comunitárias para outro nível*", o das manifestações de massa e das greves. "*Quer dizer, nessa trajetória, ainda nessa época de 72...75, quem não acompanhava ... Ideologicamente não caminhava mais, saía fora.*"

São os tempos em que "*tem a troca do pessoal*" – 78,79, 80. Passa-se a idéia de um trabalho que envolvia certos riscos, ao mesmo tempo que "*uma falta de perspectiva de carreira, de sobrevivência... porque sempre há uma insegurança em termos de para onde se vai caminhar*". Muitos "técnicos" teriam saído, gente que tinha responsabilidades de família, de filhos,

que optava por trabalhos mais ortodoxos. E, nessa "nova fase", torna-se uma questão visível e de peso o estabelecimento, por esses cristãos, de distinção com relação à Igreja.

"*Nessa época... um trabalho desse tipo, mais politizado, mais crítico, com análise de classe, aí não dava mais para você ficar... as exigências eram muito maiores, não dava mais para você dizer 'bom, eu vou dar assessoria a um projeto de desenvolvimento na agricultura'... A questão passou das equipes regionais para as locais, e a dificuldade era que o trabalho era ainda muito ligado à Igreja.* ***Mas o pessoal da eclesial foi sendo superado: era um processo de cortar o umbigo com a Igreja. Não era corte com a Igreja como um todo, mas era: 'olha, não estamos aqui para fazer uma organização religiosa, estamos aqui para fazer uma organização popular'.*** *Porque eles iam até o ponto da ajuda mútua, troço comunitário. Mas depois, para questionar ... aí a coisa não dava*".

É o processo de "superação" da Igreja, a partir do campo da política, corrente no meio: a idéia de que ela vai até certo ponto. (Pode estar sugerida aí a idéia de que a FASE teria autonomia para ir "além", estando implícita aí a crença na homogeneidade de seu "compromisso").

Entravam, então, na entidade, por essa época de renovação, segundo T., um pessoal que vinha de Igreja, mas era "*da área da Teologia da Libertação, já não se identificava mais com certas estruturas*". E, por fim e "*por outro lado, começou a entrargente que tentava sair da clandestinidade e voltar para sua prática social dentro de uma estratégia departido (isso aí eu paguei caro, porqueaí eu não estava preparado para isso)*"[114] – gente que representa um papel na configuração secularizada desse tipo de instituição, como será retomado adiante.

A história da trajetória de T. após chegar ao Brasil vista como uma progressiva "conscientização" ("*o Brasil me conscientizou*"), onde um "Centro de Educação Popular" vai ter um peso relevante, é uma história contada como de também progressivo conflito e desvinculação da Igreja. Os trabalhos via estruturas eclesiásticas não permitiriam a aproximação à cultura popular; o controle da hierarquia sobre os espaços de trabalho com os grupos populares criava problemas (no caso, a luta em torno dos Centros Comunitários vinculados à Igreja foi forte) – aparece a contradição entre "organização de Igreja" e "organização popular". O celibato também é questionado. Embora essas críticas repetissem muitas das feitas pelos agentes da Igreja Popular aqui, no entanto, aponta-se para uma ruptura com a Instituição, e não para um investimento na sua transformação interna. A questão da elaboração teológica não se coloca em momento algum, dentro desse "Centro de Educação Popular". Rompe-se um "*cordão umbilical*", os filhos se tornam independentes, mesmo mantendo, é claro, relações com a família.

Como essa história, outras se repetem. Por volta de 76, 77 – tempo portanto de minha entrada na entidade, onde iniciei meu relato – dentre os critérios de recrutamento de seus quadros era forte o da confiabilidade apresentada por gente que passara pela Igreja, com trajetórias semelhantes à de T., em outros espaços ou entidades análogas. Ou seja, gente que também detinha como competência, por sua trajetória de vida, antes de mais nada essa "habilidade para bases"; por

[114] Refere-se à crise que se criaria na entidade com a contratação de vários quadros do PC do B, no Norte do país, acusados de atrelar as atividades da entidade ao partido (na época, inclusive, na clandestinidade).

outro lado, pessoas que já se encontravam em um estágio de "evolução" que os colocasse no campo da política de oposição e de relação com "movimentos sociais", e com uma disposição de rompimento com o trabalho religioso.

A título de ilustração, algumas outras trajetórias exemplares. Z., atualmente também na FASE, em posição de Coordenação, foi padre secular italiano, de origem operária, com poucos estudos e com início de trabalhos religiosos assistenciais em meios operários no seu país. Vem para o Brasil em 1966, onde fica quatro anos no interior da Bahia em trabalhos "*de desobriga, de administração de sacramentos"*. Mas onde, ao mesmo tempo, conhece a Teoria dos 14 Sistemas – através da já mencionada entidade MOC, em Feira de Santana, Bahia – e chega mesmo a adquirir um carro pelos programas de Pe. Leising. Os 14 sistemas – assim como no depoimento anterior, e diferentemente das afirmações mencionadas de Jorge Durão – são recuperados pelo entrevistado como um método positivo, que gera relações, grupos, campanhas, sobretudo em realidades, cidades do interior, em que *"é difícil lidar com o discurso da reivindicação"* . Depois de uma breve ida à Itália por motivos familiares, volta ao Brasil, desta vez diretamente para a Vila Kennedy, no Rio. De 70 a 75 aí trabalha em Pastoral da Juventude, CEBs, Círculos Bíblicos, Pastoral Operária, etc. É um trabalho que também considera como de politização crescente. Em seus trajetos, entra em contatos superficiais com alguns elementos de esquerda clandestina organizada (seja para "*obter informações"*, seja para ajudarem alguma coisa). Sofre, juntamente com o grupo de religiosos a que se ligava, forte pressão da Arquidiocese e o grupo acaba por ter que se dissolver. Abandona a condição de padre, vai trabalhar na Pastoral Operária de Nova Iguaçu, levando uma "dupla vida": trabalharia na construção civil e depois numa empresa (não tinha diploma, era difícil arranjar emprego) e continuaria a militância na pastoral, em tempos vagos, à noite, nos fins de semana. Casa-se. Conhece a FASE através dos trabalhos que realiza em Nova Iguaçu e é então convidado a entrar na entidade, em 1976. Referências a agentes, entidades, leituras que o marcaram, em sua trajetória antes de entrar na FASE: entra em contato com gente de ACO; relaciona-se com agentes do CEDI (citam-se Claudio Nascimento[115] e Jether Ramalho, os quais davam cursos de formação de agentes nos tempos de Vila Kennedy). Menciona os "Cadernos do CEAS" e a publicação "Aconteceu", do CEDI, como leituras frequentes, na época – além da *"literatura das tendências"*. *"Nunca me senti um intelectual. Sempre achava que deveriam ser pessoas sérias que fizessem essas coisas. Eu me considerava um ativista, mais do que uma pessoa para parar para pensar"*. Z. se tornaria Coordenador de um Regional da FASE, retomaria os estudos, e atualmente termina tese de mestrado.(Entrevista realizada em dezembro de 92).

Apenas para fornecer um exemplo feminino, de leiga católica: R. é filha de marcineiros italianos, imigrantes, chegou ao Brasil criança, *"gente pobre de tudo"*. Na Zona Oeste de São Paulo, onde morava, relaciona-se desde criança com "padres progressitas" e a partir daí faz parte de um movimento leigo de tipo assistencial da Igreja, "A Família de Foucault", que tinha como ideário a integração com os pobres, viver com os pobres ("*a esquerda depois faria a mesma coisa"*, como interpretou a entrevistada). Vira coordenadora nacional desse grupo. Casa-se com um *"agente"* conhecido em um Encontro de Fraternidade, vem para o Rio. Começa a estudar Serviço Social em 71. Trabalhava no Banco da Providência, em cursos profissionalizantes para operários, quando é convidada através de amizades com gente ligada à FASE para trabalhar na

[115] Cláudio Nascimento passa pela militância em grupos de esquerda marxista e entra noCEDl nosfinaisdos anos70. Atualmente dirige o Instituto Cajamar, entidade de "formação sindical" com vínculos com a CUT.

entidade. *"Eu não tinha experiência política"*, foi aprendendo na prática dos movimentos de bairro (*"a FASE tinha trabalho na Zona Oeste, meus instintos cristãos acharam que eu devia mudar pra lá*"). Em poucos anos, virou dirigente da FAMERJ (Federação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro). Atualmente na Direção Nacional da FASE, elabora tese de mestrado.(Entrevista em novembro de 92).

Enfim, resta mencionar aquilo que também foi criado no decorrer da década, o estabelecimento de relações mais estruturadas e permanentes com as entidades de cooperação internacional européias e canadenses, realizadas por essa gente de ligações com Igrejas e com trabalhos de educação de base. Também numa entidade como a FASE, elementos relacionados a organismos eclesiásticos como Ação Católica – ex-padres vindos da Europa que dominavam línguas estrangeiras, que sabiam se mover nessas terras, que tinham de alguma forma relações pré-estabelecidas no campo das entidades civis do "Norte" ou dominavam minimamente seus códigos de atuação – tiveram papel definitivo. No caso em questão, a busca de parcerias iniciada em 74 foi continuada e estruturada – momento que se considera marco importante, na entidade – através do seu Secretário Executivo a partir de 1988, Jean Pierre Leroy.[116]

Seu depoimento é interessante no sentido de apontar para a realização do modelo ideal dessa "parceria": é quando as relações com as Agências "*muda de tom"*, a partir de que J.P. parte para a Europa com um projeto de entidade unificada, com uma determinada *"cara"* – e não um aglomerado de projetos localizados – "*tendo uma única proposta e que visava contribuir na organização da população, inclusive trabalhando com oposição sindical"*. Surge a palavra " transparência" nas relações internacionais, "*perspectiva integrada"*, "*financiamento institucional"*, "*apoio para salários e pessoal"*, e não apenas para projetos específicos, fragmentados, com resultados materiais, como os "*econômicos"*. Jean Pierre, no seu depoimento, expõe as regras e o discurso ideal de um jogo que se tornou básico na existência das "ONGs" – como já fora visto nos agentes da NOVA. E, como ele diz, quando parte para a Europa sem ter muita certeza do que vai encontrar, se vai dar certo o que seria uma nova estratégia institucional: *"eu inventei uma FASE"*. Inventa uma entidade, a partir do que já existia e do que se projeta ser.

Pode-se então pensar também aqui no papel representado pelas agências internacionais, a partir dos jogos envolvidos nos financiamentos, enquanto instâncias que contribuem para um processo de institucionalização e de conformação específica das futuras "ONGs".[117]

Apesar da origem católica desses agentes e de grande parte das entidades aqui mencionadas, o apoio a projetos dado pelo universo protestante foi preponderante – e, claro, entravam também nesse conjunto agências seculares. Um aprofundamento de questões como essa

[116] Padre de ordem missionária, de origem francesa, chega na Amazónia em fins de 71, onde inicia trabalhos de base. Entra em contatos com elementos da Ação Católica no país, a partir de suas relações anteriores. Acaba largando a Igreja, e em 1975 entra na FASE.

[117] Um exemplo significativo: há tempos atrás, estive presente em um debate interno desenvolvido numa dessas entidades em que se procurava testar as adequações dos títulos dos seus "Programas", quando traduzidos para o Inglês. Várias idéias foram vetadas porque não soavam adequadas, ou bem inteligíveis, nessa língua.

certamente deveria conduzir a uma pesquisa – como se disse, não realizada aqui – situada ao nível das entidades de cooperação internacional.[118]

É a partir da segunda metade dos anos 70 que vão pouco a pouco entrando nos "Centros" gente vinda de trajetórias diversas das descritas até agora.

[118] Essa predominância do universo protestante, no caso das Agências de Financiamento, existe até hoje, como foi atestado pela pesquisa recente de Fernandes e Piquet. Segundo os autores, essa inversão – quando se observa o predominio católico nas entidades financiadas – é "*sinal do espírito liberal e ecuménico que caracteriza as grandes igrejas protestantes do Norte*- (Fernandes e Piquet,1991:15).

3.2. OS "AVULSOS", OS ORGANIZADOS E OS DESAPARELHAMENTOS.

Fui preso em meados de 70, fiquei preso até meados de 72. De 73 até 78, aproximadamente, minha possibilidade de fazer algum trabalho social ou desenvolver alguma ação política, vivendo no Brasil, era muito limitada... praticamente nula, não é?.
(Depoimento de um atual dirigente de "ONG" do Rio de Janeiro).

Vim de passar uma chuva, acabei ficando até hoje.
(Idem, de Pernambuco)

Quando começaram a entrar nos "Centros" os ativistas "marxistas" vindos de trajetos não cristãos, as condições para a consolidação dessas entidades em sua especificidade já estavam formadas: havia os fundamentos dados pela rede de especialistas em "educação de base", espalhados a nível nacional; estabeleciam-se, através dessas instâncias, as relações com grupos populares e com movimentos sociais emergentes na época; construíam-se mais solidamente as parcerias com as agências de financiamento internacional que possibilitariam aos "Centros" uma autonomização – relativa, com relação às igrejas, ou total, com relação a setores sociais, no país, de posições políticas agora conflitivas com o campo de atuação dos agentes dos "Centros", como o empresariado nos anos de ditadura, ou mesmo setores de classes médias com que algumas antes se relacionavam no terreno da caridade ou da assistência social.

Como se sabe, no Brasil – como na América Latina – o debate crítico à ortodoxia marxista que se desenvolveu já a partir dos anos 70 em centros europeus e norte-americanos não teve, à mesma época, maiores influências nas práticas políticas que aqui se desenrolavam. A virada dos anos 80 assistia, aqui, a uma significativa utilização de esquemas interpretativos marxistas na análise da realidade do país, tanto no campo intelectual como, sobretudo, no campo das forças que se colocavam à esquerda do espectro político. Essa teoria, com suas variantes, era a moeda corrente colocada na praça por grupos e partidos clandestinos (e logo pelo legalmente fundado PT, o Partido dos Trabalhadores), bem como pelos agentes da Igreja Popular, com a conhecida expressão com que situa a utilização da teoria materialista enquanto "ferramenta". Versões do marxismo e estratégias socialistas diversas permeavam o ideário das direções de organizações representativas que então se criavam.

Retorna-se, aqui, ao ponto de partida desse trabalho, época em que passo a ser também protagonista dessa história. Como se mencionou, por esses tempos de distensão política do fim da década, à "ida ao povo" dos agentes cristãos junta-se gente não relacionada às igrejas em suas trajetórias, pessoas muitas vezes ligadas às universidades, e/ou com passado de prisão ou clandestinidade. Não se tratou, aí, de algo como um movimento de "geração", ou de um processo social de maiores proporções, com contornos definidos. Apenas, nos movimentos sociais e partidos que então se criavam ou reconstruíam, abriam-se espaços, de naturezas diversas, para a atuação desses especialistas na política ou intelectuais de esquerda, que aí se inseriam quer a partir de organizações ainda clandestinas a que pertenciam, quer como "*assessores*" individuais. No geral, gente que vinha de trajetórias interrompidas pela repressão dos tempos mais duros do regime, agentes treinados na política clandestina e nos debates político-ideológicos fechados nos

espaços pouco ou nada visíveis das diversas tendências de esquerda que se desenvolveram no país sobretudo dos meados dos anos 60 em diante.

Como já foi mencionado a partir da interpretação de minha própria entrada nesse meio, pode-se dizer que os "Centros/ONGs" vão dar as boas vindas a esses novos chegados, gerando-se casamentos de conveniência para ambos os lados onde – portanto – não se excluíam tensões.

As experiências das diversas entidades têm particularidades, quanto à entrada desses que foram chamados, por um "veterano" cristão entrevistado, como o *"pessoal vindo da militância", "os avulsos"* (avulsos também, como se depreende do depoimento, porque *"não vieram com bases").* Mas creio ser possível uma generalização quanto ao fato de que essa "leva" de origem *"marxista"* torna-se, a partir de determinado momento, constitutiva da história dos "Centros", como se tem dito. Certamente, vieram reforçar e legitimar a opção pelo "político" que então se fazia.

No entanto, as inserções desses novos agentes nos "Centros" vão-se dar de formas específicas, a partir de sua origem variada, onde predominam capitais acumulados um tanto distintos, bem como a partir dos estilos próprios de cada "Centro". Há os que vêm diretamente da militância em algum movimento social, seja de bairros, seja sindical, trazendo consigo para a entidade o cacife da experiência, das relações e da posição aí adquiridas. Há os que chegam aos "Centros" via universidades, gente com competências teóricas determinadas e disposição para a assessoria" e a pesquisa engajada, ou "participante", ou "pesquisa-ação" – como foi narrado anteriormente, no tipo de experiência vivida por mim. Antropólogos, sociólogos, gente formada nas faculdades de Educação – pessoas capazes de realizar as pesquisas e de fazer as famosas "análises de conjuntura" que precediam encontros nas bases ou de formação dos quadros intermediários dos "Centros". Ou ainda contribuir para o desenvolvimento de debates e teorias da "educação popular", com sua problemática própria. Outra profissão valorizada – uma das poucas que não diluirá o seu perfil, dentro dessas entidades que cultivarão os especialistas "a serviço" – é a do advogado (como me disse um deles em entrevista, referidoa um contexto de grilagem de terras e ameaça legal de despejo, "*aí o advogado tinha mais importância que o vigário, e o vigário também sabia disso: quando ia fazer reunião, ia com o advogado a tiracolo*"). Há também – e entre esses todos – os que não vêm "*avulsos*" mas, como foi mencionado, a "*gente que tentava sair da clandestinidade e voltar para sua prática social dentro de uma estratégia de partido*", os organizados ainda na clandestinidade, que tendiam a investir nos "Centros" como aparelhos para fins cuja lógica não era a da sua institucionalidade.

Pode-se, portanto, pensar em vários papéis representados por essas pessoas vindas de outras trajetórias que não a da Igreja, na conformação dos "Centros". Vão ser mediadores na inserção dos seus "educadores de base", vindos dos "trabalhos de comunidade", para dentro do universo maior formado pelo campo político em transformação, contribuindo para o processo de entrada desses educadores em sintonia com o intricado jogo de tendências e forças que compunham movimentos sociais diversos, sindicatos, partidos. Contribuem na elaboração, ou na reelaboração de discursos, como ocorre com a mais intensa contaminação, pelo marxismo, da "educação popular" que mantendo-se como categoria distintiva básica, no caso dos "Centros/ONGs" – também vai-se "re-semantizar" adaptando-se a essas novas conjunturas, canais e espaços de contato com o "povo", agora cada vez mais organizado. Certamente, esses agentes

terão o seu papel na configuração de um rosto mais secularizado para essas entidades e na conformação de sua institucionalidade específica na medida em que passem a nelas investir mais fortemente como campo de profissão. Sendo, no geral, gente mais provida de capitais econômicos e culturais do que a maioria dos agentes de "educação de base" que compunham essas entidades, vão concorrer para a colocação dos "Centros" em relação com outras instâncias institucionais, como universidades, partidos ou órgãos governamentais. Têm, inclusive, maiores qualificações – as propriedades que geram aí reconhecimento, como capital social e escolar, ou a habilidade no discurso político – para se colocar em espaços públicos e forjar os discursos específicos através dos quais os "Centros" vão-se particularizando, enquanto atores nesses meios. Finalmente, são também gente que se conhece, que tem laços estabelecidos através de meios universitários ou de passados políticos, transitando também entre entidades congêneres.[119] Vão com certeza dar a sua contribuição para a conformação de um corpo entre elas – e, por todas essas propriedades, disputarão cargos de direção nas futuras "ONGs".

Como foi dito, os diferentes "Centros" absorvem de forma específica essa "segunda leva" de agentes que os conforma. Os especializados em um trabalho de educação popular de linhas freirianas que – como NOVA – não optam por entrar tão decididamente nos debates e práticas definidos pelos movimentos organizados, preferindo atuar através de projetos mais localizados (minoria, no campo que se formava) vão tender a recrutar gente nas universidades, com especialidade ou trabalhos profissionais na área de educação – não precisa ser dito, gente também com disposição para o ativismo, com "compromisso".[120]

Outros "Centros", a maioria dos que se formavam e existiam, vão investir em quadros aptos para o trabalho com os "movimentos" – sobretudo o sindical – essas pessoas que vão fazer parte do contingente de "assessores" ou, a partir de certo momento, "formadores", figuras fáceis no quotidiano da organização e do funcionamento de entidades sindicais e congêneres, tanto na cidade como no campo. Nesse caso, a relação dos recém-chegados com a entidade é sujeita a maiores complicações.

De fato, esses primeiros tempos em que os "Centros" passam a firmar um posicionamento que privilegia relações dentro do campo da política – fins de 70, inícios de 80 – serão momentos de crises internas. São as épocas em que vêm à tona os processos de "aparelhamento" dessas entidades por tendências e partidos políticos, na clandestinidade ou não; ou os riscos do "a serviço dos movimentos" resumir-se à existência dos "Centros" enquanto meros espaços de profissionalização de quadros já inseridos nos movimentos e entidades representativas (como aconteceu frequentemente nos movimentos de bairros – o que seria mais difícil nos sindicais – em que funcionários de "Centros" assumiam posições de direção em organizações de massa). Ou seja,

[119] Tomando meu exemplo: passei pela FASE, brevemente pelo CEDI e finalmente pelo ISER, a partir de contatos forjados em meios académicos, tendo inclusive acumulado duplos pertencimentos, com trabalhos concomitantes em distintas "ONGs".

[120] Um desses casos é o de Pedro Garcia, professor universitário, que entra na NOVA em 1975 vindo, a partir de sua própria definição em entrevista (realizada em 1988) *"de universidade e movimento de esquerda",* tendoatuado em meios políticos clandestino.- nos idos de 68, e havendo passado também por trabalho no MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Daí sai para NOVA, tipo de entidade e de trabalho, conforme ele diz, *"para mim, uma novidade, naquela época'.* Nesse caso, é interessante observar que Garcia, inserindo-se nos debates da "educação popular", vai ser incluído na "geração" que vem do pré-64, conforme as definições dadas por Carlos branda(, na publicação acima mencionada (é um dos 7 autores da obra organizada por esse autor – Brandão, 1980). A participação em "Centros de Educação Popular" vai redefinir identidades e pertencimentos dos que aí chegam *"avulsos".*

processos em que se coloca em questão a dissolução de sua institucionalidade e autonomia não mais na Igreja, mas no "movimento".

Os "Centros" passarão por mais essa prova iniciática onde está em jogo uma institucionalidade própria, e esse acabará por se constituir em momento privilegiado de afirmação de sua identidade. Será a hora de elaborar, de modo prático, mais cuidadosa e sistematicamente, suas distinções com relação a movimentos, organizações representativas, tendências políticas, partidos. Ou seja, como estar "a serviço do movimento" sem se subordinar ou confundir com ele.

Isso que hoje virou um discurso naturalizado no meio – as "ONGs" transitam entre todos esses espaços, reafirmando sua independência institucional – foi produzido no decorrer de alguns anos, não sem conflitos, ganhadores e perdedores, onde questionamentos e prestações de contas a agências internacionais também estiveram presentes como elementos estruturantes do quadro. Foram – como tantos outros, numa prática corrente no campo – momentos de "avaliações" institucionais, onde se criavam imagens e identidades para si e para os interlocutores internacionais que se constituíam em condição necessária de sua existência.

Claro, no bojo dessas transformações estiveram em jogo os conflitos e ajustes entre gentes de origens e perspectivas diversas. Como interpreta hoje esses tempos, em entrevista, um veterano das "ONGs", vindo do campo cristão: *"mas de repente... você escapava da Igreja e na realidade arriscou cair nas mãos das tendências organizadas"*. Creio que se passa aí, sutilmente, a idéia de "dos males, o menor", num realismo quanto às alianças tradicionais constitutivas das "ONGs", nacional e internacionalmente, as igrejas. Nas crises desse período que redundaram em maiores afirmações institucionais estiveram em jogo, de forma mais latente do que declarada, as tensões das alianças e contradições entre "marxistas" e "cristãos" – e vários tipos de "marxistas" e de "cristãos" – e foi da sua boa resolução que se chegou a um final feliz para o futuro das "ONGs".

Esses problemas não foram vividos da mesma forma ou com a mesma intensidade por todas as entidades as quais apresentam, como foi dito, especificidades em suas histórias. Sigo no entanto, aqui, um fio da meada que diz respeito mais de perto às questões colocadas nesse trabalho, ou seja, os caminhos pelos quais se construiu um corpo de agentes, entidades e uma categoria que as compreendesse. Nem todas as entidades investiram com a mesma disposição nesses caminhos. Nesse sentido, algumas experiências são mais significativas e exemplares de um processo de dimensões generalizadas, se tomado no tempo. Os "Centros" em que os perigos de "aparelhamentos" diversos mais se manifestaram – e que optaram por resistir a ocupações capazes de impedir a formação de uma identidade independente – foram certamente os responsáveis por esforços mais visíveis e intensos, nesses processos de criação de institucionalidade própria e de profissionalização.

Voltando para o caso, por vários sentidos paradigmático, da FASE, chegamos ao tempo de relato da terceira e última etapa de uma memória "evolutiva". A narrativa da história oficial da entidade, por seus agentes e documentos recentes, é extremamente reveladora da própria história de conformação das "ONGs" e de seu discurso enquanto entidades autônomas, e como campo. Afinal, como foi indicado, essa será entidade de ponta, nos processos que buscam produzir identidades comuns, dos quais a criação de uma instância como a ABONG será uma espécie de coroamento. A saga vivida pela entidade nos inícios dos anos 80, às voltas com diferentes

"aparelhamentos" de equipes distribuídas pelo país em função de seu formato federativo, a crise que teria então ameaçado sua sobrevivência, é contada e interpretada por seus agentes mais antigos como o momento de construção de – finalmente – uma entidade de "educação popular" com perfil autônomo e definido, nacionalmente. Nessas memórias, o termo FASE poderia ser substituído por "ONGs": a trajetória evolutiva da FASE, dada pelo discurso de um de seus atuais diretores, é homóloga à história da conformação do campo de agentes e entidades que se tornaram "ONGs". Aparecem, aí, elementos do discurso atual sobre esta história.

"*O que dividiu os campos dentro da FASE... na verdade o que dividiu os campos entre os que permaneceram na instituição e os que saíram dela, no período que vai de 80, 82... e até talvez 84, foi justamente os que estavam...* ***de um lado, os que estavam dispostos a abrir um debate sobre o futuro da Instituição,*** *um debate político aberto, em que essas oposições ideológicas ou religiosas não eram os elementos dominantes, nem afiliação partidária ou sindical,* ***mas a busca de um certo projeto para a FASE.*** *Enquanto que aqueles que tinham* ***posturas puramente instrumentais*** *com relação à FASE saíram. Como o pessoal do PC do B, ou do MR-8. Mas também saíram aqueles que queriam passar a FASE a limpo, de acordo com sua posição. Quer dizer, fazer uma homogeneização político-ideológica sem aceitar esse debate, por se considerarem, a priori, mais identificados com a história da FASE, ou com... esse pessoal, por exemplo, mais esquerdistas, inclusive cristãos, mas que não toleram diálogo com pessoas de outras origens.(...). Nesse momento foram excluídos, ou até se excluíram, os que se recusavam a uma discussão em bases pluralistas.(...) O passo decisivo, o momento em que se deu uma definição de modo muito claro, foi quando a FASE resolveu elaborar os seus compromissos básicos, em 82. Ou seja: definir que o terreno onde se dariam as definições seria o terreno de uma política institucional da FASE e não o terreno das definições partidárias, ou sindicais, ou ideológicas, que a priori os técnicos da FASE tinham*" (Entrevista com Jorge Eduardo Durão, diretor da FASE, novembro de 1992).

Somos remetidos de novo à categoria, mencionada anteriormente por sua presença nos diversos depoimentos, de "abertura", contra uma "não tolerância de diálogo com pessoas de outras origens". Surge o termo tão caro às "ONGs", o "pluralismo". E claramente se coloca, através dos processos internos definidos como o caminho da FASE, a fórmula seguida pelas "ONGs", enquanto conjunto: delimitar o seu terreno de ação institucional, para além de definições mais rígidas de ideologia, religião ou partido (essas coisas jamais são temas de debates entre "ONGs", enquanto instituições que mantêm suas autonomias individuais e não questionam publicamente o trabalho umas das outras), porém dentro de um determinado *"projeto"* que implica em *"compromissos básicos"* a serem seguidos como horizonte comum.

É significativo para a idéia de formação de conjunto observar que uma entidade como a FASE, que vem de trajetória diferente das que se criaram com a marca da problemática da "educação popular", vai buscar exatamente nestes terrenos o discurso capaz de identificar o que ela, finalmente, faz. Nesse caso, histórias e trajetórias de agentes e instituições diversas – e que concorrem entre si – convergem e se complementam, na configuração progressiva de um conjunto estruturado. Ou seja, na crise em que a entidade se encontrou mergulhada em função do jogo dos movimentos sociais e das tendências que a ocupavam, a saída estava na *"exigência de definir qual a sua especificidade, qual o seu papel específico, o que a distinguia de movimentos, ou de espaços outros de militância política ou partidária: foi o* ***resgate do caráter educativo*** *da FASE*

(...) ***a educação popular*** *e, depois, desenvolver* ***novas concepções com relação à educação popular"*** (depoimento do mesmo dirigente da entidade). Quanto a mim, lembro-me perfeitamente dos esforços para entrar na estranha problemática colocada por essa "educação popular" – algo que não fazia parte de meu repertório anterior – bem como das elocubrações para produzir um discurso "educativo" que desse conta das atividades da instituição, por esses anos de virada da década. "Marxistas" e "cristãos" – os que se dispunham a investir numa institucionalidade particular – aliaram-se nesse projeto de inculcação de um discurso único e viável para a entidade.

O marxismo vai dar, quanto a essas novas concepções, uma contribuição definitiva através do pensamento de Gramsci, que unia gregos e troianos na educação das bases – a feita também a partir dos "Centros" – nos inícios dos anos 80. Desde a década anterior vemos o resgate de concepções gramscianas sendo acopladas ao acervo de idéias da "educação popular", resgate sobretudo feito através da geração de educadores pré-64 que se formou em inspirações cristãs e de Paulo Freire. Meios acadêmicos – com destaque para o IESAE (Instituto de Estudos Avançados em Educação) da Fundação Getúlio Vargas, que juntou muita gente ligada a essas problemáticas e aos ofícios de educador popular – canais religiosos por onde transitam agentes da Igreja Popular e também "Centros de Educação Popular" formaram instâncias onde se divulgaram essas versões. *"Ao ler trabalhos de Antonio Gramsci, constatamos a possibilidade de rever a perspectiva de análise dos estudos até hoje realizados sobre educação popular no Brasil"*, escreve Silvia Manfredi no volume organizado por Brandão e que se tornou aqui referência, por seu caráter de definir uma "geração" (Manfredi,1980:38).[121] "As possibilidades de valorização de um saber popular tiradas da teoria gramsciana fazem pontes com as teorias freirianas. Os conceitos de "hegemonia", "sociedade civil", "sociedade política", "intelectual orgânico" serão amplamente utilizados nas definições dos papéis dos "Centros" e de seus agentes comprometidos e "a serviço" enquanto instâncias de criação de uma "contra-hegemonia", através de vias alternativas de educação e de atuação ao nível cultural entre as "classes subalternas". A partir de certo momento, por exemplo – um pouco mais tarde – será comum encontrar entre as "ONGs" uma definição de seu trabalho em termos da criação de uma "sociedade civil popular".

Importou acima apenas assinalar uma das instâncias em que se fundem referências e gerações, na elaboração de uma idéia – sempre um tanto ambígua e também "aberta" – de "educação popular". Como concluía o entrevistado acima, diretor da FASE de origem *"militante"*, sobre o difícil processo de criar a institucionalidade da entidade, *"processo complexo, pela quantidade de áreas de trabalho, de pessoas envolvidas e tudo isso... uma coisa que eu acho que viabilizou essa evolução pluralista foi a presença, entre as pessoas de formação marxista, de uma forte referência das idéias de Gramsci"*.[122]

[121] Silvia Manfredi é definida na Apresentação feita por Brandão como tendo *"participado de trabalhos de educação popular enquanto estudante"*, sendo que à época da publicação dedicava-se à pesquisa, em universidades, de problemas teóricos ligados à educação popular, participando também em *"programas de assessoria em São Paulo"* (Brandão, 1980:15). Ver também o peso de referências a Gramsci nos textos contidos em Brandão, 1981 e 1984.

[122] São significativos os textos, reunidos em uma publicação *"exclusivamente para uso interno da equipes da* FASE",entre 1983 e 1986. Sobretudo nos dois anos iniciais, tratava-se de trabalhos realizados por alguns quadros da instituição – com grande peso dos ex-militantes marxistas divulgando as concepções de educação popular baseadas na teoria gramsciana, colocada como alternativa entre versões marxistas que levariam ao "vanguardismo" ou ao "populismo". Esses textos foram a base de seminários realizados por todas as equipes da entidade, no processo de criação de consensos básicos sobre a "Metodologia de Educação Popular" a ser realizado pela instituição, de norte a sul. Alguns títulos: "Conhecimento Científico e a Questão da Ideologia", "Relação Agente-População", "Elementos para a Sistematização das Linhas de Trabalho das Equipes Locais da FASE". Seguiam-se análises do trabalho de cada equipe, de norte a sul, a partir das linhas e discussões propostas (FASE, 1987).

Esse último depoimento – que recorta e valoriza uma identidade entre determinados agentes, a das *"pessoas de formação marxista"* – nos remete, de novo, para a forma percebida, ou vivida, de encontro e relacionamento entre essas pessoas de origens diversas no espaço social dos "Centros". Essas representações podem ser elementos que contribuem para a compreensão dos pressupostos e consequências dessas aproximações, das condições que possibilitaram essa convivência e de seus resultantes.

Nas memórias de diferentes agentes das "ONGs" que viveram esses "primeiros tempos" é ressaltado frequentemente o marco da entrada das pessoas que vêm de um passado de militância, que estavam na luta armada e nas prisões nos tempos em que paralelamente se gestavam os "educadores de base" com suas "redes discretas". E distinções são sempre ressaltadas entre quem "veio das igrejas " e quem "veio da militância de esquerda" – não deixando de se compor, através dessas distinções, um campo comum.

No tipo de entidade colocada aqui como tendo origens nos trabalhos mais assistenciais, ou comunitários, de Igreja, os "militantes" são incluídos no grupo de "agentes *do esgotamento do modelo de desenvolvimento comunitário para a transição para uma análise de classes"*, conforme me foi dito por um ex-padre de trajetória em trabalhos comunitários. Aponta-se em geral, por parte desse tipo de agente cristão, para uma ponte de relacionamento com os "militantes de esquerda" a partir de sua disposição para o trabalho dentro do modelo do "compromisso", onde vale a dedicação integral pela causa; também por sua capacidade de análise teórica dentro de um enfoque *"classista"* e de sua orientação no emaranhado de tendências da esquerda.[123] Aquelas alturas, são gente que tem um papel nas expectativas de novos investimentos e subversões, por parte dos cristãos, de práticas e posições antigas.

O pessoal que se tornou veterano de "ONGs", por sua vez, vindo da militância, também ressalta suas distinções através de memórias em que se colocam estranhamentos com os cristãos. No geral, os depoimentos apontam para a necessidade, nos períodos pós-prisão ou clandestinidade, de se conseguir trabalho. E, "por acaso", como interpretam, acabaram topando com essas entidades de estilo cristão, onde entram sem maiores expectativas e terminam por retomar uma atividade de natureza política, vocação presente em suas trajetórias passadas, elementos de sua identidade social.

Nos meados dos anos setenta, não se sabia bem onde se estava entrando e, como disse um desses agentes, pernambucano: *"vim de passar uma chuva, acabei ficando até hoje"* (atualmente, em posição de coordenação, no nordeste, na "ONG" a que se refere, onde entrou em 1975). O não investimento inicial no trabalho nos "Centros" como carreira, ou mesmo o não investimento como campo de trabalho político é recorrente, nas memórias dos "ex-militantes".

[123] *"Porque o trabalho te leva. Você se mete na periferia e trai fazer o que? Fica lb andando como barata tonta o tempo todo se perguntando o que que você vai fazer. (...) Então comecei a contratar gente que ninguém queria contratar ...Quem topava ficar em Santa Luzia (Maranhão) que era quase* regido *de guerrilha, pela situação de luta de terras? Era mais inspirado por duas coisas: primeiro, porque os caras demonstravam um poder de análise das coisas muito boa e, depois, tinham uma combatividade incrível, não é? (...) Nessas áreas rurais, você sabe, predominava o conflito de terra. E o PC do B, na sua estratégia e tática conjuntural, naquele tempo, estava afim de entrar na briga. Então, esses caras casavam formidavelmente com a proposta que a gente tinha (...) Porque eu nunca trabalhei em partido, e nunca tinha enfrentado a questão partidária (...). E as pessoas que a gente encontrava, a gente não discutia partido, discutia os problemas. Então, vamos resolver!"* Esse depoimento, de coordenador regional da FASE no Norte do país nos finais dos anos 70, revela também a questão das diferenças regionais, quanto à qualidade de movimentos sociais, de organização da sociedade civil, de relação com o Estado, de agentes de "educação" disponíveis.

"Entrei na entidade, em 77, via universidade, para fazer trabalhos de pesquisa. Foi um período em que minha atividade política estava voltada para outras práticas, fora desse trabalho. (...) ***Era um tanto ao quanto difícil perceber todas as possibilidades que um trabalho em uma entidade de educação popular abria...*** *Não dava, no início, para se dominar, para se saber concretamente o que se fazia. Só mais tarde, na passagem para a década de 80 é que eu fui descobrindo todas as possibilidades que havia nesse trabalho. E* ***me identificando mais com a Instituição, o que era difícil para pessoas que tinham a minha trajetória,*** *porque significava entrar noutros códigos, significava superar determinados preconceitos... Por exemplo, como ateu, sem nenhuma experiência prévia com a Igreja, a não ser as experiências negativas de minha infância e adolescência – sou oriundo de uma família católica, das pouco praticantes, onde uma das poucas pessoas que levava a religião a sério era meu avô, de um obscurantismo a toda prova... Eu era, e sou, ateu convicto, e na época identificava Igreja com obscurantismo. Se bem que, nos tempo, de militância estudantil, algumas vezes tendo me refugiado em conventos de Dominicanos, ou sei lá que outra ordem, lá em Petrópolis, por exemplo, tinha, claro, já uma simpatia pela atuação da Igreja pós-64. Então já há uma certa abertura em termos políticos. Mas não havia nenhum contato... esse contato começou realmente a se dar quando entrei para essa entidade"* (Entrevista com dirigente da FASE).

Outras experiências repetem o relato clássico, apontado aqui, da "vida dupla". É como eu interpreto o depoimento dos inícios das atividades do advogado Miguel Pressburger – conforme me narrou em entrevista –
na Comissão Pastoral da Terra, a qual também nascia[124]: começou, aí, como voluntário em assessorias jurídicas em lutas rurais, convidado por D. Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda, a quem conheceu "por acaso" (ganhava a vida com seu escritório de advocacia). Só a partir de um dado momento é que se "profissionalizou" na assessoria à CPT, onde permaneceu por vários anos. Seu depoimento também ressalta a idéia de aliança/diferença entre ateus e cristãos, nos trabalhos populares, e das suas condições de possibilidade.

"...Desse momento em diante eu ***assumi uma posição política dentro de um organismo da Igreja*** *onde tinha algumas identificações políticas, tinha algumas discordâncias políticas,* ***mas a questão religiosa nunca foi colocada****. Nunca, trunca ninguém me chamou para discutir isso. Claro que bem mais adiante, juntando coisinhas, a gente sente que havia um certo pé atrás. 'Ele não é um dos nossos'. Isso é, não fica muito claro, mas acaba sentindo. Mas por outro lado o* ***nível de abertura era tão grande que isso até era secundarizado****"* (Entrevista realizada em 1989).

Nesse clima de "abertura" mútua que possibilita a junção de diferentes em trabalhos comuns – a qual compreende a não discussão de religião, mesmo na situação-limite, em termos de "ONGs", que é a CPT – os que que vêm da militância atéia não deixam de fazer justiça a um capital acumulado pelos cristãos, essas "habilidades para as bases" a que me referi anteriormente. Como se fala, por mais que os trabalhos fossem anteriormente "atrasados", há que recuperar seu

[124] Miguel Pressburger, como é definido em publicação de entidade que hoje dirige, a AJUP, em 1961 inicia *"longa prática de advocacia em prol de comunidades camponesas. Militou nas Ligas Camponesas e no Partido Comunista Brasileiro. Depois do golpe militar de 1964, optou pela resistência armada, aderindo d Vanguarda Popular Revolucionária. Esteve preso de 1969 a 1973"* (AJUP, 1992). Em 78 assume formalmente atividades de assessor da CPT, de onde sai anos depois para fundar a AJUP, de inicio existindo abrigada sob o guarda-chuva da FASE como "Programa Anexo", para se fundar como entidade independente em 1985.

"sentido pragmático" o qual, afinal de contas, por um lado, propiciou ao longo de muitos anos a reprodução de relações com as bem pragmáticas exigências das Agências de Cooperação Internacional.

Além disso, a presença permanente, por tantos anos, nos meios populares, desses agentes cristãos, o "engajamento" junto a esses setores, "*é fonte evidente de inspiração e legitimidade*" (Durão, 1992: 225). Reconhece-se o capital acumulado pela Igreja junto às "bases", em termos de relações e formas solidificadas de contato direto.[125] Como disse um agente vindo da esquerda atéia, "*na verdade eu acho que era, de certa maneira, bem mais fácil dialogar com os cristãos do que com as pessoas de origem marxista. Porque no contexto das exigências de uma prática como essa, eram pessoas mais pragmáticas. Ou talvez, também, o fato de se estar vinculado à Cooperação Internacional estabelecia também uma certa exigência de pragmatismo*".

Nesse sentido; há uma aliança entre essa esquerda que vai compor as "ONGs" e as alas de Igreja Popular quanto a uma distinção comum: a que se constrói com relação a grupos e partidos – tanto os extintos quanto os, à época, clandestinos – inspirados em teorias "vanguardistas". À "ida ao povo" de uma Igreja visceralmente anti-vanguardismo juntam-se "avulsos" de uma geração que crescera politicamente em leninismos e foquismos, agora em auto-crítica de seu passado recente.

Fundamentalmente, é óbvio que essas eram épocas em que as aproximações entre certas correntes de marxistas e de cristãos estavam dadas antes de mais nada pelo ideário da Teologia da Libertação e pelas práticas políticas levadas pelos agentes das pastorais populares, mergulhados nos movimentos sociais e logo após em práticas partidárias.

Setores da Igreja realizaram nesse período, como observava Ruth Cardoso, um passo difícil na tarefa de reunir ciência leiga e pensamento teológico, com "*a passagem do diagnóstico objetivo da realidade à ação com fundamento moral. Feita a fusão, o finalismo presente em algumas teorias sociológicas fundiu-se facilmente com as utopias religiosas*" (Cardoso, 1982:54). O que se fundia no interior de correntes religiosas era pano de fundo – e se reproduzia – em possibilidades de alianças para fora dos espaços de Igreja.

Essas alianças tiveram, enquanto se manifestaram dentro dos "Centros", espaços com pressupostos e consequências peculiares de atualização, diversos dos produtos frequentemente fundamentalistas, ou "principistas", no interior das lutas políticas. Os "Centros/ONGs", como se viu, crescem e existem sob o signo da "abertura" e do "pluralismo" – são, enquanto tal, entidades maleáveis, que cultivam o jogo de cintura das relações sociais múltiplas onde se movem, provando nos últimos anos uma boa capacidade de adaptação diante das mudanças conjunturais.[126]

[125] "*Eu tinha o marxismo. Mas aprendi com eles (os* jesuítas do CEAS, em Pernambuco), o *método-processo. E um enfoque privilegiado nos setores populares como sujeito. A fineza na tradução do marxismo para a prática, de como traduzir isso em método... No plano da intervenção aprendi muita coisa"*, como me disse uma agente de destaqueno movimento feminista brasileiro, que antes de fundar a entidade SOS-Corpo, de Recife, fôra membro da Coordenação do CEAS em Recife.

[126] Deve-se observar que o "pluralismo" como valor positivo cultivado pelos "Centros /ONGs" dava-se, evidentemente, circunscrito a determinadas alternativas no campo político. Nesse sentido, pode-se pensar que é própria a essas entidades a existência em uma tensão entre o "político" e o "apolítico", quanto à construção de sua identidade e de suas crenças.

Por fim, voltando ao terreno em que se desenvolve esse trabalho, é necessária uma relativização dessa história aqui contada de forma tão linear e também "evolucionista". Esse foi apenas um modo de expor algumas propriedades e processos que são recorrentes na constituição das "ONGs" e que se reproduzem sempre, ao longo do tempo.

Ou seja, durante a década de 80, época de ouro da expansão desse tipo de entidade, suas características de dependência /independência com relação a outros polos institucionais vão estar sempre sendo postas à prova, em processos tensos de eternos estabelecimentos de distinções e autonomias. Ao longo do tempo, as mudanças conjunturais e a maior diversificação institucional na sociedade brasileira darão margem a uma também diversificação de origens nas "ONGs", como será retomado adiante. No entanto, se tomarmos como dominante esse "modelo" de origem eclesial, ele continuará forte e ativo em cada criação de nova entidade, com as necessárias "evoluções" no sentido da secularização e da separação das atividades tradicionais da ação social religiosa – caso se queira ser "ONG de assessoria e apoio a movimentos sociais".

O estabelecimento primeiro das relações com as hoje chamadas Agências de Cooperação Internacional, por cada nova "ONG", obedece a processos semelhantes ao do nosso mito fundador, passando pela legitimidade criada por contatos com "bases" e "movimentos" e também com a rede horizontal de aliados – essa, claro, cada vez mais consolidada como corpo. E certamente pelo universo das igrejas cristãs. Continuam moeda forte as cartas de bispos (ou de determinados bispos), às quais se acrescentam as também poderosas recomendações de "ONGs" reconhecidas em parcerias solidificadas, num processo de "consultas" discretas intenso e constante do Sul pelo Norte. E essas relações de um verticalismo peculiar, por suas vez, também estarão eternamente sendo colocadas à prova, levando a processos sempre semelhantes de renovação. Uma de suas manifestações mais visíveis são as periódicas *"avaliações", ou "auto-avaliações acompanhadas"* a que se submetem as "ONGs", das quais participam elementos da entidade e avaliadores externos – os quais compreendem representantes de agências internacionais. Quando isso não é feito em momentos de ruptura ou crises extremas – mais raro – as avaliações são geralmente rituais onde se reforçam institucionalidades, onde essas entidades ciosas de sua independência se mostram publicamente (para o meio), onde se renovam e forjam discursos institucionais e, sobretudo, onde se reproduzem e confirmam os laços com as agências financiadoras, enquanto *"parceiras"* num processo de *"transparência"* de atividades e de projetos de horizonte comum (e aqui o universo das "ONGs" mostraria sua distinção quanto ao relacionado à assistência social tradicional em suas ligações com governo, com parlamentares, com empresas, terrenos sujeitos à "fraude" e à opacidade).

Finalmente, há que assinalar também as entidades reconhecidas como "ONGs" que percorrem, nesses inícios, outros caminhos que não se enquadram tão perfeitamente no "mito evolutivo". Um exemplo é o ISER característico das poucas que se criam com a vocação da pesquisa, ou de um espaço de debate teórico.

O ISER foi fundado tendo como propriedade, essa comum ao universo dos "Centros", a forte relação com o campo religioso – no caso, o "ecumênico". Fazia também parte da "rede horizontal" sendo considerada, a partir de depoimento de um diretor do CEDI, uma das entidades que o CEI (pré-CEDI, como se falou) ajudou a criar, em 1970. Dedicava-se, no entanto, ao estudo teológico e sociológico, não à "educação". Iniciou-se com gente que saía das igrejas,

entrava em universidades, preservava a religião: o então ISET era lugar de encontro de uma rede de pessoas – intelectuais – que tinha problemas comuns com igrejas e com o Estado. Não faz, portanto o caminho evolutivo que parte dos "trabalhos de educação de base".

No entanto, como mencionou um de seus diretores em narrativa publicamente realizada em Assembléia da entidade, em 1988, *"fomos virando ONG sem saber"*. Conforme continuou na mesma ocasião, por volta dos finais dos anos 70 *"a rede ecumênica foi-se esvaziando, chegaram pessoas de outros agitos* (...) *Fomos sendo pressionados a sair do estudo e entrar no social, pressões de origem externa e interna, essas sobretudo a partir do pessoal de assessoria católica"* que fazia – como ainda faz – parte da entidade. As pressões externas vieram das entidades internacionais às quais o ISER foi-se ligando, que têm como norma generalizada o investimento em projetos de "promoção social", e não de pesquisa. Foi-se, então, *"do estudo para a ação* (...) *era mais fácil arranjar projetos para assessorias do que para pesquisa. Aí, os projetos de intervenção começaram a pipocar, a se tornarem comuns. Estabelecemos relações diretas com os movimentos sociais e o trabalho de base passou a ser parte de nosso horizonte – em parte, pressionados por nossos irmãos do Norte: a gente tem que estar por lá, o horizonte no caso é o trabalho de base. O ISER muito tardiamente chegou a isso"*.[127]

Claro, esse trajeto da "pesquisa" para a "ação" confirma a regra: vira "ONG" quando tem trabalho de base (e aí, os católicos...) e parcerias internacionais. Sem se saber, vai-se entrando na engrenagem – ou melhor, ia-se entrando, nessa época em que não havia ainda a consciência da criação de um corpo, de laços entre gente e entidades pelo Brasil costurados com fios que passam pelo "Norte". Atualmente, a entrada nesse sistema pressupõe estratégias conscientes sobre o que se está fazendo. É coisa de profissional.

3. 3. OS NOVOS PROFISSIONAIS

Nos primeiros anos da década de 80 já estavam dados os elementos que conformariam um conjunto de pessoas especializadas no ofício de fazer existir e funcionar determinadas instituições com características próprias, os "Centros de Educação Popular".

Algumas propriedades dadas por suas trajetórias de vida e, sobretudo, pelo ponto em que se encontravam essas trajetórias, podem caracterizar os agentes diferenciados que se cruzam em determinada conjuntura, convergindo pouco a pouco num mesmo investimento, o qual vai virando carreira e profissão. Aí, disparidades nas origens dos agentes são lembradas para serem relativizadas e esquecidas, no contexto da construção de um projeto comum. Como se viu, ventos favoráveis sopraram em determinada conjuntura para que isso se desse. Mas, para além disso, podem-se ressaltar algumas características recorrentes no perfil das variadas pessoas que vão passar a investir de modo mais intenso no projeto de institucionalização das futuras "ONGs".

Certamente, uma pesquisa que se detivesse nos estilos de vida desses "cristãos" e "militantes de esquerda" encontraria muita coisa em comum. O *ethos* dominado por valores de seriedade, trabalho, dedicação, esforço. A prática de um determinado estilo de ascetismo, com a condenação de qualquer tipo de permissividade, laxismo ou "consumismo", vista como marca

[127] Anotações pessoais realizadas durante a mencionada Assembléia.

distintiva com relação a outros setores de classes médias ou burguesas (e nunca percebida no "povo"). Cristãos ou marxistas, ou cristãos marxistas, essas eram pessoas que cultivavam uma atitude negativa com relação aos valores do mercado, procurando manter-se distantes dele em profissões e projetos. E que não estabeleceram pontes com grupos mais "alternativos" das classes médias, os agentes de uma "contracultura" que com eles conviviam no tempo (e que, no que se refere à "esquerda", teriam origens de classe bem semelhantes). Nada mais distante dos estilos e valores, que tendem a um rigorismo, desse conjunto de quadros de "ONGs a serviço dos movimentos populares", na sua formação, do que as imagens já mencionadas, projetadas pela mídia atual, de um suposto "hippismo". Enfim, seria interessante uma pesquisa que desse conta de todas essas propriedades oficiosas e nunca objetivadas, os gostos, hábitos familiares, lazer, o quotidiano dessa "esquerda" e desses "cristãos", nesse encontro aqui descrito, para que se pudessem aprofundar as suposições acima.

Mas nos dados aqui recolhidos há alguns temas recorrentes, perpassando as diversas histórias pessoais obtidas através das entrevistas. Como foi dito anteriormente, ao pensar nas origens dessa "nova profissão" utilizo a idéia de uma reocupação e redefinição de posições no espaço social por parte de agentes que trazem para postos já existentes – e que apresentam relativa maleabilidade – investimentos de tipo diverso, ou novos sistemas de aspirações. Nesse caso, justifica-se particularmente o lugar que possa ser ocupado, na análise, pelas representações e expectativas, pelas aspirações profissionais e projetos de vida, conforme são relatados pelos agentes em jogo.

"*Eu era, como outros, um ser anfíbio*", me declarou um dos informantes de origem e trajetória da esquerda militante (clandestinidade, prisão até meados dos anos 70), referindo-se aos inícios de seu trabalho em um "Centro". Anfibio é um bom termo para expressar uma condição recorrentemente descrita pelos que participaram da pré-história e da origem das "ONGs". Ele nos conduz às questões de dupla pertença, de duplo trânsito, sempre em jogo nessas trajetórias. Conforme começou sua entrevista uma "veterana" das "ONGs", referindo-se às suas atividades nos anos pós-golpe: "*Eu te conto a minha vida funcional; e depois o que eu fazia, apesar da vida funcional*".

Já se viu como a questão da "dupla vida" nos tempos de véspera da criação ou entrada nos "Centros" é generalizada, fruto do equacionamento dos problemas de ter como ganhar a vida e como levar adiante um "projeto de vida", que aí não coincidem. Para a geração primeira de "educadores populares" são os trabalhos nas "brechas de tempo", o risco, a dupla jornada, os fins de semana de entrega voluntária. Dupla vida também levam os padres, entre a paróquia e os trabalhos no meio do povo, entre a administração dos sacramentos e as muitas reuniões (onde não se pretendem colocar como sacerdotes, mas como um "igual ao povo"). Perseguições da hierarquia podem ser parte do jogo, riscos, conflitos. O tema da clandestinidade é repetido, não apenas nessas condições de "face oculta", mas também nos relatos de contatos, proteção e abrigo a perseguidos políticos de outras origens. Para os ex-clandestinos e ex-presos distantes da Igreja, quando entram em cena, os próprios "Centros" poderão ser espaços da "segunda vida", seja a voluntária, seja a da "profissão", a que lhes permite levar seus projetos políticos "por fora". Mas nos inícios a duplicidade se coloca de alguma forma.

Existe também o duplo pertencimento que assume ambos os seus polos – igreja e universidade, trabalho de base e universidade, igreja e movimento social – a qual é situação não apenas anfíbia, mas sobretudo tensa e que frequentemente aponta para uma posição de marginalidade, ou uma posição dominada, em cada um, ou em um desses campos. Posições caracterizadas por um "de dentro/de fora".

Aliás, a tensão faz parte dessas condições, e termos como "*inadaptação*", "*isolamento*", "*marginalização*", "*insatisfação*", são de fato correntes nos discursos de todos os tipos de personagens, nas histórias de vida que se encaminham para explicar a entrada nos "Centros". Há, aí, um problema de ubicação. Todos se vêem um pouco estrangeiros, como, literalmente, os padres inadaptados à cultura e à língua da terra.

É o isolamento, o desterro no próprio país como se percebem (no contexto das entrevistas para essa pesquisa) os que, vindos das lutas do pós-68, saem da prisão depois de alguns anos e não têm uma "geração" à qual pertencer, como a criada através dos laços eclesiais – "*quando eu saio, a maioria dos companheiros estavam mortos, as organizações não existiam mais...*". E, num emprego qualquer arrumado (no caso, uma empresa) no meio de estranhos a esses trajetos: "*eu estava assim num desterro terrível... fiquei muito isolado*".

Os ex-padres veteranos das "ONGs" reiteraram os relatos de sua inadaptação ao trabalho religioso, quando dentro da Igreja. Eram realmente, segundo essas imagens, padres *sui generis*: "*o que eu queria era ir à roça com o pessoal, e à pesca; porque nessa hora, na roça, você não é mais padre, ou então é um padre tão curioso que não dava pra terem um comportamento comigo... igual ao com outros padres*". Ou então, conforme outro entrevistado: "*Eu já tinha na vista a organização do pessoal, já saquei que para distribuir sacramento não daria. Porque nada mais me enchia o saco do que acompanhar meu colega, ver ele fazer aqueles batizados, e as missas que achava que não saía nada dali (...) E aquele pessoal era também tão isolado...*" Homologias se constroem nessas imagens de posições de isolamento e exclusão, tanto do "povo" como do "*padre que não é mais padre*".

Se esses discursos assemelham-se aos da Igreja Popular de uma determinada época, no caso predominam as rupturas, os agentes que acabam por deixar sua condição de religiosos e passam a não mais investir na Instituição. Há panos para manga, em termos de relatos sobre uma posição marginal, nesses casos. O isolamento do ex-padre casado e estrangeiro, sem qualificação profissional, fez parte da história: "*eu queria comer; mas eu não tinha título reconhecido, não sabia bater à máquina, não... nada. A única coisa que eu sabia fazer era falar*" – e geralmente com sotaque estrangeiro, diga-se de passagem. Muitas vezes, a essas dificuldades acrescentava-se a perseguição pela hierarquia, a qual os impedia de exercer seu projeto político através dos espaços a seu alcance e onde adquiriram legitimidade, as pastorais operárias, de favelas, etc – como era o caso no Rio de Janeiro, em que o Cardeal não aceitava a participação de padres casados na pastoral.

Enfim, "*isolados*" dentro e fora da Igreja, "*insatisfeitos*", "*dissidentes*", como me foi dito. Já se sabe que na FASE o Pe.Leising contribuiu para resolver muitos desses problemas, na "vangurada" da abertura de um mercado de trabalho para esses agentes desajustados. Talvez estivesse abrigando aqueles que seriam seus principais contestadores. Alongam-se narrativas, entre esse pessoal ligado às "ONGs", sobre uma determinada disposição pessoal de ativa contestação,

em termos generalizados, implicada na atitude radical de romper com um pertencimento à instituição religiosa – correlata e alimentada, inclusive, pela posição de certo *gauchismo* na sociedade que esse rompimento acarreta.

Podemos então pensar que nos "Centros" vão-se cruzar, tendo um papel de peso na sua constituição até os primeiros anos da década de 80, gente diversa com carreiras interrompidas, prejudicadas, ceifadas, tanto com relação a investimentos em universidades como em igrejas, partidos e organizações políticas. Fundamentalmente, todos terão problemas por essas épocas quer com igrejas, quer com o Estado, quer com os dois.

Por exemplo, aqueles que têm um passado de militância política iniciado nos finais dos anos 60, enquanto estudantes – filhos de setores escolarizados das classes médias – e que passam pela Universidade, em tese têm, a partir daí, um mercado profissional aberto. Mas estarão sujeitos a certas determinações dadas por suas especificidades de inserção no mercado escolar. É gente que, dentro de expectativas criadas por um militantismo esquerdista à época dos cursos universitários, ou mesmo saindo da escola secundária, vive uma história de ressentimentos com relação à institucionalidade (escola, família com suas expectativas, Estado, Igreja, partidos legais). Passa pela universidade – essa, inclusive, numa conjuntura de crise – descobrindo a política, relegando a segundo plano as preocupações de sucesso escolar e profissional e substituindo-os, aos seus próprios olhos e aos dos outros, por outras expectativas, quer profissionais, quer políticas (ver analogias com a análise de Muel-Dreyfus mencionada anteriormente). O plano das expectativas é correlato a uma real interrupção da carreira universitária, dada quer pelo seu abandono pela opção um tanto forçada da política clandestina, quer pela repressão política de diversas ordens (basta que se lembre do Decreto nº. 477, que tem como consequência a desestabilização de uma geração universitária). Essas predisposições também geram, de fato, uma não qualificação, fruto da passagem pela Universidade sem maiores investimentos nas competências exigidas para a entrada no campo acadêmico e intelectual. Futuros investimentos possíveis nesses campos estarão marcados, de qualquer maneira, por essas atribulações no período apropriado para se iniciar uma carreira. Os egressos dessa "geração" terão maiores predisposições a procurar profissões que permitam conservar essas relações particulares com o mundo das questões sociais, capitalizando, inclusive, o que acumularam pela experiência na política. Facilmente optarão por um terreno "intelectual-militante", por suas competências e/ou incompetências.

Os "Centros/ONGs" surgem como espaços passíveis de redefinições de carreiras e pertencimentos, para essa gente "inadaptada" de várias origens. Sobretudo, inclusive, por seu clima vivido como "anti-institucional". Nem sempre resolvendo as questões de "dupla pertença", incorporaram-nas em seu funcionamento e em suas representações: insegurança, anti-carreira, anti-profissão, dupla militância, faziam parte também da forma como se viviam os trabalhos nos "Centros", e das disposições de seus agentes – disposições próprias ao "trabalho de base"[128]

Cria-se, aí, uma certa ideologia da corda-bamba, da tensão, como algo constitutivo do ofício. E de alguma forma com base na realidade dos fatos – afinal, os "Centros" questionavam

[128] Como fala em entrevista Z., ex-padre, casado, sobre os primeiros anos de seu trabalho como funcionário da FASE, em finais dos anos 70: *"Era um trabalho mais de base, porque toda noite, fim de semana... Era uma desgraça, naquela época, com minha cabeça de padre ...porque naquela época, passar um sábado e um domingo com a família, me parecia uma traição d causa"*

alianças sólidas que estavam em suas raízes. E as possibilidades abertas pelas alianças com agências internacionais era algo ainda bem fora de seu controle.

Mas neles se pôde vislumbrar – o que a história veio a confirmar – a possibilidade de unir, de modo mais sólido, emprego com projeto de vida militante, a institucionalidade com o "serviço aos movimentos", a pesquisa com a ação.

A transformação das atividades nesses "Centros" em profissão pressupôs no entanto, e como foi visto, por parte desses agentes anfíbios, a criação de uma relação crítica quanto a seus passados, quanto a antigas redes de relações e posições mantidas no espaço político e social. Foi necessário o repúdio às práticas políticas da esquerda clandestina de outras eras, com a redefinição de marxismos, de formas de aproximação a grupos populares, de posturas com relação às lutas por transformações na sociedade. Igualmente, a relação com as igrejas teve que ser refeita e repensada. Assim como a relação com a carreira acadêmica e a forma de perceber a academia e os seus diplomas.

Os herdeiros da longa tradição de obras sociais religiosas redefiniram, igualmente, sua atuação junto a grupos saídos das classes populares – e nessa redefinição o repúdio às formas de atuação antigas, o "assistencialismo", assumiu um papel central. Da luta armada e do pertencimento partidário, das práticas da assistência social e do pertencimento à Igreja, foi necessária uma distinção com relação a imagens passadas como condição para a invenção de novas entidades sem fins lucrativos e metidas com a política, inventando-se aos poucos uma nova ocupação profissional.

Os "Centros/ONGs" serão espaços em que as identidades dadas pela profissão ou pela escolaridade tenderão a se apagar, num recrutamento em que as competências sociais explicitadas serão determinadas "aptidões pessoais", aquilo que se "é", e não o que "se sabe". Mesmo em profissões em que a especialidade e o diploma – o reconhecimento oficial – são fundamentais para a própria execução do "trabalho popular", como é o caso da advocacia, faz-se questão de ressaltar os contornos particulares assumidos pelo ofício, nesses meios: *"o trabalho do advogado, junto ao trabalho de base, era... se estava tentando, ainda tentando ver como era esse trabalho político, quando comecei. Não era uma coisa apenas forense, era... essa é uma discussão, até hoje unia coisa um rouco difícil de se delimitar o que difere um advogado de movimento popular de um advogado comum ..."*, como afirma um desses profissionais, diretor de "ONG" dedicada à "*assessoria jurídica*".

Quem entrava nos "Centros" não eram, então, jovens iniciantes em qualquer carreira. Todos tinham algum passado por detrás, um capital específico acumulado, sua carta de apresentação, forjada numa "vida" e nos pertencimentos aos campos e redes de relações mencionadas nesse trabalho.

As propriedades de agentes e de "ONGs", tais como analisadas aqui quando começaram a se compor – os seus fundamentos – estão mudando depressa em anos recentes, e é difícil saber seus caminhos futuros. (Às vezes, ao realizar essas descrições e análises, me parece estar diante de um mundo em extinção). Mas é certo que não se poderão entender os rumos tomados por esse

corpo “maleável” de entidades sem levar em conta essas raízes – das quais algumas são certamente fortes e muito duradouras, em termos de ideários e instituições.

A chegada dos exilados políticos – esses exemplos mais puros de carreiras interrompidas – em tempos da anistia de 1979 vai produzir uma nova leva de “Centros /ONGs” reconhecidos no campo. É momento de reatualização e de confirmação de relações já constituídas. Retomarei esse tema mais adiante, quando trato do processo de formação de um conjunto estruturado por essas entidades – ou de um campo – onde “ONG” é mercado de trabalho visível e onde a “anti-profissão” vira uma profissão sem nome.

PARTE III

VIRAR ONG

E a partir de certo momento – em que essas entidades estavam inclusive sendo descobertas pelos organismos de cooperação multilateral – nós optamos por travar uma luta política no campo internacionalizado em que éramos definidos como ONGs. Adotamos então esse nome – antes que algum aventureiro o fizesse...
(Um diretor de "ONG").

1. ARTICULAÇÕES

1.1. MAIS UM CONJUNTO DE ENTIDADES.

Faço aqui uma interrupção na narrativa cronológica, apresentando o universo empírico de entidades que tomo como base para a história que está sendo contada. Mostro, portanto, o "produto" de um conjunto de trajetórias institucionais, tal como se apresenta em 1992. Por um lado, forneço ao leitor uma visão desse conjunto que possa facilitar o acompanhamento da sua história. Por outro lado, os próprios critérios presentes na composição desse quadro já nos fazem entrar em questões envolvidas na construção de um corpo de "ONGs" relacionadas entre si, bem como no seu mapeamento.

O Quadro n° 1 fornece, através de uma sucessão de siglas acompanhadas dos respectivos nomes, um conjunto de entidades que aqui considero como constitutivas do universo das "ONGs" "de assessoria e apoio aos movimentos populares". Pelo quadro se pode ter a visão de uma cronologia e uma localização, por estado da Federação, dessas organizações. (No Anexo 1, como foi mencionado, encontram-se informações adicionais sobre um número de entidades representativo do conjunto: seus objetivos e atividades, tais como definidos por elas mesmas). Normalmente, internamente ao meio, essas entidades são conhecidas e identificadas apenas pelas siglas, um conjunto "esotérico" de combinações de letras que torna difícil a percepção do que se trata para os de fora – e prova de pertencimento é não se confundir nesse emaranhado de nomes parecidos, sabendo quem é quem – numa manifestação de efeito de campo, com sua "cultura" própria e inacessível aos que não são do *métier*.

Como cheguei a compor esse quadro? Conforme coloquei na primeira parte desse trabalho, um cadastro de "ONGs a serviço dos movimentos populares" tinha sido realizado por mim, com a colaboração de Rubem Cesar Fernandes e uma equipe do ISER, entre 1986 e 1987 (Landim, 1988). Hoje apresento mais um.

A comparação dos dois momentos de elaboração de listagens é significativa: de forma análoga ao que aconteceu com as entrevistas que realizei em momentos diferentes do tempo, a revisita ao "campo", para compor um novo cadastro, demonstrou a conformação, nesses curtos anos, de um conjunto mais estruturado. A diferença primeira e fundamental entre os dois tempos é de que, naquela época, "ONG" era coisa conhecida – reconhecida por poucos. Não havia então, como hoje, instâncias de consagração de algo como um corpo de entidades, auto-identificadas

enquanto tal – e, como se disse, o próprio trabalho de elaboração do catálogo acabou por ser uma delas, pela sua repercussão no meio e até, em grau menor, para fora dele.[129] Tivemos então que elaborar o nosso arbitrário na construção de definições e recortes em um determinado universo de entidades com contornos não delimitados formalmente em qualquer tipo de instância.

Tomamos, à época, como base, referências fornecidas por 12 entidades afins de partes diversas do Brasil (seis do Rio, três de Pernambuco, uma da Bahia, duas de São Paulo) e com âmbito nacional de contatos ou atuação. Entre essas, uma financiadora de projetos de presença antiga, no Brasil, de caráter secular, a OXFAM[130]; uma "repassadora de financiamentos" para projetos do mundo protestante – a CESE; e uma "repassadora" do mundo católico, a CERIS. Essas são entidades que se tornam mediadoras entre doadores estrangeiros e grupos, ou mesmo "ONGs", nacionais. Consultando os fichários de manuseio quotidiano onde se encontram referências às outras entidades com que cada uma se relaciona, impusemos nosso corte de seleção das que deteriam propriedades definidoras de uma "ONG". Adotamos dois critérios nessa escolha, um institucional e outro discursivo. Quanto ao primeiro, partindo da autonomia e do não-pertencimento ao mundo oficial como critérios, selecionamos tudo o que não fosse governamental e que não fizesse parte do mundo das grandes instituições como igrejas, sindicatos, partidos, universidades. Excluímos também as entidades "representativas", como associações de moradores, ou outra diversas. Por outro lado, partimos do próprio discurso das entidades, no que estabelecem seus objetivos de ação, distinguindo-se de outras "sem fins lucrativos não governamentais" como clubes recreativos, ou associações de caridade. Já era possível, por experiência do meio, distinguir como algo recorrente e generalizado o discurso do "a serviço de grupos e movimentos populares". E se chegou, como resultado, a um conjunto de 423 entidades, às quais se enviaram questionários como apoio – a assinatura – de seis entidades do Rio de janeiro: **CENPLA**, **FASE**, **IBASE**, **IBRADES**, **IDAC** e **ISER.**

Os financiamentos para a pesquisa – poucos, já que esse tipo de atividade não *é "prioridade"* no meio vieram da NOVIB, através de um aval dado pelas entidades acima, às quais se acrescentavam outras três ou quatro, do Rio de Janeiro. Conforme escrevi na Apresentação ao trabalho, *"Um incentivo imediato para a pesquisa era dado por um grupo de entidades cariocas que costumavam reunir-se informalmente, em torno de discussões práticas de interesse comum"* (Landim, 1988:6). Além disso, o texto de análise de minha autoria contido nessa publicação – "A serviço do movimento popular, as Organizações Não Governamentais no Brasil" – fora

[129] *A elaboração do catálogo foi pretexto para reportagem no jornal do Brasil: "Organizações Não- governamentais tomam conta do país", fruto de entrevistas dadas por mim, Rubem Cesar Fernandes e Jean Marc Von der Weid, dirigente de -ONG- que ainda vai entrar nessa história. "f...) Uma multidão de letras que, a partir da década de 70, passou a frequentar os jornais e o cotidiano dos brasileiros. Agora elas estão unificadas numa só sigla: ONGs" (Jornal do Brasil, 9 /4/88). De outro tom foi o artigo, publicado na Folha de São Paulo e assinado pelo professor da UFRJ, Jorge Boaventura: "Patrulhamento Esclarecedor". Mostrando entender do assunto, o autor enquadra acusa toriamente as "ONGs" do catálogo numa estratégia de militantes de esquerda – a "preconizada por Gramsci para a conquista do poder das sociedade dos nossos dias", mas sai do tom, voltando a antigos discursos de uma velha "direita", ao ligá-las à "demolição dos valores sobre os quais foram assentes as sociedades no Ocidente", agentes que seriam de dissoluções dos costumes através do incentivo a uso de drogas e liberdades sexuais. (Folha de Sio Paulo, 5/6/89). E mais duas ou três reportagens saíram em jornais, à época, sobre "ONGs", em que o catálogo produzido pelo* ISER *foi referência legitimadora, como a matéria saída no mesmo jornal: "Organizações não-governamentais: entidades ajudam o lobby da esquerda na Constituinte" (Folha de São Paulo, 17/6/88). A publicação não deixou de ter também algum trânsito no meio universitário. Passei a receber esporadicamente correspondência de pesquisadores – geralmente mestrandos – de outras áreas do país, interessados no tema. Um professor do PPGAS a utilizou em um curso. Etc.*

[130] *A OXFAM surge durante a guerra, em 1942, a partir de um comitê que se reúne na Universidade de Oxford para a ajuda a atingidos pela guerra, na Europa. Como outras entidades que nascem dedicadas ao relief, nos anos 60/70 passa a atuar em diversas regiões do mundo com ideários referidos ao "desenvolvimento", podendo estar implicadas aí concepções de mudanças estruturais nas sociedades do "Terceiro Mundo". OXFAM é secular mas mantém, desde suas origens, ligações informais com a religião Quaker.*

originalmente produzido enquanto consultoria para uma das redes internacionalizadas de "ONGs" que se multiplicavam, naquele período (no caso, o PREAL – Programa de Relaciones Políticas y de Cooperación al Desarrollo entre Europa e América Latina). As condições de elaboração do "Catálogo" são portanto atualizadoras e reveladoras de instâncias, novas e antigas, por onde passou a estruturação de um universo de entidades no Brasil: como sempre, as agências internacionais que participaram de seu financiamento; as também antigas agências nacionais (no caso da OXFAM, estrangeira mas com sede no Brasil) "irradiadoras" de recursos e conformadoras de padrões de legitimidade e de relações entre entidades no país; as novas instâncias formadas pelos grupos de "ONGs" que começavam a se "reunir"; e as novas instâncias internacionalizadas de debates sobre questões envolvendo a identidade dessas instituições – conforme vai ser retomado adiante.

Voltando ao "conjunto", os critérios que tivemos que construir para selecionar quem era e não era "ONG", há 6 anos atrás, afirmaram-se enquanto propriedades reconhecidas como pertinentes ao conjunto das "ONGs" estávamos dentro do "espírito da coisa" (ao reforço do qual demos nossa modesta contribuição). No entanto, essas propriedades hoje se apresentam de modo objetivado, através de determinados discursos reconhecidos no meio sobre "o que é uma ONG" e de corpos de entidades delimitados por seus próprios agentes. Como foi visto na primeira parte desse trabalho, o pesquisador se defronta hoje com conjuntos e definições que lhe são dados de graça, a partir da própria auto-construção dos agentes do campo. Há instâncias recentes consagradoras da categoria "ONG" e definidoras de pertencimentos legítimos ao corpo – como a ABONG, ou o Encontro PNUD mencionado.

Sem ter havido fundamentalmente mudança de critérios – no sentido de que, como foi dito, a autodefinição de "ONG" não é diversa da que adotamos no antigo catálogo – apresento aqui então uma nova listagem relativamente diversa da primeira, construída segundo os seguintes procedimentos:

1. Foram incluídas no Quadro acima as entidades que participaram do já mencionado "Primeiro Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas". Quem se responsabilizou por sua coordenação – os interlocutores, portanto, reconhecidos pelo PNUD, o que incluía a questão fundamental da escolha dos participantes brasileiros – foram as seguintes entidades "de assessoria e apoio aos movimentos populares": **IBASE**, **IDAC**, **ISER**, **CEDI**, **CEDAC**, **FASE**, **NOVA**, do Rio de Janeiro; **CESE**, da Bahia; e **Centro de Cultura Luiz Freire,** de Pernambuco. Havia limites quanto a número de participantes, e a partir daí a escolha foi feita de acordo com os seguintes critérios: cada uma das entidades acima apresentava sua lista de sugestões, por estado, já que se pretendia uma representação de entidades que cobrisse as diferentes regiões do país. As indicações eram discutidas no caso de dúvida – poucas, tendo dominado o consenso, índice de um reconhecimento comum e implícito das propriedades classificatórias pertinentes. Acordo básico em jogo era o de contemplar, portanto, as redes com que cada uma das coordenadoras se relacionava – redes que, em grande parte, superpunham-se umas às outras. Valia o veto, mas esse não chegou a ser exercido. A não ser quanto a algumas entidades consideradas "fora do meio" pelo seu discurso e atividades, o que se tentava decifrar às vezes pelo nome – no caso, concretamente, as desconhecidas de todos, que eram submetidas a

julgamento apenas pelo fato de, embora não constassem de nenhuma lista, se apresentarem solicitando ingresso no Encontro.[131]

Enfim, esteve presente na plenária do Encontro PNUD um conjunto de entidades escolhido consensualmente por "ONGs" a quem foi dada autoridade para tal – pelas agências internacionais e, tacitamente, pelas brasileiras, já que não houve conflito ou reclamações explícitas. Por um lado, o Encontro foi então momento da afirmação de posições no campo das "ONGs", consagrando-se o maior poder de algumas delas, as organizadoras. Por outro lado reuniram-se aí, num ritual de auto-reconhecimento, entidades e agentes que mantêm laços entre si, que se relacionam de algum modo ou se consideram aliadas e afinadas no mesmo tipo de objetivo e de atividades. Um conjunto auto-identificado, que se afirmou no Encontro como as "ONGs brasileiras", cuja legitimidade não foi contestada por nenhum dos atores presentes.[132]

2. Incluíram-se no Quadro I, igualmente, as entidades sócias da ABONG – a associação fundada, como se disse, pelas que compartilham do modelo "a serviço dos movimentos", a única "associação de ONGs" existente – entidades atualmente em número maior do que as que estiveram no encontro acima, com o qual coincidem, no entanto, em grande parte. No quadro estão assinalados os pertencimentos à lista do Encontro PNUD (P) e à lista das associadas à ABONG (A).

Algumas observações devem ser feitas sobre o caráter dessa escolha, por sua vez também reveladoras de características do campo das "ONGs". Em primeiro lugar, não se teve aqui a intenção de querer esgotar o universo de entidades "de assessoria e apoio", algo como um "censo", ou sequer se teve a quantidade como meta. Não se trata de um cadastro para uso, claro, mas de uma listagem que faça sentido quanto ao estudo de determinadas propriedades que interessam aqui. E essa é uma listagem consagrada pelo próprio meio, são as "Top ONGs".

[131] *Esses são dados retirados de minhas próprias anotações e observações, como participante de reuniões de "escolha" e preparação do Encontro, a qual durou cerca de três meses.*

[132] *Dentre essas entidades -132 – foi retirada a amostragem de 102 diretores de ONGs que se constituíram no objeto de pesquisa de opinião realizada por Fernandes e Piquet (1991). Por sua vez, Michael Bailey reforça a sua consagração, atingindo mais facilmente canais internacionais, através do seu paper "Notes on NGOs in Brazil", chamando-as de "Top 100", mesmo admitindo que "this may be something of a misnomer " (Bayley,1992). Bailey é representante para o Brasil da OXFAM.*

É de se supor que formam um núcleo que se irradia e se multiplica em outras entidades, geralmente pequenas e não tão estáveis, através das mesmas redes de agentes e relações – nacionais e internacionais – que o constituem. (As "ONGs" são como Gremlins, como me observou Lopezllera, um mexicano agente do meio, em uma das dezenas de reuniões internacionais também constitutivas do fenômeno "ONG"). Na composição do próprio conjunto aqui apresentado, como retomarei adiante, está presente esse processo de gestação de entidades a partir de outras. Assim como está presente o fenômeno marcante no campo, a estratificação interna. Há poucas grandes e muitas pequenas, ou talvez, melhor dizendo – a questão nem sempre é de tamanho orçamentário, ou de pessoal – há uma razoável concentração dos capitais que geram dividendos no campo em poucas entidades.[133]

Nesse sentido, um catálogo de "ONGs" que quisesse impressionar pelo número – ou que quisesse colocar-se "a serviço" – facilmente poderia ser montado, a partir de entidades e redes de relações já existentes. Por exemplo, consultando, para efeito dessa pesquisa, documentos existentes na FASE, em novembro de 1992, pude colecionar referências a mais de 50 "ONGs", espalhadas pelo Brasil, entidades pequenas, com nomes e objetivos de ação definidos de forma monotonamente análoga ao que se encontra nas listagens apresentadas. Seus financiadores são da mesma natureza dos que apóiam as "grandes", ou "notórias" "ONGs". Na verdade, apresenta-se aí o universo de relações ligado de algum modo à atuação da FASE (mas não apenas à FASE, é claro). Uma entidade como esta tem instâncias formalizadas de "assessoramento de projetos" para outras entidades menores – um "a serviço do campo", diria eu – assim como age enquanto mediadora diante das agências internacionais para a criação de novas entidades, ou de "avaliadora" quanto a impasses na continuação de apoios já dados por essas agências (são frequentes os pareceres sobre outras "ONGs" ou "projetos" pedidos por agências que depositam "confiança" na FASE e elaborados formalmente, de modo explícito ou mesmo sigiloso), etc. E, como a FASE, outras entidades cumprem o mesmo papel "irradiador", legitimador e mediador – ocupando posições poderosas no campo – e teriam mais listas e referências.

Essas observações visam situar o caráter das entidades contidas no Quadro I. Não apenas por essa característica de universo em multiplicação – onde os falecimentos de entidades também são um fator a se contar e de difícil controle – tornar-se-ia difícil fazer uma pesquisa de caráter censitário dessas entidades. Sobretudo, a própria idéia de produzir uma listagem que se queira completa é questionável pela raiz. É característico desse conjunto ter fronteiras pouco nítidas. Como se disse, compõem um campo fraco, onde a dependência com relação a outros campos institucionais não deixa de estar presente, constituindo uma faixa de sombra em seus contornos externos. E as identidades entre ser ou não "ONG" redefinem-se, para algumas, de acordo com diferentes contextos. O campo, na realidade, é em alguma parte produto de re-semantizações. O pesquisador, ou algum "elaborador de catálogos", pode manipular essa ambiguidade de diversas formas.

Devem-se certamente a essas características parte das diferenças encontradas entre a pesquisa que realizei no ISER e essa listagem de agora. Afinal, a diferença numérica é grande: encontramos na época 423 entidades, ao passo que essas listas compõem menos de duzentas. Se

[133] *Segundo estimativas da pesquisa com diretores de "ONGs" realizada por Fernandes e Piquet (1991:9), onde se levam em conta apenas indicadores de recursos materiais, tomando por base 1990, "a pirâmide é larga na base, fininha do meio para cima": 78% das ONGs brasileiras tiveram orçamentos anuais inferiores a US$500.000. 54% tiveram receita inferior a US$100.000. 24% contaram com menos de US$30.000. Apenas 8% ultrapassaram a faixa de um milhão de dólares anuais"*

considerarmos o aumento de "ONGs" daquela época para cá, essa discrepância fica maior ainda. Valem rápidas observações a partir da comparação entre as duas listagens.

Em primeiro lugar, a primeira foi listagem "a serviço": havia interesse em acumular o maior número de referências possível, não só em termos de a publicação funcionar como catálogo a ser consultado, mas – e talvez sobretudo – por haver, certamente de forma não tão consciente, a intenção de afirmar a existência de um campo, coisa bastante polêmica no meio dessas entidades, naqueles tempos de acusações de "entrega do ouro ao bandido" (hoje a questão ainda é polêmica, em outros termos). A publicação tomou um partido no debate, propondo o fim da "clandestinidade". E o número impressionava.

Mas além disso, as diferenças maiores estão nas fronteiras do conjunto, nesse critério inclusivo adotado para compor a listagem em 1987. Isso se afirmou não só, mas sobretudo, com respeito à enorme quantidade de entidades ligadas às igrejas – muitas delas pequenas, parte orgânica de paróquias ou dioceses, mesmo que possuindo registro independente – que optamos por incluir. Um exemplo significativo foram as entidades de Defesa dos Direitos Humanos: há nada menos que 137 listadas no catálogo publicado pelo ISER e que praticamente desaparecem das atuais listagens mencionadas. Por um lado, trata-se aí de um universo particularmente ligado à Igreja Católica – não havia diocese que não tivesse seu CDDH. Assim como fizemos constar também da listagem as Comissões de Justiça e Paz, organicamente ligadas à Igreja. O fato de não fazerem parte das instâncias e redes que compõem, hoje, o universo "ONG" (no sentido de que não aparecem nas listagens "oficiais" do meio) pode indicar a tendência, de lá para cá, de autonomização desse campo. Pode também, e certamente, refletir mudanças na conjuntura política, com o fim das sequelas ditatoriais. Os Centros de Defesa de Direitos Humanos – emblemas das posições adotadas pela Igreja durante o regime militar – eram particularmente voltados para a política, e poucos teriam se transformado em centros de defesa de direitos civis, com a mudança da conjuntura.

Enfim, esse é apenas um exemplo significativo da maior precisão de fronteiras que veio acontecendo com o tempo, à medida em que essas entidades foram assumindo um espírito de corpo. Quanto a isso, é interessante observar as variações nas inclusões e exclusões do conjunto PNUD e do conjunto ABONG. Por exemplo, o IBAM e o DIEESE, que abrem a lista, são típicas entidades "re-semantizadas" como "ONGs", em um contexto particular. Por sua antiguidade e reconhecimento como entidades civis voltadas para o campo de questões sociais, foram convidadas para o encontro PNUD – as "ONGs" organizadoras não deixariam de fora entidades que são estereótipos de organizações civis autônomas, exemplos "bem sucedidos" e com visibilidade social (uma mais referida ao Estado, outra aos sindicatos, campos com os quais se relacionam as "ONGs"). No entanto, não estão na ABONG – não fazem parte da história que aqui está sendo contada, em termos de redes de relações e ideários construídos durante os anos 70, na vigência do regime militar.[134]

[134] *A história do DIEESE é interessante, no sentido de que surge como uma espécie de "pré-ONG", no caso, com ligações privilegiadas ao universo sindical. Surge em 1954 como entidade "técnica", voltada para subsidiar sindicatos sobre dados relacionados ao custo de vida. Criando-se a partir da iniciativa de sindicatos, pleiteava autonomia,já que seu estatuto determinava que os recursos deveriam provir não do imposto sindical, mas da parte da contribuição que se origina dos associados. Muito mais tarde, vai cumprir uma função de "assessoria" semelhante à das "ONGs" (talvez num modelo mais próximo ao do IBASE, como será visto), aproximando-se inclusive do polo* político de sua afinidade, a CUT. Seu primeiro diretor técnico, José Albertino Rodrigues, na época com a trajetória profissional cortada, a partir de haver sido despedido da Universidade, era "sociólogo simpático por inclinarão política à instrumentalização económica e sociológica dos *trabalhadores" (Leite* Lopes, s/d), o que o aproxima, em um contexto inesperado, dos profissionais das "ONGs".

Essas e outras questões, tomando como base o conjunto apresentado, serão retomadas adiante. Se foi contada parte importante da história – sua fundação, seus fundamentos – resta entrar mais diretamente na era das "articulações", como se diz no campo, os tempos em que se descobrem e inventam laços e identidades comuns, diante da mesma missão, tanto a voltada para transformações na sociedade quanto, igualmente, a voltada para si, para o estabelecimento de um nome na praça das "sem fins lucrativos".

Um gancho para essa continuação está dado pela presença – como pôde ser observado – de entidades que rivalizam, em consagração, com as "pioneiras" analisadas. Essas serão fundadas no contexto movimentado da virada dos anos 70/80, momento de consolidação de movimentos sociais e sindicais e também da esperada "volta do irmão do Henfil", juntamente com tantos outros que interromperam sua vida no país por um período de exílio. Alguns desses desembarcarão no Brasil trazendo "ONGs" na bagagem, vindo a representar um papel expressivo nos rumos tomados por essas entidades, nos anos dourados de sua expansão, a década de 80.

1. 2. REENCONTRO DE DESCONHECIDOS.

"*Quando a Angelina chegou aqui, de voltado exílio, eu a encontrei e disse: '- Oi, Angelina, tudo bem?' E ela: '- Como você me conhece?' 'Ora, é porque eu cansei de ver o seu retrato, lá na França, quando a gente fazia denúncia das prisões do pessoal da JOC no Brasil. Escrevíamos cartas à Embaixada, ao Costa e Silva, fizemos manifestações, atos públicos, uma série de coisas' (...). Outro dia o Betinho disse: ' – Meu primeiro ideólogo foi Emmanuel Mounier'. Eu falei, ' – Bom, então estamos muito próximos, porque o meu primeiro ideólogo foi Emmanuel Mounier'*." Quem fala é Jean-Pierre Leroy, da FASE – como já se disse, chegado no Brasil, vindo do interior da França, como padre missionário em finais de 1971 – o qual não havia conhecido a leva dos exilados e banidos. Já Angelina (Maria Angelina de Oliveira) foi dirigente nacional da JOC e, ao voltar do exílio, foi uma das fundadoras do **CEDAC.** Betinho – Herbert de Souza – foi militante da JEC, JUC, UNE, CPC, AP (tanto a cristã quanto sua sucessora marxista-leninista e maoísta) e, ao voltar do exílio, foi um dos criadores do **IBASE** e posteriormente da **ABIA.**

Se os fundamentos para a existência do campo das "ONGs" estavam razoavelmente consolidados nos inícios dos anos 80, completando-se com os movimentos de "desaparelhamento" e da criação de discursos que marcavam mais claramente distinções com relação às igrejas, movimentos sociais e partidos dos quais se aproximavam em suas atividades (secundariamente, com a Universidade) a volta de exilados que investe nesse tipo de entidade traz marcas que merecem ser comentadas. Reafirmam-se redes de relações constitutivas dos "Centros", confirmam-se laços, estilos, ideários presentes em toda essa história aqui contada. Sobre o pano de fundo da distensão política, esses novos chegados serão catalisadores de articulações e movimentos de auto-reconhecimento nesses meios, trazendo também consigo ventos internacionais de renovações.

De fato, alguns dos retornados com a anistia encontrarão nos "Centros" um campo de trabalho – aquele que combina profissão com determinadas imagens e projetos de vida – sob

medida.[135] Não é à toa que os que se dedicaram a esse ofício criaram entidades consagradas e bem sucedidas. Os personagens são os mesmos que já apareceram nessa história, cristãos ou marxistas, intelectuais ou educadores de base, determinados militantes das oposições que foram atingidos pela ditadura em diversos momentos. No entanto, no que se refere aos "Centros", já chegam com um capital que os coloca muito bem situados com relação às propriedades classificatórias que, na prática do meio, legitimam, identificam e hierarquizam.

O exílio é marca forte, indelével e indubitável de trajetórias passadas, definindo especialidades e vocações para a política, ponto no currículo exigido para os agentes das "ONGs" na época. A volta repete muito dos mitos – ou das situações – da "inadaptação", do ter que retomar uma vida cortada, do "ter que ganhar a vida" para pessoas cuja vida inclui projeto político.[136] Trajetórias profissionais e de vida cortadas tanto aqui, quanto lá: narram-se também histórias de como se deixaram possibilidades construídas a duras penas no exterior, para voltar à terra natal. A volta é às vezes uma renovação de rupturas. Essa interpretação, por exemplo, é consagrada e tornada visível através da narrativa do atualmente mais famoso dos personagens, o Betinho, que teria deixado para trás a conclusão de uma tese de doutoramento e uma posição segura numa universidade mexicana para voltar – o destino do desapego, da missão e da insegurança, interpretaria eu – enfrentando mesmo dificuldades materiais, nos primeiros tempos de Brasil (teria sido, ajudado por um trabalho provisório – com a FAO – arranjado por Waldo César, personagem "pioneiro" que já apareceu na nossa história: as redes se reatualizando) (cf. depoimentos dados a Gontijo,1988).

Repetem-se então os mitos fundadores e nascem diversas entidades – nascem, agora, "prontas", conforme o figurino "ONG". Seus criadores e novas agentes são especialistas da política que em geral prosseguiram com mais disponibilidade de tempo seus estudos lá fora – muitos também tendo prolongado, em outras terras, seu período de militância, ou renovado ideários e ligações políticas – voltando talvez mais qualificados do que seus pares brasileiros, para efeito do que interessa. As andanças pelo mundo facilitaram a internacionalização das cabeças – e, como se sabe, as "ONGs" são transnacionais por natureza assim como, mais recentemente, pelo discurso, onde a sociedade civil popular vira também planetária. Enfim, o campo em constituição das "ONGs" ganha alguns novos e competentes especialistas.

Sobretudo, esses exilados trouxeram consigo – repetindo as histórias de outras idas e vindas para o exterior de gente de "ONGs" – as relações de confiança construídas com as agências financiadoras, muitas das quais foram responsáveis por importantes apoios recebidos nos tempos de refúgio político, assim como canais para denúncias, campanhas conjuntas lá fora, etc. – e até fonte de empregos. Esse exílio demorado deu margem a uma mediação que pode ter sido significativa para a consolidação de relações que constituem o fenômeno "ONG".

[135] Claro, não estou aqui avaliando o peso dos "Centros" enquanto ocupação para o enorme e diversificado grupo de retornados. Apenas estou falando do papel representado, na configuração do campo, pelos que investiram no trabalho nessas entidades. E de como características de determinados "tipos" de exilados se adequam aos critérios de pertencimento ao campo.

[136] O mito da "marginalidade" dos agentes das "ONGs" me foi enunciado também em entrevistas querealizei em 1985, na França. Como me declarou um diretor de SOLAGRAL, entidade criada em 1980, com ligações com oMinistério da Cooperação, trabalhando com a questão das relações econômicas internacionais, quanto a problemas alimentares (claro, numa perspectiva gauchiste): entre seus contatos, para a atuação no Brasil, estavam "Silvio e *Jean-Marc*, *que* eram refugiados; trabalhamos durante 4 anos no *INRA*. São pessoas que não são atores do sistema dominante. São marginalizados, pessoas *que têm* uma compreensão mais aguda dos problemas". (Entrevista com Marcel Marloie, maio de 1985). Silvio de Almeida, ex-exilado e ex-militante de organizações de esquerda no Brasil, e Jean Marc voa Der Weid, idem e também expresidente da UNE, fundariam uma ONG ao voltarem do exílio – a atual AS-PTA.

O discurso que se tornaria corrente entre essas entidades sobre a natureza das *"parcerias"*, em que uma das características seria a inter-influência entre entidades nativas e internacionais, com uma *"politização"* das relações, teve aí um momento significativo para sua justificação – um momento de reafirmação do "modelo" que já nos foi dado em outros contextos anteriores, desde a narrativa sobre a fundação da NOVA. É como se disse, daqui do Brasil:

"*Porque o exílio se instala dentro das ONGs do Norte e começa a dizer: olha, isso não é assim não. É diferente. (...) E quando volta, vem gente dizendo para o pessoal daqui: isso não é assim como você pensa de jeito nenhum. Sabe como é que é? (...) Essa questão internacional sempre foi uma coisa pensada assim, por nós: que se eles compravam pobreza, a gente vendia – mas fazia política. O caso é que tinha, lá, gente que fazia política também. Então, eu diria que o exílio tornou transparente aquilo que acontecia por lá.*" (Entrevista com agente de "ONG", participante ativa das articulações dos finais dos anos 80).

E como me afirmou em entrevista recente – com olhar do "Norte" – um Diretor de Projetos de uma agência britânica com peso e tradição de atuação no Brasil e na América Latina:

"Os exilados latinoamericanos foram importantes, para influenciar as agências. A maior visibilidade na Grã-Bretanha foram a América Central e o Chile. A questão do Chile formou toda uma geração, criou uma série de ativistas. Há toda uma geração de burocratas nas agências que tem a ver com o Chile".

Os exilados que investiram nesses terrenos trouxeram, então, não só capital acumulado em relações, mas também um maior conhecimento do funcionamento dessas agências, em diversos países, de sua natureza, de seus papéis e possibilidades, de suas políticas internas e externas – da complexidade das forças sociais e políticas em jogo na sua atuação.

Há uma espécie de consenso, por parte dos agentes de "Centros" que aqui ficaram, quanto à excessiva ignorância, durante muito tempo, da complexa engrenagem internacional em que todos estávamos envolvidos, em nossos trabalhos. Como testemunha dessa história, posso afirmar que essa "alienação" era generalizada, e dela participei: no ativismo e na dinâmica dos "Centros" não havia espaço para discussões sobre os "financiadores do Norte". Esse era o objeto não pensado, não discutido – interesse comum, consenso implícito e subjacente às relações construídas dentro do campo.[137] Relações se iam construindo entre os diretores de "Centros" e os agentes de projetos – quadros intermediários encarregados de fazer a ponte entre a matriz do "Norte" e os beneficiados do "Sul" e nesse nível se afirmavam confianças, cumplicidades, conhecimentos. Eram relações bilaterais, individualizadas de "Centro" para "Agência" ou, antes, de "Diretor de Centro" para "Agente de Projeto". Eram poucos os que se especializavam em "passar o pires", como se diz na intimidade do meio – eram poucos os competentes para isso, os que traziam a legitimidade da relação estreita com igrejas e o reconhecimento dado pelos trabalhos nas bases da sociedade e,

[137] Há quem defenda a tese de que a não visibilidade – a ausência de debates – sobre esse tipo de cooperação internacional, a qual se manifesta em diversas instâncias, tem a ver com a diversidade de interesses, valores, motivações, em jogo na complexa cadeia de atores nela envolvida. Todos teriam algum interesse em manter a estrutura funcionando, e discussões mais públicas poderiam expor incómodas contradições (Smith, op. cit.). Pode-se pressupor também, quanto ao campo brasileiro, que esse assunto tende – ou tendeu – a ser tabu, entre os "Centros": as relações com as agências são patrimónios preciosos acumulados ao longo do tempo por cada entidade, no campo concorrencial por recursos e alianças.

até, os que detinham um maior domínio de línguas estrangeiras e sabiam se mover nesses países, tendo por suas origens um conhecimento prático do que significavam essas entidades, naqueles contextos. Isso bastava para o funcionamento da máquina, e poucos – quadros de prestígio, sempre em postos de direção – concentravam em suas mãos esse tipo precioso de qualificação, onde estava envolvido um alto grau de "confiança pessoal" (talvez mesmo essa seja uma das últimas áreas a se profissionalizar no campo das "ONGs").[138]

Os exilados, antes de mais nada, diversificam o leque dos que tinham acesso aos canais de reconhecimento pelas agências, a partir de outras propriedades construídas no exílio, incluindo-se aí a mera condição de expatriados. A "esquerda militante" construirá também suas relações de confiança internacionais, legitimando-se nesse campo razoavelmente dominado pelas igrejas. Por outro lado, os que viveram anos no exílio voltam com visões mais complexas dessas articulações entre Norte e Sul, contribuindo para a realização do *aggiornamento* que se faria necessário, diante de novas conjunturas nacionais e internacionais. Incluindo-se aí, sobretudo, a "subversão" de contribuir para que esse impensado – esses "recursos externos" que sempre foram condição de existência de práticas que se querem "autônomas" – se tornasse tema de debate explícito de peso, no campo que se formava.

Os tempos mudavam, não apenas em termos da conjuntura – as ditaduras arrefeciam, e as lutas contra elas tinham sido as principais bases de apoios internacionais da década de 70, onde "democratização" era palavra importante – como também em termos da concorrência por financiamentos, já que as "ONGs" do "Sul" se multiplicavam em razão geométrica, sobretudo com a diversificação crescente de clientes potenciais desse jogo. Novas "tribos" anunciavam, pouco a pouco, sua entrada em campo. Diversificam-se também os financiadores. Como se mencionou no início, começam a surgir no horizonte novos elementos, como agências multilaterais – o Banco Mundial, sobretudo – e governamentais de países estrangeiros, propondo relações diretas com "ONGs" nativas.

É na primeira metade dos anos 80 que se começa a gestar entre os "Centros" um discurso de "institucionalização", ou "politização" das relações com as agências – a idéia de colocar fim a "subserviências", "dependências", "clientelismos" possíveis. Como será retomado adiante, essa será uma das idéias fortes presentes no discurso e na ação das articulações horizontais que se começariam a fazer entre essas entidades e agentes, agora não mais como "redes invisíveis", mas de modo mais formalizado. Há que se criar um corpo organizado nacionalmente, com discurso coerente em termos de "nossas" propostas e objetivos, para se dialogar com força, em termos políticos, com as agências – era o que se começava a dizer. Processo estimulado também pelas agências, que buscavam certamente organizar e manter seu campo de atuação, seus "parceiros", sua "clientela". Alguns veteranos dos "Centros" saíam à frente no sentido de assegurar seus interesses, o que implicava em se colocarem como atores com propostas coerentes, no campo que se transformava: em termos de criar um conjunto com identidade comum mais delimitada e

[138] Essa ausência de debates sobre a questão se reflete deforma marcante no fato de não se encontrarem no Brasil – mesmo até hoje, nesses tempos de internacionalização- fontes mínimas de pesquisa sobre as entidades internacionais que se relacionam comas "ONGs". Esse saber se acha guardado na cabeça dos ainda poucos negociadores do ramo – os que se especializaram nos tours pelo mundo das agências de ajuda *overseas*. *Ou* em alguns folhetos ou documentos espalhados por Centros de Documentação e gavetas das "ONGs". Recentemente, ao tentar recolher material sobre o assunto através de uma auxiliar de pesquisa, chegamos à conclusão de que deveria ser buscado um pesquisador que dominasse o inglês e o francês, para poder ler grande parte dos documentos encontrados. Diga-se de passagem, nos países matrizes existe uma abundante literatura, "de dentro" e "de fora" do campo, sobre o assunto.

distinta, com um discurso próprio, expressando ideários comuns construídos entre si e com "parceiros" consolidados. Em termos de se legitimarem como as "ONGs" brasileiras.

Os exilados certamente representaram um papel nesse panorama que se colocava para os anos 80. Depoimentos de gente que viveu esses tempos evocam os rumos que as "ONGs" iriam tomar, onde algumas pessoas mais "farejadoras" ou "visionárias", como me disse um entrevistado contando essa história, teriam tido papel importante. Entre elas, os agentes recém-chegados do exterior. Surgem então novas siglas e pessoas como conformadores de peso do campo.

No Rio, o **IBASE**, o **CEDAC** e o **IDAC** são exemplos, entidades que o leitor mais paciente vai lembrar de ter visto na organização do Encontro PNUD, ou na carta de apresentação da pesquisa do ISER mencionada. Assim como também o **AS-PTA** (criado, como se disse, por Silvio Almeida e Jean Marc Von der Weid) – que, por exemplo, vai figurar na Coordenação Nacional do "Forum de ONGs" da ECO-92 mencionado. Todas essas criadas por gente que veio do exílio – chegando uma delas, aliás, já fundada e com razoável cacife, o IDAC, formada em 1970 por Paulo Freire, em Genebra (agora dirigida por seus também fundadores Miguel Darcy de Oliveira, ex-diplomata e refugiado político, e Rosiska Darcy de Oliveira, intelectual e militante feminista). Surgem então outros "pioneiros" dos novos tempos, os que vão pensar, juntamente com os "veteranos" já aqui estabelecidos, as formas de afirmação e continuidade através da década de 80 desse conjunto cada vez mais identificável de entidades, em que a questão internacional vira progressivamente objeto de debate.[139]

A dinâmica de criação de novas "ONGs" por esses agentes (que inclusive já trazem para um campo de tradição "semi-clandestina" uma marca de visibilidade – é gente que chega "conhecida", como o "irmão do Henfil", e vai voltando recebida pelos movimentos de anistia, pelos amigos e pela mídia nos aeroportos) necessariamente vai provocar consequências em termos das relações pré-existentes no conjunto dessas entidades.

Mas, por outro lado, a criação dessas "ONGs" é também momento revelador e atualizador das regras estabelecidas por investimentos passados de agentes e entidades. A essas regras os "novos" chegados terão que se enquadrar. Ou seja, as trajetórias a cumprir nesse processo de criação – no geral rápidas, já que envolviam gente com as propriedades reconhecidas para tal, no meio – eram prova da existência de uma rede de relações estruturada com critérios de pertencimento e legitimidade específicos. Assim, se o capital das relações "para cima" era virtualmente acionável de modo fácil, havia as questões do reconhecimento pela "rede horizontal" que constituía o meio nativo e também a da criação dos laços de ligação com a sociedade *"popular"*, as *"bases"*, as *"organizações"* – fatores a essas alturas razoavelmente interdependentes, em termos desse conjunto específico de entidades nacionais e internacionais. Mais do que criar laços novos, os recém-chegados – em que pese algumas novas idéias e propostas de trabalho originais trazidas do exterior – vão entrar, ou ter que entrar, nessa estrutura e nesse jogo anteriormente criado pelo ofício dos "Centros". As narrativas de como se

[139] Como diz expressivamente, em entrevista, Letícia Cotrim, uma agente que participou em todo esse caminho de articulações dos anos 80, enquanto responsável, no IBASE, por esse tipo de trabalho, e atualmente quadro da ABONG: *"Eu acho que* essa década dos exílios tornou mais nítido *que você* tinha uma diplomacia para fazer. Que precisava de gente para vender e comprar projetos. E *que raio* podia ficar na política de projetinhos... você tinha que partir para Programas. Essa chave começou a ser comunicada e as pessoas que participavam de reuniões onde se discutia iss,logravam coisas melhores.(...) Eram pouquíssimos, era meia dúzia que queriam fa: er isso, que perceberam... E aí não dá para dividir o mundo das ONGs em grandes e pequenas, isso é falso. O CEDAC, por exemplo, é pequeno, mas ele farejou – é aí que eu tenho que estar. O NOVA também é pequem), são 6 pessoas até hoje, mas entrou nesse grupo..."

conseguiram fundar as novas entidades são reveladoras da consistência dessas redes e alianças. Mostra-se como, de modo geral, percorrem-se facilmente os mesmos caminhos e repete-se então o "mito fundador", em outra conjuntura. E, além de reveladores quanto à nossa história já contada, os passos dados no sentido dessas novas fundações de entidades vão contribuir para a estruturação do campo.

Um exemplo que nos leva de volta aos "pioneiros" é o do **CEDAC,** fundado no Rio já em 79 por pessoal fundamentalmente ligado à Acão Católica Operária. E em se tratando de Igreja Católica – sobretudo, no caso, ACO – já se sabe a história: como me disse Angelina, uma de suas diretoras, em entrevista, em 1988, "*o CEDAC nasceu nacional, por causa da penetração que a gente tinha – conhecíamos lideranças do Brasil inteiro*".

"*Cursos*" e "*reuniões*", nacionais e internacionais, repetem histórias anteriores, só que em tempos de movimentos e organizações sociais, e não mais de "trabalhos de formiga" discretos, nas bases da sociedade. As idas e vindas à França estão também na raiz do CEDAC, só que de forma mais atualizada quanto à conjuntura: em "*intercâmbios*" que levavam grupos de trabalhadores brasileiros, "*lideranças populares*" dos tempos das novas pastorais sociais, para fazer cursos e "*trocas de experiências*" com centrais sindicais – no caso, a CFDT francesa – com o apoio do CEDAL (Centro de Estudos do Desenvolvimento para a América Latina, entidade francesa), onde reencontraremos a aliada e pioneira Henryane de Chaponay, sua diretora. Isso, em 1978. O terreno estava preparado para a volta e é interessante como se repete a saga do tipo NOVA, conforme documento de uma recém-terminada "*auto-avaliação*" do CEDAC[140]: "*Por iniciativa desses trabalhadores e de alguns exilados recém-chegados, dá-se início, ainda em 1978, a um amplo trabalho de articulação de militantes com o objetivo de quebrar o isolamento em que se vive à época. Realizam-se então onze seminários regionais e um seminário nacional, precedidos de uma pesquisa que ajuda a identificar as necessidades sentidas pelos militantes na nova conjuntura. Vai se tornando cada vez mais clara a necessidade de se criar um centro de educação popular capacitado a formar lideranças a partir da nova realidade econômica, social e política do País* (...). *Os fundadores do CEDAC são majoritariamente trabalhadores oriundos dos movimentos de Igreja, alguns intelectuais, sacerdotes e bispos. Assim, na gênese do CEDAC está o encontro de trabalhadores e intelectuais, cristãos e não cristãos*" (CEDAC, 1992:3). A marca da entidade – cada uma tem a sua – será a colocação de trabalhadores, gente ligada à pastoral operária, em sua direção, bem como a sua assumida ligação com os trabalhos de pastoral da Igreja, como uma das linhas de ação.

O modelo que se repete: trabalhos "isolados", espalhados pelo país; essas bases fazem ouvir as suas vozes e as suas "necessidades sentidas", através de reuniões promovidas pelos "assessores" que as tornam visíveis – que tornam também visível a existência de ligações e alianças entre esses "assessores" particulares e as "bases", ou "movimentos" (no caso acima, e na época, os "*militantes na nova conjuntura*", ou os "*trabalhadores*"), assim como a "demanda" desses últimos (mostra-se que os "*agentes*" "têm" bases); justifica-se, para as agências internacionais aliadas e que acompanham o processo, a criação de uma entidade do tipo "educação popular". A idéia da base autônoma e de uma demanda daí advinda – pode-se pensar em um "mito

[140] Os avaliadores externos convidados foram Jean Pierre Leroy, da FASE, e quadros do CERIS – como foi dito, agéncia ligada à CNBB, fronteiriça ao mundo "ONG" e repassadora de recursos internacionais para trabalhos comunitários no Brasil – recursos da CEBEMO, agéncia holandesa católica.

da base", como diz Suaud[141] – é a legitimação última da criação do "Centro", para seus agentes e para as agências. Esses "encontros nacionais" como o fundador da NOVA – criam padrões de legitimação de "bases", de "assessores" e da sempre delicada presença das agências internacionais em meios de construção de "autonomia popular". Essas são aliadas, e não meras financiadoras, é o que se consagra nesse tipo de contexto.

Quanto ao que interessa aqui – as formas de criação de um conjunto com traços que relacionem seus elementos – é significativo saber que, a partir da estrutura de contatos e atividades nacionais (e internacionais, claro) do CEDAC, decidiu-se criar, entre 1982 e 1985, 8 "*centros autônomos*", "*com os quais se buscaria estabelecer uma relação de cooperação a partir de afinidades programáticas e metodológicas*"[142] (CEDAC, 1992: 9). Caem na rede dos "Centros", de norte a sul: **CEPAC**, em Teresina; **CETRA,** em Fortaleza; **ECOS,** em Recife; **INAP,** em Vitória; **CAPPS,** em São Paulo; CAMP, em Porto Alegre; CEPS, em Sete Lagoas (MG) e **IOT**, em Nova Iguaçu (RJ) (CEDAC, 1992: 9 – só são mencionadas as siglas, na publicação). Entidades que, como se diz no mesmo texto, com o tempo "*seguem seu caminho*".

O CEDAC pega, portanto, o bonde dos "Centros" no país, na virada da década.[143] Sendo gente ligada em suas origens à Ação Católica, e à Igreja Popular no tempo subsequente, os terrenos na "base" – e as relações com agências financiadoras – estavam dados. E as qualificações adquiridas nos tempos de exílio fazem também parte das propriedades com que justificam suas competências e a lógica de sua criação, enquanto "Centro". O jargão da época e as definições das tarefas a serem cumpridas pelos "Centros" em sua atuação me são dados pela entrevista mencionada com uma das diretoras do CEDAC: a "*assessoria*" a ser feita deveria "*capacitar quadros ou grupos*", deveria dar "*formação*". Na sua visão – que segue concepções correntes já expostas aqui -, durante o período da ditadura os movimentos e pastorais populares e a oposição sindical que se criara enfrentavam agora desafios colocados pelo despreparo dos militantes que aqui ficaram, e que construíram esses movimentos. Agora era o momento de "*formar"* e " *articular*" para o movimento poder "*avançar"*. Há um papel histórico para os que foram exilados: "Somos *militantes anteriores à ditadura, nos formamos num período de liberdade. E a experiência no exterior foi um momento de abrir os olhos e conhecer de perto experiências de um povo que se organiza. Aí voltamos e percebemos que, durante a ditadura, o pessoal que era cabeça teve que sair... Como enfrentar 77, 78? Havia a necessidade de militantes preparados"* (entrevista mencionada com Angelina). Enfim, em termos das qualidades exigidas de "assessores", esses novos chegados vieram praticamente prontos – necessitando apenas uma prova de

[141] Suaud mostra como se dá em determinado contexto o "passe de mágica social" através do qual ocorre a "reapropriação da expressão" de determinados agentes por outros externos ao grupo, constituindo-se sempre, no entanto, a ilusão da fidelidade à palavra emitida pelos primeiros (Suaud,1984). Discussões sobre o possível "autoritarismo disfarçado do agente", o "populismo", o "dirigismo", sempre fizeram parte dos debates no campo, objetos da afirmação de posições diversas e diferenciações de estilos entre "Centros", durante certo período – sem que isso implicasse em invalidar a crença fundamental de que existem substantivamente "bases", "necessidades sentidas" e "agentes/ assessores" que respondem de alguma forma (correta, incorreta) a essas "demandas".

[142] "Têm o mesmo critério, o mesmo tipo de proposta: que tipo de socialismo e que tipo de estrutura sindical ajudamos a construir; a questão da democracia participativa como alternativa à democracia representativa. A autonomia das organizações com relação a partidos, a organização pela base, no local de trabalho..." (Entrevista com Angelina, em 1988).

[143] Como outras, conta a mesma história de como, no início, o "a serviço" confundia-se com os movimentos apoiados, em uma "simbiose". E como, gradativamente, vai reafirmando sua autonomia frente a "Estado, Partidos e Igrejas", numa "etapa superior marcada pela parceria em face ao objetivo comum, a construção da democracia no pais e o efetivo exercício da cidadania. A estruturação interna do CEDAC assume gradativamente a configuração de uma organização não-governamental *(ONG),* passando a pertencera uma extensa rede de *ONGs*, no Brasil e no exterior" – claro, isso já escrito em 1992 (CEDAC, 1992: 4).

reatualização – e remontam ao pré-64. As relações acionadas no Brasil? Mencionaram-se em entrevista gente de bairros populares e favelas, trabalhos ligados às oposições sindicais e à PO (Pastoral Operária), CEBs, JOC, ACO, CPT... Alguns intelectuais, gente que tinha voltado também do exílio. Além de alguns bispos que caminhavam no sentido da pastoral popular, é claro. E quanto a entidades de educação popular? *"Fizemos contatos com o que existia: FASE, NOVA, CEDI fora essas, mais nenhuma"*. O CEDAC se cria nos cruzamentos da Igreja Católica e suas pastorais sociais com os movimentos sociais e sindicais, sobretudo, na época, esses últimos: joga suas forças na organização da CUT.

A história parece repetitiva, como se vê. Mas nem todas as entidades tiveram as facilidades desse "grupo Ação Católica", que manteve seus laços no exterior e cujas redes horizontais e verticais estavam virtualmente construídas. E algumas introduzem novidades nos temas e alianças dos "Centros". Pensando-se em exemplos, pode-se evocar o do PTA (Programa de Tecnologias Alternativas), criado, como se disse, por Jean-Marc e Silvio Almeida, abrigando-se de início sob o guarda-chuva da FASE e depois se autonomizando como AS-PTA, onde se colocavam questões de qualificação técnica para projetos agrícolas com novas tecnologias – abre-se mais espaço para uma profissão como a de agrônomo – além de trabalhos conjuntos com organismos governamentais (como EMBRAPA, ou Secretarias de Agricultura). Essa entidade, trabalhando através de uma rede de projetos a nível nacional, também daria origem a algumas "ONGs" autônomas, no processo corrente de transformação de "projeto" em "entidade". Outro tema fortalecido e novo quanto à dominância do "popular" foi o feminismo, que passou a fazer parte do perfil do IDAC – como se sabe, problemática que cria sempre atritos, ou distancia, com relação à Igreja e que tendia, na época, a realizar aproximações com órgãos governamentais. O IBASE também inovou, com sua proposta primeira de criar um "acompanhamento crítico de políticas governamentais" (essa não era questão privilegiada – ou sequer levantada – entre os "Centros", mergulhados na criação da autonomia dos movimentos e sindicatos e na "formação" das bases, longe do governo, nascidos no fechamento dos espaços institucionais dos tempos de ditadura), a qual acabou se transformando em "democratização da informação". Betinho, um dos seus fundadores (juntamente com Marcos Arruda e Carlos Afonso, também ex-exilados),[144] fazia disso sua distinção e sua provocação constante à marca do campo, o "trabalho direto", levantando debates e questionamentos entre os concorrentes. Trouxe a defesa da informatização, coisa na época bastante fora do horizonte das (futuras) "ONGs" e da formação de seus quadros – essa gente com "opção pela pobreza" e socializada no ativismo político. Cada "nova postura" com relação a trabalhos ou alianças gerava discussões no terreno nativo dos "Centros", o que o estruturava e fortalecia como conjunto.

Fosse como fosse, é difícil encontrar entidade que não tivesse que passar pelos rituais de entrada no campo. O IBASE é um bom exemplo. Sua criação foi motivo para muita conversa no meio, com controvérsias e desconfianças, papos de corredor e até reuniões internas a entidades para decidir se apoiavam ou não o "Centro" do recém-chegado – ou seja, se o recomendavam para seus "parceiros" externos e o colocavam no rol de aliados nos trabalhos dentro do país que

[144] Carlos Afonso (ex-militante da esquerda marxista) havia estabelecido relações com agências canadenses; continua no IBASE até hoje. Marcos Arruda (da "geração" de católicos radicais no pré-64) mantinha contatos com o CMI e sairia do IBASE alguns anos depois, a partir de conflitos criados no decorrer do trabalho, levando consigo um "programa" apoiado pelo CCFD, o qual seria estabelecido no CENPLA e realizado em articulação coma FASE. Só em 1988 fundaria uma nova "ONG", o PACS. Esse tipo de processo de geração de "ONG,' a partir de agentes reconhecidos no campo que se desligam de outra entidade é comum. Por exemplo, Claudius Ceccon, agente do mundo "ecumênico ',sai do ISER – também em contexto de conflito elevando seu "programa", com apoio de entidade internacional – e cria o CECI PE. E muitos exemplos poderiam ser mencionados, onde as agências financiadoras agem segundo suas alianças de "confiança pessoal" estabelecidas.

distinguiam e legitimavam as "ONGs". Como o próprio Betinho afirma (coincidindo com outros entrevistados e as minhas próprias lembranças), perguntava-se *"o que está por trás do IBASE"* – pergunta fatal no campo das "ONGs", e que só pode ser respondida como ele afirma ter respondido: *"Nada, só a proposta do IBASE"* (entrevista realizada em 1988). Betinho era acusado de intenções políticas partidárias, em primeiro lugar: suas ligações, no exílio, com Leonel Brizola e o PTB, pesavam e não pegavam muito bem no meio – cujas alianças naturais pendiam para o recém fundado PT, "novo-sindicalista" e "igrejeiro". Além disso, como ele também conta, havia dificuldades com as financiadoras a partir do perfil da entidade, considerado como de pesquisa – palavra também complicada, nesses meios – e, ainda mais, com proposta cara, sofisticada, baseada na informatização. A idéia de se especializarem acompanhamento de políticas governamentais também colocava novidades em termos de dinâmica institucional e de agentes, exigindo especialistas de outra qualificação, com maiores ligações com o campo intelectual.[145]

É interessante como, lidando com essas "heterodoxias", pode-se ler no depoimento de Betinho uma adaptação aos jogos do meio. Chegou, como ele diz, com a idéia do IBASE pronta, do México, já com alguns contatos internacionais. Mas seu relato pode ser interpretado como um paciente ajuste entre suas perspectivas e as características próprias ao campo que se consolidava. Isso incluía conversas com os mediadores da rede horizontal, os "Centros": como menciona, a FASE – citada por ele, publicamente, como a que mais o apoiou – o CEDI, o CPV. Diz Betinho que teve também mais de 60 reuniões com grupos de base, bispos, padres, profissionais liberais, pessoas ligadas à universidade. *"Os movimentos populares aqui estavam abrigados pelas igrejas. O sindicalismo do ABC também. A ligação entre as entidades de financíamento e as igrejas era forte. Tínhamos que nos articular com as igrejas. Além disso, a base social, com que iríamos trabalhar, estava nessas articulações"* (entrevista realizada em 1988).

Betinho percorre os canais constituídos, segundo a lógica do campo: cria o IBASE, não sem antes passar pelo aval das célebres cartas de bispos conseguindo, segundo ele, de 18 a 20 recomendações. Surgem os nomes de Leonardo Boff e D. Paulo Evaristo, como mediadores. E retoma os seus antigos capitais, suas origens primeiras: *"os padres do tempo da Ação Católica. Estive 8 anos na Ação Católica. Pe. Vaz, Frei Mateus... Todos apoiaram"*. Vira e mexe...

E vai-se constituindo como legítima "ONG": *"Buscamos deliberadamente distância de partidos, eu me afastei de qualquer tipo de prática partidária para que não me confundissem com o PDT. Isso se mantém até hoje. E no IBASE tem gente de tudo quanto é partido"* (entrevista mencionada). E perguntado, ainda em 88, sobre suas relações com a Universidade, responde: *"Não é prioridade. A distância que a universidade tem da realidade é enorme. E é insuportável o nível de competição dentro da universidade, quem está lá é que sabe. Nossas prioridades são os movimentos sociais, espaços de participação popular. Temos estagiários no IBASE. Mas isso não é prioridade"*. Como se viu, o projeto calcado nas políticas governamentais também se transformou em algo mais "a serviço" – a "democratização de informações" – e a partir das "demandas recebidas", seguindo-se o modelo. *"Foi ampliado, o projeto inicial, porque havia outras necessidades, conforme fomos vendo com o contato com os grupos, os dados que eles pediam, de que eles necessitavam..."*

[145] Como foi sugerido, o modelo então proposto do IBASE era semelhante ao do DIEESE: uma entidade de assessoria "técnica", fornecedora de subsídios para o campo sindical ou de outros movimentos sociais, com padões de competência capazes de concorrer com entidades reconhecidas, como o Departemento Inter-Sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos.

Enfim, essas narrativas sobre os tempos de fundação/enquadramento do IBASE dão, como tantas outras, chaves sobre as propriedades do que se foi configurando como campo das "ONGs", na primeira metade dos anos 80, o universo dos critérios utilizados para identificar pertencimentos, as instâncias do seu reconhecimento. Dentre as opções possíveis, dadas por sua trajetória pessoal – como a político-partidária, ou a acadêmica, por exemplo – Betinho escolheu profissionalizar-se no campo das "ONGs", o que exige, ou exigia mais fortemente nesses momentos constitutivos e de afirmação, por parte de quem estava em posição de dirigente, uma distinção com relação ao pertencimento àqueles dois campos. A mesma distinção se coloca quanto ao trabalho em empresas privadas, para os agentes das "ONGs". É frequente a afirmação, por gente dessa época – "pioneiros" dos anos 80 – de que era preferível o trabalho nas "ONGs", mesmo que sacrificado sob alguns pontos de vista, do que entrar em empresa: " *É uma opção de vida"*, teria dito Jean Marc von Der Weid, segundo entrevista dada ao *Jornal do Brasil* (9/4/89), ao revelar sua recusa ao convite de trabalhar "na *iniciativa privada"* por salário muito maior.

Resta considerar que – como a história veio a ressaltar – as "ONGs", ao menos para seus quadros dirigentes, se não os enriquecem (faz parte da ética do meio, e dos orçamentos dos "projetos" aceitáveis pelas agencias, salários relativamente modestos) podem render capitais simbólicos e sociais que o trabalho em empresa, por exemplo, dificilmente renderia. Sobretudo para gente que tem "um nome a zelar", em termos de haver obtido em sua biografia pessoal uma "notoriedade" a partir do engajamento político.

Resta sistematizar alguns dados que contem a história da adoção de uma identificação comum e de um nome por esse conjunto que, como se vê, já se articulava por diversos canais, com as forças catalisadoras trazidas pelos exilados, novos *experts* do assunto.

2. NOVAS ESTRATÉGIAS: UM NOME, UM CONJUNTO ESTRUTURADO.

2.1. REENTRADA NO "CAMPO".

Como já foi sinalizado, minha posição no campo das "ONGs" – minha filiação e posição institucional e minha trajetória profissional no meio – marcam de forma especial a pesquisa sobre esses tempos de criação de um nome, um conjunto estruturado, uma associação.

Nesse caso, à diferença dos tempos de entrada e trabalho na FASE, o pertencimento ao meio – ao menos nas suas motivações primeiras – confundiu-se de imediato com o interesse pela elaboração da pesquisa. Ou seja, a própria intenção de pesquisar as "ONGs" foi pretexto para minha reentrada no campo (deve-se a isso minha contratação pelo ISER, em 1986, a partir de contatos via canais acadêmicos, como da primeira vez) após um ano e meio de dedicação a um curso de doutorado. E minha posição tornou-se algo como a de uma "pesquisadora participante permanente" no meio – o que significou, longe de assumir uma postura distanciada porque acadêmica, ocupar um lugar de "profissional da história" pertencente ao universo das "ONGs", em um momento em que estavam criadas as condições ideais para que essa função surgisse, como foi dito anteriormente.

Não prossigo em uma reflexão analítica sobre esses condicionantes do trabalho aqui realizado, mas apenas aponto para a existência de marcas que uma posição de agente dessa "estruturação" do campo possam trazer para a visão do processo que passo a expor – apesar dos esforços de distanciamento analítico de sempre. O fato em si mesmo de eu ter sido "cooptada" imediatamente para o meio, ao tentar realizar uma pesquisa sobre ele, pode fornecer também dados sobre as condições em que se elaborou, nos últimos anos, um conhecimento sobre as "ONGs" no Brasil – bem como fornece elementos para se pensar nos obstáculos de se reconverter uma trajetória profissional basicamente construída em meios "onguianos" numa trajetória acadêmica.

Mas, sem dúvidas, minhas primeiras motivações para estudar o assunto vieram da experiência no curso de doutorado – quando me afastara do ofício de "trabalho de assessoria" junto a trabalhadores rurais, via FASE e CPT – e revelam também algo sobre o objeto em questão.

Só quando me vi na Europa em 84/85, em função de uma bolsa de estudos (fornecida pela CAPES, através do PPGAS) e já desligada do trabalho nos "Centros" foi que me ocorreu serem essas entidades um objeto possível e interessante de pesquisa (meu projeto, na época, era estudar a atuação de determinadas organizações da Igreja em áreas rurais – daí para os "Centros" foi um pequeno deslocamento empírico). As viagens ao exterior mais uma vez abrindo caminhos, quando se trata desses terrenos internacionalizados das "ONGs"...

Vendo as "matrizes" de perto, percebendo continuidades e semelhanças de estilos e de personagens em entidades na França e *là-bas*, observando a presença dessas organizações naquele contexto e as discussões internas sobre os "projetos no Terceiro Mundo", intuí a existência de um fenômeno transnacional e de um objeto de estudo cujo recorte, no entanto – sobretudo em termos de Brasil – não se apresentava ainda de forma clara, para mim.

O contato com um dos pesquisadores do Centre de Sociologie Européenne, ao qual me ligava, foi um dos fatores catalisadores desse interesse, e de algumas primeiras tentativas de pesquisa: François Bonvin, que havia realizado um trabalho sobre – e para – o CCFD (Bonvin,1972).[146] Esse trabalho, e outros a que tive acesso, colocaram-me numa nova perspectiva quanto ao ofício a que me dedicara por tantos anos: a visão a partir do "Norte", que me levava de imediato à lógica internacionalizada dos "projetos", de suas origens, ideários, modelos, das "metodologias de trabalho de base", ou de "intervenção social". Matrizes de uma atuação de entidades cristãs no "Terceiro Mundo", onde contavam determinações dadas por um campo de forças atuante – no caso – na sociedade e na Igreja francesas. Fui jogada num campo em que se confrontavam representações sobre esse "Terceiro Mundo" e as causas de sua pobreza, com suas consequências nos debates sobre formas diferenciadas de projetos (localizados ou regionais, coletivos ou individuais, prestação de serviços ou educação, sindicais ou comunitários, etc.). A semelhança entre os termos desses debates e os que levávamos no Brasil era enorme, embora aqueles se forjassem no jogo político de facções católicas naquele contexto nacional, na dinâmica de campanhas públicas, relações com partidos e Estado, ou outras instâncias: determinações,

[146] Muito mais tarde viria a saber que o prof. Bonvin fora padre.

portanto, de práticas levadas a cabo no Brasil e de cuja análise o pragmatismo dos agentes dessas entidades nativas se distanciava.

Realizei na ocasião algumas visitas e entrevistas em entidades mais óbvias, como o CCFD, a CIMADE, o Secours Catholique, o SOLAGRAL, o CEDAL (onde conheci Henryane de Chaponay, longe de saber com quem estava falando ...).[147] Não houve tempo para maiores aprofundamentos dessa descoberta um tanto tardia, dado o curto período da bolsa de estudos e dadas as dificuldades da pesquisa, onde eu era ou rejeitada, pela incompreensão da minha demanda, já que normalmente ia sem mediação alguma *("você está querendo é financiamento para um projeto?")* ou, o mais das vezes, cooptada para representar algum papel em eventos do meio – geralmente, falar sobre o Brasil, que inusitadamente aparecia na imprensa internacional naqueles tempos de realismo fantástico da transição para a Nova República, com a agonia e morte de Tancredo Neves. Era uma pesquisa que demandaria um ritmo, dado sobretudo por essa exigência de participação, que não me era possível seguir. Algo, enfim, análogo à relação que os "Centros" brasileiros tinham com a pesquisa, o "*para que serve?*"; e também análogo à relação que viriam a ter, quanto às minhas tentativas de pesquisa sobre eles próprios, cuja condição foi o envolvimento, como agente, em seu projeto então renovado de criação de reconhecimento.[148]

Mas o que interessa aqui observar, ou lembrar, é a questão do nome e da identidade. Ouvi falarem "ONG", pela primeira vez, nessas paragens estrangeiras. E não pensava meu possível objeto de estudo em termos dessa categoria. Não havia, de fato, no Brasil até então, categoria que o designasse, e o universo empírico teria que ser recortado pela pesquisa. Existiria mesmo esse conjunto estruturado de agentes e entidades, no país, da forma como me parecia? Era possível construir um objeto teórico, a partir daí?

Mas nesse campo as transformações aconteciam depressa – e com visibilidade restrita, não só para fora dele, mas também para o seu interior: mesmo tendo sido, durante tantos anos e até bem recentemente, agente do meio, não me havia inteirado delas. E apenas chegada ao Rio, li o que me parece ser o primeiro texto publicado em português utilizando o termo "ONG" para designar um *"universo, mesmo difuso, incluindo organizações de muitos tipos e propósitos"*. Era um trabalho de Rubem César Fernandes, na época Secretário-Executivo Adjunto do ISER (além de professor do PPGAS), produzido em um contexto "ONG" – no caso, um seminário latino-americano promovido pela FAO-CMCH (Campanha Mundial contra a Fome) no Rio de

[147] O Secours Catholique é a personalidade jurídica assumida pela CARITAS, na França, entidade atuante em 120 países, através das Dioceses e cujo centro é em Roma: "lés mains du coeur de l'ÉgIíse", como me definiu um encarregado de relações externas da enorme entidade ao qual fui conduzida, quando a visitei. CEDAL me foi definido na época, por Henryane de Chaponay, sua diretora, como um ' facilitador", "confrontador de experiências" numa escala latinoamericana, através de encontros, produção de documentos etc. A CIMADE corresponde de certa forma ao CCFD do mundo protestante, ou "ecuménico"; siada durante a guerra e então voltada para a questão dos refugiados, adota mais tarde uma ideologia "terceiro-mundista".

[148] A semelhança com estilos e ideários brasileiros impressionava. Para entrar nessas entidades e obter entrevistas, acionava minhas identidades "ONG" – se com "pesquisa académica" eu pouco conseguia, com "ex-funcionária da FASE", ou do CEDI, onde recém trabalhara por poucos meses, as portas se abriam facilmente. Isso não deixava de atrapalhar a pesquisa, obrigando-me a assumir posturas de cumplicidade que dificultavam perguntas sobre o que eu deveria "saber", etc. Como escrevi no diário de campo feito à época, "é impressionante o anti-academicismo. O discurso que me *faz* aceita *é* o de 'avaliar, ou pensar sobre a eficácia de uma prática"' (20/04/85). E me senti à vontade no tradicional ritual onguiano do almoço coletivo, só que agora mais transnacionalizado e disciplinado: na primeira ida à CIMADE fui logo convidada a almoçar numa sala simples e despojada com vários funcionários e convidados internacionais que por lá passavam. *"Me* senti *no ambiente faseano e cediano passados (...) O clima é de 'grande família', com informalidade, risos e distensão. (...) Alguns se* levantam *espontaneamente e* dão *alguns 'informes'. Fala um* funcionário encarregado de trabalho na Bolívia (que depois *soube ser* chileno) e um rapaz da Etiópia, *que faz* parte *de uma espécie de Federação de ONGs em seu* país. (...) Não controlo minha identidade. Sou apresentada como sendo da *FASE*, por *Edna, ao que Jean-Marie Fardeau acrescenta: e do CEDI"* (duas pessoas entrevistadas, a quem eu havia declinado com cuidado minha posição de apenas pesquisadora e meu desligamento dessas entidades). (Caderno de campo, 23/04/85).

Janeiro em julho de 1985. O texto analisava características de *"microorganizações não governamentais"* que *"já ganharam um nome (uma sigla) no jargão das agências de Ajuda Internacional"*. E o autor afirmava utilizar tal sigla, quanto ao Brasil – embora não muito apropriada, por sua amplidão – *"pela sua comodidade"*. Ainda era o tempo em que a presença de tal assunto em publicação do ISER teve que ser justificada: em primeiro lugar, dizia o autor, cabia na revista por ser fenômeno relacionado a igrejas cristãs; além disso, *"mais perto de casa, descobrimos na preparação do trabalho que o ISER é uma ONG!"* E mais: *"São também ONGs entidades co-irmãs, como por exemplo, só para citar algumas do eixo Rio-São Paulo, o CEDI, a FASE, o IDAC, o IBASE, o NOVA, o CENPLA, o CEAF, o IESD, o CEDAC, o Afro-Asiático, o CEDEC, o CEBRAP, o CEHILA, o CESEP e tantos e tantos outros..."* (Fernandes, 1985: 13). Descobri que meu objeto já "existia" e criava-se por si mesmo.

Na realidade, este artigo traduzia para o público (embora a revista do ISER também tivesse circulação restrita e dirigida) o que já vinha ocorrendo há alguns anos no meio dessas entidades. Desde os inícios da década de 80 começavam a se intensificar encontros, para além de fronteiras nacionais, de agentes "do Sul" de instituições semelhantes, coisa mais visível apenas para alguns quadros do meio, gente em postos de direção de entidades mais sólidas e reconhecidas, com parcerias estabelecidas com agências internacionais. E já se escrevia sobre o assunto sobre algo denominado "ONGs", também no "Terceiro Mundo" – em textos publicados por esses canais e com circulação basicamente interna ao campo. Surgiam pouco a pouco quadros capazes de produzir o corpo de idéias que definiria uma identidade para essas instituições as quais, como se viu, configuravam um conjunto cada vez mais articulado.[149]

E o exemplo acima não é aleatório: o recorte "latinoamericano" foi fundamental, na consagração do termo e no processo de sua adoção, se pensarmos em termos de Brasil. Os fios dos laços que se iam construindo passavam certamente também nesse caso, seguindo um padrão "ONG", pelo "Norte", pelas agências que se espalhavam há décadas pelos quatro cantos do mundo e detinham – mais do que quaisquer outras instâncias – o conhecimento dos "Centros" do Terceiro Mundo. Isso, além dos recursos necessários para esses encontros intercontinentais, é claro. Em que pese semelhanças entre diversos contextos nacionais latinoamericanos, é de se lembrar que as agências internacionais organizam burocraticamente sua atuação por "regiões" do planeta. É inevitável algo como uma "Divisão para a América Latina" em cada uma delas. Ao se procurar a origem de contatos entre gente de "ONGs" de diversos países latinoamericanos, é quase certo se encontrar alguma "consulta" organizada por agências do "Norte", ou algo do gênero. Mas essa é questão razoavelmente recalcada no discurso dos "Centros/ONGs", que preferiam nesse momento ressaltar o aspecto de uma construção autônoma a nível continental, correlata às de diversos contextos nacionais, de corpos de entidades com projetos políticos comuns.

Como assinalei, a partir desse momento tornei-me protagonista do campo que se formava. Como quadro do ISER passei a participar dessas reuniões, nacionais e internacionais, bem como a produzir textos, consultorias e pesquisas. A observação de minha trajetória mostra a realização de uma "carreira profissional" que é típica de agentes que entram no meio nos anos 70: tendo

[149] Para o seminário da FAO mencionado, por exemplo, escreveram-se 5 textos cujo recorte temático eram "ONGs" em países diversos da América Latina e seu papel, ou suas "redes" – como foi o caso do artigo de Marcos Arruda (diretor na época do IBASE), representativo do tipo de temática que se passaria a disseminar, no campo: "The Role of Latim American Non-Governamental Organizations in the Perspective of Participatory Democracy" (citado por Fernandes, 1985).

passado por ligações com "bases" e "trabalhos diretos", bem como por uma relação mais estreita com organismos da Igreja Popular ("assessorando" a CPT) ligava-me agora a instâncias executivas (era ainda "assessora", só que da Secretaria Executiva da entidade – a estrutura burocrático-administrativa se complexificava). E, certamente, o capital académico contava, para o tipo de posto que eu viria a ocupar, já que supunha qualificações como pesquisadora. Contava, porém de maneira pouco objetivada – dentro de uma entidade como o ISER que, como tantas outras, não pautava sua política de cargos internos a partir do reconhecimento dos títulos escolares, a identidade profissional de "antropóloga" dada pela trajetória universitária se dissolvia em prol da minha ocupação deposições onde estavam envolvidas as propriedades de uma especialista sem nome, prática e teórica, em "ONGs". Passei a exercer funções em que a "pesquisa" estava indissociada de um papel de agente da estruturação do campo, enquanto "representante" do ISER nas instâncias em que isso se fazia – e onde os capitais acumulados anteriormente no ofício dos "Centros", fazendo-me "conhecida" e conhecedora dos códigos vigentes, era valioso. Mais uma vez – e mais do que nunca – o efeito de campo se manifestava em retóricas, problemáticas, estilos a serem adotados em debates e textos produzidos, os quais não obedeciam, e não podiam obedecer, aos padrões de legitimidade acadêmica. Uma profissionalização específica se afirmava cada vez mais.

Quanto à pesquisa aqui desenvolvida se, como foi assinalado, faltaram a um dado momento documentos que permitissem analisar a história de pertencimentos, hierarquias e classificações no meio, agora eles serão abundantes – embora não estejam arquivados em quaisquer centros de documentação. Pela minha inserção e posição, acabei acumulando (ou sabendo onde encontrar) centenas de relatórios de reuniões, seminários, encontros grandes ou pequenos, importantes ou secundários, de artigos escritos em função desses eventos, consultorias para agências internacionais, de livros e revistas publicados dentro dos canais "onguianos", uma enorme quantidade de informações reveladoras de nomes de entidades e agentes reconhecidos que partilhavam questões em um debate nos anos de assunção dessa identidade e desse nome "ONG". Como participante dessas instâncias, conto também com observações, anotações e um acervo de lembranças e experiências pessoais.

Como se disse, foi o tempo de produção nesses meios de uma "latinoamericanidade", quando se intensificam e multiplicam os encontros e os debates entre entidades dos diversos países do continente, em que um certo tipo de gente de toda a América latina começa a se encontrar mais frequentemente e a se conhecer, ou melhor, a se reconhecer: as idéias giravam em torno dos mesmos eixos; as práticas, com suas questões, eram análogas e os estilos e as histórias de vida semelhantes propiciavam um diálogo fácil e mesmo imediato. A circulação informal de textos de pessoa para pessoa, de entidade para entidade, ia consolidando laços e construindo idéias, de forma capilar. Esses inúmeros trabalhos, geralmente mimeografados, ou mesmo fotocopiados, cruzavam-se à época no mundo das "ONGs", por fora dos grandes canais de publicação, versando sobre sua própria identidade, seu papel nas diferentes conjunturas, suas formas de gestão, suas relações com diversos atores sociais. Se sempre houve redes e encontros de entidades afins, em torno de temas e práticas específicas (educação popular ou alfabetização, experiências alternativas na agricultura ou em bairros populares, etc.) a novidade era então uma crescente preocupação com questões que tinham como pano de fundo o "quem somos?". E os agentes que participavam desses debates tinham então que se capacitar para enfrentar as grandes questões da política, a nível

internacional. Instituições com perfis programáticos diversos encontram-se nessa discussão comum, para além de suas diferenças – onde o mundo do "popular" era pano de fundo.[150]

Esse foi também o tempo em que, para um agente do campo posicionado como eu – ligada a uma "ONG" reconhecida no meio – intensificavam-se, através de viagens aos quatro cantos do mundo, os contatos chamados no meio de "Sul-Sul", ou seja, reuniões em que se encontravam agentes de "ONGs" de contextos nacionais periféricos, enquadrados como *developing world.* E foi o momento em que pude observar os resultados da socialização de um conjunto de pessoas, no decorrer de dez ou vinte anos, a partir dos trabalhos envolvidos na atuação de um determinado universo de agências originárias dos países ocidentais desenvolvidos. Por um lado, o encontro entre gente de vários contextos nacionais surpreendia pelas analogias nas trajetórias de vida – igrejas e militâncias políticas faziam geralmente parte das biografias. Por outro lado, as referências dadas pelos "projetos", pelos "trabalhos de base", pela "metodologia de educação popular", eram pontes imediatas de identificação: Paulo Freire (é impressionante o reconhecimento do nome em contextos os mais diversos), marxismos e cristianismos, autonomismos, apareciam através de agentes da América Latina, Ásia e África. Lembro-me o quanto foi surpreendente, para mim, essa facilidade de diálogo em torno dos trabalhos "político-educativos" com indianos, senegaleses, tailandeses, etc. Havia categorias comuns, referenciais comuns, ideários comuns, estilos de "encontros" comuns. Por exemplo, faz parte dos códigos de sociabilidade nesse contexto – diferentemente do que ocorre no campo da política, ou da academia – o cultivo de um estilo pessoalizado nas relações; não raro a dinâmica das reuniões é feita de molde a dar espaço à exposição de sentimentos, reações pessoais, ao conhecimento da história de vida e da vida privada de cada um. Partilhávamos então, naquelas situações, no fundamental, dos mesmos valores, e os debates corriam soltos desde o primeiro contato (desde que se soubesse falar o inglês, claro – sempre a mediação do "Norte"). Certamente – era o que se evidenciava nesse momento – haviam-se forjado, ou se reforçado, através da mediação de um determinado conjunto de Agências de Desenvolvimento internacionais com os seus "projetos", discursos e problemáticas que se espalharam pelo mundo. Havia claramente uma "gente de ONGs", composta por diferentes gerações etárias e diferentes origens sociais cujas disposições comuns deviam-se a uma conjugação de determinações dadas, por um lado, por certas origens e trajetórias sociais análogas; e, por outro lado, dadas pela socialização, por longos anos, nessas organizações, onde vinham investindo suas carreiras. Essas reuniões internacionais congregavam então especialistas de um *métier* com características próprias – no caso, os agentes com posições dentro desse novo campo profissional capazes de desenvolver um discurso peculiar sobre suas características específicas e sua autonomia, capazes de entrar nas discussões onde se jogava a construção de sua institucionalidade.

2.2. SURGEM AS "ONGS" BRASILEIRAS.

[150] Para mencionar algumas dessas "redes" e encontros: só no ano de 1987 houve, e apenas no Brasil, o "Encontro Sul-Americano de Diretores de Centros de Promoção", em janeiro; o "Curso Taller Gestion y Politicas Institucionales para ONGD", em agosto; o "Encontro de Consultores para America Latina – CMCH (Campanha Mundial contra a Fome, da FAO), em outubro; a reunião da "ALOP – Cone Sul", em novembro; e outras "redes" se encontravam ou estabeleciam relações, como o IRED, no Peru ("Inovaciones y Redes de Desarrollo-), ou o PREAL ("Programa de Relaciones Politicas y de Cooperacion al Desarrollo entre Europa y América Latina"), ou o IGGRI ("International Group on Grassroots Initiatives"), que tinha um subgrupo latinoamericano; etc.

Os anos 80 assistem assim, progressivamente, a um processo de articulações entre especialistas de "ONGs", no plano internacional, onde se estabelecem instâncias a partir das quais se fala em "interesses comuns".

Estabelecem-se redes de entidades mais, ou menos, formalizadas, reuniões, colóquios, publicações, consultas, em que investimentos pessoais /institucionais vão acarretar a ocupação e o controle de novos postos capazes de conferir prestígio a seus detentores. Entidades criam, ou reforçam, "nome" no meio através dessas instâncias, criando-se novos padrões de legitimidade e novas formas de consolidação de posições sociais. Não só entidades mas também, agora, pessoas criam "nome" nesse circuito, pois os critérios de representatividade institucional passam por atuações que exigem qualificações específicas, detidas por poucos agentes de "ONGs" (exige-se o domínio de línguas estrangeiras; conta a capacidade de elaboração de pesquisa e de textos, bem como a técnica de performance em reuniões internacionais com uma retórica e um estilo determinado; pressupõe-se uma trajetória que tenha gerado uma interiorização das regras de seu jogo, o que inclui o conhecimento sobre os objetos tácitos de discussão e os não dizíveis; contam as antigas legitimidades pessoais obtidas nas relações com agências ou "oficiais de projetos" internacionais, e com redes horizontais nativas – embora haja aí uma margem para o reconhecimento de novos agentes com qualificações particulares, os que se podem tornar "especialistas" nesse campo novo de discussões.

Foi então grande o trabalho investido, por parte de um conjunto de agentes, na invenção prática e teórica de um fenômeno "ONG" referido a um espaço social dos "movimentos sociais" e do "popular", durante os últimos anos.

Voltando ao corte em nível de Brasil, essa revolução na lógica das entidades de "educação popular", verdadeira guinada de 180 graus na sua auto-percepção de existirem como mônadas "a serviço", foi – e tem sido – feita através de estratégias análogas, onde a questão classificatória, a nomeação, a categorização, colocou-se como ponto central.

O investimento na adoção de um nome e no estabelecimento de determinados padrões de legitimidade correlatos aos novos tempos de final da década revela não apenas o processo de autonomização crescente de um campo, mas também o da criação ou consolidação de hierarquias e poderes entre seus participantes. A passagem do implícito ao explícito não é automática e quem nomeia, criando um "senso comum" para o grupo, detém um poder social.[151] A breve sistematização feita a seguir sobre esses processos, em meios brasileiros, poderá contribuir então não só para um melhor conhecimento das crenças difundidas em torno do "quem somos, nós, as ONGs", como para seu mapeamento. Vale dizer que não há a intenção de realizar um mapeamento exaustivo de acontecimentos, grupos, redes e nomes – isso faz pouco sentido para fora do campo, onde uma das especificidades foi exatamente a de não criar imagens públicas – mas sim a de analisar alguns casos que, como o "Encontro Ad Hoc" de 1972, possam revelar propriedades pertinentes ao objeto considerado.

[151] "*A capacidade de fazer existir em estado* explícito, de publicar, *de* tornarpúblico, quer dizer, objetivado, visível, dizível, e *até* mesmo oficial, *aquilo que, por* não ter *acedido à* existência *objetiva e* coletiva, permanecia em *estado de experiência individual ou serial*, mal-estar, *ansiedade, expectação, inquietação, representa* um *considerável poder social, o de* constituir grupos, constituindo o 'senso comum', o consenso explícito, de qualquer grupo (...). *Compreende-se que uma das* formas elementares do *poder* político tenha consistido, em muitas sociedades arcaicas, no poder quase mágico *de* 'nomear e *fazer* existir pela *virtude da* nomeação ".(Bourdieu, 1989: 142).

Nesse sentido, um outro "encontro fundador" é certamente o "Encontro Nacional de Centros de Promoção Brasileiros", realizado no Rio de janeiro de 27 a 29 de maio de 1986.[152]

A coordenação do Encontro coube a FASE, IBASE e CENPLA (através de Jorge Eduardo Durão, Letícia Cotrim e Waldo Cesar). Participantes ativos da iniciativa, em sua fase preparatória, foram também ISER (Rubem Cesar Fernandes) e IDAC (Miguel Darcy de Oliveira). O nome do Encontro revela algo sobre suas origens primeiras: "Centros de Promoção" não era termo de uso corrente no Brasil, mas sim uma tradução do que se costumava adotar em contextos hispânicos de América Latina (cf. Padron, 1982). Na realidade, o Encontro de 86 surgiu depois de algumas reuniões entre pessoas /entidades, sobretudo da região andina, nas quais a criação de redes institucionais e de identidades comuns vinham sendo desenvolvidas. Do Encontro no Rio participaram então, além de 30 entidades brasileiras convidadas pelos três organizadores, outras entidades latinoamericanas, cujos representantes vinham encabeçando os processos de articulação (de Peru, Bolívia, Colômbia e Chile) e três agências internacionais: a Campanha Mundial Contra a Fome da FAO (representada também por Waldo Cesar), a holandesa NOVIB e a britânica OXFAM, através de agentes atuantes há tempos no meio brasileiro.[153] Essas entidades "de fora" reforçaram o processo de legitimação do nome e das idéias conformadoras de uma identidade que ali seriam "lançados", em primeira mão, para as organizações brasileiras presentes. "ONG", para um conjunto de entidades que mantinham algum tipo de laço entre si – e que existiam, algumas, desde os anos 60, outras há poucos anos – tornou-se, de fato, nome conhecido a partir desse evento.

Dentre os organizadores do Encontro, deve ser mencionado um personagem que se tornaria amplamante reconhecido no mundo internacional das "ONGs", falecido precocemente dois anos atrás (por motivos, reza o mito, relacionados ao excesso de trabalho em prol dos processos envolvidos nas articulações e defesa de interesses comuns entre "ONGs"). Trata-se do peruano Mario Padron, principal responsável pelas articulações latinoamericanas que precederam o evento brasileiro, assim como uma espécie de "eminência parda" na sua organização e presença ativa na sua dinâmica e em suas discussões. Como será visto, o Encontro era inclusive uma ponte para a realização, cerca de um ano depois, de um "Curso Taller" para agentes de "ONGs" da América Latina, idealizado também por Padron. Este, então, – ao menos quanto a terrenos latinoamericanos e, certamente, para o Brasil – foi um pioneiro desses novos tempos de criação de identidades para as "ONGs", nos finais da década. Sua história reúne o cristianismo e as idas para o exterior de sempre: originário de trabalhos de base de inspiração católica em áreas rurais do Peru, Padron – a partir de haver sofrido sérias perdas familiares e de se encontrarem situação emocional delicada – recebeu um convite para trabalhar na CEBEMO (como se disse, organização católica holandesa que, no Brasil, age principalmente via CERIS /CNBB), mudando-se para a Holanda por um longo período. Volta ao seu país dominando o conhecimento do mundo internacional das agências (e, através delas, das entidades à roda do mundo com que se relacionam), com o projeto de se dedicar à colocação em contato e trabalhar na criação de identidade entre um conjunto de "ONGs" de perfil "a serviço dos movimentos populares", do qual

[152] Além do relatório elaborado para o encontro, conto com minhas observações, como participante do acontecimento. Jorge Eduardo Durão gentilmente cedeu-me suas anotações pessoais, feitas à ocasião.

[153] Respectivamente, John Schlanger (brasileiro redicado na Holanda, então diretor da Divisão para a América Latina da NOVIB) e o inglês Tony Gross, representante da OXFAM no Brasil e que anos depois sairia dessa entidade para trabalhar no CEDI.

era parte constitutiva a consolidação e a "politização" de laços também com um determinado conjunto de agências internacionais que as financiavam. (Poderíamos pensar em um equivalente da Henryane de Chaponay, em outros tempos).

Já em 1982, escreve um trabalho publicado pela "ONG" peruana a que se ligava, o DESCO – Centro de Estudios y Promoción al Desarrollo – que se tornará referência obriga-tória nesse processo (Padron, 1982). Nesse texto pioneiro vê-se que houve, nas estratégias classificatórias para criar o reconhecimento de um novo conjunto organizado de entidades, a tentativa de adotar outros termos que não "ONG". O objetivo principal do estudo foi, exatamente, já naquela época, o de demonstrar que se podem identificar – e nomear – determinadas entidades, por suas características específicas, "*como Associações Privadas de Desenvolvimento (APD, diferenciando-as de outras Organizações Não Governamentais" (ONG) e das Entidades de Co-financiamento (EU) que as apoiam na sua atuação"* (Padron, 1982:15). As APDs seriam exatamente as que, tendo "*inegável crescimento numérico nos últimos anos"*, também seriam reconhecidas pelo *"ativo papel em busca de estratégias de desenvolvimento que privilegiam o ponto de vista dos setores populares"*, faltando só um nome distintivo. "ONG", segundo ele, seria termo referido a entidades com problemas, finalidades, características muito diferentes entre si, como "*universidades, centros de pesquisa, partidos políticos, organizações sindicais, igrejas, associações profissionais* (...) *suscitando confusão e dificultando o uso operacional do conceito"*. Exatamente o estudo de Padron visava definir entidades com um "*comportamento institucional"* determinado, disseminadas por diversas regiões do mundo: "*preferiu-se encontrar um denominador comum que se coloque acima das diversas denominações e que seja menos ambíguo do que ONG. Consideram-se, então, as Associações Privadas de Desenvolvimento como uma forma particular de ONG, que existem e subsistem nos mais diferentes contextos históricos e político-econômicos de países do Terceiro Mundo* (...) *As Associações Privadas de Desenvolvimento são uma forma de ONG, dedicadas especificamente ao desenho, estudo e execução de programas e projetos de desenvolvimento em países do Terceiro Mundo, e em ação direta com os setores populares"* (Padron, 1982: 17).

Em 1986, por ocasião do Encontro mencionado no Rio de janeiro, Padron – como se viu, fortemente empenhado, havia alguns anos, na militância da construção de um nome e de um conjunto auto-identificável – já havia desistido da estratégia de distinção dessas entidades específicas através da geração do reconhecimento de um nome "novo". A questão que se colocava agora para um conjunto de entidades era a de produzir as condições de se apropriar do antigo e polissêmico termo "ONG", "*pondo o senso comum de seu próprio lado"* (Bourdieu, 1989:143). A essas alturas, conforme foi mencionado, agências multilaterais – como fundamentalmente o Banco Mundial – e governamentais de diversos países descobriam cada vez mais o fenômeno "ONG" no "Terceiro Mundo".[154]

Mas quem eram as "ONGs brasileiras"? Como se disse na epígrafe acima, talvez a opção possível, para um conjunto de entidades defender seus interesses (vividos fortemente enquanto valores e ideais próprios a serem preservados e referidos basicamente a pólos específicos do campo político), foi a de entrar na disputa política pelo nome, "antes que algum aventureiro o

[154] Como disse John Schlanger, representante da NOVIB, nesse Encontro "inaugural" de auto-consagração, de 1986: "Um *dado:* houve uma reunido *de 5* ou 6 agências, em Genebra, com o Banco Mundial, em função de possíveis financiamentos para ONGs. Se nos sentamos *à mesa com* o Banco mundial, *é que* não somos um fenômeno prestes a acabar..." (FASE/ IBASE/CENPLA, 1986: 28).

fizesse", antes que outros "tipos" de entidades privadas não governamentais viessem a ser reconhecidas como tal, num contexto de crescente democratização e diversificação institucional, na sociedade brasileira.

Voltando então ao Encontro de 86, as 33 entidades brasileiras presentes puderam inaugurar uma problemática através da colocação da questão, inédita até então, da sua possível identidade institucional e política, para além de suas diferenças e de sua existência "a serviço" de outros grupos sociais. Houve desconfianças e estranhezas, houve até quem se retirasse, na melhor tradição dos "Centros", com a justificativa de que não estava ali para discutir sobre si próprio, mas sim sobre as questões envolvidas nos movimentos populares, razão de sua existência. Mas o resto dos diretores de organizações presentes voltou para suas "bases" e regiões de origem com a idéia de que uma nova era, com novos padrões de reconhecimento da existência de suas entidades – e de suas ocupações profissionais – se anunciava.

Os temas do debate coordenado por Jorge Eduardo Durão – e introduzidos sucessivamente por exposições de Rubem César Fernandes, Mario Padron, Miguel Darcy de Oliveira e Waldo César – inauguram, no Brasil, as questões que continuarão sendo discutidas à exaustão durante os três ou quatro anos subsequentes, em outras tantas reuniões e articulações que viriam a surgir, criando a crença na existência das "ONGs" no Brasil. A afirmação que permeou o Encontro, colocada pelo primeiro de seus panelistas, foi a da necessidade de "refletir mais profundamente sobre essa identidade, a assumir uma identidade que existe de fato", entre entidades, como se dizia, existentes desde os anos 70, enquanto *"milhares de micro-organismos fragmentados com características próprias, com padrões comuns de atuação"* (FASE /IBASE/CENPLA,1986:14).Uma identidade cuja criação foi feita basicamente de modo relacional: os debates tinham fundamentalmente como questões as relações das "ONGs" com o Estado, com os movimentos sociais e com as Agências de Cooperação Internacional (secundariamente, com igrejas e partidos e menos ainda com universidades) onde se explorava a distinção, as propriedades e o papel específico representado pelas "ONGs" diante dessas outras áreas institucionais.

Certamente, Estado e movimentos sociais eram pontos nevrálgicos naquela conjuntura, quanto ao presente e o futuro das "ONGs". A democratização levava, por um lado, a uma necessária redefinição da posição na qual elas nasceram, enquanto espaços de luta contra o regime, afastadas dos órgãos governamentais-vistos como opositores aos seus trabalhos – e dedicadas a uma atuação voltada para as bases da sociedade, na criação de contra-poderes. (Ao menos, essas eram as crenças dominantes no meio, em que pese os "projetos" de fato realizados, mesmo que minoritariamente, com órgãos governamentais-como se viu, por exemplo, nos meus tempos de entrada na FASE – questão a ser melhor pesquisada nessa história.) O Estado – ou determinados órgãos de governo, sobretudo locais – aparecia agora como protagonista na cena social, concorrendo com as "ONGs", propondo parcerias, entrando em seus terrenos de ação e chegando às suas "bases". Coloca-se a questão: deve-se trabalhar com o Estado? Em que pese as diversas posições nesse debate – e os projetos em colaboração que de fato começam a se intensificar – diante desses novos tempos, as "ONGs" são levadas a desenvolver, ou aprimorar, um discurso sobre as especificidades de sua atuação autônoma, independentemente das mudanças de regime. Por um lado, há as avaliações das limitações e dos vícios da efetiva atuação do Estado brasileiro na área social – as ineficiências, cooptações, fisiologismos, autoritarismos, etc. Isso

bastaria para justificar a manutenção de razoável distinção quanto à atuação do aparelho estatal e a especificidade da atuação não-governamental, do prosseguimento da luta pela autonomia dos "movimentos" e pela democracia. Mas as "ONGs" vão mais além, e as mudanças de regime são momento e pretexto para o desenvolvimento de todo um discurso sobre as suas propriedades específicas, enquanto entidades, independentemente de quaisquer conjunturas políticas pensáveis: surge a crença, difundida a partir dessa época no campo, de que é próprio às "ONGs" uma *"opção radical pela sociedade civil"*, ocupando um *"espaço de autonomia e questionamento permanente do Estado"*, em qualquer conjuntura imaginável, *"autonomia (...) pensada como parte da autonomia popular";* são organizações que têm a ver com a *"articulação da sociedade civil, a conquista da cidadania, a conquista dos direitos pelas classes populares"* (FASE /IBASE/CENPLA, 1986:37). O momento das democratizações institucionais, não só no Brasil mas na América Latina, leva a que se reitere, aparentemente de modo paradoxal, uma afirmação "anti-governamental" das "ONGs" (que tendem a ressaltar, nas concepções políticas que disseminam na época, a descrença na solidez desses processos) e essa democratização certamente é um fator que contribui para essa criação de "espírito de corpo" que então se desenvolve, burilando-se, por distinção ao Estado, os discursos sobre uma identidade específica. As "ONGs", por sua natureza, não existem para substituir o Estado, nem para funcionar como complemento de sua atuação – é o que se vai constituir em questão a partir daí. Além disso há, claro, a questão fundamental da redefinição de.relações com as agências internacionais: "O *dinheiro vinha com facilidade por causa da ditadura; com a democratização, as coisas tinham que ser melhor definidas"*, como me afirmou em entrevista um dirigente de "ONG" de presença marcante nesses processos de articulação e nomeação.

Por outro lado, essa é a época em que os movimentos sociais – em cuja dinâmica as "ONGs" se desenvolveram e acharam justificativa para sua existência – estão mais consolidados e também se acham permeados pelas lutas de correntes políticas as mais diversas. Como se colocou em um dos painéis do debate: *"A questão do movimento popular: está mais forte, mais consciente e organizado. Tem-se um movimento sindical mais estruturado, movimentos de mulheres, de negros, associações de bairros, federações. Isso redefine o nosso papel e o tipo de relacionamento a se manter com esses movimentos"* (FASE/IBASE/CENPLA,1986:19). Esse foi um debate menos conclusivo e mais matizado, já que envolvia a razão de existir primeira das "ONGs", o "a serviço". E em que pese os que defendiam a dissolução dos "Centros", a partir de um momento imaginado em que os "movimentos" não mais necessitassem deles, o tom dos ideólogos da especificidade institucional predominou. As perguntas instauravam a nova problemática e encaminhavam respostas nessa direção: *"Qual o papel e o espaço de existência das ONGs? É meramente conjuntural, e ligado a situações de precariedade de espaços de organização popular? Ou possuem características que lhes garantem uma área de atuação própria, passível de se consolidar independentemente das conjunturas?"* Como estabeleceu Mario Padron, em sua exposição sobre as características das "ONGs": uma delas há de ser a *"flexibilidade e capacidade de adaptar-se às mudanças do movimento popular"* (FASE/ IBASE/CENPLA, 1986:17).[155] Essas questões continuariam no horizonte da atuação das "ONGs"

[155] *É o que se afirmava em um dos raros trabalhos escritos na época sobre essas questões, no Brasil (de pouca circulação* e di ficil *obtenção, como acontecia comas publicações feitas pelas, e para, as "ONGs", não preparadas naquela época -e ainda hoje-para a di vulgaç* ão *de seus produtos); seu autor, Pedro Pontual, de trajetória ligada à militância de esquerda marxista, era um dos diretores do CEPIS. entidade paulista de reconhecimento no campo, tendo depois sido um dos fundadores do Instituto Cajamar, centro de "formação sindical" com fortes ligações com a CUT. Dizia ele, em 86 (sem utilizar o nome "ONG"), que se vivia a "passagem de uma conjuntura de tentativa de* consolidação *das organizações que. foram construídas ao longo desse; anos". Os "Centros dí, Educação Popular" devem estar sempre "redefinindo seu,* papéis e i.r *suas tarefas, diante das organizações populares. Isso é diferente de propor a dissolução dos Centros mie organizações populares ou de trabalhar com*

pelos anos subsequentes, e a autonomia com respeito aos "movimentos" – mantendo-os, no entanto, como referencial de atuação – é área tensa e sempre objeto de reelaborações discursivas, embora distinção fundamental, como já se viu, na definição do que seja uma "ONG". No Encontro de 86 davam-se os primeiros passos para a construção das concepções que se tornariam dominantes no campo, nos anos 90 (embora objeto de debates e distinções no seu interior), após todo um trabalho envolvido em sua produção e disseminação, levado a cabo por um grupo de entidades /agentes. Avançando no tempo e conforme declarações bastante recentes de um dos diretores da ABONG:

"a complexificação da sociedade civil popular nos levou a uma especificação mais clara do papel de atores, a resgatar nosso próprio papel, nossa identidade como atores, com relação ao problema do desenvolvimento, que vai assumir cores novas nos inícios dos 90. Os movimentos avançavam, e isso esvaziou a nossa identidade auxiliar. A aproximação entre as 'ONGs' reforçou a percepção de que éramos um campo político, e assumir a identidade de 'ONG' era a posição mais favorável. Tudo pressionava para isso. A idéia de 'entidade de apoio' perde consistência também: os movimentos avançaram e isso esvaziou a identidade de 'auxiliar"'(Entrevista em dezembro de 1992).

A discussão sobre as relações com as Agências de Cooperação Internacional, bastante inédita para a grande maioria das entidades presentes ao Encontro de 86, foi outro momento de demarcação de distinções de um corpo com interesses comuns (do corpo de entidades brasileiras; e de um conjunto formado por elas e algumas "parceiras" do "Norte" mais consolidadas). Ao mesmo tempo, criam-se ou se reafirmam estilos e códigos próprios ao universo das "ONGs", quanto às modalidades de se relacionarem com agências internacionais e seus oficiais de projetos.

A partir da presença de agências financiadoras na reunião, cumprem-se determinados rituais sempre repetidos e que alimentam a manutenção das "parcerias", nessa relação desigual. Por um lado, há a declaração enfática, por parte das entidades nativas, de sua necessária luta contra um verticalismo de relações que cerceie sua independência de atuação.[156] Diante dos seus financiadores, afirmam o discurso da autonomia a qual envolveria, por um lado, uma maior institucionalização das entidades nativas, por outro a sua organização horizontal para negociações com "transparência", "democratização de informações" e menor grau de pessoalização nas relações. Como se disse, "está em questão, aí, o confronto dos nossos critérios de avaliação com os critérios das agências", ou ainda "a relação das ONGs com as entidades financiadoras é marcada pela desigualdade entre parceiros, numa relação ambígua em que a própria natureza institucional das instituições brasileiras é negada, ou posta em cheque pelas agências internacionais, a partir de suas políticas de financiamento que secundarizam custos infra-estruturais, salários que profissionalizam seus quadros, etc. Os termos das trocas nos processos de f nanciamento é uma questão importante de ser discutida" (FASE, IBASE,

t, *horizonte de uma futura dissolução dos Centros" (Pontual, 1986: 29). Daí sairia a ênfase dada no termo "formação", à diferenciação de "asessoria": tratar-se-ia de aprofundar a "educação política" de determinadas lideranças, mais do que acompanhar o dia-a-dia das oposições ou diretorias sindicais e dos movimentos.*

[156] *Invertem-se, ou confundem-se os papéis de credor e devedor. Quem deve o que, a quem? É desses tempos por exemplo o argumento, desenvolvido por agentes de "ONGs", segundo o qual as agências do "Norte" estavam apenas devolvendo uma ínfima parcela dos recursos retirados do "Sul", por injustas políticas internacionais, levadas a cabo por seus governos. Nada mais justo, portanto, do que receber essas doações, "nosso" dinheiro – desde que utilizado para combater os efeitos perversos dessas políticas.*

CENPLA, 1986:16). Enfim, estabelece-se no encontro um tom de questionamento de uma determinada correlação de forças, de confronto, de "politização". Nada mais apropriado, dentro dos padrões que caracterizam o reconhecimento de uma "ONG", e a afirmação desse discurso questionador de "colonialismos" e "autoritarismos" é momento de sua legitimação diante das agências – que não poderiam esperar outra postura – e de si próprias, reforçando-se a idéia de sua autonomia e um "estilo" no diálogo "Norte/Sul".[157]

Os oficiais de projetos presentes, por sua vez – cúmplices quanto a esse tipo de discurso – fazem sua parte de "acusação" às "ONGs" brasileiras por sua "culpa" nesse processo do qual elas próprias têm reclamações a fazer: sua ignorância sobre as "parceiras" internacionais e seu utilitarismo, o que vem de par com a pouca "politização", nas relações mantidas com as agências. Como afirmava o representante da NOVIB no Encontro: "*O julgamento de vocês, os 'partners', sobre as agências financiadoras, nós conhecemos: as boas são as que aprovam os projetos de vocês; as más, as que não aprovam. E entre as boas, há as que 'enchem o saco' e as que 'não enchem'...*" (FASE/IBASE /CENPLA, 1986:27). O representante da OXFAM se dizia "*impressionado pelo desconhecimento que vocês têm das agências*". E nesse ritual de reclamações e acusações mútuas, afirmavam-se alianças, cumplicidades básicas e os códigos que norteiam as relações entre esses parceiros – e entre um grupo determinado de parceiros. Como aquele explicita, "*para vocês, nós somos financiadores; para nós, somos ONGs, como vocês. Nós também nos identificamos com a trajetória colocada na exposição de Rubem Cesar Fernandes. Sofremos os dilemas comuns de profissionalização versus voluntarismo; de como lidar com o Estado... A origem da OXFAM é semelhante ao que já se falou aqui: em um espaço entre a universidade e a Igreja. Essa fundação enfrentou resistências do governo britânico. Foi, portanto, também um ato político*" (pg.29).

Reforça-se, aí, a idéia da atuação conjunta, da cumplicidade "Norte/Sul" e portanto da criação de um conjunto estruturado de entidades no qual ocupam posição determinada também agências internacionais particulares: "*os Centros mantêm relações mais estreitas com umas, menos com outras*", como pregava Padron na ocasião. E afirmam-se os princípios presentes nessa forma peculiar de financiamento, onde "confiança" e "pessoalização" jamais deixam de estar presentes. Como afirmou o representante da NOVIB, "*existe um conceito fundamental que move a NOVIB: a confiança nos 'partners'. Nunca pedimos recibos, apenas relatórios, confiamos simplesmente nas pessoas e nos trabalhos que realizam. Pedimos que essa confiança seja retribuída pelas ONGs, e na nossa concepção o fracasso não é razão para cortarmos fundos de ninguém*" (pg.28).[158]

[157] *Em 1992, comemoraram-se os 30 anos de presença da Fundação Ford no Brasil, a qual, atualmente, doa 55% dos seus fundos, no país, para instituições de perfil académico e 45°ó para "ONGs" (Fundação Ford, 1992). Participando das comemorações da área "académica" – já que a Fundação organizou eventos paralelos e distintos, para os dois campos – pude observar as diferenças de códigos no relacionamento dos intelectuais com a Fundação estrangeira. Não fez parte do encontro essa afirmação "política", mas ao contrário, celebrava-se ali um ritual de agradecimento e reconhecimento pelas possibilidades abertas à comunidade acadêmica pela Fundação, no Brasil, até hoje e- esperava-se- para o futuro. Nas inúmeras intervenções entãorealizadas e papeis escritos para a ocasião por gente em posição de prestígio no campo intelectual, não constavam análises, por exemplo, das histórias de estratégias políticas desse tipo de entidade, em países periféricos como o Brasil, tema consagrado em razoável literatura – o que seria de se esperar como atitude apropriada, estivéssemos no campo das "ONGs". Certamente, a autonomia do campo acadêmico prescinde, ou não compreende, esses rituais de "confronto" como momentos de seu reconhecimento. Ao contrário, evitá-los é manifestar as crenças, no meio, de sua independência com relação ao campo da política – e de determinadas políticas de financiamento, no caso. Ou seja, são outros os padrões de legitimidade e outras as modalidades de se apropriar das regras próprias ao campo. Não seria de "bom tom" uma análise daquele teor, muma ocasião como essa.*

[158] *Em 1992, comemoraram-se os 30 anos de presença da Fundação Ford no Brasil, a qual, atualmente, doa 55% dos seus fundos, no país, para instituições de perfil académico e 45°ó para "ONGs" (Fundação Ford, 1992). Participando das comemorações da área "acadêmica" – já que a Fundação organizou eventos paralelos e distintos, para os dois campos – pude observar as diferenças de códigos no relacionamento dos intelectuais com a Fundação estrangeira. Não fez parte do encontro essa afirmação "política", mas ao contrário, celebrava-se ali um ritual de*

Enfim, as questões tratadas nesses três dias certamente marcaram o início de um trabalhoso processo de criação de crenças e de novas instâncias legitimadoras de um conjunto de entidades enquanto "ONGs", no país. Como recomendava Mario Padron, certamente conhecedor dos entraves – ideológicos e materiais – para a institucionalização desse tipo de entidade e de profissão, "*é necessária uma dedicação exclusiva*" à tarefa de conduzir a instituição, tendo-se que acabar com a "*atitude envergonhada de assumi-la*". Falou-se na necessidade de "*profissionalização*" e "*especialização*", em "*salários suficientes*", no sentido de garantir a continuidade da "ONG" através de dedicação a essa "*tarefa que demanda tempo e energias*" (FASE/IBASE/CENPLA, 1986).

Por essa época, as "ONGs" multiplicavam-se como nunca, pelo país, como pode ser verificado pelo Quadro I (86, 87, 88 e 89 foram os anos de maior número de fundações). No entanto, eram poucos os agentes que detinham esses novos discursos, o acesso às instâncias internacionalizadas em que eles se forjavam e atualizavam, e poucas as entidades envolvidas nesses processos de articulações. O Encontro de 86 buscou envolver agentes e entidades de diversas áreas do país que disseminassem os novos padrões de existência dos "Centros" – aquelas que possuíssem as propriedades adequadas para levar adiante o projeto de construção de um corpo e de apropriação de um nome por um determinado conjunto de entidades sem fins lucrativos. Fundamentalmente, entidades e agentes aliados, de "confiança" que detivessem, em suas regiões, o contato com redes de relações afins.

Quem são esses? Voltando aos coordenadores e aos convidados caímos, por um lado, na reafirmação do passado exposto aqui de relações construídas em trajetórias particulares e – mais uma vez – convergentes. Por outro lado, o Encontro de 1986 inaugura um novo tipo de instância onde se vão consagrar "nomes" e entidades, as que vão investir nos processos descritos acima.

Sem pretender realizar uma exposição mais detalhada e cansativa, é interessante apenas observar que estiveram presentes praticamente todas as entidades "veteranas" mencionadas desde o Encontro Ad-Hoc, com seus representantes também "históricos" (FASE, CEDI, NOVA, CENPLA, ADITEPP, ASSESSOAR, MOC, CEAS, IBRADES, ISER). Algumas entidades presentes nasceram mantendo fortes laços com as "veteranas", como ESPLAR, do Ceará, ou GAJOP, de Pernambuco (apoiados que foram pela FASE); ou o CEAS-Recife, um desdobramento do CEAS-Salvador. A leva nascida com os exilados mais reconhecidos também se fazia presente: CEDAC (e as entidades de sua "rede" já mencionada, como CAMP do Rio Grande do Sul, CEPAC do Piauí, ECOS de Pernambuco), IDAC, IBASE INESC, de Brasília, CENTRU, de Pernambuco.[159] Não faltaram algumas entidades formalmente ligadas à Igreja, como o SEDIPO,

agradecimento e reconhecimento pelas possibilidades abertas à comunidade acadêmica pela Fundação, no Brasil, até hoje e – esperava-se – para o futuro. Nas inúmeras intervenções então realizadas e papéis escritos para a ocasião por gente em posição de prestígio no campo intelectual, não constavam análises, por exemplo, das histórias de estratégias políticas desse tipo de entidade, em países periféricos como o Brasil, tema consagrado em razoável literatura – o que seria de se esperar como atitude apropriada, estivéssemos no campo das "ONGs". Certamente, a autonomia do campo acadêmico prescinde, ou não compreende, esses rituais de "confronto" como momentos de seu reconhecimento. Ao contrário, evitá-los é manifestar as crenças, no meio, de sua independência com relação ao campo da política – e de determinadas políticas de financiamento, no caso. Ou seja, são outros os padrões de legitimidade e outras as modalidades de se apropriar das regras próprias ao campo. Não seria de "bom tom" uma análise daquele teor, muma ocasião como essa.

[159] *Maria José Jaime, uma das fundadoras do INESC, tem trajetória de Ação Católica e AP no pré-64, tendo sido exilada. O CENTRU foi criado por Manoel da Conceição – conhecido lider camponês ligado à AP, em suas fases maoísta e marxista-leninista – após sua volta do exílio.*

de Pernambuco, ligado à CNBB, ou o SEDUP, ligado à Diocese de Guarabira, na Paraíba.[160] Havia dois Centros de Defesa de Direitos Humanos, uma entidade relacionada às questões femininas/feministas – SOS-Corpo que, anos mais tarde, estaria na direção da ABONG – e outras "minorias" no campo: duas entidades ligadas a universidades (uma das quais veio a desaparecer), duas compostas por agentes de origem partidária (uma das quais também desapareceria). Enfim, a composição do campo, em 86, se fazia através das entidades e agentes cujas origens, desde os tempos do pré-64 e passando pela volta dos exilados, foram aqui traçadas. Cabe, no entanto, mencionar a exceção que confirma a regra: o Centro Luis Freire, de Pernambuco – uma das referências de peso, no campo – não surgiu a partir das relações bases/igrejas mencionadas aqui. Originou-se de ligações partidárias, desenvolvendo-se em sua história próximo ao polo do PMDB e entrando no "campo" não a partir de redes "horizontais", mas sim a partir de que estabelece relações de cooperação internacional com os mesmos tipos de agências financiadoras mencionadas. A partir do "Norte", entra na rede nacional.

Uma rápida leitura do "*Campo de trabalho da entidade*", item que consta do relatório do Encontro, compreendendo poucas linhas de definições para cada "ONG", revela o que faziam, segundo suas próprias concepções, seu discurso oficial. A palavra universal para definir o que se faz é "*assessoria*"; seguem-se "*educação popular*" (que, quando empregada, abrange todo o resto, expressão guarda-chuva), "*formação*" e um campo inter-relacionado de "*comunicação/documentação/informação*". *"Estudos"*, *"seminários"*, *"produção de conhecimento*", "*pesquisas*" – algumas "*participantes*" – também são mencionados com certa ênfase. Fala-se também em "*organização*" e, marginalmente, de "*direitos humanos*".[161]

Enfim, em termos gerais, é um trabalho que se quer educativo. Fala-se (uso os termos literais, suprimindo as aspas por comodidade de leitura) em **educação** sindical, política, comunitária; em **formação** de trabalhadores, de lideranças sindicais, de militantes para comissões de fábrica, de dirigentes do movimento popular, de agentes para a área de comunicação, de agentes para trabalho com mulheres; em **assessoria** para movimentos populares, pequenos produtores rurais, movimentos sindicais, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, movimentos contra barragens, movimentos de bairros, à Pastoral Operária, aos trabalhos da Constituinte, à produção de material gráfico, à CNBB, a movimentos cristãos, ao Congresso Nacional, a municipalidades, a entidades da sociedade civil. Assessoria jurídica é recorrente, e uma entidade declara fazer assessoria teológica. Ou seja, em geral, "*formam-se*" "*agentes*" para os movimentos e trabalhos diversos, numa "educação de educadores" (na melhor tradição da assistência social

[160] *A Igreja continuará a ser um "celeiro" de "Centros", repetindo através do tempo os mitos de origemjá analisados. "A Paróquia X foi administrada 30 anos por um padre que desenvolve uma linha bastante conservadora. Pe. Y chegou há um ano na paróquia e está encontrando dificuldades em desenvolver um trabalho mais transformador. Daíele ter pensado na criação do Centro, como forma de desenvolver as novas lideranças a emergirem de um trabalho mais consequente. Para isso, ele conta com o grupo paroquial mais dinâmico e, agora, com o apoio das outras comunidades da Paróquia do Padre Z. A criação do Centro é vista como a possibilidade de dinamizar uma linha de atuação da Igreja, fora dos limites paroquiais e aberto às pessoas não-católicas"* (documento de 1986). Pude encontrar documentos que narram fundações de "Centros" análogas em uma entidade bastante ligada à Igreja, que pediu-me sigilo quanto à declinação da fonte. Entidades desse tipo virarão "ONGs" na medida em que rompam sua vocação de "servir à Igreja" e se insiram num campo reconhecido de discursos, agentes, entidades, práticas.

[161] Respostas a 223 questionários, através de pesquisa já mencionada realizada no ISER entre julho e agosto de 1987, revelaram que *"assessoria"*, *"organização popular"* e *"educação"* formavam o *"tripé básico da atuação das ONGs (...). Essas três categorias compõem um conjunto de práticas consideradas muitas vezes como intercambiáveis, e profundamente articuladas: 'educação' é meio para a 'organização', ou vice-versa, 'educa-se, organizando'; e 'assessoria' é também uma forma de 'educação', etc. Em 83% dos questionários encontramos assinalada ao menos uma, dentre essas três atividades,- 68% encontramos as três exercidas conjuntamente"* (Landim,1988:40).Como se observa, a palavra *"organização"* é espontaneamente evitada, quando da explicitação oficial da atuação das "ONGs", embora seja assinalada em questionário fechado. É palavra perigosa, dentro da distinção que pretendem manter dos movimentos. A pesquisa de Fernandes e Piquet, em 1991, revelou igualmente a predominância da palavra *"assessoria"*, seguindo-se *"pesquisa"*, *"educação popular"* e *"formação sindical"*. As pesquisas foram realizadas com metodologias diferentes. No entanto, tudo indica que não houve grandes mudanças nesse terreno do que as "ONGs" declaram fazer.

apenas, aqui, formam-se especialistas que se movimentam no universo da política); e *"assessoram-se"* os movimentos – para que, eles próprios, se organizem. O sindicalismo e os movimentos de bairros são razoavelmente privilegiados, assim como há uma predominância de trabalhos na área rural.

O termo "popular" é extremamente recorrente, como uma marca registrada do campo, à época. Basta que se observe a lista que compõe o Quadro I para constatar que ele começa a aparecer, nos nomes das entidades, de 1981 em diante, sendo que das 21 entidades fundadas entre 84 e 86, mais da metade – 11 dentre elas – possuem "popular" no seu título. Interessante observar, também, que até então a referência a "sociedade civil" é escassa (apenas uma das 33 entidades presentes ao Encontro utiliza o termo, em suas definições programáticas: "assessorar entidades da sociedade civil"). As "ONGs" iriam usar crescentemente essa expressão nos anos subsequentes, mas normalmente adjetivada pelo "popular", qualificando o espaço social onde atuam, dentro da sociedade civil, combinando uma posição "classista" com uma visão "democrática" – o que foi claramente visto acima, quando das definições, no encontro, de sua especificidade de atuação. ("Sociedade civil", sem o "popular", é coisa de uso bem mais recente, indicando certamente mudanças em ideários passados, numa referência – talvez minoritária – à adoção de valores liberais).

Vale aqui observar brevemente, então, que "popular" é palavra-chave no vocabulário das "ONGs". É adjetivo universalmente utilizado, espécie de passaporte ou de senha que permite a entrada de atividades e acontecimentos em determinado campo, marca que os legitima. Uma análise das publicações dessas entidades poderia acrescentar ilustrações significativas às já fornecidas acima, quanto aos nomes adotados por essas entidades. Tomando-se por exemplo as capas do periódico publicado pela FASE, a Proposta, constata-se que, desde que a revista começa a adotar títulos temáticos (1980) fica óbvio que estamos no mundo do "popular": uma em cada 2,4 revistas tem o adjetivo "popular" no tema de capa (e a redundância fica maior quando se observa que o próprio subtítulo da revista contém também a palavra, repetida portanto a cada número: *"Experiências em educação popular").* "Popular" aparece qualificando não apenas "educação", mas também outros substantivos como *"imprensa", "movimento", "participação", "iniciativas", "vídeo", "administração", "organização"...*

O campo das "ONGs" parece reivindicar para si o monopólio da autoridade de falar *"do 'povo', ou de falar **para** (no duplo sentido) o 'povo'"*[162], o que em si se constitui em força nas lutas internas em diferentes campos, *"fundamentalmente o político, onde se pode jogar com todas as ambiguidades da palavra 'povo' ('classes populares', proletariado ou nação, Volk)"* (Bourdieu, 1987:178). Continuando com as reflexões do autor, podemos dizer que os agentes das "ONGs" colocam-se como possuidores de uma espécie de direito de precedência sobre o "popular", transformando o que poderia ser estigma em emblema, quanto a origens, estilos e proximidades ao "povo".

Embora não seja objetivo desse trabalho aprofundar a análise do que essas entidades fazem e do jargão próprio que utilizam para descrever suas práticas, essas observações acima apontam para crenças generalizadas e recorrentes, pontos comuns em retóricas e discursos do conjunto de

[162] Em francês, "pour", o que significa "para" ou "por".

"aliadas" presente ao Encontro de 1986, onde se apresentam novas questões para as futuras "ONGs" brasileiras.

Esse foi o primeiro, dentre uma sucessão de eventos que caracterizam o processo de criação de determinados padrões de legitimidade quanto à existência das "ONGs", nos finais da década, onde vão-se destacar alguns agentes, os que investem na criação dessas novas regras e novas propriedades relativas a um campo que se consolida. Através do estímulo à produção de "redes" de agentes e entidades, de "foruns" permanentes de encontros e de discussão, da produção de textos, da participação em encontros internacionais, da criação, finalmente, de uma associação, esses agentes contribuem para a produção da crença de que existem "ONGs" enquanto entidades autônomas, compostas por profissionais de perfil específico – profissionais militantes, norteados por determinados valores e ideais atuantes no campo da política, na construção da sociedade civil brasileira (e, mais adiante, internacional) no interesse de grupos e movimentos populares, etc. A esses padrões de legitimidade que se vão tornando hegemônicos devem se conformar – para "existir" no campo – mesmo as entidades e agentes que os questionam.[163] Isso é explicitado pelos próprios agentes dos novos tempos que instauram esses critérios de legitimidade: *"Há muitas pequenas entidades, sobretudo de origem religiosa – luteranas, por exemplo, ou na área católica muitas filtradas pelo CERIS, que recebem recursos a partir daí – que não se interpretam como entidades que se inserem num campo. Se você quer ser realmente autônomo, entrar em um campo mais amplo, para existir, tem que aparecer, ser reconhecido publicamente",* como me foi afirmado exemplarmente por Jean Pierre Leroy, um participante ativo nesses novos investimentos.

Como foi sugerido, são muitas as instâncias em que se produziu, nos últimos anos, um intenso trabalho de invenção teórica e prática das "ONGs" – por onde passa o reconhecimento do pertencimento ao campo. Apresento no Anexo II uma listagem dos acontecimentos mais relevantes, que compreendem desde "Foruns" regionais de "ONGs" brasileiras – grupos de entidades constituídos para debates de interesse comum – até "redes" latinoamericanas que tinham o Brasil como sede, como é o caso do chamado "Grupo Fazenda".[164]

Alguns desses acontecimentos merecem relevo, como é o caso do "Curso Taller", realizado também na Fazenda da Serra em inícios de 1987 – ou "Curso sobre Gestion y Politicas Institucionales de los Centros de Promocion en America Latina", ou das "ONGDs, Organizaciones No Gubernamentales de Desarrollo", como se explicitava em seus documentos. Promovido por Mario Padron (através da entidade a que pertencia), com a coordenação do IBASE, da FASE e do CEDI (Letícia Cotrim, Jean Pierre Leroy, Sergio Haddad) quanto ao Brasil, assim como agentes de entidades de outros países latinoamericanos, o curso visava reunir cerca de 50 pessoas que ocupassem cargos ligados à direção de "ONGs" do continente, durante 20 dias, em debates e produção de textos sobre questões do seguinte teor: gestão e desenho de políticas institucionais para "ONGs" latinoamericarias; avaliação de suas experiências; análise de suas relações com

[163] Dentre essas, há algumas consagradas e reconhecidas pelas redes horizontais e pelas agências internacionais: batem na tecla de que não se pode perder o marco que foi dominante *"até 80, de trabalho para fora da ONG, de trabalho popular; do momento em que se vira ator, isso tem que ser bem amadurecido, para que isso não se torne o centro da questão. O que nos congrega? ser ator da sociedade civil? Não, também estarmos inseridas no mundo popular",* como me disse uma diretora de "ONG" em entrevista recente – cuja entidade, embora apresente pouco investimento nas instâncias de estruturação do campo, não deixa no entanto de estar nelas presente.

[164] O nome vem do local onde se realizou o encontro do grupo, a Fazenda da Serra, hotel entre o Rio e São Paulo de propriedade de uma agente veterana do campo, – Letícia Cotrim – local que se tornou conhecido no campo pelos eventos relacionados com "ONGs" aí realizados.

outros atores sociais, como *"igrejas, partidos, sindicatos e outras ONGs, privilegiando-se suas relações com o movimento popular";* estudar *"problemas, relações e critérios"* nas relações operativas entre ONGs e agências internacionais; produção de documentos sobre essas questões.[165]

O termo "curso", bem como o de "comitê acadêmico" para designar a instância que selecionou os candidatos (enviaram-se 900 convites, receberam-se 103 solicitações, escolheram-se 45 pessoas, no geral quadros intermediários das entidades), e mais afirmações como a de que se tratava de *"figuradamente, um equivalente de pós-graduação"*, uma *"capacitação para quem participa das tomadas de decisões nas ONGs"*, indicam a criação de uma instância que visa reconhecimento profissional ao ofício de agente de "ONG" – e multiplicam-se na época iniciativas do mesmo teor. Reproduzem-se os termos de reconhecimento acadêmico, porém em instâncias que se pretendem afirmar por fora das universidades, instâncias de reprodução de agentes e de sua especialização produzidas pelo próprio campo. Um estudo de caso do "Curso Taller" certamente revelaria, por si só, as propriedades e padrões de legitimidade que se criavam à época, na construção do campo. Os critérios para selecionar os candidatos – que deveriam submeter ao "comitê" um texto sobre assunto de sua escolha – incluem, como primeiro ponto,"*experiência pessoal"*, sendo outros quesitos a sua ocupação na "ONG", o seu gênero (aplicava-se a chamada discriminação positiva, mantendo-se uma quota de mulheres), as perspectivas posteriores de "aplicação" do aprendido; sua vinculação a "*redes de centros e representatividade de contrapartes"* (e jamais a titulação acadêmica).

Quanto ao último critério mencionado, embora isso não tenha sido explicitado, a comissão organizadora do Curso teve como preocupação selecionar agentes de entidades que se relacionassem com um amplo leque de "parceiros" internacionais – o conjunto de agências afinadas com ideários e práticas do universo "a serviço dos movimentos populares".[166]

[165] Esses dados são retirados de um conjunto de documentos relacionados ao "Curso" – convocatórias, textos de apoio, resultados, etc. – os quais, no entanto, são frequentemente sem data e sem assinatura.

[166] Esse curso gerou alguns textos sobre questões ligadas a "ONGs" na cena brasileira, os quais foram publicados por DESCO: Zanetti (1988), Armani (1988), Martins (1988), Araújo (1988), Otterloo (1988).

Outras instâncias que merecem destaque na produção da identidade das "ONGs" – talvez. as mais significativas – foram as inúmeras reuniões entre agências internacionais e suas "contrapartes" brasileiras, que começam a ser realizadas, por iniciativa daquelas, para discutir os mesmos tipos de assuntos já mencionados, com ênfase obviamente nas formas de relacionamento entre doadores e recebedores. No caso, as reuniões serviam para a conformação e o reconhecimento de conjuntos articulados de "ONGs" brasileiras, que tinham agora sua existência crismada por seus tradicionais financiadores – condição histórica de sua existência – assim como se reafirmavam atuações conjuntas e cumplicidades "Norte/Sul".[167]

Uma das mais significativas, sendo geralmente mencionada no campo como marcante, foi a realizada em 1988, entre a NOVIB e suas contrapartes – a chamada Plataforma de parceiros da NOVIB.[168] Como afirma em entrevista Jorge Eduardo Durão, esse encontro "*constituiu um marco importante na reflexão das ONGs sobre seu papel na cooperação internacional. Nessa reunião afirmamos a nossa identidade comum com outras ONGs acima da condição particular de contrapartes da NOVIB"* – e de fato essa reunião desdobrou-se em outra, sem a presença de agências internacionais e com outros convidados reconhecidos no campo que, no entanto, não eram parceiros da NOVIB, para a discussão de assuntos então levantados.

Ressaltaram-se os temas da relação a se manter com o Banco Mundial e também o do "assistencialismo" – colocado pela NOVIB em termos da relação dos projetos "materiais" com os "imateriais", ou seja, as eternas tensões entre os projetos de prestações de serviços diretos, de resolução imediata de problemas da população, frequentemente cobrados pelas agências, e os projetos "político-educativos", de difícil avaliação quanto a "impactos", ou "resultados concretos". Debate que se tornaria, com o tempo, crescentemente importante.

NOVIB revela-se afinada com o tom das "ONGs" parceiras, ao reconhecer a importância de ações que levem em conta o "*poder político*", a "*organização popular*", o "*poder popular*". E, mais ainda, quando adverte, já naquela época, que "*Se, na próxima década, as ONGs não conseguirem apresentar respostas efetivas às questões relacionadas com as necessidades materiais dos pobres, poderão ser atropeladas por agências multilaterais e organismos governamentais que estão dispostos a destinarem milhões de dólares para financiar grupos que trabalham com projetos assistencialistas"* (NOVIB, 1988: 15). Enfim, delimitam-se conjuntamente, mais uma vez, fronteiras entre "assistência social" e "ONGs" – e entre interesses de "ONGs" e agências como o Banco Mundial – apontando-se também para a necessidade de mudanças de ação, antes que algum aventureiro o faça, criando-se a idéia de proteção de interesses comuns. Essas questões estarão na ordem do dia, nos inícios da década de 90.

A questão da relação com a Universidade – como se viu, pouco desenvolvida pelas "ONGs" que parecem não ver aí, em sua história, um terreno privilegiado de concorrência ou afirmação de distinção – é puxada pela NOVIB, a partir dos mesmos problemas de uma "nova

[167] Segundo a pesquisa mencionada de Fernandes e Piquet, em 1991, para sua amostra, 70% de entidades já haviam participado de algum encontro desse tipo (Fernandes e Piquet,1991:15).

[168] NOVIB define à ocasião, como linha de trabalho, "estudar a possibilidade de criação de PLATAFORMAS de parceiros da NOVIB, que definam políticas de ação em países latino-americanos. Tais PLATAFORMAS, na medida em que possam discernir, de forma mais clara e especifica, o papel das ONGs, servirão de importante subsídio para definir as bases de atuação da NOVIB" (NOVIB, 1988:3).

profissionalização" colocados pela existência do "Curso Taller". São significativas as concepções então disseminadas, por uma agência do seu peso, no campo:

"*Várias ONGs se manifestaram quanto ao problema de quadros disponíveis para o desenvolvimento dos projetos. Há uma terrível e generalizada deficiência na formação da maioria deles. Via de regra,* tem sido necessário reciclar os que saem da universidade e se engajam no trabalho das ONGs. *É bem certo que isso aponta para uma necessidade de reformulação dos currículos universitários. Contudo, esse caminho é demasiado longo e* as ONGs dispõem do instrumento 'pesquisa' para compensar a lentidão do processo de mudança da atual situação da universidade brasileira. *A pesquisa poderá contribuir enormemente para a superação das deficiências dos quadros envolvidos nas iniciativas das ONGs* (...)" (grifo meu). (NOVIB, 1988:17).

Pode-se pensar em possíveis tendências de redefinições de relações das "ONGs com o campo acadêmico, a partir desse tipo de sinalização. Talvez essa se torne uma relação mais concorrencial.

As entidades e agentes que vão investir de forma mais permanente e consistente na criação dessas instâncias ("foruns regionais", "cursos", "plataformas" e finalmente uma associação), criando as condições e os caminhos para o reconhecimento de muitas outras organizações como "ONGs", ao mesmo tempo que ocupando posições dominantes, diante de novas regras que se impõem de pertencimentos, não são muitas. Realizei (como pode ser visto no Quadro n° 2) uma listagem de 12 acontecimentos que considero significativos, quanto a essas instâncias, relacionando entidades que aí estiveram presentes – considerando eventos razoavelmente seletivos ou, quando muito amplos, relacionando apenas os seus organizadores, ou os ocupantes de posições de direção (como o caso do "Encontro PNUD", ou o do "Forum Nacional de ONGs Preparatório" para a Eco-92). Constam do Quadro II, como se vê, acontecimentos já mencionados, acrescentando-se: um seminário entre "ONGs" brasileiras e a EZE (Agência Central Evangélica Para o Desenvolvimento, da Alemanha); uma consulta feita pela ICCO (Agência Intereclesial para o Desenvolvimento Internacional, da Holanda) com "ONGs" brasileiras; uma avaliação do trabalho dessa última entidade, no Brasil; e o grupo de trabalho formado por "ONGs" para a constituição da ABONG.

As entidades aí constantes, somadas, não passaram de 58. E dentre essas, apenas 26 apareceram em mais de um acontecimento. No entanto, uma delas esteve presente nas 12 instâncias – a FASE – seguindo-se o CEDI (11) e o IBASE (8). A FASE acumulou 6 postos de direção, nesses acontecimentos, o CEDI 5 e o IBASE também 6. Seguem-se, com 5 participações, o ISER, a CESE e o Centro de Cultura Luis Freire. O INESC é o único com 4 participações. Seguem-se 8 entidades com 3 presenças (NOVA, SOS-Corpo, AS-PTA, CJC, CAMP, ESPLAR e IDAC).

Ou seja, as "ONGs a serviço dos movimentos populares", embora se contem às centenas e tenha adquirido visibilidade e presença na cena pública, em acontecimentos variados, foram, enquanto campo, produto de uma invenção e de um investimento de poucas dentre elas. Foi, no entanto, grande o trabalho investido nas lutas pela apropriação e monopólio desse termo por um grupo de agentes e entidades cujas "raízes" foram aqui estudadas. As "ONGs" existem a partir de seu poder de convocação, que nacionaliza e generaliza determinadas estratégias. Investimento

que, até hoje, tem conseguido sucesso nas lutas pela definição e apropriação de um nome que se tornou, sem dúvidas, categoria nova no cenário político e social brasileiro.

QUADRO I – LISTA DE ONGs POR ANO DE FUNDAÇÃO					
Ano de Fundação	**SIGLA**	**NOME**	**UF**	**Fonte**	**Fundação de fato**
1952	IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal	RJ	p	
1955	DIEESE	De to. Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos	SP	P	-
1961	FASE	Federação dos órgãos / Assistência Social e Educacional	RJ	AP	-
1962	CERIS	Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais	RJ	P	-
1963	SOF	Serviço de Orientação da Família	SP	A	-
1966	ASSESSOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural	PR	P	1962
1967	ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária	SP	AP	-
	CNDDA	Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Amazónia	RJ	A	-
1969	CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	SP	AP	-
	IBRADES	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento	RJ	AP	1968
1970	CPV	Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (ex-Pastoral Vergueiro)	SP	AP	-
	ISER	Instituto de Estudos da Reli ião	RJ	AP	-
	MOC	Movimento de Organização Comunitária	BA	P	1967
	PATAC	Programa de Aplicação de Técnicas Adaptadas às Comunidades	PB	AP	1967
1972	ADITEPP	Associação Difusora de Treinamento e Projetos Pedagógicos	PR	P	-
	CLF	Centro de Cultura Luís Freire	PE	AP	-
	CIMI	Conselho Indi enista Missionário	DF	P	-
	FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco	BA	P	-
1973		Ação Cristã Pró-Gente	DF	AP	-
	CESE	Coordenação Ecumênica de Serv' os	BA	AP	-
	CEM	Centro de Estudos Migratórios	SP	P	1969
	NOVA	NOVA Pesquisas, Assessoria E Avaliação em Educação	RJ	AP	-
1974	CEDI	Centro Ecumênico de Documentação E Informação	RJ	AP	1965
	ESPLAR	Centro de Pesquisa e Assessoria Espiar	CE	AP	-
1975	CEAS	Centro de Estudos de Ação Social	BA	AP	1967
	IPCM	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras	RJ	AP	-
1976	CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contem orânea	SP	AP	-
1977	CEPIS	Centro de Educa ão Popular do Instituto Sedes Sa ientiae	SP	AP	-
	CPT	Comissão Pastoral da Terra	GO	P	1975
	SPDDH	Sociedade Paranaense de Defesa dos Direitos Humanos	PR	AP	1976
1979	CEAS-urb.	Centro de Estudos e Ação Social Urbana de Pernambuco	PE	AP	1978
	CEDAC	Centro de Ação Comunitária	RJ	AP	-
	CJC	Centro Josué De Castro	PE	AP	-
	CTI	Centro de Trabalho Indi enista	SP	P	-
	GEA	Gruo de Estudos e Assesoria Agrária	RS	AP	-

QUADRO I – LISTA DE ONGs POR ANO DE FUNDAÇÃO					
Ano de Fundação	**SIGLA**	**NOME**	**UF**	**Fonte**	**Fundação de fato**
	INESC	Instituto de Estudos Sócio-Econômicos	DF	AP	-
	SMDDH	Sociedade Maranhaense de Defesa dos Direitos Humanos	MA	AP	-
	OLODUM	Gruo Cultural Olodum	BA	A	-
	IRSANED	Irmandade Santa Edwi es de Brás de Pina	RJ	A	-
1980	CENTRU	Centro de Educação e Cuftura do Trabalhador Rural	PE	AP	-
	IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas	RJ	AP	-
	IDAC	Instituto de Ação Cultural	Ri	AP	
	CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará	PA	-	-
1981		Casa da Mulher do Nordeste	PE	AP	1980
	CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e Assesoria do Trabalhador	CE	AP	1978
		Fundação ela Alegria do Brasil	RJ	AP	-
	SEDUP	Serviço de Educação Popular	PB	P	-
	TAPS	Assoe. Bras. de Tecnologias Alternativas na Promoção da Saúde	SP	P	1976
	CIM	Centro de Informação da Mulher	SP	-	-
	GERMEN	Gruo Gérmen	BA	A	-
1982	AATR	Assoe. dos Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia	BA	P	-
	CECUP	Centro de Educação d Cultura Popular	BA	AP	-
	CDDH/P	Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis	RJ	AP	-
	CEPAC	Centro Piauiense de Ação Cultural	PI	AP	1981
	CEDITER	Comissão Evangélica dos Direitos da Terra	BA	P	-
	CEDOPE-NDP	Centro de Documentação e Pesquisa- Núcleo de Documentação Popular	-	P	-
	SOS-CORPO	SOS CORPO – Gruo de Saúde da Mulher	PE	AP	1980
1983	CAMP	Centro de Assessoria Multi rofissional	RS	AP	-
	CECA	Centro Ecumênico de Evan eliza ão,Ca acita ão e Assesoria	RS	AP	-
		Rede Mulher	SP	AP	1980
	ETAPAS	E ui e Técnica de Assessoria	PE	A	-
1984	CECOPES	Centro de Educação e Comunicação Popular D. João Batista	ES	AP	1982
	CADTS	Centro de Aprendizado e Desenvolvimento Técnico e Social	RJ	A	-
	CEDAMPO	Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares	MS	P	-
	CEPASP	Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular	PA	P	-
	CECAPAS	Centro de Capacitação e Acompanhamento de Projetos Alternativos	PE	P	-
	INARAB	Instituto Nacional de Articula ão das Religiões Afro-Brasileiras	RJ	A	-
	INAP	Instituto de Ação Popular	ES	P	
1985	CEPEBA	Centro de Estudos e Pesquisas da Baixada Fluminense	RJ	A	-

QUADRO I – LISTA DE ONGs POR ANO DE FUNDAÇÃO					
Ano de Fundação	**SIGLA**	**NOME**	**UF**	**Fonte**	**Fundação de fato**
	CEAP RO	Centro de Alfabetização Popular de Rondônia	RO	P	1984
	IFAS	Instituto de Formação e Assesoria Sindical Santa Rosa da Paz	GO	AP	-
	IBRACE	Instituto Brasil Central	GO	AP	1984
	INCA	Instituto Cajamar	SP	P	-
1986	AGEN	Agência Ecumênica de Notícias	SP	AP	1985
	AJUP	Instituto de Apoio Jurídico Popular	RJ	P	-
	CECIP	Centro de Criação da Imagem Popular	RJ	AP	-
	CEPO	Centro de Educação Popular	RS	AP	1985
	CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares	RS	AP	-
		Centro de Direitos Humanos e Memória Popular	RN	A	-
	CEPAMI	Centro de Estudos e de Pastoral de Mirantes	RO	A	-
	GSP	Gruo de Saúde Popular	MT	A	-
	IEA	Instituto de Estudos Amazônicos	PA	P	-
		Solidariedade França-Brasil	RJ	A	-
	CDDH-BR	Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião	RJ	A	-
		Centro Nacional Bertha Lutz	RJ	A	-
1987	ANSUR	Articulação Nacional do Solo Urbano	SP	AP	1984
	ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids	RJ	A	-
	CACES	Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais	RJ	AP	-
	CENTRAC	Centro de Ação Cultural	PB	AP	1986
	CEPEL	Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina	RJ	AP	-
	CAC	Centro de Atividades Culturais de SãoJoão de Meriti	RJ	A	-
	CEDAP	Centro de Educação e Assessoria Popular	SP	A	-
	CENTRU-MA	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural	MA	P	1984
	SOS-M.AT	Fundação SOS Pró-Mata Atlântica	SP	P	1986
	POLIS	Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Política Social	SP	AP	-
	SAPÉ	Serviço de Apoio e Pesquisa em Educação	RJ	AP	-
	CEAP	Centro de Educação e Assessoria Popular	RS	A	-
	CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata	MG	-	-
1988	ABRAPIA	Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência	RJ	A	-
	CAATINGA	Caatinga	PE	AP	-
	CAPC	Centro de Apoio a Projetos Comunitários	CE	AP	1984
	CAPINA	Cooperativa de Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa	RJ	AP	-
	VIANEI	Centro Vianei de Educação Popular	SC	AP	1983
	CESEP	Centro Sergipano de Educação Popular	SE	AP	1987
	CFSS	Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde	SP	AP	1981

QUADRO I – LISTA DE ONGs POR ANO DE FUNDAÇÃO					
Ano de Fundação	**SIGLA**	**NOME**	**UF**	**Fonte**	**Fundação de fato**
		Comunicação e Cultura – Iniciativas Culturais	CE	A	-
	CTV	Comité Teotônio Vilela	SP	P	1983
	DESER	Departamento Intersindical de Estudos Rurais	PR	AP	-
		Espaço Aberto – Estudos, Consultoria e Serviços	PE	P	1987
	GELEDES	Instituto da Mulher Negra	SP	AP	-
	IDACO	Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária	RJ	AP	-
	NEOM	Núcleo de Estudos e Organização da Mulher	MT	A	-
	PACS	Instituto de Políticas Alternativas ara o Cone Sul	RJ	A	1986
	CEAP	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas	RJ	A	
	CV1	Centro Inde endente de Vida do Rio de Janeiro	RJ	A	-
	IMOPEC	Instituto da Memória do Povo Cearense	CE	A	-
	IPHAE	Instituto de Pré-História, Antropologia e Ecologia	RO	-	-
1989	AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em A ricultura Alternativa	RJ	AP	-
	CEMINA	Centro Mulher, Informação, Assessoria e Execução de Projetos	RJ	AP	-
	CENAP	Centro Nordestino de Animação Popular	PE	AP	1988
	CENDHEC	Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social	PE	AP	-
	CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria	DF	A	-
	ECOS	Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana	SP	AP	1988
	FNN	Fundação Nativo Natividade	SP	AP	1988
		Instituto de Divulgação da Amazônia	PA	A	-
	IED	Instituto de Ecologia e Desenvolvimento	RJ	P	-
	UNIPOP	Universidade Popular	PA	A	1987
		Casa de Passagem	PE	A	-
	VIDDA	Grupo Pela Vidda	RJ	A	-
	INAC	Instituto Arnaldo dos Coelhos	PE	A	-
	INED	Instituto Nacional de Educação a Distância	DF	A	-
	ITC	Instituto de Tecnologia ara o Cidadão	RJ	A	-
1990	AFINCO	Administração e Finanças ara o Desenvolvimento Comunitário	PE	A	-
	CEPIA	Cidadania, Estudos, Pesquisas, Informação e Ação	RJ	P	-
	EQUIP	Escola de Formação Quilombo dos Palmares	PE	P	1988
	FIDENE	FIDENE SPEP Seminário Permanente de EducaçãoPopular	RS	AP	-
		Fundação Samuel	SP	AP	1976
		Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea	CE	AP	-
	IDEC	Instituto de Estudos da Cidadania	PE	A	-
	NEV	Núcleo de Estudos da Violência	SP	P	1987
	PROTER	Programa da Terra – Assessoria, Pesquisas e Educação Popular	SP	AP	1986

QUADRO I – LISTA DE ONGs POR ANO DE FUNDAÇÃO					
Ano de Fundação	**SIGLA**	**NOME**	**UF**	**Fonte**	**Fundação de fato**
	REDEH	Rede de Defesa da Espécie Humana	RJ	AP	1987
	SASOP – PTA	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – PTA	BA	P	1989
	APTA	Assistência de Programas em Tecnologias Alternativas	ES	-	-
	CDDHEP	Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular	AC	-	-
	ONDAZUL	Fundação Onda Azul	BA	A	-
1991	CISMOP	Centro de Investigação Social e Solidariedade a Movimentos Populares	SP	A	-

FASE	x●	x	x●	x	x	x	x	x●	x●	x●	x●	x●
CEDI	x	x	x●		x	x	x	x	x●	x●	x●	x●
IBASE	x●	x●	x●	x	x				x●	x●	x●	
C.L.FREIRE	x	x		x				x			x	
ISER	x	x				x				x●	x●	
CESE	x				x	x	x				x●	
INESC	x	x						x				x●
ESPLAR	x					x						x●
NOVA	x			x							x	
SOS-CORPO	x			x								x●
AS-PTA	x			x						x●		
C.J.CASTRO	x			x				x				
CAMP	x		x			x						
IDAC	x			x							x●	
CEAS-BA	x			x								
IBRADES	x	x										
REDEMULHER				x								x●
CEDAC	x										x●	
CENPLA	x●	x										
CEPAC	x			x								
ASSESSOAR	x		x									
ADITEPP	x			x								
UNIPOP						x						x●
SEDIPO	x		x									
CENTRU	x			x								
CEDEC				x								
CEBRAP				x								
MOC	x											
PROTER				x								
CECIP				x								
AATR				x								
SECNEB				x								
SAPÉ				x								
CELUP												x●
SMDDH												x●
AGEN							x					
MNDDH							x					
Prof K-Nind.							x					

CAATINGA											x	
ETAPAS	x											
GASOP	x											
GEA	x											
SERPAJ	x											
CEAC	x											
URPLAN	x											
CDDH-Petr.	x											
CDDH-PB	x											
CEAS-PB	x											
TV-VIVA				x								
ANSUR							x					
C.M.NE							x					
CEAP							x					
CECA							x					
C. MAGUTA							x					
SOF							x					
Fund. SAMUEL							x					
CEPIS							x					
INCA							x					
CTI							x					

(●) = coordenação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As “ONGs de assessoria e apoio” estão enfrentando hoje novas questões, com relação à sua existência enquanto um campo de entidades – campo, como foi visto, recente, com fraco grau de cristalização. As indefinições nas fronteiras desse conjunto, suas ambiguidades entre autonomias e dependências com relação a outros campos sociais, tornam incerta uma previsão sobre o futuro da apropriação social dessa categoria, ou dos contornos de um conjunto estruturado de entidades auto-identificáveis e que conseguiram algum tipo de reconhecimento público.

Elementos de uma cena contemporânea podem afetar essa estrutura: diversificam-se as organizações civis no contexto da modernização e democratização institucional da sociedade brasileira; as igrejas – fundamentalmente, a Católica – passam por transformações que repercutem na sua “ala popular”, a qual perde peso e redefine práticas e ideários; grande parte das organizações que caracterizam os “movimentos sociais” e “sindicais”, ao mesmo tempo em que se sedimentaram e solidificaram enquanto aparelhos, entram em crises de adesões e de vitalidade; mudanças no panorama político internacional fazem também entrar em crise referenciais socialistas ou marxistas que alimentaram gerações de ativistas; essas mesmas mudanças repercutem sobre o campo da “cooperação internacional” de modo aparentemente não favorável ao Brasil, ou à América Latina; etc. As “ONGs” – como se viu, gestando-se e se movendo nesses terrenos, e particularmente inseridas no campo da política – enfrentam a questão de como redefinir sua posição diante de transformações por que passam esses espaços sociais que lhes são conexos.

Mas também é certo que as “ONGs de assessoria e apoio” têm sido, entre outras coisas, especialistas da “transformação”. Não apenas das “transformações sociais” – a promoção das quais é sua justificativa – mas também de suas próprias transformações institucionais e de posições ocupadas na cena social brasileira que fazem com que, há quase três décadas, elas se venham adaptando a sucessivas conjunturas político-sociais, aumentando em número e desenvolvendo a sua institucionalidade, no processo concomitante de autonomização e criação de corpo que se procurou mostrar aqui. Como foi dito – e conforme as interpretações de seus próprios agentes – “*abertura*”, “*maleabilidade*”, são palavras que as definem, mesmo se compostas por quadros muitas vezes saídos de correntes de pensamento e ação com tendências fundamentalistas na prática política.

Quem frequenta as discussões internas a esse universo, percebe que uma das palavras de ordem atuais é exatamente a “mudança”, a necessária “superação” de antigos ideários e práticas – clima consensual, em que pese as posições diferenciadas e divergentes dentro do campo, na criação certamente de mais um debate que contribui para sua conformação. Isso se manifesta, por exemplo, no processo recente e ainda incerto de um alargamento do leque de relações e alianças entre “ONGs” e áreas institucionais da “sociedade civil” antes delas distanciadas e mesmo colocadas como campos opostos pelos interesses em jogo, ou por elas evitadas e criticadas, como o da ação social empresarial (departamentos, ou fundações ligadas a empresas e dedicadas a trabalhos sociais) e até mesmo o das obras sociais filantrópicas tradicionais.

Algumas novas instâncias de debates vêm-se, de fato, criando entre agentes dessas áreas sociais que não têm uma história de laços ou atividades comuns. Nesses novos encontros, formados por pessoas com trajetórias, valores, *habitus* os mais diversos (o que se observa especialmente no caso dos representantes da “filantropia empresarial”) – e muitas vezes permeados por quiproquós, onde ainda se tem que estabelecer uma linguagem, ou os consensos sobre os objetos de discussão, sobre o dizível e o não dizível – frequentemente se desenvolve, de parte a parte, a retórica do “superar antigos estereótipos”, ou “preconceitos mútuos”.

Para um “participante observador” interessado em questões relacionadas às “ONGs”, esses são, ao contrário do que a retórica indica, momentos privilegiados de observação das marcas de uma história e das

manifestações possíveis de um "efeito de campo", presentes nas virtualidades dessas "negociações" (e ficam as novas anotações para estudos posteriores).

Os rumos das "superações" ou "mudanças" que têm preocupado e ocupado os agentes das "ONGs de assessoria e apoio" – através da produção de discursos expressos em textos ou discussões, das "fofocas" de corredor, da elaboração de "novas" atividades e "projetos", com ativa participação dos representantes de agências de cooperação internacional "parceiras", que também enfrentam questões análogas em sua própria casa certamente passam por uma história que se desenvolve nos anos 70 e 80, através da qual se construiu um conjunto estruturado de entidades e agentes específicos, os profissionais das "ONGs". As virtualidades contidas nas práticas e discursos dessas entidades para os anos futuros dependem não apenas da dinâmica dada por suas relações com grupos, movimentos, áreas institucionais "externas" a elas com que se relacionam, mas passam, necessariamente, pelas determinações dadas pelas relações que se estabeleceram no seio mesmo do sistema composto pelo conjunto estruturado e estruturante aqui descrito – pelas suas instâncias (nacionais e internacionais) de legitimação, pelos espaços onde se forjaram através do tempo os padrões de reconhecimento do valor distintivo dessas entidades, pelos capitais específicos acumulados pelas que aí fizeram um "nome" – pelo valor distintivo do nome "ONG".

Nesse trabalho procurei exatamente traçar algumas histórias de agentes e entidades – umas mais "oficiais", outras "subterrâneas" – onde se revelam convergências de trajetórias, onde se mostra a construção ou reprodução de laços diversos, de ideários, de valores e estilos compartilhados, subjacentes a debates e concorrências específicas, e a produção de crenças a respeito de uma identidade comum. Procurei mostrar como determinadas concepções que aparecem hoje naturalizadas, ou enquanto senso comum, quanto a uma identidade das "ONGs" ligadas ao conjunto "de assessoria e apoio" são fruto de uma construção, através de história recente, cuja base são relações objetivas criadas e solidificadas no tempo entre agentes e entidades com propriedades particulares. Deram-se, aí, as condições concretas para todo um trabalho de investimento, feito de forma mais intensa por alguns de seus elementos, na construção de um campo e também de uma especialidade profissional.

Nessa construção, como foi visto, a elaboração de uma distinção, por parte das "ONGs", com relação a outros campos institucionais mereceu (e merece) esforços específicos, maiores ou menores, através dos variados momentos dessa história – e onde os "Centros/ONGs" transformaram também, sucessivamente, suas posições no espaço social brasileiro. Desse ponto de vista, traçar a história das "ONGs", ou de como se conformaram como um corpo de relativa autonomia, traz dificuldades especiais. Na realidade, estão aí envolvidas não uma, mas várias histórias que, para serem bem contadas, implicariam no domínio de áreas temáticas variadas como a das religiões, com ênfase na Igreja Católica; as relacionadas ao conhecimento do campo acadêmico brasileiro; dos movimentos sociais diversos; do Estado; das relações internacionais, etc. (E a abordagem aqui realizada necessariamente padece das limitações dadas pela impossibilidade de aprofundar essas diversas histórias, que ficam por merecer trabalhos específicos quanto a cada uma delas).

Resumindo então o que foi analisado, vê-se que os tempos iniciais da década de setenta – quando nos nomes dessas entidades o "popular" estava longe de aparecer, e predominavam termos como "Assistência", "Pastoral", "Ação Comunitária" – foram os momentos da demarcação de uma progressiva autonomia com relação à Igreja Católica, ou às igrejas cristãs. Esteve em jogo, nesse movimento, tanto a distinção com relação a obras sociais tradicionais de tipos diversos (e nomes como os acima mencionados são reveladores dessas origens), quanto com a Igreja Popular e suas organizações que vão aparecendo, como determinadas pastorais.

No primeiro caso, tratava-se ou de rompimentos com parcerias e alianças baseadas na "assistência social", ou no chamado "*assistencialismo*" (e certamente muitas entidades não efetuaram esse rompimento, não

"virando ONGs"); ou se tratava de ocupar espaços, no sentido de transformar *"projetos de desenvolvimento comunitário"* e *"assistenciais"* no que veio a ser chamado de *"educação popular"*. Nesse caso, dava-se a reconversão de práticas, que não mudavam substantivamente (os *"projetos econômicos", ou "materiais"),* promovendo-se sua entrada no campo da política de oposição ao regime, ou ao "sistema capitalista". Ocupavam-se os mesmos postos de outras maneiras, quer pelos mesmos agentes que neles passam a investir novas aspirações, quer por novatos no "campo" – e em todo esse processo tiveram um papel de peso os "veteranos" de práticas político-pedagógicas forjadas no pré-64, de inspirações freirianas, cristãs e marxistas, aqueles que reivindicam para si a produção da "educação popular", expressão que se vai tornar guarda-chuva para as variadas atividades desenvolvidas pelos "Centros/ ONGs". Como se viu, essa "politização" era feita através dos projetos localizados os mais diversos (cursos de alfabetização de adultos, cursos profissionalizantes, projetos envolvendo questões de produção ou comercialização agrícola localizados, postos de saúde, etc.), onde se colocavam as questões de transformações tanto de *"agentes"* quanto de *"bases"*, num "novo tipo" de relação educativa.

Essa "mágica" de transformar atividades de prestação de serviços pontuais a setores marginalizados da população em ação política sempre se constituiu em questão para os "Centros/ONGs", na distinção básica diante de seus fortes concorrentes, nesse campo: a assistência social ou a filantropia tradicionais, área por excelência da atuação religiosa. De fato, ao deslocar a centralidade do objetivo de resultados "concretos" e imediatos que as fundamenta – ao menos, certamente, na expectativa dos grupos "beneficiados" – essas iniciativas veem-se às voltas com paradoxos difíceis de resolver. Em expressivo exemplo diz um *"agente de saúde"*, conforme artigo na revista *Proposta* editada pela FASE, em 1977: *"O êxito dos trabalhos de saúde numa linha de educação de base parece depender de sua capacidade de produzir processos de grupalização, nos quais a reflexão das pessoas envolvidas* ***possa progressivamente ultrapassar o universo pragmático de combate à doença*** *e a sua prática seja cada vez mais animada pelo fortalecimento do ideal comunitário"* – tarefa que podemos imaginar complexa, dados os meios sociais carentes em que se fazia (no caso, um bairro periférico de Nova Iguaçu).

Por outro lado, as "ONGs" também se forjam numa distinção com a Igreja Popular, sendo no entanto reconhecidas pelo campo diversos tipos de relação de aliança com essa ala religiosa: algumas "ONGs" investem diretamente na "assessoria às pastorais populares", ou mantêm um "carisma ecumênico", enquanto outras preferem um perfil secularizado e evitam uma ação de colaboração de natureza tão claramente religiosa. Sem dúvidas, o gradativo processo de secularização dos "Centros" não rompe alianças fundamentais com o campo das igrejas: pastorais populares, Dioceses progressistas, CEBs, tendências partidárias ou sindicais próximas da Igreja – sem falar nas agências internacionais, na maioria ligadas a igrejas – estão sempre por perto, nos campos onde atuam as "ONGs". Essas entidades continuam, também, recrutando quadros nas diversas pastorais populares ou espaços eclesiásticos afins. Essa é uma relação ambígua e pouco discutida no interior do campo e valeriam maiores estudos sobre o papel das "ONGs" na conformação da Igreja Popular, no Brasil. No entanto, a existência de instâncias mais recentes onde se constroem os padrões de legitimidade do campo das "ONGs" contribuem para delimitar e revelar as fronteiras estabelecidas nesse campo: a CPT, por exemplo, não entrou na ABONG, o que foi decisão consciente e motivo de discussão, entre ambas as partes (assim como não entraram o CIMI ou outras entidades da mesma natureza, as quais por suas atividades, histórias e discursos poderiam aproximar-se do "modelo ONG").

A questão da distinção com relação aos "trabalhos assistenciais" da Igreja, feita numa espécie de corpo-a-corpo nos projetos localizados – no como *"atingir"*, como "educar", como *"instrumentalizar"* – teve seu foco deslocado a partir da tendência que se tornaria dominante, entre as "ONGs" brasileiras, desde os finais da década de 70 e entrando pelos anos 80 (sem, no entanto, que a "educação popular" via "trabalhos de base" jamais tivesse sido abandonada): essas entidades e seus agentes, como se viu, passam em sua maioria dos *"grupos atingidos"* para os *"movimentos", ou o Movimento,* no singular, palavra-chave que começa a reinar no

centro do ideário, das esperanças e das especializações, para os anos 80, desse conjunto de agentes e entidades. Seguindo com ilustrações dadas pelo periódico da FASE, a *Proposta* – significativo por tudo o que se disse nesse trabalho – é no número 12, de setembro de 1979, que o seu Editorial acusa *"as insuficiências do projeto original*", e propõe mudanças: a revista não deve ser espaço de trocas entre *"agentes", mas* sim "*produto passível de consumo"*, passando a "*produzir e veicular subsídios necessários ao debate concreto acerca do conteúdo e formas do processo atual de lutas dos trabalhadores"*. (...) *Embora não tão flagrante no momento do lançamento da* Proposta (1976), *há um elemento na presente conjuntura que salta aos olhos e que é altamente relevante para os que desenvolvem experiências de base: o fato de que o Movimento Popular não é mais uma virtualidade, mas sim uma realidade concreta"*. Sindicalismo, política, partido, classe social, o debate igreja-marxismo – uma análise de publicações das "ONGs" por essa época verá que esses são temas que se impõem, na "formação" de seus agentes (Landim, 1991).[169] A construção da CUT e do PT se dá paralelamente à multiplicação dessas entidades que, como se sabe, mantêm relações privilegiadas com esses pólos políticos (cabe a elas, nesse contexto, a função de "assessoria"), ligações frequentemente por elas assumidas de modo explícito. Esses são os anos em que se afirma com destaque, nos nomes dessas entidades, o termo "Centro", assim como "Assessoria", "Capacitação", "Apoio", "Acompanhamento", "Trabalho/Trabalhador", "Popular".

O envolvimento, muitas vezes numa "simbiose", com a dinâmica dos movimentos sociais – e necessariamente com correntes políticas, tendências, partidos aí presentes – foi, por um lado, processo que contribuiu decisivamente para a multiplicação dos "Centros de Apoio" e sua afirmação na cena política brasileira. No entanto, como procurei mostrar, seria decisivo para a sua existência enquanto corpo de especialistas e entidades particulares o trabalho de "desaparelhamento" logo realizado – e que continuaria pelos anos subsequentes. Sem deixar de se identificar com determinado polo do campo político e sem cortar suas ligações com determinados movimentos sociais (onde as igrejas estavam presentes), os "Centros" souberam investir na construção de sua autonomia com relação a eles – numa homologia com a autonomia pregada quanto aos mesmos movimentos, uma das referências fortes de seu ideário político (e podemos nos perguntar sobre o papel das relações já estruturadas e constitutivas do campo que se formava – com as agências de financiamento, nos rumos tomados por esse processo).

Como se viu no caso paradigmático da FASE, esse processo de "emersão" dos movimentos exigiu esforços e tempo, nos inícios dos anos 80. E exigiu mais uma reelaboração de crenças e discursos sobre a especificidade de um trabalho de ação social. A expressão "educação popular" – marca registrada e objeto de reflexão teórica em entidades que nunca abandonaram o modelo das práticas educativas localizadas, como por exemplo a NOVA – é resgatada nesse processo e, na sua polissemia (evidentemente, objeto de disputas) é utilizada para definir genericamente o que se faz num "Centro/ONG". Retomando o fio da meada ilustrativo da revista Proposta – cuja leitura em ordem cronológica, e para bom entendedor, é extremamente reveladora da história das "ONGs" através das diferentes conjunturas nacionais – vê-se que em 1984 o periódico, que se havia dedicado por alguns anos à imersão nos debates internos ao *"Movimento", dá* uma guinada de 180 graus e retoma seu modelo original: como é anunciado no Editorial, volta a ser revista *"voltada para a divulgação e socialização de experiências"*, dirigida fundamentalmente para as *"diversas instituições envolvidas nesse tipo de prática"* (nos inícios, era voltada para os diversos agentes, mas agora o campo se constitui). O subtítulo da revista, que havia desaparecido, volta: *"Experiências em Educação Popular". E o* leitor é avisado de que *"Iniciamos, com esse caderno, a divulgação das experiências mais significativas nas áreas da educação popular, das quais temos participado nos últimos anos" (Proposta* nº. 24, set. de 1984:1). Ou seja, a FASE se afirma enquanto entidade de "educação popular", relendo dessa forma seu passado já considerável de

[169] Uma leitura da revista mostra que, nos seus primeiros números, se a questão internacional que mereceu atenção foram as experiências de educação de base com o método Paulo Freire na Guiné-Bissau, agora as atenções se voltam para a revolução nicaragüense ou – em menções menores – ao movimento Solidariedade polonês.

experiências, ao mesmo tempo em que contribui para construir um campo de "*instituições*" afins: quer servir como instrumento na "*articulação e troca de conhecimentos*".

Desta forma, no bojo desses trabalhos próximos às igrejas, a tendências políticas e sindicais, a determinados movimentos sociais, as "ONGs" criam sua autonomia. Conformam-se, nesses processos, as propriedades particulares que caracterizam seus especialistas. A democratização do país, como se viu, é fator que contribui ainda mais para a conformação de espaços de atuação e de discursos específicos, surgindo com peso a idéia de "sociedade civil" (combinando-se, no entanto, com a opção pelo "popular") como vocação natural das "ONGs".

O sucesso dessa trajetória deu origem a entidades e especialistas particulares: aquilo que nasceu com ativismos semi-voluntários, com dedicações sem hora marcada nem feriados, como anti-carreira ou como ocupação a que se aderia "*de passar uma chuva*", virou com o tempo, e cada vez mais, mercado de trabalho e profissão – com as consequências do "desencantamento" que isso possa acarretar. Certamente, um dos temas das "ONGs" atualmente é também o da "qualificação técnica", e a balança que pendia para o lado de "o que se é", por oposição ao de "o que se sabe", no reconhecimento social da competência dos seus recrutados, começa a se mover. Diplomas escolares começam a contar, de modo mais assumido, enquanto capitais em alguns já complexos "planos de carreira" (sic) elaborados nessas instituições (claro, da mesma forma como outros fenômenos analisados aqui, trata-se de movimento percebido nas "ONGs" mais estabelecidas e maiores do campo, as "cinco estrelas").

Essas últimas observações levam finalmente às relações "ONGs/Universidades" que mereceram pouco, ou quase nenhum espaço no debate (no caso específico do Brasil), de meados da década de 80 em diante, que mobilizou os agentes das "ONGs" em torno do "quem somos?" – o qual, como se viu, foi construído fundamentalmente em termos de pensar seus "papéis" em relação a Estado, Igreja, partidos, movimentos populares.

De fato as "ONGs", se na sua história concorrem e existem numa eterna criação de distinção com relação a esses espaços sociais, com os quais estabelecem fronteiras ambíguas por conta da natureza de suas práticas (frequentemente tiveram um papel análogo ao de sindicatos, de partidos, de igrejas, de órgãos governamentais), não estabelecem relações da mesma natureza com o campo acadêmico. Sua legitimidade – conferida em grande medida por agências internacionais e igrejas – passa pelos trabalhos de "intervenção social", seus "impactos" e "eficácias", onde está em jogo a construção de laços e de reconhecimento por "bases" e "movimentos", e onde a competência para a produção teórica do tipo acadêmico, ou a inserção nos debates que se dão no campo acadêmico, não contam, ou contam contra.

Para se pensar essas relações, deve ser considerada também a posição da universidade no espaço social brasileiro e sua situação de crise, sobretudo durante os anos de autoritarismo nos quais os "Centros/ONGs" firmaram suas raízes, seu estilo, seu trabalho. Seria impensável, por um lado, a existência de trabalhos de "extensão" – de assessorias políticas, como o realizado nos "Centros" – como algo institucionalizado nas universidades. Por outro lado, essas também se encontravam esvaziadas de seus quadros mais progressistas (os também mais consagrados), os que manteriam laços com os debates no campo dos "movimentos". Ou seja, as instâncias de legitimidade dadas pela academia, no Brasil, têm que ser relativizadas e pensadas em sua especificidade, através da história recente do país.

As "ONGs" não se formaram "substituindo" a academia, mas antes criaram sua identidade por um contraste, uma oposição a ela – num processo, em termos de discurso e como reviu, de "des-legitimação" de

suas obras e de sua posição na sociedade brasileira.[170] A diferença dos quadros cooptados nos espaços dos "movimentos", os egressos da academia – nos primeiros tempos de construção dessas entidades "de assessoria" – deveriam largar seus "lauréis" e "reaprender a educar" transformando-se, no mesmo processo, em "novos intelectuais". A construção de mais essa distinção relacional foi básica na legitimação dos "Centros" em suas particularidades embora, de fato, a questão de disputar no mesmo terreno da universidade não se tivesse colocado, em sua história, do mesmo modo como que se colocou em relação a outros campos.

No entanto, isso não significa que deixem de haver, com a Universidade, relações que foram constitutivas dos "Centros/ ONGs". Como se viu, esses foram alimentados também por egressos da academia – ou tiveram peso, aí, os que tinham "um pé em cada lugar", determinados intelectuais reconhecidos pelo campo dos "Centros" como "assessores". Por outro lado, as "ONGs" não deixaram de buscar o prestígio e abertura de redes diversas de relações com a sociedade dadas por intelectuais reconhecidos que colocaram em suas diretorias – as instâncias formadas por voluntários.

Mas essas são, certamente, relações que tendem a mudar no cenário atual. Criam-se progressivamente "projetos" conjuntos entre "ONGs" e centros acadêmicos; por outro lado, aquelas têm-se tornado cada vez mais um mercado de trabalho para os egressos da academia (em determinadas áreas nas quais, talvez, sejam ainda privilegiadas as ciências sociais) com o deslocamento, embora relativo, do acento na "política" para o na "técnica". Pode-se vislumbrar que relações de concorrência mais acentuada venham a se desenvolver entre os dois "campos", a partir de diversos fatores: das políticas de agências que financiem a ambos (como as fundações Ford e a Interamerican, além de algumas governamentais); do desenvolvimento de pesquisas teóricas no meio das "ONGs", fruto das exigências dadas pelas novas conjunturas dos "movimentos", das relações internacionais onde se envolvem, da sua própria autonomização; das alternativas de trabalho, que se tornam mais competitivas, oferecidas pelas "ONGs" não apenas para recém-egressos da universidade, mas também para intelectuais reconhecidos; concorrências, enfim, dadas também por transformações no campo da academia, onde se desenvolvem atividades de "extensão". Para citar apenas um exemplo sobre essa última questão, são significativos os artigos publicados pela revista do CEDI, em 1990, sobre as novas virtualidades das universidades que, segundo o editorial, vêm começando a desmentir o *"pressuposto"* de serem *"somente um instrumento para servir e solidificar mecanismos das classes dirigentes"* (CEDI, 1990). Um sintoma de concorrências de natureza nova entre o campo das "ONGs" e o das universidades poderia ser percebido em artigo, no mesmo periódico, de José Ricardo Ramalho: *"em resumo, há espaço para colocar mais gente na roda. O trabalho via utilização do espaço político e científico universitário não competiria totalmente com o das entidades de assessoria e, portanto, não diminuiria suas atividades"* (Ramalho, 1990:22).

Voltando, finalmente, para problemas apontados no início deste texto, resta colocar algumas questões sobre o futuro das "ONGs de assessoria e apoio aos movimentos populares" (mas sem nenhuma intenção de profetismo sociológico), dadas as transformações recentes de uma cena contemporânea.

Muitas das crenças e mesmo relações institucionais nas quais nasceram e se firmaram esse conjunto de agentes e entidades parecem estar abaladas. No entanto, é de se observar que essas mesmas transformações de ordem política, social e econômica abrem também virtualidades para essas entidades cujas consequências ainda são incertas.

[170] O CEBRAP, entidade limítrofe ao campo das "ONGs" – mas que, como se vê pelas listagens aqui apresentadas, se autoreconhece atualmente enquanto tal, sendo inclusive associado da ABONG – é exceção. No caso, intelectuais brasileiros que tiveram uma trajetória coletiva cortada nos anos 70 constroem, com recursos internacionais, uma entidade autônoma, tendo como ponto de referência os debates acadêmicos. O "CEBRAP seria uma das raras "ONGs" que se constroem a partir de legitimidades dadas pelo campo da academia – e de fato, vira ONG muito recentemente (e é de se pensar o quanto as mudanças nas linhas de financiamento de fundações internacionais como a FORD, que passam a partir de um certo momento investir na "ação", representaram um papel na aproximação de um CEBRAP ao universo de "assessoria popular").

De fato – e *grosso modo* – *as* chamadas transformações do papel do Estado (sobretudo a retração de suas políticas sociais), a queda dos regimes socialistas, o avanço de um "neo-liberalismo" com suas políticas econômicas recessivas, o chamado *apartheid social, os* processos concomitantes de afirmações étnicas e religiosas, fenômenos que se dão em escala mundial com manifestações diferenciadas em variados contextos nacionais, vêm produzindo um debate, que parece atingir meios acadêmicos e políticos, onde as "organizações civis" se colocam como elemento central. Na construção dessa problemática, onde está em jogo a discussão de uma idéia de "setor sem fins lucrativos" – como conjunto de organizações e iniciativas que se criam por fora do mercado e do Estado – envolvem-se um número crescente de centros de pesquisa, novos e antigos, em âmbito internacional, sobretudo a partir dos anos 80, mobilizando e relacionando gente do campo acadêmico e das próprias entidades "não governamentais sem fins lucrativos" (de onde inclusive costumam surgir os patrocínios dessas iniciativas). *Voluntary Sector* na Grã-Bretanha, *Économie Sociale* na França, *Third Sector, Independent Sector, Charities, Non Governmental Organizations, Philanthropy...* São vários os termos empregados para indicar essas organizações, em um debate que se desenvolve sobretudo de modo comparativo, expressando a diversidade de culturas políticas nacionais, dessas organizações ou de concepções sobre elas – e a tradução desses termos para o português nem sempre faz sentido, ou o mesmo sentido que assumem em seus contextos de origem (com excessão da nossa "ONG", que também veio do "Norte" mas já está devidamente assimilada e retraduzida para o contexto nacional). Esses debates começam a chegar no Brasil trazidos por canais acadêmicos mas, sobretudo, por canais construídos por agências não governamentais, processo favorecido também pelas recentes e novas aproximações do campo das "ONGs" brasileiras com agências norte-americanas – onde a questão da chamada "*philanthropy*" tem peso razoável (a bibliografia é vasta e trabalhos onde podem-se encontrar maiores referências a esse debate são, por exemplo, o de Di Maggio e Anheier,1990; ou o de Salamon e Anheier,1992).

Sem querer analisar esses debates e essas relações, vale ressaltar que na valorização e invenção de um "setor sem fins lucrativos" estão em jogo questões como a da "construção de sociedades civis", ou a de "combate à exclusão dos pobres", ou de "alívio da miséria", ou de "substituição de agências governamentais na prestação de serviços sociais", ou de "pressão quanto à formulaçào de políticas públicas". Ou ainda essas organizações são vistas como *locus* de valores geralmente ligados ao ideário liberal como "pluralismo", "participação", "altruísmo", ou mesmo a valores inspirados pela religião como a "caridade" e o "amor ao próximo". Segundo, por exemplo, Alan Wolfe, autor norte-americano que foi introduzido às "ONGs" brasileiras no "Encontro PNUD" mencionado nesse trabalho, tendo seu texto publicado na edição que resultou do Encontro (IBASE/PNUD, 1992), as "organizações voluntárias", manifestando-se no plano da "sociedade civil" – e devendo-se, a partir daí, redirecionar os focos tradicionais das discussões sobre desenvolvimeto – seriam espaços de manifestação de pluralismo, da variedade de expectativas, normas e motivações, da possibilidade de realização da lógica moral e de laços não-instrumentais, representando um papel diante dos problemas e insatisfações criados tanto com a expansão do mercado no Ocidente, quanto com o Estado no Leste (Wolfe, 1992).

Não se quer, evidentemente, aprofundar aqui esse debate. Tampouco se pretende desenvolver uma análise das complexas questões envolvidas nas formas e condições possíveis para sua "importação", ou "retardação", para o contexto brasileiro.

Mas é fora de dúvidas que, quanto às "ONGs" – essas entidades tão "transnacionais" – elas são de alguma forma afetadas por ele. E, pode-se pensar, são particularmente afetadas, já que – por sua visibilidade social, pela composição de seus agentes, pelos laços significativos construídos no campo das grandes instituições brasileiras – elas encarnam, para uma "opinião pública" e para agências internacionais, as "organizações sem fins lucrativos" brasileiras por excelência. Afinal, fizeram um "nome" dentro desse universo. A crescente valorização da questão "sem fins lucrativos" e da "sociedade civil" certamente concorre, portanto, para a legitimação do papel e da presença das "ONGs" na cena nacional.

No entanto, algumas questões finais devem ser apontadas, quanto a essas virtualidades. Em primeiro lugar, esse é um terreno também ardiloso, com relação à questão da manutenção da identidade de um conjunto estruturado, com as propriedades específicas descritas aqui. Temas centrais das novas questões colocadas para as "entidades civis", como o combate direto à pobreza através de ações concretas nesse sentido – assim como a recuperação de valores como "altruísmo", ou "generosidade", ou até os da pessoalização envolvida na "caridade" religiosa – colocam as "ONGs" em forte concorrência com um vasto mundo de organizações e iniciativas "assistenciais", ou "filantrópicas", as quais se especializaram em um tipo de ação, e movem-se em um campo de valores, que não fazem parte da tradição das "ONGs", voltadas para o campo da militância, para o mundo do trabalho e da política. Faltam a essas entidades qualificação, relações sociais construídas, especialistas nesse campo da "assistência" a setores excluídos.

Observe-se também que, nesse terreno, as "ONGs" têm que enfrentar o "desafio" de se diferenciar de setores sociais com relação aos quais se posicionam de modo oposto, ideologica e politicamente: os que pregam um "neoliberalismo" e que também valorizam a atuação ao nível da "sociedade civil" e criticam o Estado. (Não é à toa que uma das questões atualmente ressaltadas por alguns agentes em posição de prestígio no campo das "ONGs" é a de como evitar que essas entidades se coloquem no papel funcional de "aliviadores" dos efeitos das políticas recesssivas recentes). (Veja-se Landim, 1993).

Enfim se transita, nessa "nova era" de valorização de "entidades sem fins lucrativos", em terrenos ambíguos e escorregadios, para as "ONGs", se considerarmos as propriedades a partir das quais se legitimaram e construíram uma identidade original. Essas, no entanto, parecem aceitar o desafio da concorrência dentro do vasto espaço social das "sem fins lucrativos" e começam a se mover em áreas antes deixadas de lado por sua história recente, o que é visível através da multiplicação de novos projetos, os quais incorporam aos seus "antigos", com setores como crianças carentes, moradores de rua, etc. E, sobretudo, isso se torna visível através da recente "campanha contra a fome e a miséria", onde as "ONGs" se envolvem em parcerias com empresários, com o Estado, com entidades "filantrópicas" tradicionais, religiosas ou não.

Resta, então, deixar em aberto a questão das possibilidades de sobrevivência, enquanto tal, do corpo de entidades que construiu uma auto-identificação e um "nome", nas duas últimas décadas. Não se exclui, aí, a possibilidade de uma "banalização" do nome "ONG", e uma possível diluição das fronteiras que essas entidades souberam traçar, através de sua história, com relação a outras áreas de atuação não governamental e não empresarial, no Brasil.

Mas essas são apenas hipóteses. As "ONGS AMP" transformam práticas antigas, mas não têm abandonado suas parcerias internacionais construídas durante tantos anos. Assim como continuam prestigiando outras instâncias onde se gestam seus padrões de legitimação, como por exemplo a "Associação Brasileira de ONGs", cujo discurso não abandona o campo da política.

Vale por fim lembrar, quanto a essas virtualidades, de alguns elementos surgidos na história que foi aqui contada, expressos sobretudo através de memórias "subterrâneas" e de fatos presentes nos avessos da construção das "ONGs" enquanto entidades que representaram um papel no campo político do país, nos últimos dez a quinze anos. Há aí determinados patrimônios que compõem também o acervo histórico dessas entidades, capazes portanto de serem mobilizados na criação de práticas e imagens atuais.

Como se viu, há alguns aspectos que a memória de agentes "pioneiros" reivindicaram como elementos marcantes, na imagem que pretenderam passar do que eles são e do que vieram a ser as "ONGs". Um deles é o "catolicismo radical" e a "educação de base" vindos dos tempos pré-64 (e pré Teologia da Libertação), que misturam determinados valores cristãos e humanistas com o engajamento nas transformações das coisas do

mundo. Talvez o fato de essas "raízes" terem sido tão ressaltadas na construção de uma identidade "ONG" tenha a ver com o contexto em que se deram essas memórias – o contexto atual, 1992.

Vale a pena, nesse sentido, evocar depoimentos recentes de Herbert de Souza, o Betinho, figura emblemática das "ONGs", único que – excessão que confirma a regra – cria "nome próprio", nos últimos anos, a partir de sua atuação nesse campo e que contribui para trazer o nome "ONG" para a cena pública. É Presidente de Honra da ABONG e foi um dos agentes que mais investiu nas instâncias de conformação desse conjunto estruturado de organizações. Tomou-se algo como um "paladino da sociedade civil", campo onde se cumpre a vocação das "ONGs". É figura pragmática por sua trajetória, também modelar, quanto aos agentes que constituem o campo. Percorreu os caminhos da Igreja-Ação Católica (JEC, JUC), e Ação Popular da fase cristã, da qual foi fundador. Entrou também pelos caminhos dos Centros Populares de Cultura no pré-64, dialogando e disputando com a esquerda marxista, o PCB. Na clandestinidade após o golpe militar, percorreu também os caminhos das organizações que se militarizavam, participando da AP marxista-leninista e maoísta. Figura emblemática, igualmente, do exilado, consagrado pelo irmão cartunista e pela música popular. Viveu marxismos e cristianismos, encarnou experiências de seguidas gerações. O fato de ter sido contaminado pelo vírus da AIDS faz com que ele possa personificar uma ponte entre as questões do "popular" e as das discriminações de minorias em geral (campo que cresce entre as "ONGs", tendo ele sido o fundador de uma das relacionadas ao problema da AIDS, a ABIA). Betinho, por tudo isso, personifica as "ONGs", na forma como foram interpretadas nesse trabalho. E nesse sentido dão o que pensar recentes pronunciamentos seus, onde resgata seu passado cristão, forjando por aí uma identidade atual: na JEC, *"Nós não estávamos preocupados com o profissional liberal, o que tinha a ver cristianismo com profissional liberal? O que tinha a ver cristianismo com advogado, dinheiro; não tinha a ver, era outra coisa* (...). *Eu acho que a JEC conseguiu plantar fundo nessa geração foi a palavra radical* (...). *Nesse sentido, creio que a Ação Católica não morreu em mim. Hoje, quando me lembro da AP, gostaria de ter parado num determinado tempo e apagar parte dessa história* (...). *Mas quando retomo o período da Ação Católica, não tenho essa sensação, tenho a sensação de que aquela experiência foi essencialmente positiva sob qualquer aspecto que se possa tomar. Eu não consigo pensar minha biografia sem ela; por exemplo, se eu não tivesse entrado na Ação Católica, o que seria hoje? Realmente não consigo, mas seria capaz de pensar o que eu seria hoje se tivesse saído da ação popular em 1967, sou capaz de imaginar até coisas muito positivas"* (Souza, 1991:201).

Betinho resgata raízes que são um dos fatores estruturantes das "ONGs". Suas últimas atuações públicas em campanha contra a fome, quando evoca valores rejeitados, ou não assumidos pelo meio, como a "generosidade", ou o "altruísmo", sinaliza para determinadas possibilidades – para o campo das "ONGs" – num momento em que ideários marxistas e socialistas, em que a "militância", estão em crise. E ao mesmo tempo encarna posturas que levariam ao "reencantamento" da "profissão" a que se dedicam os agentes das "ONGS".[171]

Como a história das "ONGs" também nos mostra – e a FASE é aí o caso paradigmático, já que inclusive mantém até hoje dentro da instituição "projetos" que são sinais concretos desse passado e fazem de alguma forma sentido no seu presente institucional – a assistência social, o contato com setores empresariais e com as obras sociais da Igreja, os valores cristãos aí envolvidos, também são elementos que estiveram presentes, na conformação desse campo recente de entidades. Estão aí diversos "veteranos" que participaram desses tempos e que não me deixam mentir.

Em que pese as incertezas quanto ao seu futuro, as "ONGs" possuem acervos múltiplos a serem acionados, "tradições" a serem reinventadas, "raízes" passíveis de seleção – velhas histórias a serem retomadas,

[171] E observe-se que recentemente Betinho passou o bastão da direção do IBASE, simbolicamente, em uma reunião em que agentes nacionais e internacionais de peso do campo estavam presentes, a Cândido Grzybowski, que foi seminarista franciscano, foi da JUC e esteve presente no "Encontro Ad Hoc de 1972" convocado lá do Sul do país – conta a história – por Henryane de Chaponay.

problematizadas e compatibilizadas com as especificidades que esses profissionais da política e entidades originais construíram em sua trajetória – nas estratégias para a manutenção de uma identidade própria e pelo monopólio de uma nomeação que, como se viu, tem o seu valor.

BIBLIOGRAFIA

ABONG

1992 – *Correspondência da ABONG para o Ministro do Bem-Estar Social.* Rio de Janeiro(mimeo).

ABONG

1993 – *Agenda da ABONG para o Grupo de Trabalho Ministerial sobre a situação jurídica das ONGs.* Rio de janeiro (mimeo).

ABUMANSUR, E. S.

1985 – "*Ecumenismo* no Brasil: de que estamos falando", *in Comunicações do ISER 15.* Rio de Janeiro.

AJUP

1992 – *Relatório AJUP 1991-1992.* Rio de janeiro: Instituto AJUP.

AMMAN, S. B.

1980 – *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.* São Paulo: Cortez Editora.

ARAÚJO, V.

1988 – *Notas sobre la actuación de la Iglesia en el Medio Popular.* Curso Taller *26.* Lima, Peru: IRED.

ARMANI, D.

1988 – *Una ONGD en busca de su identidad.* Curso Taller *3.* Lima, Peru: IRED.

ARNOVE, R. F.

1980 – *(Org.*), *Philanthropy and Cultural Imperialism -- The Foundations at Home and Abroad.* Indiana: Indiana University Press.

BAILEY, M.

1992 – *Notes on NGOS in Brazil.* Rio de janeiro: Save the Children (mimeo).

BECKER, H. S.

1973 – *Outsiders; Studies in the Sociology of Deviance.* Nova York: The Free Press.

1986 – "*Biographie* et mosaïque scientifique", *in Actes de la Recherche en Sciences Sociales 62/63.* Paris: Editions de Minuit.

BEZERRA, A.

1980 – "*As* atividades em educação popular", in Brandão, C. R. (org.), *A questão política da educação popular.* São Paulo: Editora Brasiliense.

BONVIN, F.

1972 – *Le CFFD de la Région Parisienne et son Public.* Paris: CCFD.

BOURDIEU, P.

1981 – "*La* représentation politique: éléments pour une théorie du chamo politique", *in Actes de la Recherche en Sciences Sociales 36/37.* Paris.

1983 – *Questões de sociologia.* Rio de janeiro.

1987 – "*Les* usages du peuple", *in Choses dites.* Paris: Editions de Minuit.

1984 – *Homo academicus.* Paris: Editions de Minuit.
1986 – "*L'illusion* biographique", *in Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 62/63.* Paris.
1989 – *O poder simbólico.* Lisboa: DIFEL.

BRANDÃO, C. R.
1980 – *(org.) A questão política da educação popular.* São Paulo: Editora Brasiliense.
1980 – *"Apresentação" in A questão política da educação popular.* São Paulo. Editora Brasiliense.
1981 – *Pesquisa participante.* São Paulo: Editora Brasiliense.
1984 – *Repensando a pesquisa participante.* São Paulo: Editora Brasiliense.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R.
1976 – *Identidade, etnia e estrutura social.* São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

CARDOSO, R. C. L.
1986 – "*Aventuras* de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método", *in* Cardoso, R. (org.), *A aventura antropológica.* Rio de janeiro: Editora Paz e Terra.

CARDOSO, R. *et al.*
1982 – "Comunidades eclesiais" in *Novos Estudos CEBRAP, vol. 1,* n. 2.

CARNEIRO DA CUNHA, M.
1985 – Negros, estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Editora Brasiliense.

CARROLL, T. F.
1992 – Intermediary *NGOs; The supporting Link in Grassroots Development.* West Hart ford: Kumarian Press.

CEDAC
1992 – Relatório *Final de Avaliação.* Rio de janeiro: CEDAC.

CEDI
1984 – Tempo *e Presença* 192. Rio de Janeiro.
1990 – Tempo *e presença 10.* Rio de janeiro.
1992- *Tempo e Presença* 765, ano 14. Rio de janeiro: CEDI.

CEDIM
1989 – Grupos, *instituições, associações... de mulheres.* Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

CÉSAR, W.
1988 – O *contexto ecumênico no Brasil.* Rio de janeiro (mimeo).
1991 – "ISER – 20 anos", *in Comunicações do ISER 40.* Rio de janeiro.

DAMASCENO, C. *et al.*
1988 – Catálogo *de entidades de movimento negro no Brasil.* Rio de Janeiro: Programa Religião e Negritude Brasileira /ISER.

DARNTON, R.

1987 – *Boemia literária e revolução.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

DE KADT, E.
1970 – C*atholic Radicals in Brazil.* Nova York: Oxford University Press.

DI MAGGIO, P. e ANHEIER, H.
1990 – "The Sociology of Nonprofit Organizations and Sectors" *in Annual Review of Sociology* 137-159.

DIAS DUARTE, L. F.
1986 – "À voltada identidade (e do seu jogo fascinante)", *in Anuário Antropológico 85.* Rio de janeiro: Edições Tempo Brasileiro.

DOS SANTOS, W. G.
1990 – Público *e privado no sistema brasileiro.* Rio de janeiro (mimeo).
1991 – Fronteiras *do Estado mínimo – indicações sobre o híbrido institucional brasileiro.* Rio de janeiro: IV Fórum Nacional, Instituto Nacional de Altos Estudos.

DURÃO, J. E. S.
1992 – "A FASE como entidade de educação e desenvolvimento", *in Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs.* Rio de janeiro: IBASE/PNUD.

DURHAM, E. R.
1986 – "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas", *in* Cardoso, R. (org.), *A aventura antropológica.* Rio de janeiro: Editora Paz e Terra.

FASE / IBASE / CENPLA
1986 – *Encontro nacional de centros de promoção brasileiros.* Rio de Janeiro (mimeo).

FERNANDES, R. C.
1984 – "Praticantes e pesquisadores: uma contraditória viagem ao interior", *in* Comunicações do ISER 12. Rio de janeiro.
1985 – "Sem fins lucrativos", *in Comunicações do ISER* 15. Rio de Janeiro.

FERNANDES, R. C. e PIQUET CARNEIRO, L.
1991 – ONGs *anos 90; a opinião dos dirigentes brasileiros.* Série Textos de Pesquisa (1). Rio de janeiro:ISER.

FUNDAÇÃO FORD
1992 – *Maiores dotações da Fundação Ford para cientistas sociais no Brasil.* Rio de Janeiro (mimeo).

GALTUNG, J.
1986- "The Green Movement; a sucio-historical exploration", *in International Sociology. S.1. (1).*

GÓMEZ DE SOUZA, L. A.
1984 – A JUC: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Editora Vozes.

GONTIJO, R.

1988 – Sem vergonha da utopia; conversas com Betinho. Petrópolis: Editora Vozes.

GOODENOUGH, W. H.
1965 – "Rethinking 'status' and role'. Toward a General Model of the Cultural Organization of Social Relationships *in* Banton, M. (org.) *The Relevance of Models for Social Anthropology* A.S.A. Monographs 1. Tavistock Publications.

HOGGART, R.
1970 – La culture du pauvre; étude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre. Paris: Editions de Minuit.

IBAMA
1990 – Cadastro nacional das instituições que atuam na área do meio ambiente (instituições não governamentais), vol. 2. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente.

IBASE/PNUD
1992 – *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs: lo encontro internacional de ONGs e o sistema de agências das Nações Unidas.* Rio de janeiro: IBASE/PNUD.

INGLEHART, R.
1977 – *The Silent Revolution.* Princeton: Princeton University Press.

JOLY, C.
1985 – *Organisations non gouvernementales françaíses et développement.* Paris: Ed. Économica.

LANDIM, L.
1984 – *Notas sobre o discurso de uma "igreja da praxis".* Rio de janeiro: Trabalho final decurso do Prof. Peter Fry, Museu Nacional, UFRJ.
1991 – *Versões do encontro.* Rio de janeiro:ISER/IDAC (mimeo).
1992 – *O que é uma ONG?* Texto preparado para a Third International Conference of Research on Voluntary and Nonprofit Organizations. Rio de janeiro (mimeo).
1993 – *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil.* Rio de janeiro: Núcleo de Pesquisa /ISER.

LANDIM, L. (org.)
1988 – *Sem fins lucrativos: as organizações não governamentais no Brasil.* Rio de janeiro.

LEIS, H. R. (org.)
1991 – *Ecologia política e mundial.* Rio de janeiro: FASE /Editora Vozes /AIRI, PUC /Rio.

LEITE LOPES, J. S.
1980 – "*Comentários* ao artigo de Ivo Lesbaupin", *in Religião e Sociedade 5.* Rio de Janeiro: Tempo e Presença Editora.
s/d – *Notas para uma sociologia dos trabalhadores.* Rio de Janeiro.

LEMOS, J.
1991 – "*Instituinte:* desenhando a própria cara", *in Comunicações do ISER 40.* Rio de janeiro.

LENOIR, R.
s/d – *Le champ de gestion du social.* Paris (mimeo).

LEROY, J.-P.
1991 – *Apresentação do fórum brasileiro de ONGs preparatório à Conferência da Sociedade Civil sobre meio ambiente e desenvolvimento.* Rio de janeiro (mimeo).

LESBAUPIN, I.
1980 – "*A* Igreja Católica e os movimentos populares urbanos", *in Religião e Sociedade 5.* Rio de Janeiro: Tempo e Presença Editora.

LOVISOLO, H.
1990 – *Educação popular: maioridade e conciliação.* Salvador: OEA /UFBA/EGBA

MALINOVSKI, B.
1975 – "*Objeto,* método e alcance desta pesquisa" *in* Zaluar, A., *Desvendando máscaras sociais.* Rio de janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

MARTINS, B. A.
1989 – *Los bastidores delas organizaciones no gubernamentales de desarrollo.* Curso Taller 16. Lima, Peru: IRED.

MATER NATURA/WWF
1992 – Cadastro *nacional de instituições ambientalistas.* Curitiba: Mater Natura/WWF.

MAUSS, M.
1974 – Sociologia *e antropologia, Vol.* II. São Paulo, EPU/EDUSP.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
1990 – *Entidade de utilidade pública federal: manual para requerimento.* Brasilia, Ministério da Justiça.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
1991 – Organizações *não governamentais brasileiras atuantes na área de meio ambiente.* Brasília: Ministério das Relações Exteriores.

MOURÃO, L.
1976 – "A intervenção social e seus agentes: notas para uma discussão", *in Proposta* 3. Rio de janeiro.

MUEL-DREYFUS, F.
1983 – *Le métier d'éducateur.* Paris: Editions de Minuit.

NAÇÕES UNIDAS
1977- *Information for NGO representatives.* Nova York: Office of Public Information, Non-Governmental Organizations Section.

NOVAES, R.
1991 – "CEBs: objeto e sujeitos", *in* Paiva, V. (org.), *Catolicismo educação e ciência.* São Paulo: Edições Loyola.

NOVIB
1988 – *Relatório da reunião de contrapartes da NOVIB.* Olinda (mimeo).

OECD
1988 – *Des partenaires dans l'action pour le développement: Les organisations non gouvernementales.* Paris: OECD.

OLIVEIRA NETO, V.
1992 – "As ONGs e o fundo público", *in Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs.* Rio de janeiro: IBASE/PNUD.

OTTERLOO, M.
1988 – *Relación de las ONGD con las* OP. Lima, Peru: IRED.

PADRON CASTILLO, M.
1982 – C*ooperacion al desarrollo y movimiento popular: las asociaciones privadas de desarrollo.* Curso Taller 5. Lima, Peru: DESCO.

PÁDUA, J. A.
1991 – "O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos", *in* Leis, H. R. (org.), *Ecologia política e mundial.* Rio de janeiro: FASE/Editora Vozes/AIRI, PUC/Rio.

PAIVA, V.
1985 – "A igreja moderna no Brasil" *in* PAIVA, *V., Igreja e questão agrária.* São Paulo, Edições Loyola.
1986 – "Anotações para um estudo sobre o populismo católico e educação no Brasil", *in* Paiva, *V.,Perspectivas e dilemas da educação popular.* Rio de Janeiro: Graal

PALMEIRA, M.
1977 – "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional", *in Contraponto* 2. Rio de janeiro: Centro de Estudos Noel Nutels.
1985 – "A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato" *in* PAIVA, *V., Igreja e questão agrária.* São Paulo, Edições Loyola.

PASSERON, J.-C.
1970 – "Présentation", *in* Hoggart, R., *La culture du pauvre.* Paris: Éditions de Minuit.

POLLACK, M.
1988 – "Memória, esquecimento, silêncio", *in Estudos Históricos 1989/3.* Rio de janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica.

POLLACK, M. e HEINICH, N.
1986 – "Le Témoignage", *in Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* 62/63.Paris.

PONTUAL, P.
1986 – Os *centros de educação popular na conjuntura brasileira (1964-1986). São* Paulo: CEPIS.

RAMALHO, J. R.
1990 – “Aproximação necessária”, *in Tempo e Presença 10.* Rio de janeiro.

SALAMON, L. M. e ANHEIER, H. K.
1992 – In *Search of the Nonprofit Sector 1: the Question of Definitions.* Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies.

SCHWARZ, R.
1978 – “Cultura e política, 1964-1969”, *in O pai de família e outros estudos.* Rio de janeiro: Editora Paz eTerra.

SEGALA,L.
1991 – O *riscado do balão japonês; Trabalho comunitário na Rocinha.* Dissertação de mestrado (2 vol.). Rio de janeiro: Museu Nacional, UFRJ.

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
1987 – Cadastro *nacional das instituições na área do meio ambiente.* Brasília: SEMA.

SIGAUD, L.
1977 – “A idealização do passado numa área de *plantation”*, *in Contraponto* 2. Rio de janeiro: Centro de Estudos Noel Nutels.
1990 – “Para que serve conhecer o campo” in Temas e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais 7.

SMITH, B. H.
1990 – *More Than Altruism; The Politics of Private Foreign Aid.* Princeton: Princeton University Press.

SOUZA, H.
1991 – “Depoimento sobre a participação na JEC”, *in* Paiva, V. (org.), *Catolicismo, educação e ciência.* São Paulo: Edições Loyola.
1992 – “As ONGs na década de 90”, *in Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs.* Rio de Janeiro: IBASE/PNÜD.

SUAUD, C.
1984 – “Le mythe de la base. Les états généraux du développement agricole et la production d'une parole paysanne”, *in Actes de la Recherche en Sciences Sociales en Sciences Sociales* 52/53. Paris: Editions de Minuit.

TURNER, V.
1974 – O *processo ritual:* Petrópolis: Editora Vozes.

VAN TIL, J. *et al.*
1990 – C*ritical Issues in American Philanthropy.* San Francisco: Jossey-Bass Publishers.

VIANNA, A.
1991 – A *descoberta do meio ambiente: a irrupção do ambientalismo em periódicos de organizações não governamentais.* Rio de Janeiro (mimeo).
1992 – “ONG: um nome depois da Rio-92”, *in Tempo e Presença* 265. Rio de janeiro.

VIOLA, E.
1988 – “O movimento ecológico no Brasil (1974-1986) *in* Pádua, J. A. (org.), *Ecologia e política no Brasil.* Rio de janeiro: IUPERJ.

VOZES/NOVA
1986 – MEB: *uma história de muitos.* Cadernos de Educação Popular 10. Petrópolis: Editora Vozes.

WEISBROD, B. A.
1991 – “Tax policy toward non-profit organisations: an eleven-country survey”, *in Voluntas* 2/1. Manchester: Manchester University Press.

WILS, F.
1991 – *NGO and Development in Brazil, an Overview and Analysis.* Haia: Institute of Social Studies Advisory Service (mimeo).

WOLFE, A.
1992 – “Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil”, *in Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs.* Rio de janeiro: IBASE/PNUD.

ZANETTI, L.
1988 – ONGD *y movimientos populares.* Curso Taller 6. Lima, Peru: IRED.

(Anexos)

ANEXO I

Listagem de um conjunto de ONGs brasileiras, por ordem alfabética, com dados sobre seus objetivos, beneficiários e projetos que desenvolviam à época da coleta dos dados (1991).

As informações que se seguem foram obtidas quer a partir de fichas preenchidas pelas próprias entidades, quer a partir de folhetos ou outras publicações. Houve a preocupação em manter seu discurso original. (Esta lista, dada a título de ilustração, pretende apenas ter o caráter de uma amostragem do universo de entidades estudado neste trabalho. As organizações mencionadas abaixo ou pertencem à ABONG – Associação Brasileira de ONGs – ou estiveram presentes ao Primeiro Encontro Internacional de ONGs e Agências das Nações Unidas.)

AATR – ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DA BAHIA

Cidade: Salvador – *Estado:* Bahia
Data de fundação: 21 de abril de 1982
Objetivos:

Congregar, apoiar e assessorar advogados que atuam no meio popular e sindical rural. Formação de novos advogados. Apoio e assessoria às lutas dos trabalhadores rurais. Formação e apoio nas lutas sindicais.

Beneficiários:

Advogados, sindicatos e organizações de trabalhadores rurais.

Projetos atuais:

Produção de conhecimento dirigido a: advogados dos movimentos; movimento social rural; formação de novos advogados com manutenção de quadro de estagiários; estudos e seminários dirigidos a estudantes e novos advogados. Publicação de Boletim a cada dois meses e duas publicações especiais ao ano.

ABIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS

Cidade: Rio de janeiro – *Estado*: Rio de Janeiro
Data de Fundação: 1987
Objetivos:

Promover ampla discussão em todos os segmentos da sociedade brasileira que leve em conta a multicausalidade da AIDS e também o contexto sócio-estrutural e econômico no qual emerge a epidemia no país com o fim de exigir do Estado o cumprimento dos seus deveres relativos à saúde e ao atendimento médico adequado.

Beneficiários:

Doentes de AIDS e público em geral.

ABRA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA

Cidade: Campinas – *Estado:* São Paulo
Data de fundação: 20 de setembro de 1967
Objetivos:

Propugnar pelas medidas que possam criar condições para o desencadeamento, a implantação e a expansão do processo de reforma agrária no país. Assessorar os poderes públicos e as entidades privadas que precisarem de seus serviços. Promover o estudo, a pesquisa, a divulgação, a capacitação e o treinamento em questões referentes à realidade agrária no país. Editar publicações. Estabelecer intercâmbio com órgãos especializados do país e do exterior.

Beneficiários:

Trabalhadores rurais, sindicalistas, estudantes, intelectuais, técnicos, agentes pastorais, parlamentares, profissionais liberais, etc.

Projetos atuais:

Estruturação dos departamentos de assessoria jurídica e sócio-econômica. Estruturação de um banco de dados agrário. Projetos de formação e capacitação através da realização de cursos, palestras e seminários. Consolidação da modernização e aplicação de infra-estrutura central.

ABRAPIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Cidade: Rio de janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de Fundação: 1982
Objetivos:

Atender crianças e adolescentes que se encontrem em situação de risco para seu desenvolvimento.

Beneficiários:

Crianças e adolescentes.

AÇÃO CRISTÃ PRÓ-GENTE

Cidade: Ceilândia – *Estado:* Distrito Federal
Data de fundação: agosto de 1973
Objetivos:

Juntar espaços com a comunidade, especialmente aos movimentos populares na luta em busca da "vida abundante" de que fala o Evangelho. Oferecer espaço e estrutura para lazer e expressões culturais populares. Contribuir para o surgimento e organização de novos movimentos. Oferecer assessoria e atividade de formação articuladas aos processos organizativos vividos por diferentes movimentos populares.

Beneficiários:

População marginalizada, mulheres, homens e crianças.

Projetos atuais:

Apoio a atividades de esporte, lazer e cultura. Apoio organizativo e formativo ligados às atividades organizadas por grupos de meninos e meninas que passam o dia na rua. Assessoria a atividades formativas articuladas aos processos organi-zativos de associação de moradores, grupos de quadra, grupos de mulheres (saúde popular, pré-comunitário), associação de esporte comunitário, grupos de cultura e movimentos populares diversos que surgem. Assessoria e apoio a grupos de pequenos produtores rurais. Pequeno apoio na documentação.

ADITEPP – ASSOCIAÇÃO DIFUSORA DE TREINAMENTOS E PROJETOS PEDAGÓGICOS

Cidade: Curitiba – *Estado:* Paraná
Data de fundação: 22 de dezembro de 1972
Objetivos:

Educação popular através de: Educação de adultos no meio popular. Capacitação de educadores populares. Escola de liderança comunitária. Metodologia de educação de adultos. Cursos, seminários, encontros sobre: organização comunitária, compras comunitárias, conjuntura, inflação, organização e direitos da mulher.

Beneficiários:

Setores populares não organizados, grupos de pequenos produtores rurais, professores e educadores.

Projetos atuais:

Programa de orientação de lideranças através da alimentação. Escola popular de lideranças comunitárias. Programa de alfabetização e sobrevivência. Programa de orientação a grupos de mulheres. Programa de cursos, seminários e encontros.

ADVOCACIA PELA CIDADANIA

Cidade: Fortaleza – *Estado:* Ceará
Data de Fundação: 17 de abril de 1991
Objetivos:

Operar um escritório que pretende mediar na defesa e aplicação dos direitos da cidadania. Trabalharemos prioritáriamente a partir de três áreas: a ecologia, utilizando o direito ambiental como instrumento na luta por uma melhor qualidade de vida para a sociedade; os direitos humanos, compreendidos na sua acepção mais profunda de defesa da vida e da liberdade; e a defesa do trabalhador, contribuindo na sua luta por melhores condições de vida e de trabalho. Este escritório é também a base para o programa de assessoria jurídica do Instituto Ambiental de Estudos e Assessoria. Beneficiários: População geral, Instituto Ambiental de Estudos e Assessoria.

AFINCO – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PARA 0 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Cidade: Recife – *Estado:* Pernambuco
Data de Fundação: 1990
Objetivos:

Contribuir para o fortalecimento institucional e gerencial das ONGs; Promover o treinamento e a capacitação técnico-administrativa dos agentes sociais que trabalham em projetos de educação e desenvolvimento comunitário. Manter um serviço de orientação, assessoria e consultoria administrativa, jurídica e financeira.

Beneficiários:

ONGs, entidades de apoio, movimentos populares.

Projetos Atuais:

Três linhas de ação: Auditoria – contábil, operacional e de sistema; Assessoria – consultoria e orientação; Capacitação.

AGEN – AGÊNCIA ECONÔMICA DE NOTÍCIAS

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de fundação: 14 de março de 1986
Objetivos:

Obter, preparar e difundir material informativo e analítico sobre o compromisso das igrejas e dos cristãos com a luta dos empobrecidos, a causa ecumênica, a solidariedade entre os povos, a promoção da justiça, da paz, dos direitos humanos, assim como promover a luta pela democratização da sociedade e pela autonomia dos movimentos populares. A AGEN complementará as necessidades informativas das

entidades associadas, assim como de outras instituições e meios de comunicação interessados em seus serviços nas áreas das igrejas, direitos humanos, movimentos sociais, realidade brasileira e latino-americana e promoverá atividades de intercâmbio de experiências entre os sócios, buscando oferecer espaços de capacitação e aperfeiçoamento científico e técnico do pessoal desses veículos.

Beneficiárias:

O movimento social de modo geral, mais específicos os operários e os trabalhadores rurais. As igrejas comprometidas com o diálogo ecumênico também são beneficiadas com o nosso trabalho e os grupos marginalizados. Projetos atuais: Além de publicação de boletim semanal de notícias, a AGEN envia também notícias via fax para várias entidades do movimento popular. Convoca entrevistas coletivas para a imprensa. As notícias são coletadas via fax em vários estados. Outras publicações: "AGEN OPINIÃO" com comentários sobre a conjuntura nacional e latino-americana.

AJUP – INSTITUTO DE APOIO JURÍDICO POPULAR

Cidade: Rio de janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de fundação: 28 e 29 de agosto de 1987
Objetivos:

Atua com o objetivo de construir um novo pensamento jurídico, desenvolvendo formas e mecanismos de defesa dos Direitos Humanos, tais como: capacitação e formação de quadros jurídicos para prestarem apoio e efetiva assessoria jurídica aos movimentos sociais, divulgação e troca de experiência com grupos de advogados ligados a essas áreas, assessoria jurídica aos movimentos populares. Sob a forma de apoio técnico (jurídico e político) às assessorias, nossos projetos buscam aprimorar a atuação dos assessores na comunidade. Nossos trabalhos e reflexões circulam na via de mão dupla que nos liga aos movimentos populares.

Beneficiários:

Assessores jurídicos.

Projetos atuais:

Estágio de formação jurídica Nilson Marques e Projeto Advogados para um Novo Direito: visam levar às assessorias jurídicas populares informações e capacitação para enfrentar ao nível jurídico, a defesa dos Direitos Humanos. Publicações que têm o objetivo de assessoria, no nível técnico, aos advogados, estudantes de direito comprometidos com a luta em defesa dos direitos humanos, militantes e membros das comunidades envolvidas. Promotoria e Monitoria: visam acompanhar ao nível jurídico processos criminais e formação de agentes comuni tarias para intervenção jurídica em conflitos e questões judiciais tanto no campo como na cidade.

ANSUR – ARTICULAÇÃO NACIONAL DO SOLO URBANO

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de Fundação: 13 de dezembro de 1987
Objetivos:

A conquista da Reforma Urbana no Brasil. Para atingir esse objetivo, busca assessorar, apoiar as lutas pelo solo urbano, fornecer subsídios aos movimentos, estimulara unificação e politização dos movimentos populares e dos movimentos de moradia. Divulgar e massificar a bandeira da luta pela reforma urbana, acompanhar e tirar posição sobre aspectos conjunturais que se relacionam à questão urbana, a nível do movimento popular, do parlamento, do executivo, etc. Propor campanhas a serem defendidas no movimento e encaminhadas em conjunto com este. Apoio à formação e à capacitação de lideranças e assessorias. Acompanhamento da legislação, com proposta alternativas para a política habitacional.

Beneficiários:

Lideranças de movimentos populares, Câmaras Legislativas (deputados progressistas), entidades de apoio ao movimento popular.

Projetos Atuais:

Acompanhamento da lei de desenvolvimento urbano em elaboração no Congresso Nacional. Acompanhamento e assessoria à elaboração dos Planos Diretores Municipais (Municípios de São Paulo, Rio Grande do Sul e outros). Participação na discussão da proposta do Fundo Nacional da Moradia Popular. Elaboração do jornal Solo Urbano n° 8. Acompanhamento da política habitacional a nível nacional. Cursos sobre Plano Diretor para lideranças de movimentos.

AS-PTA – ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM ARQUITETURA ALTERNATIVA

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de Fundação: 8 de dezembro de 1989
Objetivos:

Promover, apoiar e estimulara formulação de conhecimentos e o desenvolvimento de ações práticas que favoreçam a emergência, no país, de padrões de organização social e técnicas da produção agrícola orientadas, em particular, para o fortalecimento sócio-econômico dos pequenos produtores, para a satisfação das necessidades alimentares da população e para a preservação do meio-ambiente. Criar, aperfeiçoar e difundir uma metodologia que instrumentalize os seus objetivos, promovendo, apoiando e estimulando ao mesmo tempo, junto às parcelas da população com que trabalha, comportamentos de participação, organização e intercâmbio. Prestar assessoria e assistência técnica na área de produção agro-pecuária e afins a comunidades rurais e organizações voltadas à promoção e ao desenvolvimento das camadas pobres da população rural. Elaborar e promover projetos e ações de formação e capacitação de técnicas agrícolas nas áreas consideradas essenciais para os objetivos da entidade, assim como empreender estudos e pesquisas, publicar e difundir seus resultados. Promover, apoiar e estimular pesquisas e experimentações nas áreas das tecnologias alternativas, dos sistemas de produção. Promover e estimular o intercâmbio entre indivíduos e instituições, de caráter público ou privado, no país e no exterior, em tomo de temas relacionados com os objetivos da entidade.

CAATINGA

Cidade: Ouricuri – *Estado:* Pernambuco
Data de Fundação: 1988
Objetivos:

Promover atividades de pesquisa e desenvolvimento rural junto aos trabalhadores e suas organizações, nas seguintes áreas de atuação: agroecologia, sócio-economia, educação, saúde e comunicação. Criar, aperfeiçoar e transmitir metodologias que sirvam de instrumento para a difusão dos resultados das pesquisas, estudos e avaliações; instrumentalizar trabalhadores, técnicos e agentes comunitários – que desenvolvam atividades de apoio ao movimento social – para o desempenho de ações no campo da pesquisa, da capacitação, da avaliação etc. Promover atividades no sentido de conscientizar a população da necessidade de preservar a natureza e reivindicar às autoridades públicas ações concretas para prevenir e coibir toda e qualquer agressão ao meio ambiente. Assessorar o movimento sindical e as associações de trabalhadores. Promover intercâmbio e coordenação técnica. Beneficiários: Sindicatos, associações de trabalhadores, movimento social.

CAC – CENTRO DE ATIVIDADES DE SÃO JOÃO DE MERITI

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de janeiro

Data de Fundação: 1987
Objetivos:

Fortalecer a organização popular através de prestação de serviços especializados.

Beneficiários:

Movimento popular.

CACES – CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS, ECONÔMICAS E SOCIAIS

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de janeiro
Data de Fundação: 1987
Objetivos:

Promover estudos, pesquisas e publicações nas áreas: cultural, educacional, econômica, social, religiosa, ambiental e artística. Beneficiários: Movimentos sociais, populares, comunidades carentes, grupos de mulheres.

CADTS – CENTRO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO SOCIAL

Cidade: São João de Meriti – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de fundação: 1984
Objetivos:

Promover a autonomia, fratemidade e solidariedade entre os trabalhadores visando a consolidação de um projeto de sociedade onde se possa viver com dignidade. Desenvolver, junto aos jovens e adultos trabalhadores, atividades de aprendizagem profissional e de preparação para o trabalho norteadas pelos interesses e necessidades do povo trabalhador e realizadas em cima de projetos concretos voltados para esses mesmos interesses e necessidades. Incentivar e apoiar a criação e organização de oficinas comunitárias autônomas nas quais se realizem os princípios praticados no CADTS. Servir como um lugar para reflexão e debate entre os trabalhadores, colocando à disposição destes os meios e condições para sua realização. Beneficiários: População do bairro de São João de Meriti, especificamente jovens e adultos trabalhadores.

CAMP – CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL

Cidade: Porto Alegre – *Estado:* Rio Grande do Sul
Data de fundação: 27 de março de 1983
Objetivos:

Contribuir como processo de construção de organizações populares autônomas, democráticas e representativas na sociedade civil brasileira. Contribuir no processo de formação e capacitação de intelectuais orgânicos, dirigentes populares capazes de organizar, mobilizar, educar e dirigir os movimentos populares Contribuir no processo de elaboração de identidade coletiva do sujeito político nacional e popular, capaz de dirigir a construção de uma nova sociedade. Contribuir com a articulação e a promoção dos interesses populares na sociedade, de forma a ampliar seu espaço.

Beneficiários:

Prioridade: Movimento Popular /Movimento Sindical Outros: 20% das atividades destinam-se a outros públicos: pastorais, universitários, administrações (sociedade civil e rural).

Projetos atuais:

Área de construção Orgânica: Projeto Movimento Sindical localizado – assessoria em sindicato urbano e rural. Projeto Movimento Popular localizado – assessoria em associação de trabalhadores. Projeto Política de Construção e planejamento Estratégico – assessoria no depto. da CUT, SPS, OUT/RS,

Pró-Central dos Movimentos Populares e Movimento das Mulheres Trabalhadoras rurais. Área de comunicação: Programa de vídeo -produção de vídeos e metodologia de uso. Area de Informação e Análise: Programa análise de conjuntura.

CAPC – CENTRO DE APOIO A PROJETOS COMUNITÁRIOS

Cidade: Fortaleza – *Estado:* Ceará
Data de Fundação: 21 de janeiro de 1988
Objetivos:

Contribuir para o fortalecimento de educação popular. Desenvolver projetos de educação popular. Atuar na capacitação de profissionais de creche. Realizar pesquisas e elaborar materiais que visem dar maior subsídios às ações do CAPC, que também possam ser utilizados por outros grupos. Buscar interferir nas políticas sociais de forma a que estas sejam redimensionadas, do ponto de vista dos segmentos sociais a quem se destinam. Beneficiários: Crianças, adolescentes e mulheres.

Projetos Atuais:

Projeto "Mulher – uma discussão na periferia: projeto desenvolvido em 3 bairros, envolvendo as mulheres das creches comunitárias. São realizadas oficinas de saúde e sexualidade. Participação no forum de entidades de mulheres. Pesquisa: "Mulher na periferia – realidade e pensamento". Colaboração na pesquisa de Auto-Exames – exame ginecológico na Grande Fortaleza. Assessoria sistemática a 5 creches comunitárias. Implantação de uma creche comunitária – Conjunto Marechal Rondon (Prefeitura Municipal /GRE/CAPC). Projeto de capacitação de recursos humanos – para crianças de 0-6 anos a nível estadual. Assessoria a prefeituras do interior em projetos relacionados a crianças, mulheres e adolescentes. Projetos com meninos de rua (em discussão). Discussão e implementação de políticas sociais para crianças e adolescentes no Estado. Assessoria à implantação dos Conselhos da Criança e do Adolescente. Participação no Projeto SIPIA-CE (CBIA) – Sistema de Informação para a Infância e Adolescentes com os conselhos e entidades sociais.

CAPINA – COOPERAÇÃO E APOIO A PROJETOS DE INSPIRAÇÃO ALTERNATIVA

Cidade: Rio de janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de Fundação: 3 de novembro de 1988
Objetivos:

Assessoria em administração a grupos do movimento popular dedicados à produção, entendendo-se produção no seu sentido mais amplo: produção de bens, de serviços, de saber, etc. Em nossa assessoria nos preocupamos com o desenvolvimento de práticas de gestão participativa/democrática visando a autonomia. Beneficiários: Trabalhadores do campo e da cidade.

Projetos Atuais:

CAPINA não tem projetos específicos. Ela tem trabalhos independentes de assessoria com seus diversos parceiros.

CASA DA MULHER DO NORDESTE

Cidade: Recife – *Estado:* Pernambuco.
Data de fundação: 10 de novembro de 1981
Objetivos:

Estudar, pesquisar, discutir, e divulgar problemas relacionados com a mulher. Promover cursos, seminários, conferências, organizar e/ou participar de congressos regionais, nacionais e internacionais sobre a mulher. Desenvolver, direta e indiretamente, trabalhos comunitários em grupos de mulheres.

Promover e/ou participar de campanhas nacionais ou internacionais que digam respeito direta ou indiretamente à mulher. Contribuir para a participação efetiva da mulher em instituições de representação social, tais como: conselhos de moradores, sindicatos e associações profissionais, partidos políticos e todas aquelas que digam respeito à organização e administração da vida pública e da sociedade civil. Contribuir para a promoção e integração da mulher na promoção de bens e serviços econômicos e culturais. Divulgar de forma sistemática e constante os trabalhos realizados por esta sociedade e por outras organizações congêneres, através de edições próprias e de outros órgãos da imprensa e da comunicação.

Projetos atuais:

Educação básica para o trabalho – a) qualificação e aperfeiçoamento profissional; b) apoio à organização dos grupos produtivos, preparando-os para a autogestão, inclusive com a sua respectiva legalização; c) integração entre pequenos produtores para troca de experiências e fortalecimento da produção. Educação sócio-política-a) formação de animadores; b) reciclagem de monitores; c) formação sócio-política; d) formação para o exercício da cidadania. Espaço de debates-a) estímulo da questão feminista; b) orientação sobre o uso dos serviços sociais, sejam públicos ou privados; c) estímulo à utilização da infra-estrutura existente na casa. Espaço ecológico – a) estimulo ao debate de questões ecológicas; b) apoio ao desenvolvimento de tecnologias alternativas adaptadas à pequena produção rural e feminina; c) estimulo à utilização dos recursos renováveis; d) reciclagem do lixo. Fundo de empréstimo coletivo – a) princípios sobre cooperativismo; b) autogestão dos grupos associados; c) relação de solidariedade, cooperação e autonomia nas práticas sociais.

CDDH BR – CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro

Data de fundação: 1986

Objetivos:

Colaborar na construção da cidadania das crianças e adolescentes em situação de pobreza. Ampliar ou criar consciência de sua dignidade humana. Desenvolver espírito de solidariedade e união. Incentivar o surgimento e formar futuras lideranças.

Beneficiários:

Crianças e adolescentes em situação de pobreza.

Projetos atuais:

Clube Recreativo União e Lazer: experiência de educação não formal. São desenvolvidas atividades de esportes, leituras e vídeo, expressão artística e recreação, culturais e passeios, e expressão corporal. O projeto se desenvolve em oito favelas do Rio de Janeiro. Advocacia da Infância e da juventude: o grande desafio de um serviço jurídico para crianças e adolescentes no Rio de Janeiro é responder eficazmente à demanda geral dos grupos marginalizados, gerando justiça e fazendo valer direitos, a fim de contribuir para o efetivo exercício de cidadania da população infanto-juvenil. O programa se desenvolve em duas linhas: emergencial e preventiva.

CDDH/P – CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS

Cidade: Petrópolis – *Estado:* Rio de janeiro

Data de fundação: julho de 1979

Objetivos:

Prestar serviços de assessoria, consultoria, analisar ações de denúncia, trabalhos técnicos, pesquisas. Buscar promover a unidade de ação entre os diversos movimentos comunitários, bem como o fortalecimento dos modos de manifestações populares, dando, para tanto, respaldo e subsídio. Denunciar

casos concretos de violação dos direitos humanos, providenciando apoio aos injustiçados. Fomentar a consciência no sentido de que as pessoas se engajem na promoção e defessa dos direitos humanos. Refletir e agir sobre as diversas situações de injustiças que se fazem presentes em nossa sociedade enquadradas pelo sistema sócio-político-econômico vigente. Promover ações visando a defesa do meio-ambiente, a melhoria da qualidade de vida, o uso racional dos recursos naturais e conservação da natureza. Estabelecer e estreitar relações com entidades e organismos afins.

Beneficiários:

Associação de moradores, sindicatos, associação de pequenos produtores rurais, sociedade comunitária habitacional, posseiros urbanos e rurais.

Projetos atuais:

Programa do Movimento Popular e Comunitário. Programa Rural. Programa de Saúde. Programa Operário-Sindical. Programa de Assessoria jurídica. Programa de Pedagogia e Comunicação Popular.

CEAP – CENTRO DE EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO POPULAR

Cidade: Porto Velho – *Estado:* Roraima
Data de fundação: 08 de setembro de 1985
Objetivos:

Assessorar os movimentos, contribuindo com a articulação das diversas experiências, buscando a construção de um Movimento Popular Independente, autônomo e representativo. Incentivar a realização de movimentos e campanhas educativas que possibilitem o conhecimento da realidade social no que diz respeito à mulher, a questão social e a ocupação do solo urbano. Contribuir com a organização dos movimentos, particularmente os ligados à ocupação do solo urbano, propiciando-lhes condições de participar do processo de desenvolvimento urbano.

Beneficiários:

Associações de Moradores das Comunidades, Grupos de Mulheres, Grupos de posseiros frente às ocupações urbanas.

Projetos atuais:

Acompanhamento a cinco comunidades desenvolvendo atividades para contribuir na conquista das reivindicações, com a organização e a capacitação de lideranças. Preparação de um seminário cuja o tema será: “O Movimento Popular e suas Perspectivas”, com a participação de movimentos nacionais e entidades representativas do Movimento Popular local. Formação de um coletivo de profissionais, entidades e lideranças com o objetivo de debater e elaborar propostas para o Plano Diretor e posteriormente fazer um estudo da lei orgânica e do orçamento do município. Este coletivo está dividido em comissões e está estudando o Plano Diretor. Realização de Oficinas de Educação Popular, abordando temas sobre os Direitos da Mulher, tendo como objetivo articular os diversos grupos de mulheres e debater temas específicos.

CEAS – CENTRO DE ESTUDOS DE AÇÃO SOCIAL

Cidade: Salvador – *Estado:* Bahia
Data de fundação: 07 de julho de 1975
Objetivos:

Analisar a realidade brasileira. Denunciar formas de opressão e desigualdade sociais. Acompanhar a luta dos setores populares por liberdades democráticas e melhores condições de vida. O CEAS não pretende criar movimentos próprios, mas está a serviço dos grupos, movimentos e organizações populares que favorecem a participação das classes populares.

Beneficiários:

Moradores, lavadeiras, assalariados rurais, posseiros.

Projetos atuais:

Revista bimensal. Urbano: Invasões, escolas comunitárias, movimentos de lavadeiras, equipe estadual de formação da CUT. Rural: Sul do Cacau (BA), Vila do Café(BA), Zona da Cana(AL), Açailandia(MA).

CEAS-URB – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL URBANO DE PERNAMBUCO

Cidade: Recife – *Estado:* Pernambuco

Data de fundação: 3 de dezembro de 1979 – como filial do CEAS (BA) e 2 de maio de 1990 – como entidade autônoma

Objetivos:

O estudo, a educação e a promoção social das classes populares. Contribuir para o fortalecimento de entidades sindicais de Pernambuco. Prestar assessoria técnica a organizações de trabalhadores informais, autônomos, cooperativas, sindicatos e articulações gerais. Presta assessoria a movimentos sociais e populares organizados ou em organização dos bairros da região metropolitana do Recife, bem como suas articulações gerais.

Beneficiários:

Setores do movimento de bairros, sindicatos ligados à CUT, grupos de produção do setor informal.

Projetos atuais:

Prezeis – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (em conjunto com outras ONG's). GACIP – Grupo de Apoio à Cidadania (em conjunto com outras ONG's) Cursos de formação para trabalhadores do setor informal. Acompanhamento e consultoria a grupos de produção Informal. Cursos de formação sindical. Acompanhamento e promoção da formação de sindicalistas.

CEBRAP – CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo

Data de fundação: 02 de julho de 1969

Objetivos:

Realizar pesquisas e estudos relativos a problemas e fenômenos que constituem objeto de conhecimento das Ciências Humanas, realizar cursos, conferências, seminários destinados à formação, ao treinamento e à especialização de profissionais na área de Ciências Humanas, prestar serviços de assistência técnica direta nessa área, mediante contrato, a instituições públicas e privadas, sempre que tais serviços não prejudiquem, por sua natureza, a realização dos fins e os objetivos das atividades técnicas e científicas do CEBRAP. Participar de publicações destinadas ao desenvolvimento cultural e científico.

Projetos atuais:

Estudos da Economia: O informal revisitado. Estruturas de poder econômico na indústria do Estado de São Paulo. Condicionantes e diretrizes de política para abertura comercial brasileira. Estudos de Política: Significação e razão prática. Estudos de História: Os negros brasileiros um século após a abolição. Estudos Sócio-Políticos: Programa de estudos sindicais. A experiência da violência: ordem, desordem e discriminação social no Brasil.) Os jovens dos anos 80: caminhos e descaminhos em busca do futuro. Os processos de integração da Amazônia e a consolidação democrática. Dilemas da consolidação da democracia no Brasil numa perspectiva comparada. Participação política, cidadania e necessidade da democratização da informação. Políticas sociais para o pobre urbano na Américado Sul: Estado do bem-estarem um contexto democrático. Dilemas da consolidação da democracia da América Latina.

CECA – CENTRO ECUMÊNICO DE EVANGELIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA

Cidade: São Leopoldo – *Estado:* Rio Grande do Sul
Data de fundação: 1983
Objetivos:

O CECA é um organismo ecumênico de capacitação e assessoria e tem por finalidades: assessorar movimentos populares e atividades pastorais das igrejas cristãs. formação teológica e metodológica de agentes da pastoral. organização, sistematização e distribuição de material das CEB's, pastorais e entidades que abordam temas de teologia pastoral e metodologia de ação. elaboração e divulgação de estudos, análises e subsídios sobre evangelização, participação popular e questões sóciopolíticas. articulação em entidades congêneres. intercâmbio com entidades e movimentos afins da América Latina.

Projetos atuais:

Cursos Longos: formação pastoral popular ecumênica, formação política para trabalhadores, formação política para lideranças, formação de assessores. Cursos Breves: Cultura alternativa /Paulo Freire, teatro popular, dinâmica e metodologia na educação popular. Seminários: América Latina: 500 anos de evangelização e conquista; Cultura, ética e religião frente ao desafio ecológico (CIPFEURUGUAI); Integração Mercosul e Movimento Popular, Movimento Popular e Pastoral. Fóruns e Painéis: vários temas Assessorias: em três áreas temáticas: teologia pastoral (prioritária) educação popular e metodologia sócio-político-econômica

CECAPAS – CENTRO DE CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO A PROJETOS ALTERNATIVOS

Cidade: Recife – *Estado:* Pernambuco
Data de fundação: 5 de abril de 1984
Objetivos:

Capacitar agricultores em técnicas agropecuárias alternativas, para a produção integrada de alimentos que atendam à subsistência da família e com excedentes comercializáveis. Este trabalho é realizado a partir de um planejamento integrado e consorciado da pequena propriedade, onde o agricultor pensa a médio e a longo prazo a implantação ordenada de sua propriedade, utilizando os recursos disponíveis da própria terra e a mão de obra familiar. O uso de técnicas tais como adubação orgânica, curva de nível, canteiros em cama alta, plantio consorciado, defensivos naturais, captação de água “in situ”, criação de pequenos animais garantindo a saúde da terra, da família (produtores) e das comunidades. Beneficiários: Pequenos produtores rurais, encaminhadas pelas CEB's, sindicatos, e cooperativas rurais. Projetos atuais: Treinamentos sobre técnicas e agricultura orgânicas, horta familiar intensiva e comercial, criação integrada de porcos, cabras, peixes, patos, coelhos, abelhas, horta familiar intensiva. Plantas medicinais e medicina caseira. Fazenda-escola piloto: além das criações e atividades acima, a Fazenda Piloto no Sertão – Fazenda CECAPAS -possui também a implantação de um pomar e um bosque, bem como o manejo integrado da caatinga para criação de caprinos, ovinos e reflorestamento com essências nativas.

CECIP – CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de fundação: 1986
Objetivos:

Gerar um meio de comunicação que divulgue informações sobre os direitos do cidadão, de forma diferente das TVs comerciais.

Beneficiários:

Movimento Popular

CECOPES – CENTRO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR D. JOÃO BATISTA

Cidade: Vitória – *Estado:* Espírito Santo
Data de fundação: 1984
Objetivos:

O CECOPES surge com o papel de contribuir na formação de lideranças, na sistematização e trocas de experiências e na assessoria a entidades do movimento. Desde o seu surgimento o papel do CECOPES foi exaustivamente debatido pelo conjunto dos sócios em vários momentos e foi possível ir amadurecendo seus objetivos, que vai se definindo como sendo:

- Contribuir para o fortalecimento e organização do Movimento Popular e Sindical dentro de uma perspectiva educativa, através de programa de formação de lideranças, dos acompanhamentos das assessorias e da produção de materiais. A partir de sua trajetória, o CECOPES entende que seu papel na construção de um papel alternativo da sociedade, firmada em estrutura que não mais será a exploração do capital sobre o trabalho e conseqüentemente da luta de classes, se dá de forma a contribuir na elaboração de um "novo conhecimento" nascido da classe trabalhadora, agente dó processo de transformação social.

Beneficiários:

Trabalhadores e dirigentes de Sindicatos filiados à CUT. Lideranças do Movimento Popular do Estado e moradores de bairros periféricos do Município de Vitória.

CECUP – CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR

Cidade: Salvador – *Estado:* Bahia
Data de fundação: 1982
Objetivos:

Assessoria em educação popular. Educação de adultos. Escolas comunitárias. Assessoria em outras atividades comunitárias, saúde, cooperativas. Comunicação popular.

Beneficiárias:

Crianças, adolescentes e trabalhadores urbanos (bairros populares e rurais).

Projetos atuais:

Cursos de capacitação para professores. Acompanhamento às. escolas comunitárias. Oficinas de teatro popular, teatro de bonecos, dança e capoeira. Assessoria jurídica e contábil às escolas comunitárias. Apoio na elaboração de projetos. Assessoria à Associação dos Educadores das Escolas Comunitárias (AEEC). Jornal mensal – já no n° 17 -- desde 1989. Revista – "Caderno de Educação Popular", sem periodicidade (n° 18 desde 1984).

CEDAC – CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de fundação: 15 de abril de 1979
Objetivos:

O CEDAC é uma ONG inserida no campo da educação popular no Brasil. Desde sua fundação, desenvolve trabalhos em todo o país tendo por eixo central de atuação a sistemática dos trabalhadores e a assessoria aos movimentos sociais urbanos, ao movimento sindical e às pastorais populares. Nossa atuação se fazem torno da organização das atividades de três setores fundamentais: movimentos sociais urbanos, movimento sindical e pastorais populares. Toda essa mistura de atividades gira em torno de quatro questões básicas: democracia, processos políticos, reforma agrária e dívida externa, temas que unificam a reflexão e a práxis que estamos acumulando há 12 anos. Temos hoje, em execução, 8 programas que abraçam essa ampla temática. Pensamos ser essencial que todas os atores sociais no campo dos trabalhadores (do mundo de produção, do consumo de bens e serviços, do campo da cultura)

tenham acesso a uma informação e a uma reflexão críticas e da melhor qualidade, raiz de construção de uma práxis transformadora.

Beneficiárias:

Trabalhadores engajados no mundo da produção de bens e serviços e nos movimentos sociais urbanos estão incluídos, com grande relevo, entre aqueles com quem desenvolvemos nossa atividade cotidiana. Mulheres engajadas no universo da produção associada e nos grupos de mães. Agentes pastorais, engajados nas lutas urbanas, em movimentos da consciência e cultura.

CEDAMPO – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO AOS MOVIMENTOS POPULARES

Cidade: Campo Grande – *Estado:* Mato Grosso do Sul
Data de fundação: 6 de maio de 1984
Objetivos:

Documentar as lutas dos Movimentos Populares, sindicais, pastorais específicas. Prestar assessoria aos Movimentos Populares, sindicais e pastorais na forma de pesquisa, produção, organização e documentação. Articulação e colaboração com as Pastorais Específicas do Regional-Oeste 1 da CNBB, das quais é originária. Apoiar as iniciativas que visam a construção de uma nova sociedade, para uma autêntica libertação do povo brasileiro e latino-americano. CEDAMPO é uma entidade jurídica de direito privado, do tipo associação sens fins lucrativos, autónomo em sua organização, sem prazo indeterminado de duração, a serviço dos movimentos populares, sindicais e das diversas categorias de trabalhos rurais e urbanos, comprometidos com o processo de transformação da sociedade. Beneficiárias: Movimento sindical, grupos de base, federação dos trabalhadores em Educação, trabalhadores do campo e da cidade, partidos de esquerda, especialmento o PT. Projetos atuais: Articulação e sede do Comitê "500 anos de resistência indígena e popular". Participação no Comitê contra a pena de morte. Levantamento histórico e localizado dos Movimentos Populares em Campo Grande. Assessoria a grupos de base na linha Bíblica. Curso de documentação para 8 entidades populares do Estado junto ao CEDI/SP (agosto 91). Articulação com a Pró-Central dos movimentos Populares. Participação da semana de jornada de luta pela terra com entidades articuladoras.

CEDAP – CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA POPULAR

Cidade: Campinas – *Estado:* São Paulo
Data de Fundação: 1987
Objetivos:

Favorecer o desenvolvimento da organização e do pensamento crítico das camadas populares, fortalecendo a participação popular e o resgate da cidadania.

Beneficiárias:

Movimentos populares, grupos de mulheres, centros comunitários.

Projetos Atuais:

Seminários, cursos de formação na área da educação popular, assessoria a entidade.

CEDI – CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de fundação: 15 de junho de 1974
Objetivos:

O CEDI é um organismo de prestação de serviços aos movimentos sociais organizado ou em fase de organização. O conjunto de sua intervenção social se dá através de uma atuação localizada e específica

em campos políticos determinados, procurando contribuir para o estabelecimento de uma prática democrática real junto a sujeitos políticos preferenciais, escolhidos em função de seu peso político e de seu potencial de intervenção no processo sócio-político do país. Um dos campos priorizados em sua atuação é o campo religioso. A perspectiva de atuação do CEDI junto às Igrejas e seus organismos especializados é pautada por uma intenção ecumênica firmemente estabelecida desde suas origens como organização de prestação de serviços e que sempre sintonizou as principais aspirações do movimento ecumênico, tanto a nível nacional como internacional.

Beneficiárias:

Sindicatos, Cooperativas, CEB'S, Centrais Sindicais, Prefeituras, Agentes de Pastoral, Igrejas, Nações Indígenas, Operários, Assalariados, Pequenos Produtores, Movimento dos sem terra, atingidos por barragens, etc...

Projetos atuais:

Linhas de atuação: Programa Povos Indígenas no Brasil. Programa de Assessoria à Pastoral. Programa de Memória e Acompanhamento do Movimento Operário. Programa de Movimento Camponês e Igrejas. Programa de Educação e Escolarização Popular. Projetos especiais: Projeto Dívida externa. Projeto meio ambiente. Publicações: Revista *Tempo e Presença* (bimestral); Jornal *Aconteceu* (quinzenal). Infra estrutura: Setor de imagens (vídeos, fotografias, etc.); Setor de distribuição; Setor de processamento de dados, Setor administrativo; Produção gráfica

CEDITER – COMISSÃO EVANGÉLICA DOS DIREITOS DA TERRA

Cidade: Feira de Santana – *Estado:* BA
Data de fundação: 8 de janeiro de 1982
Objetivos:

Dar apoio à luta dos pequenos trabalhadores rurais pela posse da terra. Colaborar para o fortalecimento das organizações dos trabalhadores rurais, através de um programa educativo. Proporcionar a manutenção de uma assessoria jurídica para orientar e defender os trabalhadores, vítimas de injustiças e ilegalidades. Destacar o testemunho da fé Cristã e a orientação da Bíblia na luta pela libertação dos oprimidos, numa perspectiva ecumênica.

Beneficiárias:

Trabalhadores rurais, sem terra, estagiários de universidades.

Projetos atuais:

Encontros regionais para formação de líderes rurais. Cursos de Educação Sindical nas sedes e delegacias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Visita aos Municípios da Região do Vale de São Francisco – principalmente Bom Jesus da Lapa, dando apoio aos lavradores. Assessoria jurídica aos trabalhadores de Bom Jesus da Lapa, através do STR. Projeto Estagiários. Participação em reuniões, encontros, cursos com entidades com as quais se relaciona. Estudos Bíblicos e teológicos com os lavradores. Contato com entidades de Direitos Humanos e Sindicalismo no Brasil.

CEDOPE-NDP – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO POPULAR

Data de fundação: julho de 1970 (CEDOPE); julho de 1982 (NDP)
Objetivos:

Ser instância criadora viabilizadora de condições objetivas para a intervenção no processo social local, regional e nacional, exercendo atividades de pesquisa, documentação, publicação, capacitação e assessoria nos seguintes setores: 1. ecologia, população e família; 2. cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano; 3. organização e movimentos sociais populares; 4. religiões e sociedade. Objetivos do Setor Movimentos Sociais Populares: criar e mobilizar condições objetivas para contribuir no avanço

qualitativo do processo de transformação de sociedade mediante trabalho de pesquisa, documentação publicação e assessoria no que concerne a movimentos sociais populares e sua organização.

Beneficiárias:

Grupos de mulheres, de negros, crianças e adolescentes; sem teto /sem casa; moradores de bairros e vilas. Sindicatos: borracheiros, metalúrgicos, calçadistas.

Projetos atuais:

Relacionados ao NDP 1. Curso de Especialização em Educação Popular. 2. Montagem de arquivo de documentação popular – subsídios para lideranças /agentes e pesquisadores.

CEM – CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo

Data de fundação: 1973

Objetivos:

Estudar o fenômeno das migrações – suas causas e consequências, fluxos e tendências – através de pesquisas, acompanhamento de história de vida, documentação, organização de simpósios, debates, etc. Assessorar o SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes – organismo responsável pela organização direta dos migrantes no trabalho com: 1. migrantes latinos; 2. migrantes temporários; 3. migrantes de fronteiras; 4. migrantes urbanos. Nos encontros e assembléias de migrantes organizadas pelo SPM, o CEM fornece o respaldo técnico. Apoiar os Movimentos Populares ou sindicais naquilo que lhe é específico, isto é, a recuperação da memória histórico-cultural como instrumento de luta pela vida. Divulgar a problemática das migrações através de: 1. *Travessia – Revista* do *Migrante,* que procura estabelecer a ponte entre o mundo acadêmico e os setores populares. 2. *Boletim Vai-Vem"* órgão do SPM com a participação do CEM. 3. Livretos, cartazes, "Semana do Migrante", etc...

Projetos atuais:

Assessoria ao SPM na organização dos migrantes. Para isso, o CEM dispõe de uma biblioteca especializada em migrações e de um serviço de documentação, ao mesmo tempo em que procura desenvolver estudos específicos. *Travessia – Revista do Migrante – publicação* quadrimestral, interdisciplinar, a serviço de pesquisadores, estudiosos e agentes preocupados com a causa do migrante. Serviço de informatização de dados, em conexão com outros Centros de Estudos Migratórios (Buenos Aires, Nova York, Roma, Paris, Sidney, Caracas, etc.). Estes CEMs integram a FCMS-Federation of the Centers for Migration Studies (o serviço de dados do estado ainda está em fase de implantação). Semana do Migrante – organizada em conjunto com o SPM, de abrangência nacional e que procura alertar a igreja e a sociedade civil para a problemática das migrações. Serviço de documentação de artigos a respeito do tema. Tanto a biblioteca quanto este serviço de documentação estão à disposição do público.

CEMINA – CENTRO MULHER, INFORMAÇÃO, ASSESSORIA E EXECUÇÃO DE PROJETOS

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro

Data de Fundação: 14 de fevereiro de 1989

Objetivos:

Realizar estudos; produzir e armazenar documentação, desenvolver pesquisas. Prestar assessoramento, ministrar cursos e outros meios de disseminação da informação; Monitorar projetos, treinamentos e outras atividades, em prol da causa feminina. Propiciar encontros e tratar de experiências profissionais e ativistas que trabalhem interdisciplinarmente com as questões da violência que atinge a mulher. Produzir programas de rádio, e publicações que tenham como principal objetivo corrigir a discriminação que pesa contra a mulher nos meios de comunicação de massa. Prestar assessoria e dar informações a grupos comunitários que as solicitem.

Beneficiários:

Mulheres em geral, com prioridade para as mulheres das classes populares.

Projetos Atuais:

Comunicação alternativa para mulheres: Programa de rádio *Fale Mulher*, Rádio Guanabara AM – 1360 khz diariamente de 8:05 às 8:30 hs. Canal de expressão do movimento autônomo das mulheres e veículo informativo para todas as mulheres e o público em geral. Formação de pessoal para atendimento às Mulheres vítimas de violência; lançando mão de diversas metodologias, trabalhar com os grupos numa reflexão acerca das especificidades da violência que recai sobre a mulher. Centro de documentação (em processo de organização) a fim de dar suporte aos demais projetos e fornecer materiais de pesquisa aos interessados na problemática feminina.

CENAP – CENTRO NORDESTINO DE ANIMAÇÃO POPULAR

Cidade: Recife – *Estado:* Pernambuco

Data de Fundação: 30 de junho de 1989

Objetivos:

Prestar assessoria a grupos e organizações populares que careçam de apoio no processo de formação de seus membros, com vistas e fortalecer as mediações políticas do Movimento Popular na região Nordeste do Brasil.

Beneficiários:

Lideranças do Movimento Popular responsáveis por atividades de formação e animação ligadas a projetos ou organizações populares, tais como associações de moradores. Projetos comunitários de área urbana (centros de animação popular, trabalhos comunitários, postos de saúde); iniciativas de comunicação popular (rádios, boletins, áudio-debates); CEBs e Movimentos Populares Pastorais; grupos de jovens; animadores no meio rural; movimento de mulheres.

Projetos Atuais:

Atividades de formação sócio-política e ecológico-pastoral, e de capacitação de educadores populares, dando ênfase a urna metodologia alternativa de ensino e aprendizagem. Atividades de coleta, processamento, intercâmbio e devolução de informações conjunturais e utilitárias – como serviço direto e indireto de suporte à formação de lideranças populares. Atividades de capacitação operacional às realizações dos grupos e organizações populares, especialmente dos que se localizam na área metropolitana do Recife. Para desenvolver essas atividades, o CENAP se subdivide em dois setores: setor de formação e setor de comunicação e apoio.

CENDHEC – CENTRO D.HÉLDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

Cidade: Recife – *Estado:* Pernambuco

Data de Fundação: 25 de janeiro de 1990

Objetivos:

Defesa e implementação dos Direitos Humanos, particularmente nos campos de: acesso ao solo urbano/moradia. luta contra todas as formas de violência, especialmente a que atinge a criança e adolescente. Ampliar os espaços da democracia, contribuir para o exercício pleno de cidadania, trabalhando nos espaços institucionais e na elaboração das políticas públicas.

Beneficiários:

Favelados, crianças, adolescentes, principalmente meninos e meninas de rua. Projetos Atuais: Trabalhos de assessoria permanente a sete conselhos de moradores. Educação Popular. Disque cidadania.

CENPLA – CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E PLANEJAMENTO

Cidade: Rio de janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de Fundação:

Objetivos: Promover espaços para que os beneficiários de sua intervenção possam reconhecer-se como sujeitos com capacidade de pensar, criar, decidir, intervir e modificar-se em seu contexto coletivo.

Beneficiários:

Movimento popular e de trabalhadores.

CENTRAC – CENTRO DE AÇÃO CULTURAL

Cidade: Campina Grande – *Estado:* Paraíba
Data de Fundação: 24 de setembro de 1987
Objetivos:

O CENTRAC é uma entidade de assessoria ao movimento popular e .sindical em Campina Grande, contribuindo para que os setores empobrecidos e oprimidos da nossa sociedade possam ser sujeitos da sua história. Para isso, desenvolvemos atividades de acompanhamento político e metodológico a entidades e grupos organizados. Especificamente, trabalhamos com cursos de educação sindical e popular; registro e documentação das principais lutas do povo trabalhador; confecção de cartilhas de apoio didático aos cursos promovidos; auxiliamos na articulação dos setores sindicais e populares com lutas afins; trabalhamos com grupos de alfabetização de adultos através de uma leitura crítica do método de Paulo Freire; fazemos o registro visual, através de fotografias das lutas, das lideranças, dos prédios da entidades, etc. Assim, buscamos cotidianamente uma reflexão ativa da situação do povo empobrecido do Brasil e nos esforçamos em contribuir nessa construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Beneficiárias:

Trabalhadores urbanos (comerciários, operários, funcionários públicos, urbanitários). Parcela pequena de trabalhadores ruraise principalmente no movimento popular: biscateiros, pequenos proprietários, “donas de casa”.

Projetos Atuais:

Setor Sindical. Acompanhamento às organizações rurais e sindicatos dando-lhes assessoria e formação política através do Pólo de Renovação Sindical Rural. Acompanhamento sistemático, reflexão e planejamento sindical junto a entidades urbanas (por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas na Paraíba). Formação de lideranças sindicais, tendo como experiência um grupo de trabalhadores comerciários de Campina Grande. Setor Popular – Trabalho de alfabetização de adultos em área de organização urbana; trabalho de articulação de algumas ocupações urbanas, através das suas lideranças; acompanhamento de articulação de bairros, que é um forum de discussão (e pretende-se de ação conjunta) no interior do movimento de bairro local; publicação e registro das principais lutas.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR

Cidade: Natal – *Estado:* Rio Grande do Norte
Data de Fundação: 1986
Objetivos:

Contribuir na construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

Beneficiários:

População em geral, organizações populares, entidades da sociedade civil.

CENTRU – CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO TRABALHADOR RURAL

Cidade: Recife – *Estado:* Pernambuco

Data de fundação: 22 de dezembro de 1980
Objetivos:

Contribuir na formação e educação dos trabalhadores rurais, procurando que estes se transformem em agentes de mudanças das condições de vida de sua própria classe; capacitar o sócios para que se tomem educadores de sua classe; capacitar e contribuir para a formação política de trabalhadores rurais que atuam no movimento; colaborar com suas organizações – sindicais, associações comunitárias, cooperativas, etc.

Beneficiárias:

Trabalhadores rurais.

Projetos atuais:

Projeto de promoção humana para orientação e formação política, sindical e produção alternativa para autosustentação de trabalhadores rurais com um programa de saúde no campo.

CENTRU-MA – CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO TRABALHADOR RURAL

Cidade: Imperatriz – *Estado:* Maranhão
Data de Fundação: 19 de fevereiro de 1987
Objetivos:

Pretende, com suas atividades desenvolvidas no meio rural, a organização independente da classe trabalhadora, elevar o nível de consciência política e de classe dos trabalhadores rurais, para que estes se transformem nos agentes de mudanças das condições de vida e de trabalho no campo e, unidos aos trabalhadores da cidade, construam uma sociedade justa, humana, democrática, fraterna, enfim, socialista, onde todos tenham o mesmo direito, as mesmas oportunidades a uma vida digna. É a atuação prática e a reflexão coletiva sobre esta atuação, num processo critico e auto-crítico, que se constitui no principal instrumento de educação e auto-educação dos trabalhadores rurais que participam do trabalho do CENTRU.

Beneficiários:

Trabalhadores rurais, pequenos proprietários, posseiros sem terra, mulheres e jovens.

Projetos Atuais:

Programa de ação educativa tocando em quatro temas fundamentais: educação sindical, política, questões agrárias e cooperativa; o trabalho se desenvolve a nível de base, envolvendo sindicatos da região. Projeto de produção e comercialização comunitária -a base do projeto é a transformação da organização sócioeconômica da população, e a comercialização dos produtos agro-pecuários (cupuaçu, coco, caju, maracujá, pimenta do reino, banana, horticultura, e criação de bovinos); serão beneficiários diretos 174 famílias de produtores e posseiros. Este projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do setor rural, transmitindo novos conhecimentos tecnológicos, aumentando a produção e a produtividade das culturas e criações, preservando o meio ambiente, tão devastado em nossa região. Projeto Escola Sindical Pe. Josimo Morais Tavares – EPJOTA – responsável pela formação técnica e cooperativa dos coordenadores das GPBs (522 coordenadores e educadores de base do Programa Geral do CENTRU). Projeto das quebradeiras de coco – em fase inicial.

CEPAC – CENTRO PIAUIENSE DE AÇÃO CULTURAL

Cidade: Teresina – *Estado:* Piauí
Data de fundação: 18 de agosto de 1982
Objetivos:

Prestar assessoria técnica aos movimentos sociais, no sentido de subsidiar sua ação, aprofundar sua reflexão sobre a realidade do Piauí e do Brasil e propiciar condições de amadurecimento de projetos alternativos para as várias áreas de interesse da sociedade civil.

Beneficiários:

Direções e lideranças intermediárias do movimento sindical e popular, assessores de organização não-governamentais e de pastorais, agentes de pastorais, assessores parlamentares.

Projetos atuais:

Equipe de Informação e Comunicação Equipe Regional de Campo Maior

CEPAMI – CENTRO DE ESTUDOS E DE PASTORAL DE MIGRANTES

Cidade: Jiparaná – *Estado:* Rondônia

Data de fundação: 1986

Objetivos:

Estudar e pesquisar o fenômeno das migrações; assessorara Pastoral dos Migrantes e o Movimento Popular em geral; ajudar os imigrantes em sua organização; elaborar material como subsídio do movimento popular.

Beneficiários:

Agentes de promoção social, favelados, moradores da periferia, jovens, menores, operários, trabalhadores rurais (pequenos produtores sem terra), imigrantes.

CEPASP – CENTRO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E ASSESSORIA SINDICAL E POPULAR

Cidade: Marabá – *Estado:* Pará

Data de fundação: 23 de outubro de 1984

Objetivos:

O CEPASP é uma entidade civil, não-governamental, apartidária, sem vinculação religiosa e sem fins lucrativos e que luta por uma sociedade justa, portanto digna de todos nós. Nesse sentido o CEPASP presta serviços relacionados à educação, à pesquisa à assessoria sindical e popular, e ao movimento social, desenvolvendo atividades principalmente no Sudeste do Estado do Pará. Neste contexto é prioridade ainda no CEPASP, defender, reprimir ou impedir danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valores diversos.

Beneficiários:

Trabalhadores rurais, metalúrgicos, professores, estudantes, Associação de Moradores e Urbanitários.

Projetos atuais:

Uma experiência alternativa à produção agrícola por pequenas produtoras. Projeto de assessoria aos movimentos sociais na área do Projeto Grande Carajás. Cantinas comunitárias. Cursos de Formação para metalúrgicos da USINA COSIPAR em Marabá.

CEPEBA – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA BAIXADA FLUMINENSE

Cidade: Duque de Caxias – *Estado:* Rio de Janeiro

Data de fundação: 1985

Objetivos:

Contribuir na formação de uma consciência crítica do trabalhador e do militante comunitário.

Beneficiárias:

Movimentos Sociais Populares.

CEPEL – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA LEOPOLDINA

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de janeiro
Data de Fundação: 1987
Objetivos:

Fortalecer os movimentos populares através da assessoria técnica para assuntos específicos das reivindicações da população de baixa renda.

Beneficiários:

Movimento popular.

CEPIA – CIDADANIA, ESTUDOS, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de Fundação: 27 de junho de 1990
Objetivos:

A CEPIA é uma entidade civil, sem fins lucrativos, voltada para a educação de projetos que contribuam para o fortalecimento da cidadania, especialmente dos setores que, na história do nosso país, vêm sendo tradicionalmente excluídas de seu pleno exercício. Nesse sentido, a CEPIA desenvolve estudos, pesquisas, bem como projetos de intervenção social, com a preocupação de difundir seus resultados, compartilhando-os com amplos setores da sociedade. A CEPIA tem privilegiado, em sua atuação, as áreas de saúde, meio ambiente, violência, direitos humanos, pobreza e trabalho, estabelecendo vínculos preferenciais com mulheres, negros e populações marginalizadas. A CEPIA atua também na avaliação e acompanhamento do impacto de políticas públicas.

Beneficiárias:

Especialmente setores de baixa renda; dentre estes, destacam-se mulheres e negros.

Projetos Atuais:

Mulher, Saúde e Meio-Ambiente – desenvolvido em São Gonçalo com a participação da prefeitura local Mulher em Dados no Brasil – desenvolvido para a FLACSO, é parte de um estudo comparativo em 10 países da América Latina e traça um perfil da situação da mulher. Movimentos Sociais e o Uso da Estatística – discute a invisibilidade de gênero e raça nas estatísticas e promove seminários entre produtores e usuários, especialmente lideranças de movimento de mulheres e negros. Violência e Cidadania: Uma Avaliação de Políticas Públicas – discute e analisa a ação do executivo, judiciário e legislativo no combate à violência, especialmente contra a mulher.

CEPIS – CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de fundação: 1977
Objetivos:

Colaborar na organização e fortalecimento do trabalho de base. Colaborar no avanço orgânico, político, ideológico dos Movimentos Populares. Colaborar na articulação de pessoas, grupos e entidades ou movimentos de outras regiões em instâncias dos movimentos já organizados a nível regional e/ou nacional. Colaborar nas atividades de solidariedade internacional. Eixo temático: formação político-pedagógica de educação popular fundamentada na prática dos movimentos populares, sindical e partidário.

Beneficiários:

Operários, camponeses sem terra, assalariados urbanos, mulheres e agente pastoral.

Projetos atuais:

GT Pastoral e Movimento Popular: acompanhamento das executivas da Pró Central Nacional e Estadual SP; Coletivas de Formação da CPO e CIMI; Seminário de Agentes de Pastoral da Grande São Paulo; assessorias ao Grupos de Agentes de Saúde de São Paulo; trabalhos de base em São Bernardo do Campo, Diadema, Embu e Vale da Paraíba. GT Alfabetização: acompanhamento de monitores de alfabetização do Embu e Taboão da Serra; assessoria ao setor da educação do MST; treinamento de monitores a nível nacional. GT Operário e Camponês: acompanhamento do setor de formação do MST e DNTR/CUT; assessoria aos metalúrgicos e quimícos do Vale da Paraíba; participação nas atividades do comitê Rio Maria. GT Articulação dos Centros: participação no Programa Educativo sobre a Divida Externa; encontros dos centros a nível do Brasil, região *Sudeste e Sul e* América Latina.

CEPO – CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Cidade: Erexim – *Estado:* Rio Grande do Sul
Data de fundação: 22 de abril de 1986
Objetivos:

Prestar assessoria ao Movimento Popular, Movimento Sindical e outros grupos da região do Alto Uruguai. Prestar assessoria a pesquisas e levantamentos de dados, bem como realizar pesquisas de cunho e interesse popular, visando capacitar os movimentos populares e sindicais da região. Prestar serviços aos Movimentos Populares e Sindicais, às Pastorais e a outros grupos nos seguintes campos: livraria, empréstimos de vídeos, fitas e slides, datilografia, reprografia e entidade jurídica. Realizar encontros sobre realidade social, política, ecumênica e cultural.

Beneficiárias:

Movimento Sindical: CUT, Sindicatos Urbanos e Rurais; Movimento Popular, Movimento de Mulheres Trabalhadoras (Rurais e Urbanas), Comissão Regional dos atingidos por barragens, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, "Grupo ecológico", Associação de Produtores, Comercialização Direta, Movimentos de Saúde, Associações de Moradores.

Projetos atuais:

Assessoria ao Movimento Sindical (urbano e rural). Assessoria nas áreas de formação, organização e administração aos movimentos de mulheres trabalhadoras (rurais e urbana). Assessoria, pesquisa e levantamento de dados. Assessoria eventual às pastorais, escolas e outros grupos. Pesquisa sobre a estrutura sindical e qualificação dos sindicalistas rurais da CUT/RS. Montagem de um banco de dados da realidade regional e nacional. Análise da conjuntura e publicação (mensal) Prestação de serviços: livraria, empréstimo de fitas, vídeos e slides, datilografia, reprografia, entidade jurídica.

CESE – COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS

Cidade: Salvador – *Estado:* Bahia
Data de fundação: 1973
Objetivos:

Estudar, pesquisar, assistir, avaliar, promover e coordenar projetos destinados à promoção devida integral do homem na sociedade nos moldes da fé cristã, em todo o território nacional, especialmente no norte e nordeste do Brasil, sem discriminação social, ecumênica, religiosa ou racial. Promover a coordenação e incentivar a articulação de programas com Igrejas e Agências de Ajuda, tendo como princípios fundamentais a solidariedade e o repartir ecumênico de recursos.

Beneficiários:

Trabalhadores rurais em geral, moradores da periferia urbana, crianças, adolescentes, mulheres, negros e índios.

Projetos atuais:

Programas de Apoio: a. fundo para pequenos projetos; b. PEP – Programa Especial de Projetos; c. Movimento Nacional de defesa dos direitos Humanos. Encontros: a. encontro anual de agentes de projetos (em âmbito nacional); b. encontros regionais de agentes de projetos; c. encontros de lideranças da Igrejas.

CESEP – CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Cidade: Aracaju – *Estado:* Sergipe
Data de Fundação: 11 de junho de 1988
Objetivos:

Prestar assessoria e informação às políticas populares desenvolvidas na área urbana de Aracaju. Atualmente com os seguintes setores: Bairros, Ecologia, Meninos de Rua, Negros e Saúde. Produzimos um boletim mensal denominado Poria Voz; pelas atuais circunstâncias da violência em nosso estado estamos montando um programa de denúncia do extermínio de crianças, de violência no campo, para informar as campanhas desenvolvidas a nível nacional; estruturação de um banco de dados sobre este tema.

Beneficiários:

Agentes de saúde, negros, crianças e adolescentes, sindicalistas rurais e algumas comunidades de Aracaju.

Projetos Atuais:

Cursos: Capacitação de Lideranças; História da Sociedade; Formação Política 1 e 11; Análise de Conjuntura. S1 – Reforma Urbana; Movimento Popular e Estado; Seminários: Direitos Humanos e Violência; Segurança Pública, Conjuntura (junto com a CUT). Na área de Direitos Humanos temos a participação na regulamentação do ECA; denúncia do extermínio de crianças; apoio à luta contra a violência no campo; participação no Conselho Regional do MNDH. Campanhas: Não Matem Nossas Crianças – e em Defesa da Vida; Banco de dados sobre morte de crianças; participação na comissão de Direitos Humanos na assembléia Legislativa.

CETAP – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES

Cidade: Passo Fundo – *Estado:* Rio Grande do Sul
Data de fundação: 22 de abril de 1986
Objetivos:

Desenvolver um centro de experimentação, demonstração, pesquisa e formação em tecnologias alternativas para a pequena produção rural. Colaborar no desenvolvimento e implantação de uma nova agricultura, adequadas às condições sócio-culturais, econômicas e ecológicas, visando eliminar os problemas sociais e ambientais causadas pelas formas atuais do processo produtivo.

Beneficiários:

Sem terra e assentados da Reforma Agrária. Pequenos produtores ligados aos sindicatos trabalhadores rurais. Jovens rurais, agricultores atingidos por barragens e mulheres rurais.

Projetos atuais:

Desenvolver um centro de experimentação, pesquisa e formação em tecnologias alternativas para a pequena produção rural. Colaborar no desenvolvimento e implantação de uma nova agricultura adequada às condições sócio-culturais, econômicas, ecológicas, visando eliminar os problemas sociais e ambientais causadas pelas formas atuais do processo produtivo.

CETRA – CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E ASSESSORIA AO TRABALHADOR

Cidade: Fortaleza – *Estado:* Ceará

Data de fundação: 30 de dezembro de 1981
Objetivos:

Realizar estudos e pesquisas. Prestar serviços de assessoria na área de formação. Prestar assistência jurídica. Fornecer subsídios e material de apoio didático. Dar acompanhamento a comunidades urbanas e rurais e a organizações sindicais e do campo.

Beneficiários:

41 grupos comunitários; 10 sindicatos de trabalhadores rurais; sindicatos urbanos: jornalistas, processamento de dados, gráficos, comerciários, professores municipais.

Projetos atuais:

Programa de assistência jurídica – assesssoria jurídica em questões trabalhistas para organizações sindicais da cidade e do campo (15 sindicatos), assessoria jurídica em questões sobre posse de terras em áreas urbanas ou rurais (41 comunidades). Programa deformação-realização decursos, seminários e debates dirigidos à formação de lideranças comunitárias e dirigentes sindicais: elaboração de subsídios (textos para debates, dossiês, apostilas para cursos, etc.). Fundo delegado-administração de um fundo para pequenos projetos na área rural, patrocinado por uma agência de cooperação internacional belga e administradas com 4 ONG's.

CFEMEA – CENTRO FEMININO DE ESTUDOS E ASSESSORIA

Cidade: Brasília – *Estado:* Distrito Federal
Data de Fundação: 1989
Objetivos:

Promover estudos e pesquisas sobre a condição da mulher dentro da sociedade.

Beneficiários:

População feminina.

CFSS – COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de Fundação: 1988
Objetivos:

Prestar atendimento médico e psicológico, através de uma concepção social e integral da saúde. Elaborar material educativo sobre a saúde, dentro de um contexto social e de classe. Oferecer promoção para o movimento autônomo de mulheres, profissionais de saúde e demais movimentos sociais, sobre mulher e saúde. Realizar grupos de reflexão sobre saúde da mulher, sexualidade, opressão da mulher. Participar nas lutas por melhores condições de vida e saúde das mulheres, intervindo nas políticas públicas que dizem respeito à mulher.

Beneficiários:

Mulheres de baixa renda, profissionais de saúde e movimentos sociais.

Projetos Atuais:

Elaboração, com cinco grupos de mulheres, de um boletim trimestral que terá distribuição nacional e discutirá sobre Direitos Reprodutivos. Realização, juntas com o SOS-Corpo-Recife, de um encontro nacional sobre saúde da mulher em agosto de 91 /SP. Elaboração de documentos, junto com entidades de mulheres do RJ-Fêmea – sobre política populacional. Para o encontro de ONGs no RJ-31/maio/91. Realização em colaboração com a Rede Mundial de Direitos Reprodutivos (Holanda) de encontro latino-americano para busca de uma estratégia na área de mortalidade materna. Censo de formação em saúde da mulher por movsociais e profissionais de saúde. Treinamento em saúde da Mulher para mulheres do centro de Convivência, Santo André.

CISMOP – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL E SOLIDARIEDADE AOS MOVIMENTOS POPULARES

Cidade: Campinas – *Estado:* São Paulo
Data de Fundação: 1991
Objetivos:

Promover atividades educacionais e de formação geral. Beneficiários: Movimento sociais, pastorais e sindical.

CJC – CENTRO JOSUÉ DE CASTRO

Cidade: Recife – *Estado:* Pernambuco
Data de fundação: 1979
Objetivos:

O CJC é uma entidade privada, sens fins lucrativos, criada em 1979, com sede em Recife. Como instituição de pesquisa, estudo, análise e intervenção, tem o foco central de sua atuação no Nordeste.

Beneficiários:

Pesquisadores, professores, estudantes, técnicos, população.

Projetos atuais:

Rede de informações sobre o campo no Nordeste – coleta de dados, disseminação e análise de informações técnicocientificas, respostas ao setor rural nordestino, em particular nas áreas de geografia e história. Este sistema está integrado a redes já existentes, tais como: IBICT, UFPB/CISA, FUNDAJ. Tem-se como perspectiva a articulação com outras redes interessadas, no Brasil e no exterior. Apoio Técnico: CNPQ/IBICT. Pesca artesanal no Brasil: objetiva-se, a partir do confronto de experiências pelo pescador artesanal e por pessoas comprometidas com o setor, a busca de alternativas concretas que viabilizam o fortalecimento desses produtores enquanto categoria organizada, bem como da pequena produção pesqueira.

CLF – CENTRO DE CULTURA LUIS FREIRE

Cidade: Olinda – *Estado:* Pernambuco
Data de Fundação: 29 de agosto de 1972
Objetivos:

Contribuir na luta pela universalização dos direitos à educação, segurança e informação. Contribuir para o desenvolvimento de experiências inovadas de educação, comunicação, gestão e participação social. Construir relações de parceria, articulação e apoio a organizações populares e demais entidades da sociedade civil, visando o seu fortalecimento e desenvolvimento político e cultural. Influenciar na concepção, formulação, implementação, socializaçào e transparência das políticas públicas, negociando reivindicações e difundindo demandas populares junto ao Estado na perspectiva de sua democratização. Sensibilizar a opinião pública para as questões da democracia, da cidadania e dos direitos humanos. Produzir e socializar conhecimentos, refletindo sobre a realidade e as práticas sociais inovadoras. Colaborar para o desenvolvimento e consolidação da Cooperação Não-Governamental, para a realização da solidariedade internacional e do intercâmbio de experiências entre entidades civis voltadas para a superação da miséria, a promoção do desenvolvimento auto-sustentado e o fortalecimento da cidadania.

Beneficiários:

Crianças e adolescentes; educadores populares; grupos comunitários e população dos bairros periféricos da Região Metropolitana.

Projetos Atuais:

GASOP – GT Educação Comunitária. GT Estudos e Pesquisas; GT de Comunicação e Informação; Serviço de Apoio à Educação Alternativa; Projetos Especiais-projeto de sistematização de informações bibliográficas sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil.

COMUNICAÇÃO E CULTURA – INICIATIVAS CULTURAIS

Cidade: Fortaleza – *Estado:* Ceará
Data de Fundação: 1988
Objetivos:

O grupo Comunicação e Cultura desenvolve, desde 1988, um trabalho de assessoria, pesquisa, ação e apoio a projetos de imprensa local-comunitária em Fortaleza e no interior do Estado do Ceará.

Beneficiários:

Entidades comunitárias e população em geral.

Projetos Atuais:

Jornais Comunitários Consorciados: possibilitar que os grupos comunitários e de cultura popular de Fortaleza publiquem seus jornais. A viabilização financeira das publicações comunitárias é obtida através da venda centralizada de espaços publicitários em todos os jornais editados. As entidades que participam do projeto redigem e diagramam seus jornais sem nenhum controle de censura, determinado ainda o nome da publicação, a periodicidade, a tiragem e a forma de distribuição.Tipos de entidades que participam: jornais de associações de vizinhos ou familiares (22); jornais de grupos de jovens e/ou crianças (15); jornais de grupos e entidades culturais (3); jornais de pastorais ou grupos de fé (2); jornais de grupos de mulheres (1). Publicação do expediente-contatos-é uma publicação mensal de comunicação e cultura, destinada aos grupos engajados no Projeto jornais Comunitários Consorciados.

CPV – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de Fundação: início da década de 70
Objetivos:

Centro de apoio aos movimentos populares através do trabalho integrado de documentação e divulgação de publicações sobre os mais diversos assuntos, dirigidos para os movimentos.

Beneficiários:

Movimentos populares.

Projetos Atuais:

Biblioteca com mesas áudio-visuais. O acervo contempla não só a realidade nacional, mas também informações sobre os demais países latino-americanos. Pesquisas específicas. Dossiês. Publicações periódicas: -Edições especiais do informe bibliográfico; *Quinzena;* -Edição de *Cadernos Populares.*

CTI – CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de fundação: 20 de março de 1979
Objetivos:

É formada basicamente por antropólogos que se propõem a criar alternativas concretas que permitam às populações indígenas fazerem frente à situação de dominação que caracteriza, historicamente, as relações destas populações com a sociedade nacional. Esta proposta implica na: -Manutenção ou recuperação dos territórios indígenas tradicionais; -Preservação das condições tradicionais de existência para que possam se reproduzir enquanto sociedades distintas da sociedade nacional.

Beneficiários:

Comunidades indígenas.

Projetos Atuais:

Auxilio às atividades ecumênicas, que envolvem a implementação de atividades agrícolas e a comercialização da produção indígena de forma autônoma. Elaboração de material didático específico e orientação de professores que lecionam nas aldeias, visando uma discussão sobre o papel da escola numa comunidade indígenas. Assessoria e apoio jurídico nas questões que dizem respeito à regularização de territórios indígenas e processos de indenizações. Registro etnográfico e iconográfico dos grupos indígenas. Gravações em vídeotape dos rituais e outras manifestações culturais. Assessoria e implantação de sistema de VT nas aldeias. Treinamento de índios para trabalho de câmera.

CTV – COMISSÃO TEOTÔNIO VILELA

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo

Data de Fundação: 18 de fevereiro de 1988

Objetivos:

A preocupação fundamental da Comissão Teotônio Vilela é com a efetiva implementação do Estado de Direito no Brasil através do Direitos Humanos. Para influir nesse processo atribui-se inicialmente um mandato limitado a questão das condições dos detidos em estabelecimento fechados. Este mandato vem sendo ampliado nos últimos anos, atingindo também toda a violência ilegal provocada pelo Estado, bem como aquelas provocadas por indivíduos e organizações privadas, porém com a conivência do Estado.

Beneficiários:

Vítimas da violação de direitos humanos. Internos de Instituições fechadas.

Projetos Atuais:

Denúncia e acompanhamento de casos de violação de Direitos Humanos junto às autoridades competentes, alimentadas pelo banco de dados do Núcleo de Estudos da Violência USP. Programa de Educação em Direitos da Cidadania para a Polícia Militar do Estado de São Paulo. O programa será estendido para a Polícia Civil e pessoal penitenciário. Visita a estabelecimentos penitenciários com a realização de relatórios e diálogo com autoridades. Participação no Forum Violência no Campo, OAB, Procuradoria Geral da República e diversas outras entidades.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÔCIO-ECONÔMICOS

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo

Data de Fundação: 22 de dezembro de 1955

Objetivos:

O DIEESE, entidade fundada e mantida pelo movimento sindical brasileiro, tem como objetivo assessorar as entidades de trabalhadores com estudos e subsídios sócio-econômicos.

Beneficiários:

Os trabalhadores de modo geral, e suas entidades sindicais em particular.

ECOS – ESTUDO E COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO HUMANA

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo

Data de Fundação: fevereiro 1989

Objetivos:

Colaborar para que nossa sociedade time-se mais aberta à pluralidade de expressões no plana de sexualidade. Contribuir ao debate sobre a necessidade social de atitudes e valores menos

preconceituosos, padronizados e repressores. Desenvolver estudos e diagnósticos na área da sexualidade e reprodução humana. Capacitar recursos humanos e prestar consultoria a profissionais, grupos e instituições. Produzir material informativo e reflexivo – visual e impresso.

Beneficiários:

Adolescentes de ambos os sexos, mulheres, profissionais das áreas de saúde, educação e mídia.

Projetos Atuais:

Gravidez na adolescência-pesquisa participante com adolescentes grávidas, sua família e sua comunidade. Vídeo abordando o assunto. Meninas em situação de gravidez – levantamento de adolescentes em situação de uma??? na cidade de São Paulo e elaboração de oficinas sobre sexualidade e reprodução. Novas tecnologias reprodutivas conceptivas – pesquisa. Assessoria. em atendimento a adolescentes, discussão e treinamento a profissionais que atendem adolescentes que procuram as Delegacias de Mulher. Treinamento em violência entre mulher – treinamento de atendimento a mulheres vítimas de violência para a guarda Municipal. Treinamento em educação sexual e técnicas de trabalho em grupo: discussão sobre como trabalhar com educação sexual e técnicas de grupo a profissionais da área de saúde e educação. Assessoria no programa de qualidade de serviços – discussão com grupos de trabalhos para elaboração de planos de intervenção nos serviços de saúde do Mun.de São Paulo.

EQUIP – ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES

Cidade: Recife – *Estado:* Pernambuco

Data de Fundação: maio de 1990

Objetivos:

A formação política dos trabalhadores, priorizando a formação política de lideranças sindicais e o fortalecimento do sindicalismo democrático, classista, unitário, independente e de massa, tal como defendido pela CUT.

Beneficiárias:

Sindicatos rurais e urbanos e movimentos populares.

Projetos Atuais:

Movimentos Populares – cursos; Movimento Sindical – cursos e seminários; Movimento Sindical e Movimento Popular – seminários

ESPAÇO ABERTO – ESTUDOS, CONSULTORIA E SERVIÇOS

Cidade: Recife – *Estado:* Pernambuco

Data de Fundação: 20 de setembro de 1988

Objetivos:

Apoiar as ONGs, através de assessoria e serviços, na busca de maior eficácia para a consecução de seus objetivos. Apoiaras agências de cooperação no processo de decisão sobre a alocação de recursos em projetos das ONGs no Brasil.

Beneficiários:

ONGs e agências de cooperação

Projetos Atuais:

Pesquisa “Lógicas de Comunicação Camponesa”. Consultoria – Serviço de Apoio Local (SAL) para a Inter-American Foundation (IAF) referente a monitoria de projetos rurais. Assessorias a ONGs; assessoria ao PATAC; avaliação de programas; avaliação de desempenho de pessoal e comunicação; assessoria em política institucional de comunicação a diversas ONGs. Serviços-prestação de serviços eventuais de consultoria para as agências Lutheran World Relief e Catholic Relief Services. Treinamentos em Comunicação Rural para ONGs.

ESPLAR – CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA ESPLAR

Cidade: Fortaleza – *Estado:* Ceará
Data de fundação: 12 de fevereiro de 1974
Objetivos:

Realizar estudos e pesquisas relativas a problemas sócio-econômicos, políticos e culturais, visando o fortalecimento, autonomia e independência da classe trabalhadora. Planejar e discutir diretamente ou mediante convênio com outras instituições, programas, planos e projetos destinados a aumentar a participação dos trabalhadores rurais e urbanos na vida política, econômica, social e cultural do país. Prestar assessoria técnica, econômica, jurídica e educacional a entidades do movimento popular. Desenvolver trabalhos que favoreçam a organização político-sindical dos trabalhadores rurais e urbanos propugnando por sua total independência dos órgãos governamentais, autonomia frente a partidos políticos e organizações confessionais. Produzir e editar instrumentos de divulgação, informação e formação necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, objetivando socializar as experiências da classe trabalhadora.

Beneficiários:

Sindicatos de trabalhadores rurais, grupos comunitários, associações de pequenos produtores.

Projetos Atuais:

Articulação de uma Rede de Intercâmbio em nível estadual integrada por trabalhadores rurais e suas organizações. Estruturação e funcionamento do centro de Tecnologias Alternativas para pesquisas e difusão de T.A. e programas de formação. Projeto Semente: – Incentivo à organização de serviços de sementes nas comunidades. Pesquisa Sócio-Econômica: – Manejo ecológico do algodoeiro, visando a convivência produtiva com o bicudo; -Aproveitamento dos açudes e lagoas do Ceará. Assessoria Sindical: – Apoio às direções dos sindicatos de trabalhadores rurais em seus aspectos político-organizativos.

FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL

Cidade: Rio de janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de fundação 1961
Objetivos:

Promover nas parcelas da população com as quais trabalhe, a educação e o desenvolvimento, incentivando a participação, a solidariedade e a organização de movimentos e associações populares em suas lutas pela conquista de cidadania e democratização da sociedade. Criar, aperfeiçoar e transmitir uma metodologia adequada a seus objetivos, assim como divulgar resultados de pesquisas, estudos e avaliações. Estabelecer relações com outros centros de educação popular no sentido de articular sistematizar e socializar experiências e reflexões.

Beneficiários:

Assalariados rurais, pequenos produtores, área rural, trabalhadores urbanos.

Projetos Atuais:

Frente de movimentos populares urbanos – as equipes estão em ligação direta com associações e federações de moradores, movimentos setoriais de habitação, saneamento, transporte, saúde etc. assessorando-os na sua luta pela conquista de mais amplos direitos de cidadania e melhores condições de vida. Frente de movimentos sindicais urbanos – a ação educativa das equipes se exerce no sentido de fortalecer a autonomia das entidades sindicais diante do Estado e dos partidos políticos, modernizar a organização do trabalho e incorporar na prática desses movimentos questões como a da automação, acidentes de trabalho e saúde. Frente de pequenos produtores-o trabalho procura fortalecer sua

atividade e seu papel na produção, garantindo a sua sobrevivência social e econômica. As equipes formulam e discutem com os camponeses propostas relativas à política de crédito, tecnologias alternativas na agricultura, armazenamento, etc. Frente de assalariados rurais – é grande a diversidade de formas de assalariamento no campo assistidas pelas equipes da FASE. Em Moju, no Pará, estão assalariados de cacau e dendê; em Jaboticabal (SP) e em Alagoas, trabalhadores da cana de açúcar; em Itabuna (BA) empregados no cacau e no Espírito Santo, trabalhadores em áreas de exploração florestal. As lutas principais se dão em tomo do não cumprimento dos acordos e da legislação trabalhista, negociações salariais, dissídios coletivos e a violência patronal.

FNN – FUNDAÇÃO NATIVO NATIVIDADE

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de Fundação: 24 de abril de 1989
Objetivos:

É objetivo fundamental e prioritário da Fundação a promoção de atividades educacionais e de formação geral, com a realização de cursos regulares e periódicos. Além deste, são também objetivos da Fundação: divulgar resultados de pesquisa, estudos, experiências educacionais e avaliação; incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade; manter convênios e/ou associar-se com entidades similares para prestação de serviços e assessoria, formar numa concepção democrática onde o formando tenha acesso às diversas visões existentes sobre os temas curriculares.

Beneficiárias:

Trabalhadores urbanos e rurais e grupos oriundos do movimento popular e comunitário em geral.

Projetos Atuais:

Formação Política: cursos em diversos níveis iniciação a Formação Política (IEP) e Formação Política 1(FPl). Básico: Política 2 (FP2). Intermediário: Formação Política 3 (FP3). Formação Sindical: também em diversos níveis. Iniciação: Formação Sindical l (FSl). Aprofundamento: Organização por Local de Trabalho (OLT). Treinamento de Monitores: realizado para cursos de IFP, FPl e FSl. Preparação de apostilas para cada curso. Desenvolvimento da pesquisa metodológica: já realizados os Seminários de Metodologia da Formação Política.

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL

Cidade: Rio de janeiro – *Estado:* Rio de janeiro
Data de Fundação: 1981
Objetivos:

Fé e Alegria é uma entidade que trabalha com educação popular, buscando colaborar com as classes populares nos seus esforços de organização e ação comunitária por melhores condições de vida. No Rio de Janeiro, Fé e Alegria tem se dedicado desde o início à problemática da criança e do adolescente. Esta realidade levou Fé e Alegria a optar por um trabalho junto às comunidades carentes buscando prioritariamente contribuir na percepção crítica dos seus problemas e de sua respectiva organização. Considera fundamental o trabalho de fortalecimento dos grupos que assessora, preservando ao máximo os conteúdos por eles apresentados e investindo na luta pelo exercício pleno da efetivação da cidadania. É uma entidade de assessoria.

Beneficiários:

Grupos populares de favelas e periferias, que organizam alternativas de serviços de maneira autônoma ou com apoio de Igrejas, Associações de Moradores, Centros Espíritas.

Projetos Atuais:

Assessoria a grupos populares e parceria com entidades e movimentos sociais, especificas nas seguintes áreas de atuação: – Creches comunitárias – assessoria direta a 13 creches e ao núcleo de creches de Nova Iguaçu, nos aspectos de legalização, organização interna, busca de recursos, capacitação das educadoras, trabalho com os pais, relações da equipe. – Meninos/as de rua e/ou favela – assessoria direta a duas casas de atendimento a meninos/as e indiretamente a quatro, através da formação de educadores, organização interna, relações da equipe. – Saúde comunitária – assessoria direta a dois grupos de agentes de saúde e a três creches. Formação de educadores e organização interna.

FUNDAÇÃO SAMUEL

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de Fundação: 17 de dezembro de 1990.
Objetivos:

Financiamento e mediação de recursos a projetos sociais desenvolvidos pelo movimento popular. Acompanhamento e avaliação de projetos sociais financiados.

Beneficiárias:

Moradores da periferia, encortiçados, favelados, crianças, mulheres.

Projetos Atuais:

Ouvir propostas de pessoas que entram em contato conosco e avaliar segundo os seguintes enfoque: geografia, escala, organização. 1° mundo/3° mundo.

FUNDIFRAN – FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO SÃO FRANCISCO

Cidade: Ibotirama – *Estado:* Bahia
Data de Fundação: 1972
Objetivos:

Apoio aos movimentos de luta pela terra e direitos humanos; Formação política de base e direção; Assessoria a projetos alternativos de produção e comercialização.

Beneficiários:

Regional – Médio São Francisco; rural.

Projetos Atuais:

Questões Agrárias: Consiste em apoiar e assessorar as diversas manifestações e práticas dos trabalhadores. Organizações comunitárias:Assessorar as comunidades na formulação de projetos econômicos; Apoiar as iniciativas de desenvolvimento de produção e comercialização; Reforçar as articulações orgânicas dos grupos, no sentido de unificar as lutas econômicas regionais, para um crescimento efetivo e contínuo dos trabalhadores na gestão das suas comunidades e na vida política da sociedade. Sindicalismos: Visa apoiar os núcleos de oposição sindical, fortalecer a articulação dos sindicatos combativos; Assessorar as direções na formulação de reivindicações econômicas ao Estado e capacitar direções e base na construção do "novo sindicalismo", a partir das concepções e práticas da CUT.

GEA – GRUPO DE ESTUDOS E ASSESSORIA AGRÁRIA

Cidade: Porto Alegre – *Estado:* Rio Grande do Sul
Data de Fundação: 1979
Objetivos:

Desenvolver a assessoria e o trabalho direto com grupos de base e sindicatos.

Beneficiários:

Movimento de trabalhadores rurais e movimento popular.

Projetos Atuais:

Atividades: Assessoria e formação

GELEDES – INSTITUTO DA MULHER NEGRA

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo

Data de Fundação: 8 de agosto de 1988

Objetivos:

Denunciar e combater toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial, sexual e social contra a mulher negra em particular e a população negra em geral. Desenvolver e incentivar, em todos os níveis e setores, estudos, pesquisas e diagnósticos da situação da mulher negra no Brasil e no mundo. Promover a difusão de conhecimentos e informações, objetivando contribuir para um melhor entendimento da situação da mulher negra, bem como das relações sociais, de gênero, políticas, culturais e raciais, através de todas as formas de comunicação, inclusive editando publicações. Promover, apoiar e incentivar atividades de grupos comunitários e de mulheres, na defesa de direitos e oportunidades e de seus interesses e valores sócio-culturais. Formar e treinar os recursos humanos, bem como prestar assessoria dentro das suas áreas de atuação. Desenvolver programas e projetos nas áreas de trabalho, lazer, saúde, educação, cultura e outras, visando o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas. Desenvolver atividades conjuntas com os movimentos de mulheres, movimentos sociais e movimento negro cujos objetivos sejam condizentes com os de GELEDES.

Beneficiários:

Movimentos de mulheres, movimentos negros, movimentos de mulher negra.

Projetos Atuais:

Programa de Saúde-temos como meta contribuir para a construção e ampliação do conhecimento e de consciência a respeito de nossas condições de saúde reprodutiva, mental e geral. Atividades em desenvolvimento – grupos de auto-ajuda; oficinas de saúde; pesquisas sobre temas ligados à saúde reprodutiva, mental e geral; produção de material pedagógico (cadernos, folhetos, cartilhas, boletins, etc.);intervenção sobre o sistema público de saúde; assessoria a grupos. Programa de Direitos Humanos e Igualdade Racial – desenvolvendo o projeto assessoria jurídica em casos de discriminação racial, com osseguintes módulos: assessoria jurídica, legislativa e de pesquisa; plantão de a tendimento.

GRUPO PELA VIDDA

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro

Data de Fundação:

Objetivos:

O Grupo Pela VIDDA é constituído basicamente por pessoas vivendo com AIDS, seus amigos e familiares. Somos voluntários trabalhando pela vida. Queremos chamar atenção para a gravidade de epidemia de AIDS, mostrando que ele pode ser evitado através de um esforço coletivo fundado na Solidariedade. Beneficiários: Portadores do HIV, parentes, amigos e população em geral. Projetos Atuais: Boletim Pela *VIDDA*, ações públicas.

GSP – GRUPO DE SAÚDE POPULAR

Cidade: Cuiabá – *Estado:* Mato Grosso
Data de Fundação: 1986
Objetivos:

Estimular a organização e fortalecimento das comunidades carentes, através de serviços de assessoria, apoio e articulação.

Beneficiários:

População carente.

IBAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* RJ
Data de Fundação: 01 de outubro de 1952
Objetivos:

A filosofia de atuação do Instituto pode ser resumida da seguinte forma: – Defesa da democracia e da cidadania através do progressivo aumento da importância dos governos locais, que são aqueles mais facilmente controláveis pelo cidadão. – Melhoria contínua dos serviços públicos prestados pelos governos locais, considerando que estes, por estarem mais próximos da população, tendem a desenvolver uma maior sensibilidade para os problemas da sociedade. – Ênfase na capacitação contínua dos recursos humanos das administrações locais, que constitui a melhor forma de fortalecer os municípios, para que estes possam ter uma participação crescente no processo de desenvolvimento nacional.

Beneficiários:

População em geral dos municípios atendidos pelo IBAM; servidores públicos dos três níveis do governo; políticos e técnicos de administração dos três níveis do governo.

Projetos Atuais:

Estão em andamento 15 projetos em diversos órgãos públicos federais, estaduais e prefeituras, sendo os mais importantes: – Fundação Nacional de Saúde; – Prefeitura Municipal de Niterói; – Desenvolvimento de metodologia para assistência e campanha de esclarecimento sobre a questão previdenciária dos servidores públicos municipais; – Desenvolvimento do Sistema Informatizado de Administração Municipal, composto de módulos diversos sobre orçamento, contabilidade, tesouraria, patrimônio, tributação, planejamento, etc. – Desenvolvimento de Base de Dados (demográficos, econômicos, sociais e administrativos) sobre os municípios brasileiros.

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS

Cidade: Rio de janeiro – *Estado:* RJ
Data de Fundação: 16 de junho de 1980
Objetivos:

Colaborar, através da socialização da informação e do conhecimento, para a construção de uma sociedade democrática.

Beneficiários:

Sindicatos, Movimentos Populares, Universidades.

Projetos Atuais:

Área de Elaboração e Consultoria Área de Comunicação: Editoria CRIA – Centro Radiofônico de Informação Alternativa CETA – Centro de Treinamento Audio-Visual Centro de Atendimento Seminário de produção e capacitação.

IBRACE – INSTITUTO BRASIL CENTRAL

Cidade: Brasília/DF
Data de Fundação: 1985
Objetivos:

O IBRACE é uma entidade civil, comunitária, sem finalidade lucrativa e tem por objetivo a promoção de atividades gerais e especificas que visem ao desenvolvimento dos aspectos culturais, científicos, educativos, cooperativos, econômicos, sociais, políticos, técnicos, espirituais, pastorais e associativos, relativos a pessoas/grupos, entidades públicas e privadas e sociais em Goiás e no Brasil. Tem os objetivos de promoção de estudos, pesquisas e assessorias, cursos, reuniões, encontros, publicações, ações em prol dos direitos humanos, pastoral ecumênica, educação e cultura populares, indigenismo e ecologia.

Beneficiárias:

Lavradores/sem terra; pequenos proprietários rurais, posseiros urbanos, estudantes e trabalhadores urbanos.

Projetos Atuais:

Atividades de assessoria e acompanhamento de assentamentos rurais do Rio Vermelho/GO. Atividades de assessoria aos índios Krahô: produção de vídeo, articulação, saúde, resgate cultural. Articulação e interligações, como a Regional Centro-Oeste do MNDDH. Movimento Nacional de Saúde Popular/ MOPS/FONEP. Programa de cursos com CPT e IFAS -Formação Política/Sindical/Popular. Programa de assessoria jurídica a sindicatos rurais e associações de pequenos produtores rurais. Programa de assessoria a Moradores de Posse Urbana /Vila Emílio Povoa. Participação em comitê de luta contra violência rural e urbana. Programa de seminários com universidades e igrejas. Atividades relativas à defesa dos Cerrados/Rios Araguaia/Tocantins

IBRADES – INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* RJ
Data de Fundação: 1969
Objetivos:

Contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e para um desenvolvimento urbano mais integral e equilibrado, à luz de valores éticos de inspiração cristã, através de estudos e pesquisas, atividades de formação, assessoria, publicações etc.

Beneficiárias:

Grupos Populares, Lideranças Sindicais, Agentes de Pastoral, elites intelectuais e empresariais.

Projetos Atuais:

Atividades de Formação Dentro dos Objetivos do Instituto: – Cursos breves – 3 a 5 dias (10 por ano). – Cursos de média duração -15 a 60 dias (2 por ano). – Cursos longos – 90 a 120 dias (1 a cada 2 anos). – Seminários para debater temas da atividade de natureza sócio-política, sócio-econômica, sócio-religiosa e ecológica. Pesquisa sobre: – Valores em jogo na Sociedade Brasileira Contemporânea: – Família e Valores. – Ecologia. – Modernidade e Cultura Brasileira. – Demografia. – Movimentos Sociais. – Ética Social. – Mulher e Desenvolvimento. – Violência.

IDAC – INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* RJ
Data de Fundação: 1980
Objetivos:

Construção da democracia e da cidadania e enfrentamento da pobreza, violência e marginalização social pela: promoção de processos de educação e organização popular; capacitação de quadros populares para a gestão democrática da sociedade; experimentação de propostas alternativas de participação e desenvolvimento; enfrentamento das grandes questões nacionais; redefinição das pautas de cooperação internacional.

Beneficiários:

Mulheres, crianças, jovens, moradores de favela, bairros de periferia (Zona Oeste), operários de construção civil e empregadas domésticas, professores da escola pública e profissionais da rede pública de saúde.

Projetos Atuais:

Projetos com mulheres: sexualidade, saúde e violência; Projetos com crianças e jovens: melhoria da qualidade de ensino na escola pública; amparo e proteção aos "meninos de rua"; Projetos de desenvolvimento comunitário: capacitação de quadros para a melhoria da vida cotidiana e democratização de questão urbana; Projetos com trabalhadores: educação e organização dos operários de construção civil e das empregadas domésticas; Pesquisa sobre revisão crítica do paradigma da educação popular; Projeto rádio a serviço da comunicação popular; Projeto "Terra e Democracia".

IDACO – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro

Data de Fundação: 16 de novembro de 1988

Beneficiários:

Assentados das áreas de reforma agrária, pequenos produtores e suas associações, sindicalistas e sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, populações faveladas e de baixa renda, comunidades rurais e urbanas.

Projetos Atuais:

Agricultura e questão agrária: Esse programa assessora e capacita na produção agrícola; discute e assessora em tecnologias adaptadas; forma e ajuda a organização para comercialização dos produtores agrícolas e apóia organizações de luta pelo tema e pela reforma agrária dando especial ênfase às áreas de assentamento. Movimentos Populares – assessoria e acompanhamento da CEAR-RJ – Comissão Estadual de Assentamentos Rurais do Rio de Janeiro. Assessoria à CUT – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais e CUR-RJ, Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais. Assessoria ao movimento pelo pavilhão 30 da CEASA para pequenos produtores. Meio Ambiente – eletrificação rural e urbana por mini-centrais hidroelétricas. Recuperação da Mata Atlântica; Educação Ambiental; Implantação de Unidade Modelo de agricultura orgânica. Forum-RJ e Nacional para Eco 92. Centro de Formação-pesquisas-comunicação-produção de livros, jornais e revistas, vídeos e programas de rádio – relações internacionais

IDEC – INSTITUTO DE ESTUDOS DA CIDADANIA

Cidade: – Estado:

Data de Fundação: 1990

Objetivos:

Contribuir para a democratização da sociedade brasileira através da produção de conhecimentos científicos, técnicos e culturais Que fortaleçam a atuação da sociedade civil e do estado na promoção da justiça e da cidadania.

Beneficiários:

Entidades da sociedade civil.

IEA – INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS

Cidade: Curitiba – *Estado:* Paraná
Data de Fundação: 1986
Objetivos:

Assessorar os movimentos sociais na região Amazônica.

Beneficiários:

Comunidades locais, seringueiros, etc...

IED – INSTITUTO DE ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de Fundação: 1989
Objetivos:

O objetivo do IED é contribuir para a viabilização de propostas que compatibilizem o desenvolvimento com a proteção ambiental e a melhoria das condições de vida das populações envolvidas. O Instituto de Ecologia e Desenvolvimento se propõe a trabalhar as relações entre o atendimento a demandas sociais e as necessidades de preservação do meio-ambiente. Desenvolvimento e ecologia, teoria e prática, informação e mobilização, tecnologia e política, consciência e luta, trabalho e prazer são objetivos e meios, pares contraditórios e complementares daquilo que pretendemos promover.

Beneficiários:

Associações comunitárias, sindicais, entidades da sociedade civil e principalmente aqueles que tenham atividades com seu objetivo.

Projetos Atuais:

Manual de reflorestamento urbano da cidade do Rio de janeiro. Desenvolvimento e metodologia de reflorestamento urbano de interesse social – Morro da Formiga – Rio de janeiro.

IFAS – INSTITUTO DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA SINDICAL SEBASTIÃO ROSA DA PAZ

Cidade: Goiânia – *Estado:* Goiás
Data de Fundação: 18 de outubro de 1985
Objetivos:

Assessorar lideranças do movimento popular e sindical no tocante à sua organização. Preparar cursos e seminários com vistas a capacitar lideranças à formulação de propostas e políticas de trabalho local e regional. Esse trabalho deformação tem como princípio básico a continuidade e o acompanhamento das lideranças visando mensurar os resultados dos trabalhos. Promover estudos. pesquisas, diagnósticos de interesse do movimento sindical e popular, bem como produzir, reproduzir e multiplicar artigos, ensaios e documentos que contribuam para elevar o nível de informação e conhecimento dos trabalhadores. Manter intercâmbio e colaborar com entidades afins e lutar pela democracia e justiça social.

Beneficiários:

Pequenos agricultores de Ceres, Itajuauí, Itapuranga. Assalariados rurais do Município de Rubiataba (canavieiros). Professores de rede pública, base estadual. Previdencíários de rede pública, base Goiás e Tocantis.

Projetos Atuais:

Projeto Integrado de Formação com STRs de pequenos proprietários. Projeto de Formação dos assalariados rurais – Estado de Goiás. Projeto de Formação no Tocantis (convênio CPT e FETAET). Projeto de Formação Sindicalismo Urbano (com professores e previ denciários). Projeto de Conjunto de Formação (convênio com CPT-GO e IBRACE). Pesquisa sobre economia – Goiânia anos 70-90 (em implantação). Assessoria ao Movimento Popular (sendo reavaliado). Assessoria ao dept° dos trabalhadores rurais da CUT-GO.

INAP – INSTITUTO DE AÇÃO POPULAR

Cidade: Vila Velha – *Estado:* Espírito Santo
Data de Fundação: 1984
Objetivos:

Apoiar e assessorar os movimentos populares com relação às suas necessidades no sentido de promover a cultura e a educação popular. Desenvolver atividades de caráter educacional, científico e cultural na linha da assessoria, pesquisa, estudos, cursos, seminários e encontros. Assessorar os movimentos populares no sentido de organização de suas entidades e eventos.

Beneficiários:

Lideranças de movimentos populares, sindicalistas, agentes de pastorais, nas quatro dioceses do Espírito Santo. Lideranças de federações municipais e estadual, militantes de direitos humanos.

Projetos Atuais:

Projeto de Comunicação Popular – assessoria em jornais de bairros, rádio popular. Projeto de Educação Alternativa – cursos e seminários para lideranças populares e militantes de direitos humanos e pastorais sociais. . Assessoria a Associação de Produtores do estado – formação e acompanhamento. Projeto de Formação Política com cursos e seminários para: pastorais sociais, movimentos populares, sindicato de professores.

INARAB – INSTITUTO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Cidade: Nova Iguaçu – *Estado:* Rio de janeiro
Data de Fundação: 1984
Objetivos:

Mobilizar e articular os adeptos das religiões Afro-Brasileiras em busca da unidade política nacional dos mesmos.

Beneficiários:

População negra.

Projetos Atuais:

A visão ecológica da cultura negra.

INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Cidade: Brasília – *Estado:* Distrito Federal
Data de Fundação: 1979
Objetivos:

Desenvolver atividades de assessoramento a parlamentares no Congresso Nacional, visando a elaboração de políticas públicas que favoreçam a consolidação democrática no Brasil e que sejam compatíveis com as propostas da sociedade civil democrática organizada.

Beneficiários:

índios, menores, negros e sem terra.

Projetos Atuais:

Programa na área indígena, na área de direitos humanos, individuais e coletivos, na área de questão agrícola e agrária, na área da dívida externa.

INSTITUTO DE DIVULGAÇÃO DA AMAZÔNIA

Cidade: Belém – *Estado:* Pará

Data de Fundação: 1989

Objetivos:

Desenvolver atividades referentes ao estudo, assessoria, pesquisa e divulgação dos fatos Amazônicos.

Beneficiários:

Região Amazônica

INSTITUTO EQUATORIAL DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Cidade: Fortaleza – *Estado:* Ceará

Data de Fundação: 18 de novembro de 1990

Objetivos:

O Equatorial é uma sociedade civil, sem fins lucrativos nem vinculação partidária, destinada a atuar como organização não governamental intermediária nas áreas de ação cultural e de assessoria e consultoria de natureza econômica e social aos movimentos e instituições representativas da sociedade. Com sede em Fortaleza, o seu objetivo principal é contribuir para elevar o nível de democratização da vida social e o nível de participação ativa dos cidadãos através da democratização da informação de natureza sócio-econômica, política e cultural, de âmbito local, regional, e nacional. Para a realização desse objetivo, o Equatorial organiza cursos, debates, seminários, grupos de discussão, realiza pesquisas e estudos, presta assessoria, elabora e implanta projetos indiretamente relacionados com as políticas públicas. Faz parte das diretrizes deste Instituto desenvolver trabalhos sempre que possível deforma articulada com outras instituições, objetivando a troca de conhecimentos e informações e a salutar economia de esforços, evitando-se o paralelismo e duplicação de ações.

Beneficiários:

Sociedade civil de um modo geral, especialmente trabalhadores, estudantes, classe média e segmentos de atuação política e formadores de opinião.

Projetos Atuais:

Projeto de Preservação e Conservação da Serra do Baturité. Acompanhamento da Guerra do Golfo (notícias de jornais). Projeto Icapuí (assentamento de 100 famílias da Comunidade de Belém, Icapuí. Projeto de Informatização do Equatorial. Projeto PRORENDA (análise da PNEA). Projeto da Democratização da Informação Farmacológica, Grupo de Prevenção ao uso indevido de medicamentos – GPUIM. Projeto de Constituição da Fundação de Apoio aos Pequenos Empreendimentos. Coordenação do II Seminário sobre o Homem e a Seca do Nordeste, da CNBB. Estudos com base na PNAD sobre a situação do Ceará em comparação com a do Nordeste e a do Brasil, nos últimos 10 anos. Estudos dos indicadores do desenvolvimento e da desigualdade comparando-se o Brasil com vários países do 3° Mundo, como Chile, Costa Rica, Costa do Marfim, etc.

IPEN – INSTITUTO DE PESQUISA DAS CULTURAS NEGRAS

Cidade: Rio de janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de Fundação: 08 de julho de 1975
Objetivos:

Luta de combate ao racismo, luta pelos direitos humanos, reconstrução de dignidade dos afro-brasileiros, formação de quadros, melhoria da qualidade de vida. O IPCN ao longo de sua existência vem lutando por estes direitos e contra a idiologia do racismo como uma das questões prioritárias da nossa sociedade, visto que não podemos fazer qualquer reflexão social se não levarmos em conta o testamento diferenciado que é imposto aos descendentes de africanos no Brasil. Nenhum modelo de desenvolvimento pode ser pensado sem trabalharmos as questões da democracia racial.

Beneficiários:

Populações de baixa renda.

Projetos Atuais:

Programa de formação de quadros na área administrativa. Tem como objetivo a formação de militantes na área de serviços administrativas (secretaria, financeira, contabilidade e serviços gerais). Programa de direitos civis – SOS Racismo. Programa de defesa das vítimas do racismo e dos direitos humanos violados. Tem também o objetivo de formar a especialidade de direito étnico para os advogados.

ISER – INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de Fundação: 26 de junho de 1970
Objetivos:

Estabelecimento de novas linhas de Solidariedade, buscando vincular "modernidade" e "tradição", construindo pontes entre a cidadania e a marginalidade crescente, abrindo espaço para a diversidade das culturas e afirmando a multiplicidade dos vínculos e das soluções possíveis.

Beneficiárias:

Agentes sociais de organizações populares, doentes e portadores do HIV, prostitutas, travestis, crianças de rua, etc.

Projetos Atuais:

Assessoria às organizações de base. Mulher e Teologia. Apoio Religioso Contra a AIDS. Projeto Direitos Humanos em Cadeia. Projeto Negritude Brasileira. Projeto Evangélicos no Brasil Núcleo de Pesquisas Núcleo de Documentação e Informação.

MOC – MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Cidade: Feira de Santana – *Estado:* Bahia
Data de Fundação: 31 de julho de 1970 .
Objetivos:

Assessoria e acompanhamento ao movimento popular na micro-região de Feira de Santana, atuando através de grupos informais e formais (sindicatos, associações, etc.) no sentido de fazer surgir e fortalecer a organização da população, para que se possa atuar como sujeito de transformação na construção de um mundo mais justo e igualitário. Contribuir, de forma efetiva, para a melhoria das condições de vida da população, permitindo condições de permanência no campo, viabilização da pequena produção, melhoria na comercialização dos pequenos

produtores, incentivando propostas produtivas etc., num processo a ser trabalhado em conjunto com o primeiro objetivo.

Beneficiários:

Pequenos agricultores, agricultores sem terra, moradores da periferia da cidade.

Projetos Atuais:

Programa agrícola, projetos produtivos, alfabetização de jovens e adultos, saúde comunitária, assessoria e acompanhamento.

NEOM – NÚCLEO DE ESTUDOS E ORGANIZAÇÃO DA MULHER

Cidade: Cuiabá – *Estado:* Mato Grosso

Data de Fundação: 1988

Objetivos:

Implantar uma rede de articulação de mulheres para avanço no conhecimento e implementação de ações comuns em defesa dos direitos da mulher.

Beneficiários:

Mulheres.

NEV – NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo

Data de Fundação: 21 de setembro de 1990

Objetivos:

O principal objetivo do Núcleo é o de se constituir em um centro de pesquisa autônomo voltado para: estudar o problema da violência; fornecer dados e informações; realizar pesquisas interdisciplinares; produzir propostas de políticas relevantes à discussão no processo de transição para a democracia. Outro objetivo do Núcleo é a promoção dos direitos humanos e a denúncia de suas violações.

Beneficiárias:

Vítimas de violações de direitos humanos, crianças e internas de instituições, crianças de rua, trabalhadores rurais, comunidade negra.

Projetos Atuais:

Projeto de Pesquisa: – Continuidade autoritária e construção da democracia (projetos integrados). – Violência contra meninos de rua do Estado de São Paulo (em convênio com a CBIA). – Violência rural. – Banco de dados sobre violência. – Campanha nacional contra pena de morte.

NOVA – NOVA, PESQUISA, ASSESSORAMENTO E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de janeiro

Data de Fundação: 1973

Objetivos:

Desenvolver e consolidar atitudes e padrões de atuação social que viabilizem uma sociedade igualitária e solidária. Para isso, desenvolver seu trabalho junto a diferentes grupos, privilegiando as camadas populares, reforçando ou questionando o seu modo de pensar, sentir e agir. Promover, assim, a produção e apropriação de um conhecimento que amplie e fortaleça a capacidade dos grupos de discernir, discutir e tomar iniciativas em relação à sua inserção e participação na construção de uma nova sociedade.

Beneficiárias:

Pequenos produtores, trabalhadores sem terra, trabalhadores da cidade, alfabetizandos, empregadas domésticas, meninos de rua, povo de rua, papeleiros, pescadores, empregados de construção civil e outros.

Projetos Atuais:

A atuação da Nova se caracteriza pela multiplicidade: - realiza-se em diferentes regiões do país (Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). – abrange trabalhos diversificados (alfabetização de adultos, aprendizagem profissional, trabalhos de organização comunitária, iniciativas de produção econômica alternativa, trabalhos de pastoral, de saúde etc.). – inclui a participação de diferentes segmentos sociais (pequenos produtores e assalariados rurais, trabalhadores urbanos de diferentes categorias, grupos de mulheres de áreas rurais e urbanas, artesãos, agentes de pastoral, de saúde e outros). Atividades: assessorias, encontros, seminários, pesquisas, publicações.

OPALA – OPERAÇÃO ANCHIETA

Cidade: Cuiabá – *Estado:* Mato Grosso

Data de Fundação:

Objetivos:

Desenvolver projetos de trabalho junto a comunidades indígenas e/ou preparação e engajamento de novos indigenistas.

Beneficiárias:

Povos indígenas.

PACS – INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro

Data de Fundação: junho de 1988.

Objetivos:

Desenvolver atividades de educação popular junto a (ou em associação com) organizações sociais de trabalhadores, populares, ecumênicas, universitárias e governamentais nos campos sócio-econômico, político, cultural, educativo e metodológico. Prestar assessoria a essas organizações, inclusive sob a forma de convênios de colaboração, em atividades de capacitação, pesquisa participativa, avaliação, planejamento e auto-gestão. Desenvolver atividades de pesquisa econômica, política, cultural, didática e metodológica sobre as estruturas e estratégias dos grupos econômicos nacionais e transnacionais seguindo uma metodologia participativa e visando a elaboração de políticas alternativas. Introduzir os resultados das pesquisas junto às organizações acima mencionadas, assim como no debate nacional e regional através de publicações, conferências, seminários e cursos.

Beneficiárias:

Sindicatos, CPF, OAB, PO, ONGs, CUT.

Projetos Atuais:

Estado, privatizações, e convenções da linhas externa – atualização dos estudos de casos sobre os processos de privatização das empresas Acesita, Mafersa, Cobra. Transformações do Estado -a redefinição das relações entre Hemisférios e dos impactos desses fenômeno sobre o Terceiro Mundo, e em particular o Cone Sul. Transformações globais: O colapso dos Socialismos Nominais – estudo crítico das transformações ocorridas na Europa Ocidental e na Nicarágua, e em processo com outros países de economia centralmente planejadas. Presente e futuro da

Indústria Bélica Brasileira – radiografia completa da indústria de armamentos no Brasil, sua origem, fatores que condicionaram a sua evolução, perspectivas e tendências.

PATAC – PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO DA TÉCNICA ADAPTADORA NAS COMUNIDADES

Cidade: Campina Grande – *Estado:* Paraíba
Data de Fundação: 31 de janeiro 1970
Objetivos:

A partir da compreensão da realidade social e política das comunidades urbanas e rurais, contribuir para o movimento popular de forma reiterativa com outras instituições, buscando aplicar as tecnologias apropriadas às necessidades do povo, visando apoiá-lo nos processos da conscientização, libertação da vida e sociedade.

Beneficiários:

Agricultores, técnicos, estagiários, visitantes.

Projetos Atuais:

Acompanhamos 3 assentamentos de agricultores, despertando-os para a aplicação de técnicas que estão ao alcance e em harmonia com a natureza. Assessoramos ONGs, principalmente na área técnica. Mantemos atividades nas sedes da entidade para pesquisas e como demonstração para os que nos visitam. Recebemos visitas de estagiários e técnicos. Publicamos as técnicas testadas na sede afim de servir para outros grupos ou pessoas. Publicamos um jornalzinho 4 a 6 vezes por ano que serve de porta-voz para as pessoas com quem trabalhamos nos assentamentos. Cada ano publicamos um almanaque ou um calendário. Temos um centro de documentação e respondemos as cartas que recebemos. Trabalhamos em serigrafia para publicações em número menor.

POLIS – INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de Fundação: 06 de junho de 1987
Objetivas:

Reflexão sobre o urbano e a intervenção no espaço público das cidades visando contribuir para a radicalização da democracia, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação dos direitos de cidadania. Seus objetivos específicos são: Realizar estudos e diagnósticos nas múltiplas dimensões da questão urbana. Constituir-se em um canal permanente de divulgação e socialização de informações. Contribuir para a formação e capacitação de lideranças populares, técnicos do poder público, assessores parlamentares e de movimentos. Prestar assessoria junto a entidades e movimentos populares, ONGs, prefeituras e orgãos formadores de políticas sociais.

Beneficiários:

Poder municipal, lideranças dos movimentos populares e entidades populares, ONGs e entidades de assessorias dos movimentos populares urbanos, vereadores de partidos progressistas e assessorias parlamentares, pesquisadores da questão urbana. Projetos Atuais: Reforma Urbana. Meio Ambiente. Núcleo de Gestão Municipal.

PROTER – PROGRAMA DA TERRA – ASSESSORIA, PESQUISA E EDUCAÇÃO POPULAR NO MEIO RURAL

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de Fundação: 1990

Objetivos:

Patrocinar cursos de capacitação para trabalhadores, técnicos, militantes e lideranças do meio rural, produzir materiais didáticos, científicos e de comunicação popular. Promover e estimular a realização de pesquisas, prestar assessorias e consultorias para sindicatos, cooperativas, orgãos públicos, entidades religiosas e trabalhadores rurais. Contribuir para que os trabalhadores rurais sejam os principais sujeitos de sua luta por melhores condições de existência.

Beneficiários:

Trabalhadores rurais (pequenos produtores e assentados), técnicos, lideranças e dirigentes de organizações, etc...

Projetos Atuais:

Projeto Alta Araraquense: Educação Popular: capacitação e assistência junto a pequenos produtores agrícolas e de 15 comunidades. Trabalho com cerca de duzentas mulheres com temas tratando de saúde, situação da mulher pequena produtora, fontes alternativas de renda. Experimentos de tecnologia alternativas. Realização de um diagnóstico dos problemas dos pequenos produtores. Assessoria sindical e associativa. Outras Atividades: Assessoria técnica e econômica a organização de produtos nas áreas de comercialização e de projetos de financiamento. Assessoria sindical (Departamento Nacional e Departamento Estadual dos produtores rurais da CUT). Produção de audiovisuais e de materiais pedagógicos.

REDE MULHER

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo

Data de Fundação: 1983

Objetivos:

Educação popular feminista: formação, pesquisa, comunicação, assessoria a grupos de mulheres.

Beneficiárias:

Grupos sociais dos setores populares, fundamentalmente grupos de mulheres.

Projetos Atuais:

Projetos institucionais-manutenção de infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento das atividades que se fazem necessárias para as áreas de: formação, pesquisa e comunicação. Projeto "Pesquisa Educação – organização das mulheres construindo uma nova sociedade". Projeto "Comunicação Popular com Mulheres" – produção de um boletim informativo mensal e cadernos com temas específicos. Projeto "Medidas de Educação Complementar para Diretrizes de Grupos de Mulheres no Brasil" para a realização de seminários, oficinas e/ou cursos. Um projeto "Educação e Formação dos Grupos de Mulheres dos Setores Populares do brasil".

REDEH – REDE DE DEFESA DA ESPÉCIE HUMANA

Cidade: Rio de Janeiro – *Estado:* Rio de janeiro

Data de Fundação: novembro de 1990

Objetivos:

REDEH surgiu da necessidade de sistematizar um trabalho que começou informalmente com mulheres que se preocupavam e atuavam na área de saúde e procriação. O objetivo foi estabelecer um fluxo constante de informações entre o núcleo organizador e os diversos grupos que trabalham com este temas no Brasil e em outros países da América Latina.

Beneficiários:

Grupos de Mulheres e ambientalistas.

SAPÉ – SERVIÇO DE APOIO À PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Cidade: Rio de janeiro – *Estado:* Rio de janeiro
Data de Fundação: 13 de agosto de 1987
Objetivos:

Contribuir para que os participantes das práticas de educação popular aprofundem a sua capacidade de analisar, criticar e dinamizar os seus trabalhos, as suas maneiras de pensa-las e de instituí-las, os seus propósitos em relação às mesmas. Favorecer ou reforçar redes de relacionamento entre os participantes de práticas semelhantes ou afins. Tendo isso em vista, fortalecer a criatividade cultural das camadas populares, o seu saber e a sua vontade, pessoal e coletiva, de construir uma proposta alternativa de vida social.

Beneficiários:

Agentes de base ou agentes locais. Diversos segmentos sociais, urbanos e rurais.

Projetos Atuais:

Pesquisa e documentação – confronto de sistemas de conhecimento na educação popular. Assessoria e outras parcerias. Produção e/ou divulgação de material.

SASOP-PTA – SERVIÇO DE ASSESSORIA A ORGANIZAÇÕES POPULARES RURAIS – PTA

Cidade: Salvador – *Estado:* Bahia
Data de Fundação: 10 de janeiro de 1990
Objetivas:

Contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento agrícola alternativo e sustentável nos aspectos sócioeconômicos, culturais e ambientais. Atuar na área da produção agrícola nos aspectos tecnológicos, organizativos, políticos, econômicos e agrocológicos junto as organizações de pequenos produtores (sindicatos, associações e cooperativas) entidades de assessoria, pastorais e técnicos.

Beneficiárias:

Pequenos produtores rurais.

Projetos Atuais:

Formação e capacitação em tecnologias alternativa na agricultura. Assessoria a órgãos de classe.

SEDUP – SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Cidade: Guarabira – *Estado:* Paraiba
Data de Fundação: 1981
Objetivos:

O SEDUP concebe a educação popular como um processo que tem seu movimento privilegiado na análise da realidade corrente, no planejamento e avaliação/ação. Segundo essa concepção, a intervenção dos profissionaiseducadores, membros da equipe do SEDUP, junto aos grupos de educação popular situa-se principalmente nesses momentos, utilizando como instrumento principal de seu trabalho a pergunta; a pergunta lançada na discussão coletiva e que procura orientar os olhares para os fatos significativos e as relações entre eles, suscitar a dúvida, passar além das aparências da realidade, atingir um nível de abstração que permita apropriar-se de conceitos claros, e identificar todos os aspectos da realidade sobre os quais é preciso agir e as condições necessárias para uma ação eficaz.

Beneficiários:

Grupos de Base e Lideranças.

Projetos Atuais:

Cursos de formação de base – formação e capacitação de grupos que já estão engajados num processo de luta e organização. Conteúdo: sindicalismo, a lei e os direitos.

SMDDH – SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Cidade: São Luís – *Estado:* Maranhão
Data de Fundação: 10 de setembro de 1979
Objetivos:

Defender os direitos essenciais da pessoa humana. Denunciar e combater as formas de violação dos Direitos Humanos, individuais ou coletivos. Promover atividades educativas sobre os direitos básicos, individuais, ou coletivos dos cidadãos. Divulgar os direitos individuais ou coletivos inerentes à pessoa humana, inclusive os previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Federal do Brasil e nas Leis Ordinárias do País. Prestar orientação aos movimentos que defendem os direitos humanos. Criar condições e mecanismos para que os cidadãos reconheçam e resistam na defesa dos seus direitos.

Beneficiários:

Trabalhadores rurais, posseiros, sem terra, mulheres rurais.

Projetos Atuais:

Projeto de Assessoria jurídica a Comunidades Rurais. Projeto Babaçu. Projeto Vida de Negro.

SOLIDARIEDADE FRANÇA-BRASIL

Cidade: Rio de janeiro – *Estado:* Rio de Janeiro
Data de fundação: 1986
Objetivos:

Atender às demandas provinientes de comunidades brasileiras carentes.

Beneficiários:

Grupos ou bairros sem recursos.

SOS-CORPO -GRUPO DE SAÚDE DA MULHER

Cidade: Recife – *Estado:* Pernambuco
Data de Fundação: 15 de março de 1982
Objetivos:

Promoção da cidadania feminina e da transformação das relações de gêneros na perspectiva de construção mais ampla de uma sociedade democrática. O campo básico de atuação são a saúde do corpo da mulher e direitos reprodutivos. Objetivos específicos: – Fortalecimento das organizações de mulheres em especial do meio popular. – Inserção das problemáticas de gênero nas agendas das ONGs nacionais e internacionais. – Interferir na definição das políticas públicas e no conteúdo e implementação das políticas sociais, sobretudo na área de saúde e direitos dos cidadãos /cidadãs. – Transformação das representações sociais sobre o "feminino".

Beneficiários:

Mulheres (periferia urbana, trabalhadores rurais), profissionais de saúde, lideranças sindicais, urbanas e rurais, profissionais de ONGs, estudantes universitários.

Projetos Atuais:

Atividades Gerais: produção de conhecimento, educação, ação política. *Atividades Específicas:* formação de recursos humanos para trabalhos com mulheres nas comunidades, ou serviços

públicos; informação na área de saúde do corpo da mulher e reprodução; assessoria a grupo de mulheres; elaboração e difusão de técnica pedagógica; produção de material educativo: vídeos, cartilhas, slides. *Ação Política:* organização de campanhas; acompanhamento de atuação legislativa e do executivo; interferência na mídia: jornais, rádios, televisão; participação no movimento de mulheres. *Produção de Conhecimento:* pesquisas, textos teóricos, livros.

SOS-MATA ATLÂNTICA

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de Fundação: 06 de março de 1987
Objetivos:

Difundir os remanescentes florestais da Mata Atlântica e ambientes associados como manguezais e restingas, valorizar a identidade física e cultural das comunidades humanas que habitam essas áreas e preservar o rico patrimônio natural, histórico e cultural existentes, numa perspectiva de desenvolvimento sustentado.

Beneficiários:

Professores e estudantes da rede de ensino escolar do Munícipio de Iguapí e Cananéia, Comunidade da Região e Comunidades Caiçaras.

SPDDH – SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Cidade: Belém – *Estado*: Pará
Data de Fundação: 8 de agosto de 1977
Objetivos:

A defesa intransigente dos Direitos Humanos, em qualquer tempo e lugar, sejam as violações de caráter social, racial, social, político-ideológico, ambiental ou econômico. Desenvolver mecanismos e formas de difusão das experiências e reflexões da defesa dos direitos humanos que se realizam nos movimentos populares. Promover a capacitação, formação e treinamento a estudantes universitários que se disponham a prestar seu saber e trabalho às organizações populares. Defender, reprimir ou impedir danos ao meio ambiente, a bens e direitos da sociedade. Estimulo, sob todas as formas, à criação e desenvolvimento de um novo pensamento que respeite a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Beneficiários:

Trabalhadores rurais, moradores de periferia de Belém, nações indígenas.

Projetos Atuais:

A SPDDH tem três prioridades: violência urbana, rural, ambiental. Os nossos projetos em andamento desenvolvem projetos nessa área. Na violência urbana – trabalhamos com a violência cometida pelo Estado, ou seja, a violência policial. Na área rural – prestamos assessoria a sindicatos dos trabalhadores rurais da região do Marabá. Como a questão agrária (que de forma direta ou indireta influencia a violência urbana/no Pará) está ligada à questão ambiental, desenvolvemos trabalho de assessoria ao tema. Como atuamos na esfera administrativa ou de justiça quando o problema exije, por termos advogados nos quadros da entidade, tal ação é a mais soiicitada.lambém atuamos na assessoria a questões indígenas – caso Gumião da Montanha e Aikewar) em conjunto com outras entidades.

SPEP – SEMINÁRIO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO POPULAR (FIDENE)

Cidade: Ijuí- *Estado:* Rio Grande do Sul

Data de Fundação: 07 de julho de 1969
Objetivos:

Geral: – Trabalhar o conhecimento coletivamente, enquanto produção, recuperação, reelaboração e difusão. *Específico:* – Formação de educadores populares; intercâmbio e sistematização de experiências e pesquisas; – Aprofundamento de questões técnicas e práticas; produção e difusão de material de apoio; – Assessoria aos movimentos sociais e instituições ligadas à educação popular. Estratégicos: – Contribuir para o fortalecimento da organização autônoma e democratização interna dos movimentos sociais; – Incentivara articulação entre movimentos e instituições de assessoria e demais setores organizados da sociedade civil; – Ajudar a aclarar o projeto político dos coletivos integrantes; – Contribuir para a construção de um projeto comum ao campo popular.

Beneficiários:

Movimentos sociais: sem terra, sindical, rural, barragens, mulheres, indígenas, urbano.

Projetos Atuais:

Seminários: – Eixo temático 91 /93 (reúne todos os movimentos sociais e assessorias). – Integração regional. Projeto do campo popular e democracia. Seminários setoriais: – Trabalha os eixos na Ética de cada M.S. dando ênfase na produção de conhecimentos. Cursos de capacitação: – Dar subsídios a seminários, em temas específicos, de acordo com as necessidades do Movimento Social. Assessora: – Na ótica da capacitação para a auto-determinação dos grupos. Ex.: trabalhos com assentamentos. Pesquisa: – Nas modalidades de Pesquisa Participante. Produção de material: – Cartilhas, textos, vídeo.

TAPS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Cidade: São Paulo – *Estado:* São Paulo
Data de Fundação: 1976
Objetivos:

A TAPS é um centro de estudos, pesquisas, informação e treinamento que tem os seguintes objetivos: – reunir informações sobre recuperação e preservação da saúde. – elaborar e difundir textos sobre diversos aspectos da saúde. – desenvolver material didático para educação em saúde e treinamento de agentes de saúde. – promover cursos e encontros. – oferecer orientação a interessados em atenção primária e medicina integral.

Beneficiários:

Todos os grupos e todas as pessoas interessadas na promoção da saúde.

Projetos Atuais:

Publicação trimestral do boletim ComTAPS – na busca de um enfoque integral na atenção primária. Elaboração de um manual para o programa popular em saúde mental para mulheres. Elaboração de uma série de *slides* sobre reabilitação nutricional com farelo. Elaboração de fitas K-7 e jogos com informações sobre as doenças da civilização. Publicação de folhetos sobre agricultura. Palestras e debates sobre a AIDS. Palestras e debates sobre alimentação. Revisão do manual *Aprendendo e Ensinando a Cuidar da Saúde* e da série de *slides* sobre a terapia de Rehidratação Oral.

UNIPOP – UNIVERSIDADE POPULAR

Cidade: Belém – *Estado:* Pará
Data de Fundação: 01 de fevereiro de 1989
Objetivos:

Contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade brasileira, sobre o sistema económico, sobre a problemática social, com a perspectiva de municiar o movimento sindical, popular, urbano e camponês com instrumentos que tornem suas lutas mais eficientes, através da capacitação de suas lideranças, elevando seu nível de consciência política para lutarem contra as precárias condições de existência, numa perspectiva de transformação da sociedade, a partir da ótica dos oprimidos.

Beneficiários:

Sindicatos, organizações do movimento popular e grupos ecumênicos. Grupo social dos trabalhadores.

Projetos Atuais:

Curso básico de formação sócio-política. Cursos específicos: Como fazer análise de conjuntura; Concepção, prática e estrutura sindical; Formação cultural do povo brasileiro. Oficina de recursos didáticos alternativos, teatro dos oprimidos, arte na rua, porão cultural. Seminários permanentes: mulher brasileira, ecologia, cidadania e democracia. Atividades ecumênicas: A Bíblia na perspectiva dos protestantes; O imaginário popular; Censo ecumênico de teologia popular; Seminários cristãos e marxistas. Capacitação interna, publicação trimestral da Revista Cuíra.

MANEI – CENTRO MANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR

Cidade: Lages – *Estado:* Santa Catarina
Data de Fundação: 20 de junho de 1988
Objetivos:

Centro Vianei de Educação: uma prática de educação popular e tecnologia alternativa.

Beneficiários:

Pequenos produtores agrícolas, trabalhadores rurais permanentes, temporários, bóias-frias, meeiros, assalariados do campo em geral. Movimentos e organizações sociais populares, associação de pequenos agricultores e sindicatos de trabalhadores rurais. Projetos Atuais: Programa Rural de Formação e Assessoria. Programa de Crédito de Fundo Rotativo. Programa de Capital de Giro para Associações da Região. Projetos Núcleos de Comercialização. Projeto Pixurum de Comunicação. Programa de Educação Formal para professores (capacitação) e curso de pós-graduação em educação e movimentos sociais.

ANEXO II

Algumas datas e referências significativas quanto à criação do campo das Ongs

1984/1985 – Ampliam-se os contatos com ONGs latino-ameri-canas, principalmente dos países andinos; em 1984, visita de Mario Padrón ao Brasil a convite da FASE; ("descoberta" da categoria ONG, como afirma um diretor de entidade).

1986 – Encontro Nacional dos Centros de Promoção brasileiros (promovido por CENPLA, FASE e IBASE): discussão sobre o papel das ONGs em relação à democracia.

1987 – Reunião de diretores de ONGs latino-americanas no chamado "Grupo Fazenda".

1987 – Criação do "Forum Rio", onde algumas entidades se reúnem periodicamente.

1987 – Curso Taller Gestión y Políticas Institucionales para ONGD de América Latina, no Rio de Janeiro.

1988 – Primeira reunião da Plataforma de Contrapartes de NOVIB no Brasil; constituiu um marco na reflexão das ONGs sobre o seu papel na cooperação internacional, segundo concepções correntes entre as "ONGs". Nessa reunião afirma-se explicitamente uma identidade comum com outras ONGs, acima da condição particular de CPs da NOVIB.

1988 – Primeiro Seminário sobre relações entre ONGs e Estado, no Brasil e na Alemanha (EZE e suas CPs brasileiras, a saber, CESE, CEDI, FASE, IBASE, IECLB: aqui os participantes foram chamados a refletir sobre o seu papel especifico como ONG para se posicionarem face ao Estado)

1989 – Criam-se outros "Foruns Regionais" de ONGs, como o do Nordeste e posteriormente o de São Paulo.

1989/1990 – Novas reuniões do "Grupo Fazenda"; reunião de ONGs latino-americanas em Bruxelas com ONGs do Norte.

1989, 1990, 1991, 1992 – Outras reuniões da Plataforma NOVIB; na reunião de 1989, sem a presença de NOVIB discutiram-se os novos "desafios" da cooperação internacional, e questões como a do financiamento direto das ONGs pelos governos do Norte.

1989 – Consulta de ICCO com suas Contrapartes no Brasil; na época começaram a se amiudar as iniciativas de várias agências no sentido da participação de suas CPs na definição de políticas. O impacto dessas consultas foi, no mínimo, como é geralmente afirmado entre agentes envolvidos, o de reforçar o auto-reconheci-mento como atores políticos na cooperação internacional, o que remetia ao uso dessa denominação de trânsito internacional;

1990 – Avaliação do programa de ICCO no Brasil (pelo governo holandês, com apoio da CUT, CESE, CEDI e FASE): mais um episódio que contribuiu para a "politização" das relações de cooperação internacional do ponto de vista das ONGs brasileiras.

1990/1991 – A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), sob o estímulo do PNUD, começa a buscar um diálogo com as ONGs brasileiras; realiza-se um seminário conjunto no quadro do projeto ALTERNEX, levado a cabo pelo IBASE.

1990 – Advento de Collor, que as ONGs diagnosticaram, em seus debates, como uma situação de "alto risco". Bloqueio dos recursos das ONGs.

1990/1991 – Em abril /maio de 1990 começa a discussão sobre a criação da ABONG, sob o impacto imediato das medidas do governo Collor e da percepção do vazio do reconhecimento e expressão pública das ONGs.

1990 (maio) – Criação, em São Paulo, do "Fórum de ONGs Brasileiras" preparatório à Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento". (Observe-se que em maio, só o CEDI esteve presente, dentre as ONGs mais destacadas no campo da ABONG).

1991 – Primeiro Encontro Internacional de ONGs promovido por oito ONGs brasileiras com apoio do PNUD.

1991 (10 de agosto) – Assembléia de fundação da ABONG.

Digitalização (OCR), Revisão e Editoração:
Ricardo Paes (rpaes@lycos.com)
(21) 2572-9788 e 9764-7243